

Apresentação Dossiê Memória e Esquecimento no Mundo Antigo

Maria Aparecida de Oliveira Silva *

Juliana Figueira da Hora **

Maria Cristina Nicolau Kormikiari ***

Vagner Carvalho Porto ****

SILVA, M. A. O.; HORA, J. F. da.; KORMIKIARI, M.C. N.; PORTO, V. C. Apresentação Dossiê Memória e Esquecimento no Mundo Antigo. R. Museu Arq. Etn. 43: 1-2, 2024.

O volume 43 da *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* apresenta o dossiê Memória e Esquecimento no Mundo Antigo, organizado por Maria Aparecida de Oliveira Silva, Juliana Figueira da Hora, Maria Cristina Nicolau Kormikiari e Vagner Carvalho Porto.

Partindo de uma abordagem interdisciplinar, que conjuga documentação textual e arqueológica, e une disciplinas como História, Arqueologia e Letras Clássicas, este dossiê analisa o Mundo Mediterrâneo na Antiguidade.

O modelo é interdisciplinar, ao colocar em rede conceitos provenientes de áreas diversas: sociologia, antropologia, arqueologia, análise literária, política e urbanismo. Busca verificar, na realidade complexa, a vida de pessoas que lutavam para encontrar os lugares a elas designados pelas relações culturais, jurídicas, administrativas, filosóficas, econômicas, religiosas e políticas que pautavam a vida no Mediterrâneo em estudos que podem abarcar desde a Idade do Bronze até a Antiguidade Tardia.

*Professora Doutora e Professora Colaboradora do Laboratório de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Piauí

**Professora Doutora e Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

***Professora Doutora e Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

****Professor Doutor e Professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

A memória percebida a partir da documentação manipulada é articulada, no momento das escritas das narrativas e da produção da cultura material, aos processos de (re)construção de imagens do passado, pois assim como observa Matthew Roller (2009: 216), partindo da elaboração dos *exempla*, as imagens vinculam-se à produção de um passado para orientar o momento da escrita dos autores e da confecção da cultura material, e englobam a produção de uma memória conectada a um passado comum.

Apresentamos quatro artigos e uma entrevista ligados a este dossiê e, por fim, dois artigos livres.

O artigo “O consumo de produtos cerâmicos em Bracara Augusta no século I: memória, tradição e inovação”, de Diego Machado e Manuela Martins (em versão em português e em inglês), analisa a cerâmica de Bracara Augusta a partir de uma percepção do tempo enquanto memória no qual o presente e o futuro são dimensões do passado, que é virtual e atualizado constantemente no presente, perspectiva que pode contribuir para uma leitura diferente da diversidade de recipientes que eram consumidos na cidade.

O artigo “Memória e olvido: uma arqueologia de la tensión”, de María Cecilia Colombani, aborda a tensão memória-esquecimento no pensamento arcaico como uma das diádes que configuram o mapa simbólico do real.

O artigo “Memória e esquecimento na narrativa órfica”, de Rafael Pitt, estuda o problema da representação de Memória e Esquecimento dentro da narrativa órfica. Assumindo o orfismo como uma expressão religiosa, tal como os mistérios eleusinos e o dionisismo, o artigo investiga a definição e a função que Memória e Esquecimento desempenham em sua escatologia.

O artigo “Desmembrando o Comitium para preservar a *res publica*: uma leitura gramsciana das transformações no norte do Fórum Romano no final do século I a.C.”, de Giovanni Pando Bueno, tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no Comício do Fórum Romano durante o período consagrado como o último século da República, a partir de uma perspectiva gramsciana da política e da memória em relação ao espaço.

Por fim, temos uma excelente entrevista com o professor Fábio Vergara Cerqueira, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (RS), na qual o aclamado pesquisador nos brinda com uma discussão sobre a centralidade da memória nos debates contemporâneos e distingue diferentes formas de esquecimento: o natural, resultante do desgaste de materiais ou mudanças urbanas, e o político, como a *damnatio memoriae*, quando há um apagamento deliberado da memória histórica. Este volume apresenta ainda dois artigos livres, de Marcos Vanin, acerca das cunhagens romanas no século III da EC; e de Ana Carolina Delgado Vieira e Pablo Antonio Vasquez Salvador, sobre processos de conservação museológicos.

Boa leitura!

Referências bibliográficas

Roller, Matthew. 2009. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: Feldherr, Andrew (ed.) *The Cambridge*

companion to Roman Historians. Cambridge, Cambridge University Press, p. 214-230.

O consumo de produtos cerâmicos em Bracara Augusta no século I: memória, tradição e inovação

Diego Machado*
Manuela Martins**

MACHADO, D; MARTINS, M. O consumo de produtos cerâmicos em Bracara Augusta no século I: memória, tradição e inovação. R. Museu Arq. Etn. 43: 3-16, 2024.

Resumo: As cerâmicas de *Bracara Augusta* são usualmente estudadas numa perspectiva histórica e cronológica, na qual o objetivo é compreender a sucessão de produções ou suas contemporaneidades. Essa perspectiva permite o enquadramento dos produtos e fabricos em categorias formais e tecnológicas, ordenadas numa linha temporal. Essa abordagem, embora dominante na investigação arqueológica, é limitada para tratar do ponto de vista interpretativo. Neste trabalho, propomos uma análise desse material a partir de uma percepção do tempo enquanto memória, a partir de Bergson (1999) e Deleuze (1999), no qual o presente e o futuro são dimensões do passado, que é virtual e atualizado constantemente no presente, perspectiva que pode contribuir para uma leitura diferente da diversidade de recipientes que eram consumidos na cidade.

Palavras-chave: Cultura material; cerâmica; *Bracara Augusta*; consumo; memória

Introdução

A investigação arqueológica da cultura material alicerçou-se na necessidade de ordenar o vasto conjunto de objetos que se encontravam

nos depósitos dos museus europeus de modo a conferir-lhes um princípio de inteligibilidade e organização. Essa estratégia desenvolve-se no século XIX, momento em que foram elaborados os grandes catálogos (*corpora*) de diferentes tipos de espólio que haviam se acumulado nos museus europeus, dos quais são exemplo o *Corpus Vasorum Antiquorum* (Pottier 1922 -), *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Mommsen 1852 -), *De Vasculis Romanorum Rubris capita selecta* (Dragendorff 1894), *Coins of the Roman Republic in the British Museum* (Grueber 1910), entre outros. Apesar do desenvolvimento epistemológico e metodológico da ciência arqueológica e dos novos métodos de datação dos materiais e dos contextos, o estudo das materialidades não sofreu grandes alterações.

* Doutorando em Arqueologia na Universidade do Minho, Braga - Portugal (FCT 2020.06565.BD). Investigador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Laboratório de Paisagens, Património e Território e do Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. E-mail: diegosfmachado@gmail.com.

** Professora Emérita de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga - Portugal. Investigadora da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Laboratório de Paisagens, Património e Território e do Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. E-mail: mmmartins@uam.uminho.pt.

Assim, parte significativa da análise da cultura material é, ainda hoje, feita com o intuito de classificar as peças e identificar a tipologia a qual pertencem.

Quando analisamos o material cerâmico com fins classificatórios, isto é, para identificar seu fabrico, sua forma e sua função de modo a associá-lo a tipologias previamente definidas, ou propor uma nova tipologia a partir dele, reduzimos o potencial narrativo das peças a uma abordagem que separa as diferentes produções e, dentro delas, as distintas formas dos objetos, criando linhas cronológicas que revelam apenas as modificações da cultura material ao longo do tempo. Dessa forma, ignoramos a capacidade dos materiais proporcionarem inferências sobre as dinâmicas sociais e econômicas, a partir da valorização da diversidade de objetos disponíveis numa época e das relações que eles possuem com os seus pares, ou antecedentes, que subsistem enquanto traços de memória, seja no aspeto formal, tecnológico, decorativo ou simbólico.

Os materiais cerâmicos identificados em *Bracara Augusta* (*Hispania Tarraconensis*), no âmbito da atividade arqueológica sistemática que é desenvolvida há cerca de 50 anos na cidade de Braga (Portugal), foram objeto de um significativo número de estudos que permitiram seu enquadramento em tipologias, tendo sido analisados os locais de fabrico, evolução formal e cronologia das peças que eram consumidas. No intuito de superar essa leitura, nosso objetivo é revisitar esse material por uma análise que valoriza os aspetos associados à memória, nos quais procuraremos evidenciar o diálogo entre a tradição e a inovação.

Produção, intercâmbio e consumo

A população que se fixou em *Bracara Augusta*, fundada entre 15 e 13 a.C., começou a produzir utensílios em cerâmica logo nas primeiras décadas de ocupação, os diferentes fabricos das peças atendiam às necessidades diversificadas de sua comunidade. Com efeito, ao longo do século I foram fabricados objetos que apresentavam uma continuidade formal

e tecnológica com as produções características dos povoados que habitavam a região na Idade do Ferro e, por esse motivo, designadas por cerâmicas de tradição indígena, bem como outras produções comuns que assinalam variações a nível das pastas, sem grandes acabamentos ou decorações, destinadas ao uso como utensílios de cozinha e mesa dos menos afortunados. Sua variabilidade formal contempla objetos de média e grande dimensão, como painéis, potes, frigideiras, talhas, tachos, caçarolas, almofarizes, bacias, assadores e jarros, mas também taças, púcaros e tigelas (Delgado & Morais 2009).

Também foram fabricadas peças que denotam um maior cuidado e acabamento, com o alisamento de paredes ou a aplicação de pinturas para fim decorativo, ou engobes para revestimento das superfícies, cujo resultado cromático representa, igualmente, uma característica decorativa. Nesse grupo de produções incluem-se as cerâmicas comum fina, fina pintada, cinzenta fina polida e engobe vermelho, que assinalam um repertório formal representado por copos, taças, potinhos, tigelas, púcaros e pratos, objetos essencialmente usados à mesa (Gomes 2000; Delgado & Morais 2009). Os oleiros locais especializaram-se ainda na reprodução de formas exógenas em recipientes de alta qualidade, certamente destinados a abastecer uma clientela mais exigente que compunha o mercado urbano, mas também regional, especificamente dos *conuentus* bracaraugustano e lucense. Estão representados nesse grupo os fabricos de cerâmica bracarense, que imitam as *sigillatae* hispânicas e as paredes finas originárias da Bética, bem como peças finas, pintadas ou com engobes vermelhos (Leite 1997; Delgado & Morais 2009; Machado *et al.* 2022).

O consumo de cerâmica incluía também uma significativa variedade de produtos importados, representados por contentores anfóricos de transporte de gêneros alimentícios e por recipientes de mesa, com repertório formal padronizado e cuja produção, voltada para exportação, atingia ritmos e volumes bastante expressivos. Estamos, efetivamente, perante a “fase sistólica” da revolução cultural romana, como foi proposto por Wallace-Hadrill (2008), na qual a cidade de Roma, depois

de uma “fase diastólica”, representada pelo consumo de objetos mediterrânicos, como *ornamenta templa* e itens decorativos em *uillae*, após sua exposição em *triumpha* (Zanker, 1988), passou a exportar um conteúdo material e simbólico para as províncias. Esse fenômeno encontra-se bem representado pelo enorme comércio, a nível imperial, de cerâmica aretina e, posteriormente, as *sigillatae*, cujo consumo é reconhecido em grande escala na generalidade das grandes cidades do Império, a partir da época augustana, no que pode ser considerado como a afirmação e reconhecimento de uma identidade romana que se insinuava gradativamente (Woolf 1998; Jiménez 2017).

Essas importações documentam a rápida integração do Noroeste ibérico nas grandes rotas comerciais mediterrâneas e atlânticas, bem como o interesse dos habitantes da cidade pelas produções que eram exibidas nas mesas das elites itálicas e imperiais. Assim, durante o período augustano e tiberino, chegaram à cidade alguns poucos exemplares de *terra sigillata* itálica, produzidos na região de Arezzo e, embora menos comum, na Itália Central. A baixa quantidade desses objetos, especialmente aqueles associados à oficina de A. *Titius*, datados entre 30-10 a.C., sugerem uma importação esporádica a título individual (Delgado & Santos 1984). Esses produtos itálicos acabaram por serem substituídos por peças oriundas das oficinas gálicas, especialmente da região de La Graufesenque, entre o governo de Tibério e os Antoninos, entretanto, seu declínio acentua-se a partir de meados do período Flaviano. Paralelamente à diminuição da importação de recipientes em *terra sigillata* gálica é registrado o início da importação hispânica, sobretudo da zona de Trício, que manteve uma boa atividade ao longo do século II (Delgado 1985). Outra produção importada, entre o período Júlio-Claudiano e o início do século II, está representada pelos objetos de paredes finas provenientes de *Augusta Emerita*, capital da *Lusitania*, e da província da *Baetica* (Morais 2005).

Entre o período Júlio-Claudiano e Flaviano, *Bracara Augusta* apresentava-se como um pujante e dinâmico centro urbano, onde se instalou uma diversificada comunidade. Dentre os primeiros

habitantes contam-se os indígenas originários dos povoados da região, que paulatinamente adotaram hábitos, práticas e símbolos romanos e itálicos nas suas diversas atividades e modos de vida. Embora pouco saibamos sobre o ritmo dessas alterações, podemos inferir da cultura material que, em meados do século I, ou seja, a partir da terceira geração dos povoadores, a produção cerâmica local abandona progressivamente os protótipos característicos dos finais da Idade do Ferro, adotando a tecnologia e o repertório formal e decorativo de produtos designados como “romanos”. Trata-se de cerâmicas grosseiras, produzidas com argilas regionais da zona de Prado, usadas na produção de vasilhas de cozinha e despensa. A par dessa produção, denominada de “comum romana”, começa a produzir-se cerâmica mais fina, composta por objetos de mesa, que muitas vezes imitam peças importadas.

Os limites da análise histórica das produções cerâmicas

Aquilo a que chamamos uma “análise histórica das produções cerâmicas” representa uma perspectiva de base historicista que procura organizar sua sequência numa linha temporal visando produzir um quadro geral da evolução das diferentes tecnologias produtivas, que sintetizam, entre outras categorias de análise, a origem e morfologia das peças, os tipos de acabamentos e os motivos decorativos. Essa perspectiva de análise é dominante e constitui um dos pilares da análise arqueológica e dos sistemas de datação de contextos e estruturas, possibilitando a restituição cronológica de sequências e eventos¹. De fato, uma vez que a análise estratigráfica apenas permite o estabelecimento de uma sequência temporal

1 Encontra-se publicada uma instigante conversa entre os arqueólogos Gavin Lucas e Laurent Olivier, que têm se dedicado, de diferentes maneiras, ao tema da Arqueologia do Tempo (cf. Lucas & Olivier 2022). Nessa obra, os autores discutem sobre os desafios que tiveram durante a escrita de suas teses de doutorado, ambas realizadas na década de 1990, na Universidade de Cambridge, e de que modo as reflexões sobre as perspectivas temporais estiveram presentes em suas trajetórias como arqueólogos e investigadores.

relativa, isto é, ordenar as diferentes realidades a partir de relações de anterioridade, contemporaneidade e posterioridade que apresentam entre si, são os elementos físicos presentes nos sedimentos que permitem uma aproximação cronológica aos contextos (Bicho 2006). Assim se explica a dependência dos arqueólogos à cronologia dos artefactos, em particular da cerâmica, pela sua durabilidade, diversidade e abundância (Harris 1997)².

Os estudos tipológicos do material cerâmico de *Bracara Augusta* provenientes de contextos datados do século I permitem hoje a construção de um panorama temporal e produtivo bastante expressivo, como pode ser observado na Tabela 1. A sucessão de fabricos em circulação na cidade identifica distintas fases de produção e de importação de produtos cerâmicos, permitindo inferências sobre as interações entre os oleiros locais e os dinâmicos mercados peninsular e mediterrânico. O estudo de referência permite, ainda, o enquadramento cronológico dos contextos escavados na cidade, sendo fundamental para o estabelecimento dos momentos de fundação e reforma dos edifícios da cidade, sejam locais públicos, como as termas (Martins 2005) e o teatro (Martins *et al.* 2013), ou privados, como a *domus* das Carvalheiras (Martins 2000).

As produções mais antigas encontradas na cidade, ainda no período de Augusto, estão representadas por cerâmicas de tradição indígena e pela *sigillata* itálica. Trata-se de duas manufaturas radicalmente distintas. A primeira documenta a fixação no espaço urbano de habitantes originários dos castros da região e apresenta uma continuidade com os fabricos produzidos nos povoados da Idade do Ferro do vale do rio Cávado, região onde *Bracara Augusta* foi implantada (Martins 1990). Já os finos

produtos oriundos da Itália, originários sobretudo da região toscana, que atingiu um alto padrão produtivo na época Augustana, justificando o reconhecimento social de seus oleiros e oficinas, a ponto deles começarem a se referenciar nas peças por meio da gravação de um selo (*sigillum*) na parte inferior da base (Ettliger 1990), seriam consumidos por uma população já romana ou romanizada que se teria fixado na cidade.

A partir de Tibério e, sobretudo, Cláudio, o mercado oleiro bracarense modifica-se com a alteração das importações, mas também das produções locais. Assim enquanto as *terrae sigillatae* itálicas eram substituídas pelas produções congêneres da *Gallia Narbonensis*, da *Baetica* e da *Hispania Tarraconensis* (Delgado & Santos 1984; Delgado 1985), a cerâmica de tradição indígena deixou de ser produzida, sendo substituída por produções de cerâmica comum grosseira, comum fina, pintada, engobe vermelho e cinzenta fina polida, surgindo também a chamada produção bracarense, que imita peças importadas (Delgado & Morais 2009).

Apesar do seu enorme e incontestado contributo para o conhecimento da evolução da cidade, a leitura histórica e cronológica do material cerâmico apresenta sérios limites no que diz respeito à análise social e cultural dos objetos. Na verdade, os estudos históricos centrados no estabelecimento de linhas cronológicas, nas quais os fenômenos são explicados, em grande medida, por aquilo que os sucede, inserem-se numa perspectiva historicista, criticada por Benjamin (2012) pelo seu caráter apodítico. Por outro lado, esse tipo de análise cria uma inevitável distância da experiência temporal humana, pois, na verdade, a percepção do tempo pelas pessoas não se dá de maneira histórica, ou seja, por meio de uma organização sequencial dos fatos a partir de causas e efeitos, mas sim de modo significativamente distinto, em que o passado e o futuro não são pontos opostos numa linha, antes se entrelaçando na composição do presente. O problema da temporalidade é uma preocupação que remonta ao mundo antigo, presente nas indagações de Agostinho de Hipona, no livro XI das Confissões (Santo Agostinho 2017), perpassando longamente a história intelectual do ocidental, mantendo-se ainda no século passado nos estudos da percepção fenomenológica do ser para si e no mundo, em Merleau-Ponty (1999: 549-580).

2 Com o avanço das técnicas de datação, que tiram partido de um conjunto muito maior de materiais arqueológicos, o estudo tipológico dos artefactos passou a constituir apenas uma das maneiras de atribuir cronologias aos contextos. De fato, contamos hoje com um leque muito mais variado de métodos de datação radiométrica que trouxe para a ordem do dia um conjunto de elementos que antes recebia pouca atenção, como ossos, dentes, pólenes, madeiras, argamassas, chifres, marfins, conchas, líticos, conglomerados, cerâmicas, espeleofactos etc., o que ampliou significativamente a capacidade de inferir cronologias aos contextos, especialmente a partir do cruzamento com o modelo bayesiano (Aitken 1990).

	Augusto	Tibério	Calígula	Cláudio	Nero – Domiciano	Nerva-Antoninos
Cerâmica de tradição indígena						
Cerâmica cinzenta fina polida						
Cerâmica bracaraense						
Cerâmica de paredes finas						
Cerâmica pintada						
Cerâmica de engobe vermelho						
Cerâmica comum fina						
Cerâmica comum grosseira						
Terra Sigillata Itálica						
Terra Sigillata Gálica						
Terra Sigillata Hispânica						
Paredes finas Itálicas						
Paredes finas Gálicas						
Paredes finas Hispânicas						

Tabela 1. Cronologias associadas aos fabricos locais (azul) e importados (vermelho) identificados em *Bracara Augusta*.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Delgado & Santos (1984), Delgado (1985), Morais (2005) e Delgado & Morais (2009)³.

3 Os períodos associados aos imperadores Nero, Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano foram condensados na fórmula “Nero-Domiciano” por não apresentarem fabricos que houvessem iniciado ou terminado no meio do governo de nenhum deles e para a redução da largura da tabela, promovendo-se uma melhor apresentação. Não obstante, a coluna “Nerva-Antoninos” não representa, necessariamente, o fim desses fabricos durante o período em que essa dinastia esteve à frente do Império, sua inclusão na análise foi realizada para referenciar a continuidade das manufaturas para além do horizonte cronológico estabelecido para a análise, o século I, e, ainda assim, respeitar a sequência de imperadores utilizada.

A memória e os estudos dos materiais

Uma alternativa à perspectiva histórica do tempo pode ser aquela elaborada por Henri Bergson, em *Matéria e Memória* (1999). Nessa obra, o filósofo francês afirma que o passado sobrevive de duas formas: em mecanismos motores, por meio de ações automáticas que se repetem de modo a promover uma adequação às circunstâncias, e em lembranças independentes, nas quais o passado é convocado para dar respostas ao presente a partir do seu reconhecimento recíproco, cujo resultado será uma proposta de futuro, pois se projeta em direção a ele (Bergson 1999: 84-99). Enquanto a primeira proposição assenta na repetição de ações, entre as quais se incluem a reflexão e a leitura, e ocorre na forma de um hábito, a outra é fruto de um esforço mental mais elaborado, que busca associações de contiguidade formal, visual, sonora etc., entre o presente e as lembranças do passado.

Podemos associar a primeira forma de memória bergsoniana, o hábito, ao trabalho produtivo dos materiais cerâmicos, ou seja, com sua confecção, que vive do caráter repetitivo das ações que possibilitam a manufatura das peças cerâmicas. Esse hábito envolve saberes e repetições que permitem a preparação da matéria-prima, a filtragem dos elementos não-plásticos, o controle da velocidade do torno, a abertura e modelagem da argila e os acabamentos e decorações, elementos que requerem uma mestria física, especialmente associada à íntima relação entre o objeto e as mãos. Ao mesmo tempo, essa atividade é também social, uma vez que a aprendizagem do oleiro resulta da sua inserção num grupo, da relação entre um mestre e um aprendiz, mas sobretudo da sua destreza, pois a disputa com os demais produtores depende da sua habilidade e capacidade para produzir as peças requisitadas (Stout 2002; Malafouris 2021).

A segunda forma de memória proposta por Bergson (1999), associada às memórias independentes que emergem no cérebro das pessoas de modo a produzir respostas e significados, estaria presente sempre que as peças cerâmicas eram contempladas pelas

pessoas, seja na ocasião da compra desses objetos, seja durante o uso. Perante uma situação em que pode ocorrer uma escolha, os recipientes disponibilizados para a aquisição e consumo surgem imersos em redes de significados múltiplos, nas quais nenhum objeto pode ser entendido fora delas, ou fora da relação humana. Até mesmo o custo associado a um produto só pode ser avaliado como baixo ou elevado quando refletido à luz dessa rede, que leva em consideração tanto os preços cobrados por outros exemplares semelhantes e a concorrência entre os vendedores, como a percepção que as pessoas tinham do valor a ser atribuído a um objeto a partir do fluxo comercial experimentado ao longo de suas vidas (Douglas & Isherwood 1979).

A imersão de um objeto na sua rede de possíveis significados é também o resultado dos processos desencadeados no cérebro após a receção de um sinal externo, cujo efeito é a ativação de um conjunto alargado de neurônios, fenómeno designado por Redes de Kohonen (Spitzer 1999). O cérebro não faz uma associação direta entre o objeto (“externo”) e a ideia (“interna”), mas ativa uma rede neuronal em busca da resposta que mais lhe parece verossímil por meio de traços de contiguidade visual entre os dois elementos.

Assim, ao observar uma tigela do tipo Dragendorff 24/25 decorada, produzida em cerâmica bracarense, o processo de reconhecimento daquele objeto era realizado a partir do conjunto de características visuais que podiam ser apreciadas, a saber (Fig. 1A e 1B): a) a coloração da superfície externa remete a um fabrico proveniente da costa do *conuentus bracaraugustanus* que apresenta aquelas tonalidades e se destaca pela produção de peças com elevado investimento técnico (Leite 1997); b) a forma do objeto associa-o a hábitos alimentares de mesa, eventualmente durante atividades simposiásticas, com o comensal reclinado no *lectus* de um *triclinium* (Delgado & Moraes, 2009); c) a decoração na parte superior da parede, junto ao bordo, em *guilloché*, embora remeta a um quadro cultural de matriz romana, talvez não se distancie completamente do substrato indígena, especialmente em

comparação com os padrões decorativos das cerâmicas dos finais da Idade do Ferro do vale do Cávado (Martins 1987, 1990) e; d) a apreciação da forma da tigela e/ou o motivo decorativo empregue encontra paralelo num conjunto de peças que já circularam pelos

mercados da cidade, como as *terrae sigillatae* itálicas de tipo Dragendorff 24/25A lisas ou com decoração estampilhada, as *terrae sigillatae* gálicas Drag. 24/25 com decoração em *guilloché* ou as sigilatas hispânicas do mesmo tipo lisas (Beltrán Lloris 1990).

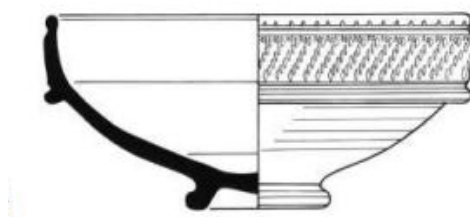


Fig. 1A. (Esq.) Fotografia de uma tigela com a forma Dragendorff 24/25 decorada em cerâmica bracarense.
Fig. 2B. (Dir.) Desenho da peça exibida na Fig. 1A.

Fonte: Delgado & Morais (2009: Est. 54).

O modo com os neurônios são ativados numa Rede de Kohonen estabelece ainda um processo dialético para a identificação do objeto contemplado, ou seja, “é tigela” – “não é prato”, “é bracarense” – “não é *terra sigillata*” etc. A rede de significados em que se insere uma peça cerâmica é convocada pelo seu observador, que necessita estabelecer os princípios de contiguidade e as lembranças que sua memória conserva, com o intuito de fornecer respostas no presente, em estreita associação com os demais produtos que a ele se apresentam, seja na banca de um mercador, seja na mesa de um banquete.

A noção de presente, passado e futuro, portanto, não é algo separado e distinto entre si, pois eles coexistem. O “presentismo” da tigela bracarense, na estante de uma *taberna*, não esconde seu passado como matéria prima ou imitação de forma importada, da mesma forma que não nega sua possibilidade de futuro como objeto a ser utilizado durante um jantar. Esse aspeto do tempo foi muito estudado por Giles Deleuze, um filósofo que se dedicou à

obra de Bergson, para quem “o ‘presente’ se divide, a cada ‘instante’, em duas direções, uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída em direção ao futuro (Deleuze 1999: 39).

A diferença entre as perspectivas históricas e memoriais no estudo das cerâmicas reside no fato da relação entre passado, presente e futuro não se dar pela sucessão dos tempos históricos, mas pela virtualidade da noção temporal que permite sua coexistência. Os limites da análise histórica são ainda mais evidentes caso seja possível realizar uma investigação mais fina da evolução estratigráfica do material (Olivier 1994: 81-86; Lucas 1995).

As cerâmicas de *Bracara Augusta* no século I: memória, tradição e inovação

As primeiras produções cerâmicas identificadas em *Bracara Augusta*, nas primeiras décadas após a fundação da cidade, estão

representadas por peças importadas de *terrae sigillatae* itálicas e de paredes finas gálicas e itálicas, a par de outras de fabrico local de tradição indígena. Estas últimas produzidas pelos primeiros habitantes da cidade, cuja composição demográfica assinala uma alta presença de elementos indígenas, provenientes dos povoados próximos (Martins & Carvalho 2017; Rocha 2017) e estrangeiros, oriundos de diferentes áreas da Hispânia, como Clúnia, *Pax Iulia* e *Arcobriga* e oficiais romanos (Martins *et al.* 2012, 2020).

Esses dois grupos de produções, as locais e as exógenas, diferenciam-se pela origem da produção e pelo repertório técnico e morfológico das peças. As chamadas cerâmicas de tradição indígena exibem uma evidente proximidade com os fabricos da Idade do Ferro na região do rio Cávado (Martins 1990), representados por peças com formas bastante variadas, dentre as quais encontramos recipientes destinados ao uso na cozinha e despensa, como painéis, frigideiras, potes de diferentes tamanhos e talhas, bem como à mesa, estando figurados exemplares de copos, tigelas, taças, púcaros e pratos (Delgado & Morais 2009: 13). Já as importações de *terrae sigillatae* e as cerâmicas de paredes finas provenientes das olarias itálicas e gálicas abasteceram a cidade com um conjunto de peças destinadas exclusivamente à mesa, como taças, copos, cálices, tigelas, e, mais raramente, *kantharoi* e *skyphoi* (Morais 2005; Delgado & Morais, 2009).

O espólio cerâmico do período augustano orientava-se, por isso, em duas direções. A primeira aponta para uma permanência das tradições oleiras locais e regionais e produzia utensílios que tinham como função tanto o uso de cozinha e armazenagem como de mesa, enquanto a segunda estava representada pela inovação corporizada pelas importações, cujo uso se restringia às atividades de comensalidade. A presença de peças dedicadas à alimentação individual, como os copos e pratos, características dos dois grupos, aponta para uma provável mudança de hábitos de mesa entre os primeiros *coloni* de origem indígena que se instalaram na cidade provenientes de povoados da região. Por outro lado, a ausência de peças

destinadas ao uso na cozinha, como as painéis, nas importações, sugere que os habitantes não-indígenas que imigraram para *Bracara Augusta*, sejam romanos, itálicos ou hispânicos, utilizariam as peças produzidas localmente para o preparo de alimentos.

Após cerca de três décadas de governo de Augusto, no período de Tibério e Calígula, a composição dos produtores cerâmicos nos mercados da cidade alterou-se significativamente. Paralelamente ao alargamento das relações comerciais com os centros oleiros de outras províncias, designadamente as *Galliae* e *Hispâniae*, os produtores locais passaram a investir em fabricos diferentes. Assim, as novas importações de *sigillata* gálica substituíram as peças congêneres itálicas, ao longo do governo de Tibério, passando a desempenhar as funções das anteriores no serviço de mesa, identificado por tigelas, taças, pratos e copos, alguns dos quais com pé. Não obstante, o fluxo de peças importadas também conheceu um reforço com a importação de paredes finas hispânicas, no início béticas, depois lusitanas, dentre as quais destacamos os recipientes emeritenses, cujo horizonte formal estava representado sobretudo por taças e copos, bem como alguns unguentários (Morais 2005).

Os produtores locais também souberam inovar nos fabricos durante o período Júlio-Cláudio, por meio da atuação de uma nova geração de oleiros que começou a produzir as peças nas olarias que trabalhavam com as argilas regionais provenientes de Prado, circunstância central para avaliar a capacidade de inovação das oficinas bracarenses. Tal como demonstrou Olivier Gosselain (2000) no seu estudo arqueoetnográfico sobre a produção cerâmica africana, é fundamental a disposição dos oleiros para a mudança nas técnicas e procedimentos de fabrico, particularmente visíveis nas etapas finais, sendo mais frequentes as mudanças nos acabamentos e decorações, pois trata-se de adequar as peças ao gosto dos consumidores. Entretanto, no que toca às técnicas empregues para a confeção dos recipientes, como o uso do torno ou o molde, as resistências são significativamente maiores, pois o domínio

de uma técnica de fabrico resulta de uma vida dedicada ao treino e aprimoramento do modo de fazer. Trata-se de uma mestria associada ao desenvolvimento de hábitos motores poderosos e duradouros (Gosselain 2000: 191-193).

Nesse sentido, a análise das alterações nas produções, tendo por base as mudanças geracionais de oleiros, constitui um caminho bastante profícuo nas abordagens da memória bergsoniana, seja pela perspetiva do hábito, que equaciona as permanências técnicas, seja pelo reconhecimento que promove uma articulação entre formas, decorações e acabamentos. O fabrico local de cerâmica de paredes finas, que surge no período de Tibério, é representativo da capacidade de inovação das olarias bracarenses que passam a produzir novos recipientes que emulam peças exógenas. No entanto, é possível que o fabrico bracarense de paredes finas decorra da instalação na região de oleiros estrangeiros, possivelmente oriundos da *Baetica*. Essa é a hipótese mais plausível devido à ausência de um fabrico intermédio a assinalar a passagem de uma produção à outra, mas também devido aos tipos de peças que foram inicialmente imitados, sobretudo copos e taças béticos e à alteração dos barreiros explorados, pois usam as argilas caulíníticas do litoral e não as da zona de Prado (Leite 1997).

Essa hipótese é bastante razoável, principalmente quando analisamos a geração de oleiros que sucedeu àquela que trabalhou durante as quase três décadas que marcaram os governos de Tibério e Calígula. Entre Cláudio e o início da dinastia Flaviana, que enquadra a terceira geração, a produção local sofreu uma transformação deveras expressiva. Assim, as cerâmicas de tradição indígena são substituídas por produções romanas de fabrico comum, com cozedura oxidante, que proporciona uma coloração clara às peças, entre os tons de bege e castanho⁴. Complementarmente, uma variante fina dessas peças começa a ser produzida,

observando-se uma maior depuração das argilas e um maior investimento nos acabamentos, alguns com pintura na superfície exterior (Delgado & Morais 2009). Contudo, a maior mudança relaciona-se com a criação de novos produtos, inspirados nas peças importadas e na instalação de novos oleiros na região, representados nas chamadas cerâmicas de engobe vermelho, cinzenta fina e polida e bracarense, que emergem nas décadas centrais do século I.

Muito semelhante aos fabricos comuns a nível tecnológico e composição das pastas, a cerâmica de engobe vermelho apresenta na superfície interior e, por vezes, exterior uma espessa camada de argila rubra que se fixa à peça, sem vitrificar, garantindo um acabamento com coloração semelhante às *terrae sigillatae* e uma maior impermeabilidade das paredes (Delgado 1994). Já as cerâmicas cinzentas finas e polidas registram um investimento técnico significativo, exibindo pastas bastante depuradas e paredes finas, associando-se a produtos de mesa, como púcaros, potinhos, copos, bilhas e pratos (Delgado & Morais 2009). Trata-se de uma produção com alguma dispersão pelo território conventual, identificada em diversos centros urbanos, em povoados romanizados como a Citânia de Briteiros e o Monte Mozinho, bem como na região leonesa de Las Médulas (*conuentus Asturicum*) (Soeiro 1981). Já a chamada cerâmica bracarense, produzida a partir dos caulinos costeiros, apresenta um acabamento bastante singular, constituído por uma aguada de coloração bege alaranjada e exibe um quadro morfológico variado com tigelas, taças, cantis, potes, jarros, copos, púcaros, bilhas e potinhos, grande parte dos quais imitam formas em *terra sigillata* e paredes finas hispânicas. Segundo Rui Morais (2005), essa produção provavelmente estaria associada à instalação de oleiros vindos da Bética, uma vez que a importação de sigillatas da região de Andújar, próxima a Córdoba, é muito rara na cidade, mas abundam entre as formas das bracarenses. Trataria-se, portanto, de oleiros béticos que se instalaram no *conuentus bracaraugustanus* e que ali produziram essas imitações das peças que conheciam.

4 Na verdade, apesar de ainda não serem estudadas, notam-se algumas modificações nas cerâmicas de tradição indígena num momento que antecede a sua substituição pelos fabricos comuns romanos, o que temos atribuído a uma fase de transição entre as duas produções, mas que faltam estudos para melhor enquadrar esse fenómeno.

Os possíveis fluxos migratórios entre as diferentes áreas do Império podem acrescentar mais um elemento para a análise das cerâmicas à luz da ideia de memória, relacionado com as dinâmicas produtivas e comerciais locais, seja pelo aspecto do hábito, seja do reconhecimento. Na verdade, se podemos atribuir os fabricos de cerâmicas de paredes finas e bracaraense à instalação de oleiros externos, observamos como a presença deles e de peças importadas na cidade terá influenciado a produção local, que ao longo de três gerações se terá debatido entre a manutenção de uma tradição oleira regional e a necessidade de inovar em termos técnicos, morfológicos e decorativos de modo a se adaptar a novos hábitos, gostos e modas que os habitantes da região adquiriram.

Bracara Augusta na época de Cláudio

É mal conhecida a fase Augustana de *Bracara Augusta* devido ao forte impacto dos programas construtivos das épocas Flaviana e Antonina. No entanto, os vestígios materiais e epigráficos disponíveis documentam um expressivo dinamismo social e económico logo nas primeiras décadas da vida da cidade (Martins & Magalhães 2021). Assim, no período de Cláudio, em meados do século I, a cidade possuía já uma significativa oferta de produtos cerâmicos, um testemunho da sua pujança comercial e económica. As importações de *terra sigillata* e paredes finas, que mobilizavam um importante volume de peças, inicialmente, entre a Itália e Gália e o Noroeste ibérico, foram ampliadas com as produções hispânicas, especialmente os fabricos emeritenses e béticos. Na verdade, era o princípio daquele que se constituiria como o florescente comércio atlântico, após a conquista da Britânia, que possibilitou a fixação de novas rotas de intercâmbio. As oportunidades trazidas pela abertura dos novos mercados atlânticos foram aproveitadas pelos produtores e vendedores hispânicos para escoar a produção oleica e vinica, conforme se depreende dos estudos da distribuição das ânforas (Carreras Monfort & Morais 2012).

As olarias locais, beneficiárias tanto da exploração nos barreiros cauliniticos da costa como das argilas micáceas de Prado, passaram então a produzir peças que atendiam a diferentes funções e gostos. O fabrico de louças finas de mesa inspiradas em peças exógenas (bracaraense), bem como a produção local de fabricos característicos de outras regiões (paredes finas) representam um indicativo da diversidade social da população bracaraugustana, cujas escolhas no consumo de objetos cerâmicos se inseriam em redes de significados já bastante complexas, mas que se entrelaçavam com outros produtos locais disponíveis nos mercados, *tabernae* e demais espaços comerciais da cidade. Assim, no tempo de Cláudio, o poder de atração que *Bracara Augusta* exercia era significativo, certamente associado a um desenvolvimento económico global do *conuentus bracaraugustanus*, cujas características são ainda desconhecidas, mas que estariam assentes na intensificação da exploração de recursos mineiros, mas também agrícolas e pastoris (Martins 1992; Martins 2014; Martins & Carvalho 2017).

Importante documento do dinamismo da cidade em meados da primeira centúria é a inscrição que, apesar de muito mal conservada, possibilitou a Geza Alföldy identificar uma homenagem feita a C. *Caetronius Miccio*, um magistrado romano cujo *cursus* foi realizado entre Tibério e Cláudio (*tribunus plebis, praetor, legatus Augusti Hispaniae, legatus legionis II Augustae, proconsul provinciae Baeticae, praefectus aerarii militaris e praefectus reliquorum exigendorum populi Romani*). A dedicação da lápide leva a assinatura dos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* (*ciues Romani qui negotiantur Bracaraugusta*), um grupo que, embora desconheçamos a natureza, seria composto por comerciantes com cidadania romana, oriundos de Itália ou de outra província, que teriam identificado Miccio como patrono, certamente em resultado da sua atuação nas *Hispaniae*, seja como *legatus* na Citerior, seja como procônsul na Bética (Alföldy 1966).

A compreensão de um objeto no contexto das redes de significados a que estava inserido

passa, necessariamente, pela articulação entre as dimensões pragmáticas e simbólicas, nas quais a memória é um fator determinante, seja pelo *hábito*, seja pelo *reconhecimento*. Embora as escolhas tecnológicas dos produtores oleiros para a confecção de peças cerâmicas sejam determinadas pelas possibilidades materiais de fabrico, bem como pelo seu domínio da técnica, os aspetos sociais da manufatura são igualmente centrais para a afirmação de um produto no mercado. Assim, longe de se enquadrar numa linha temporal única, a evolução formal e decorativa das cerâmicas está intrinsecamente associada aos gostos de seus consumidores, pelo que importa compreender os diferenciais hábitos da população que pretendemos estudar.

Situando-nos no contexto em análise, podemos considerar que, em meados do século I, a população de *Bracara Augusta* era já bastante diversificada culturalmente, por isso suas escolhas seriam, invariavelmente, determinadas pela negociação entre a manutenção das tradições cerâmicas que conheciam, que estaria associada ao reconhecimento visual e tátil, eventualmente também sonoro (e olfativo?), e a aceitação da inovação, representada por novos produtos que contemplavam um substrato cultural e social diferenciado (Appadurai 1986).

Considerações finais

A experiência imperial romana produziu uma sociedade culturalmente mais plural do que quaisquer outras anteriores, na qual se tornaram frequentes os processos de negociação entre a tradição e a inovação que afetava permanentemente todos os aspetos da vida das populações. Essa negociação entre os padrões culturais romanos e a diversidade das expressões locais ocorreria de modo multifacetado e gradual, teria dado origem a contextos sociais em que a hibridização de significados, mecanismos, técnicas e padrões resultaria em

ambientes urbanos dinâmicos, diversificados e com uma economia pujante (Mendes, Bustamante & Davidson 2005). Assim teria acontecido nas cidades fundadas no início do Império, sobretudo na sua parte ocidental, nas quais foram registradas a convivência de uma população indígena de âmbito regional, com imigrantes originários de vários locais do mundo romano, com diferentes estatutos e níveis de romanização, o que se traduziu em ambientes pluriculturais que potenciavam múltiplas expressões de hibridização cultural. Neste contexto, as cerâmicas oferecem-se como um dos artefactos que melhor expressam os processos de negociação cultural e identitária. Por isso, seu estudo é fundamental para o conhecimento do mundo antigo, seja pela capacidade das cerâmicas se constituírem como fósseis diretores cronológicos, tecnológicos e culturais suscetíveis de datar os contextos arqueológicos, seja pelo imenso manancial de informações que é possível inferir a partir das peças, o que constitui um importante meio de conhecer as sociedades do passado por seus produtos. A investigação dos materiais cerâmicos deve, por isso, ser acompanhada de uma constante reavaliação epistemológica e metodológica que permita alargar os horizontes interpretativos, por meio de um maior diálogo com outras áreas do conhecimento, de modo a produzir resultados que se aproximem da complexidade semântica dos objetos e dos contextos sociais e culturais que representam.

A análise das cerâmicas sob uma perspetiva temporal associada à memória cultural oferece-se como uma metodologia inovadora, com amplas potencialidades interpretativas para caracterizar as dinâmicas de produção e consumo das peças, promovendo uma maior aproximação entre a experiência material e humana. Assim, esperamos que o estudo aqui apresentado, possa contribuir para o debate sobre o interesse deste tipo de abordagem e para ampliar o conhecimento da produção oleira em *Bracara Augusta* no início da ocupação da cidade.

Abstract: The Roman pottery of Bracara Augusta has been usually studied from an historical and chronological perspective that mainly aims to understand the succession of productions or their contemporaneity. This perspective can frame products and fabric ordered in a timeline. This approach to time, although dominant in archaeological research, offers some interpretative limits. This study analyzes this material based on a perception of time as memory following Bergson (1999) and Deleuze (1999), in which the present and future configure dimensions of a virtual past that is constantly updated in the present, a perspective that can contribute to a different reading of the diversity of vessels that were consumed in Bracara Augusta.

Keywords: Material culture; pottery; *Bracara Augusta*; consumption; memory

Referências Bibliográficas

- Aitken, M. 1990. *Science-based dating in archaeology*. Routledge, New York. Archaeology, 31: 419-441. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0092.2012.00396.x>
- Alföldy, G. 1996. Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, 76: 363-372. Disponível em: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/rgmr/item/57606#?c=0&m=0&s=0&cv=0>. Acesso em: 13/01/2025.
- Appadurai, A. (Ed.). 1986. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Beltrán Lloris, M. 1990. *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- Benjamin, W. 2012. *O anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bergson, H. 1999. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. Martins Fontes, São Paulo.
- Bicho, N. 2006. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Edições 70, Lisboa.
- Carreras Monfort, C.; Morais, R. 2012. The Atlantic Roman trade during the Principate: new evidence from the western façade. *Oxford Journal of*
- Ettlinger, E. et al. 1990. *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. GmbH, Frankfurt am Main.
- Deleuze, G. 1999. *Bergsonismo*. Editora 34, São Paulo.
- Delgado, M. 1994. Notícia sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável encontradas em Braga. *Cadernos de Arqueologia. série II*, 10/11: 113-149. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/10429>. Acesso em: 13/01/2025.
- Delgado, M. 1985. Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. II. *Cadernos de Arqueologia. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, série II*, 2: 9-40. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/10718>. Acesso em: 13/01/2025.
- Delgado, M.; Morais, R. 2009. *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. CITCEM, Braga.
- Delgado, M.; Santos, L. 1984. Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. I. *Cadernos de Arqueologia, série II*, 1: 49-79. Disponível em:

- <https://hdl.handle.net/1822/10723>. Acesso em: 13/01/2025.
- Douglas, M.; Isherwood, B. 1979. *The World of Goods: Towards an Anthropology of Consumption*. London: Routledge.
- Dragendorff, H. 1894. *De Vasculis Romanorum Rubris capita selecta*. Bonnae; Typis C. Georgi [S.l.].
- Gomes, A.M.M. 2000. *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Gosselain, O. 2000. Materializing Identities: An African Perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 7: 187-217.
- Grueber, H.A. 1910. *Coins of the Roman Republic in the British Museum*. Cornell University Library's print, Londres.
- Harris, E. 1997. *Principles of archaeological stratigraphy*. Academic Press Limited, Londres.
- Jiménez, A. 2017. Standard time: Typologies in Roman antiquity. In: Van Oyen, A.; Pitts, M. (Eds.). *Materialising Roman Histories*. Oxbow, Oxford; Philadelphia, 75-84.
- Leite, F. 1997. *Contribuição para o estudo da cerâmica fina de Braga: a cerâmica 'dita Bracarense'*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- Lucas, G. 1995. The Changing Face of Time: English Domestic Clocks from the Seventeenth to Nineteenth Century. *Journal of Design History* 8: 1-9. Doi: <https://doi.org/10.1093/jdh/8.1.1>
- Lucas, G.; Olivier, L. 2022. *Conversations about time*. Routledge, New York.
- Machado, D. et al. 2022. Integração económica dos conventus do NO ocidental da Península Ibérica: a produção cerâmica alto imperial. In Mateos, P. et al. (Eds.). *Small towns: Una realidad urbana en la Hispania Romana*. Instituto de Arqueología de Mérida, Mérida, 657-665.
- Malafouris, L. 2021. Making hands and tools: steps to a process archaeology of mind. *World Archaeology*, 53: 38-55. DOI: <https://doi.org/10.1080/00438243.2021.1993992>
- Martins, C. 2014. O enquadramento da investigação com as paisagens mineiras em Portugal. In: *Anais do Simpósio Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural*, 2014, Boticas, 15-26. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30577>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 1987. A Cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 4: 35-77. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/10351>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 1990. O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. 1992. "As vilas do norte de Portugal" de Alberto Sampaio. *Revista de Guimarães*, 102: 387-409. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13353>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 2000. *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. 2005. *As termas romanas do Alto da Cividade: um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Núcleo de Arqueologia, Braga.
- Martins, M. et al. 2012. *Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer*. In: Ribeiro, M.C.; Melo, A.S. (Coords.). *Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade*. CITCEM, Braga, 29-68.
- Martins, M. et al. 2013. A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In. Melo, A.S.;

- Ribeiro, M.C. (Coords.). História da Construção: arquiteturas e técnicas construtivas. CITCEM, Braga, 41-74.
- Martins, M. et al. 2020. Constructing identities within the periphery of the Roman Empire: north-west Hispania, In Curcà, R-X. et al. (Eds.). Rome and Barbaricum. Contributions to the archaeology and history of interaction in European protohistory. Archaeopress, Gloucester, 135-154.
- Martins, M.; Carvalho, H. 2017. A fundação de Bracara Augusta no contexto da política de Augusto: Urbanismo e povoamento rural. *Gérion*, 35: 723-743. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65736>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M.; Magalhães, F. 2021. Bracara Augusta. In: Nogales Basarrate, T. (Ed.); Ciudades Romanas de Hispania. L'Erma di Bretschneider, Roma, 413-425.
- Mendes, N.M.; Bustamante, R.M.C.; Davidson, J. 2005. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, 9: 17-41. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100002>
- Merleau-Ponty, M. 1999. Fenomenologia da Percepção. Martins Fontes, São Paulo.
- Mommsen, T. et al. (1853 – presente) Corpus inscriptionum latinarum (atualizado pela Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften). <https://cil.bbaw.de>. Acesso em: 13/01/2025.
- Morais, R.M.L.S. 2005. Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuições para o estudo económico da cidade. Parte I-II. Tese de doutorado. Universidade do Minho, Braga.
- Olivier, L. 1994. The shapes of Time: An archaeology of the Early Iron Age funerary assemblages in the West Hallstatt Province. Tese de doutorado. University of Cambridge, Cambridge.
- Pottier, E. et al. (1922 – presente) Corpus Vasorum Antiquorum (atualizado pela Union Académique Internationale). <https://www.carc.ox.ac.uk/cva/home>. Acesso em: 13/01/2025.
- Rocha, D. 2017. O Castro Máximo: contributo para o estudo do povoamento proto-histórico da região de Braga. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Santo Agostinho. 2017. Confissões. Companhia das Letras, São Paulo.
- Soeiro, T. 1981. Monte Mozinho: Cerâmica Cinzenta Fina. *Portvgalia*, 2: 97-108. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/9248>. Acesso em: 13/01/2025.
- Spitzer, M. 1999. The Mind Within the Net: Models of Learning. Thinking and Acting. Massachusetts Institute of Technology Press, Cambridge.
- Stout, D. 2002. Skill and Cognition in Stone Tool Production: An Ethnographic Case Study from Irian Jaya. *Current Anthropology*, 43: 693-722. DOI: <https://doi.org/10.1086/342638>
- Wallace-Hadrill, A. 2008. Rome's Cultural Revolution. Cambridge University Press, Cambridge.
- Woolf, G. 1988. Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge University Press, Cambridge.
- Zanker, P. 1988. *The Power of Images in the Age of Augustus*. University of Michigan Press, Ann Arbor.

The consumption of pottery in *Bracara Augusta* in the 1st century: memory, tradition and innovation¹

Diego Machado*
Manuela Martins**

MACHADO, D; MARTINS, M. The consumption of pottery in Bracara Augusta in the 1st century: memory, tradition and innovation. R. Museu Arq. Etn. 43: 17-30, 2024.

Abstract: The pottery of *Bracara Augusta* have been usually studied from an historical and chronological perspective, in which the main aim is to understand the succession of productions or their contemporaneity. This perspective enables the framing of products and fabric to be ordered in a timeline. This approach to time, although dominant in archaeological research, presents some interpretative limitations. In this work, we propose an analysis of this material from a perception of time as memory, based on Bergson (1999) and Deleuze (1999), upon which the present and future are dimensions of a past that is both virtual and constantly updated in the present. This perspective can contribute to a different reading on the diversity of vessels that were consumed in the city.

Keywords: Material culture; pottery; *Bracara Augusta*; consumption; memory

Introduction

The archaeological research of material culture was grounded in the need to organise the vast array of objects found in museum collections in order to give them a sense of intelligibility and organisation. This strategy emerged in the 19th century, at a time when major catalogues (*corpora*)

of various types of artifacts accumulated in European museums were compiled. Examples of these include the *Corpus Vasorum Antiquorum* (Pottier 1922), the *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Mommson 1852), the *De Vasculis Romanorum Rubris capita selecta* (Dragendorff 1894), the *Coins of the Roman Republic in the British Museum* (Grueber 1910), amongst others. Despite the epistemological and methodological advances in archaeological science and the emergence of new methods of dating materials and contexts, the study of material culture has not undergone significant changes. Thus, a significant portion of the analysis of material culture is still conducted today with the aim of classifying objects and identifying their typology.

1 Translated by Joana Martins Baptista. E-mail: traducoesdajoaana@gmail.com.

* PhD student in Archaeology at the University of Minho, Braga - Portugal (FCT 2020.06565.BD). E-mail: diegosfmachado@gmail.com.

** Emeritus Professor of Archaeology at the University of Minho, Braga - Portugal. E-mail: mmmartins@uaum.uminho.pt.

When analyzing pottery material for classificatory purposes, *i.e.*, to identify its manufacture, form, and function with the aim of associating it with previously defined typologies or propose a new one, the narrative potential of the pieces are reduced to an approach that separates different productions and, within them, distinct shapes of objects. This creates timelines that only reveal changes in material culture over time. This approach overlooks the capacity of materials to provide inferences about social and economic dynamics, based on the appreciation of the diversity of objects available at a given time, along with the relationships they had with their peers or predecessors, which stand as traces of memory, whether in terms of shape, technology, decoration, or symbolism.

The pottery artifacts identified in *Bracara Augusta* (*Hispania Tarraconensis*), within the scope of the systematic archaeological activity that has been carried out for the past 50 years in the city of Braga (Portugal), have been subject of a significant number of studies that classified them into typologies. At the same time, research have analyzed production sites, formal evolution, and chronology of pieces that were consumed on site. In order to surpass this perspective, our aim is to revisit this material via an analysis that emphasizes aspects associated with memory, highlighting the dialogue between tradition and innovation.

Production, exchange, and consumption

The population that settled in *Bracara Augusta*, a city that was founded from 15 to 13 BC, began producing pottery in the early decades of occupation, with various productions catering to the diverse needs of their community. In fact, throughout the 1st century, the manufactured objects exhibited formal and technological continuity with the characteristic productions of Iron Age settlements located within the region. For this reason, they

are referred to as pottery of indigenous tradition. Additionally, other common productions show variations in terms of the paste used and lacking elaborate finishes or decoration, as they were mainly intended for the kitchen and tableware service of the less fortunate. Its shape variability includes medium and large-sized objects such as pans, pots, frying pan, jars, saucepans, casseroles, mortars, basins, roasting pans, pitchers, cups, and bowls (Delgado & Morais 2009).

Pieces revealing a more careful finish were also produced, featuring smoothed walls, decorative paintings, or even slip coatings for surface covering, which showed a chromatic effect that also represented a decorative feature. This group of productions includes fine common pottery, painted fine pottery, polished fine grey pottery, and red slip pottery. These forms represent a formal repertoire that includes cups, small pots, bowls, drinking cups, and plates—objects primarily used at the table (Delgado & Morais 2009; Gomes 2000). Local potters also specialised in reproducing exogenous shapes in high-quality items, undoubtedly intended to supply a more demanding clientele within the urban market, in addition to the regional market, specifically within the *Bracaraugustanus* and *Lucensis conuentus*. This group includes pottery workshops from *Bracara Augusta*, which imitated Hispanic *sigillatae* and “fine walls” productions, pieces originating from *Baetica*—as well as fine pieces that were either painted or featured red slips (Delgado & Morais 2009; Leite, 1997; Machado et al. 2022).

The consumption of pottery also included a significant variety of imported products, such as *amphorae* used for transporting food products and tableware. These items followed a standardised formal repertoire and a type of production that focused on exports, achieving considerable rates and volumes. We are definitely dealing with the “systolic phase” of the Roman cultural revolution, as proposed

by A. Wallace-Hadrill (2008), in which the city of Rome, after a “diastolic phase”—characterized by the consumption of Mediterranean objects, including *ornamenta templa* and decorative items in *uillae* after their display in *triumpha* (Zanker 1988)—, began to export material and symbolic content to its provinces. This phenomenon is well represented by the extensive trade at an imperial level of “arretine pottery” and, later, *sigillatae*, the consumption of which is recognized on a large scale in most major cities of the Empire from the Augustan period onwards. These events can be interpreted as the assertion and recognition of a gradually affirming Roman identity (Jiménez 2017; Woolf 1998).

These imports document the rapid integration of the Iberian Northwest into the major Mediterranean and Atlantic trading routes, as well as the interest of the city’s inhabitants in the productions displayed in the tableware of the Italian and imperial elites. Thus, during the Augustan and Tiberian periods, few Italian *terra sigillata* artifacts arrived in the city, produced in the region of Arezzo and, although less common, in Central Italy. The limited quantity of these objects, especially those associated with the workshop of A. Titius, dated to 30–10 BC, suggests a sporadic, individual importation (Delgado & Santos 1984). These Italian products were eventually replaced by pieces from Gallic workshops, especially those coming from La Graufesenque region, between the reigns of Tiberius and the Antonine emperors. However, their decline became more pronounced from the mid-Flavian period onwards. Parallel to the decrease in the imports of Gallic *terra sigillata* artifacts, the import of Hispanic wares—mainly coming from the Tricio region—began to dominate, remaining highly active throughout the 2nd century (Delgado 1985). In addition, between the Julio-Claudian period and the early 2nd century, another noteworthy imported production consisted of fine walled objects from *Augusta Emerita*,

the capital of *Lusitania*, as well as from the province of *Baetica* (Morais 2005).

Between the Julio-Claudian and Flavian periods, *Bracara Augusta* presented itself as a thriving and dynamic urban centre, where a diverse community settled. Amongst the early inhabitants were indigenous people coming from the region’s settlements, who gradually adopted Roman and Italic habits, practices, and symbols in their various activities and ways of life. Although we know little about the pace of these changes, we can infer from the material culture that, by the mid-1st century or from the third generation of settlers onwards, local pottery production gradually abandoned the prototypes characteristic of the late Iron Age period, and started adopting the technology and the formal and decorative repertoire of products referred to as being “Roman.” These were coarse pottery, produced with regional clays from the Prado area and used in the production of kitchen and pantry vessels. Alongside this production, known as “Roman common ware,” finer pottery products began to be produced, consisting of tableware that often imitated imported pieces.

The limits of the historical analysis of pottery productions

What we refer to as a “historical analysis of pottery productions” represents a perspective rooted in historicism, aiming to organise their sequence along a timeline intending to produce a comprehensive framework for the evolution of different production technologies. This synthesis encompasses various categories of analysis, including the origin and morphology of the pieces, types of finishes, and decorative motifs. This analytical perspective is predominant and constitutes one of the cornerstones of archaeological analysis and dating systems for contexts and structures, thus enabling the chronological

reconstruction of sequences and events¹. In reality, as stratigraphic analysis only enables establishing a relative chronological sequence—that is, arranging different realities based on relationships of anteriority, contemporaneity, and posteriority between them—it is the physical elements present in the sediments that enable a chronological approximation to contexts (Bicho 2006). This explains archaeologists' reliance on the chronology of artifacts, particularly pottery, due to their durability, diversity, and abundance (Harris 1997) 2.

The typological studies of the pottery material coming from *Bracara Augusta* and originating from contexts dated to the 1st century allow today for the construction of a quite expressive temporal and productive panorama, as shown in Table 1. The succession of manufacturing processes circulating in the city highlights distinct phases of pottery production and import, thus enabling inferences about the interactions between local potters and the dynamic peninsular and Mediterranean markets. At the same time, this reference study also provides the chronological framework for the excavated contexts in the city, which is essential for establishing the

moments of foundation and renovation of the city's buildings, whether public, such as thermal baths (Martins 2005) or and theatre (Martins *et al.* 2013), or private, such as the *Carvalheiras domus* (Martins 2000).

The earliest productions found in the city, still during the Augustan period, are represented by pottery of indigenous tradition and Italian *sigillata*. These are two radically distinct manufactures. The first documents the settlement in the urban space of inhabitants originating from the castros (hillforts) of the region and shows continuity with the productions made in the Iron Age settlements of the Cávado river valley, which is the region where *Bracara Augusta* was established (Martins 1990). On the other hand, the fine products from Italy, mainly coming from the Tuscan region—which reached a high level of production in the Augustan era and thus justified the social recognition of its potters and workshops to the extent that they began to reference their pieces via the engraving of a stamp (*sigillum*) on the lower part of the base (Ettlinger 1990)—would have been consumed by a population that was already Roman or Romanised, and who had already settled in the city.

Despite its huge and undisputed contribution to the understanding of the city's evolution, the historical and chronological interpretation of pottery material presents serious limitations when it comes to the social and cultural analysis of objects. In reality, historical studies focused on establishing chronological sequences, in which phenomena are largely explained by what follows them, fall within a historicist perspective criticised by W. Benjamin (2012) due to its apodictic nature. Moreover, this type of analysis creates an inevitable distance from human temporal experience, as people's perception of time does not occur in an historical manner, or in other words, in a sequential organization of events based on causes and effects, but rather in a significantly different way, in which past and future are not opposing points on a line

1 An interesting conversation between archaeologists Gavin Lucas and Laurent Olivier, who have dedicated themselves in various ways to the topic of Archaeology of Time, was published (*cf.* Lucas & Olivier 2022). In that work, the authors discuss the challenges they faced during the writing of their doctoral theses, both completed in the 1990s at the University of Cambridge and how reflections on temporal perspectives remained present in their trajectories as both archaeologists and researchers.

2 With the advancement of dating techniques that leverage a much broader range of archaeological materials, typological analysis of artefacts has become just one of the ways to assign chronologies to contexts. In fact, we now have a much more diverse array of radiometric dating methods at our disposal, which has brought into focus a range of elements that previously received little attention, such as bones, teeth, pollen, wood, mortar, horns, ivories, shells, lithic, conglomerates, pottery, speleofacts, and more. This has significantly broadened the capacity to infer chronologies for contexts, especially when combined with Bayesian modelling (Aitken 1990).

but rather interwoven in the composition of the present. The issue of temporality is a concern that dates back to the ancient world and is present in the inquiries of Augustine of Hippo in Book XI of the Confessions (Saint Augustine 2017). Since then, it

extended throughout the intellectual history of the Western world, and even persisted in the previous century as found in the studies of phenomenological perception of being-in-itself and in the world, seen in the works of Maurice Merleau-Ponty (1999: 549-580).

	Augustus	Tiberius	Caligula	Claudius	Nero – Domitianus	Nerva-Antonine
Pottery of indigenous tradition						
Fine polished grey pottery						
<i>Bracarense</i> pottery						
Thin-walled pottery						
Painted pottery						
Red slip pottery						
Fine common pottery						
Coarse common pottery						
Italian <i>Terra Sigillata</i>						
Gallic <i>Terra Sigillata</i>						
Hispanic <i>Terra Sigillata</i>						
Italic Thin-walled pottery						
Gallic Thin Walls						
Hispanic Thin Walls						

Table 1. Chronologies associated with local (blue) and imported (red) manufactures identified in *Bracara Augusta*.

Source: after Delgado & Santos (1984), Delgado (1985), Morais (2005), Delgado & Morais (2009)³.

3 The periods associated with the emperors *Nero*, *Galba*, *Otho*, *Vitellius*, *Vespasian*, *Titus*, and *Domitianus* have been condensed into the formula “Nero-Domitian” as they do not include any manufactories that started or ended in the middle of the reign of any of them. This was also done to reduce the width of the Table and improve its presentation. However, the “Nerva-Antonine” column does not necessarily represent the end of these manufactories during the period when this dynasty ruled the Empire. Its inclusion in the analysis was performed to reference the continuity of the manufactories beyond the chronological horizon established for the analysis, the 1st century, while still respecting the sequence of emperors included.

Memory and the studies of materials

An alternative to the historical perspective of time can be found in the study by Henri Bergson in *Matter and Memory* (1999). In this work, the French philosopher asserts that the past survives in two manners: via automatic mechanical actions that repeat in order to adapt to circumstances, and via independent memories, in which the past is invoked to provide responses to the present based on their mutual recognition, and thus results in a proposed future as it projects towards it (Bergson 1999: 84-99). While the former proposition relies on the repetition of actions, including reflection and reading, and occurs as a habit, the latter is the result of a more elaborate mental effort that seeks associations of formal, visual, auditory, etc., contiguity between the present and memories of the past.

We can associate the first type of memory from Bergson with habit and with the production work of pottery, that is, their fabrication, which relies upon the repetitive nature of actions. This habit involves knowledge and repetition that enables preparing raw materials, filtrating non-plastic elements, controlling pottery wheel speed, opening and shaping of the clay, adding the final details, and decorating, all of which require physical mastery, particularly one associated with the intimate relationship between the object and the hands that make it. At the same time, this activity is also social, as the potter's learning arises from their integration into a group, from the relationship between a master and an apprentice and, above all, from their skill, as competition with other producers depends on their ability and capacity to meet the demands for requested pieces (Malafouris 2021; Stout 2002).

The second type of memory proposed by Bergson (1999) is associated with independent memories that arise in people's minds to produce responses and meanings, which would be

present whenever pottery pieces were contemplated by individuals, whether when purchasing these objects or during their use. In situations that choices may occur, the items available for acquisition and consumption emerge immersed in networks of multiple meanings, within which no object can be understood outside itself or outside human relations. In this context, even the price of a product can only be assessed as low or high when viewed in light of this network, which considers both the prices charged for similar items by other sellers and the competition among vendors, in addition to people's perception of the value assigned to an object based on the commercial flow that is experienced throughout its existence (Douglas & Isherwood 1979).

The immersion of an object in its network of possible meanings is also the result of processes triggered in the brain after receiving an external signal. The effect is the activation of a broad set of neurons, which is a phenomenon referred to as Kohonen networks (Spitzer 1999). According to this concept, the brain does not make a direct association between the "external" object and the "internal" idea, but rather activates a neural network in search of the most plausible response via traces of visual contiguity between the two elements. Thus, when observing a decorated bowl of the Dragendorff 24/25 type produced in *bracaraense* pottery, the process of recognising that object is conducted based on the set of visual features that could be appreciated as follows (Fig. 1): a) the coloration of the external surface refers to a manufacture from the coast of the *conuentus bracaraugustanus*, which exhibits those tones and stands out for producing pieces with high technical skill (Leite 1997); b) the shape of the object associates it with dining habits, possibly during symposiastic activities, with the diner reclined on the *lectus* of a *triclinium* (Delgado & Morais 2009); c) the decoration on the upper part of the wall, near the rim, in *guilloché*, although referring

to a cultural framework of Roman origin, perhaps does not entirely distance itself from the indigenous substrate, especially when compared to the decorative patterns of pottery from the late Iron Age period originating in the Cávado valley (Martins 1987, 1990); and d) the appreciation of the bowl's shape and/or the employed

decorative motif finds a parallel in a set of pieces that have already circulated through the city markets, such as the smooth or stamped Italian *terrae sigillatae* of Dragendorff 24/25A type, the Drag. 24/25 Gaulish *terrae sigillatae* with *guilloché* decoration, or the smooth Hispano *sigillatae* of the same typology (Beltrán Lloris 1990).

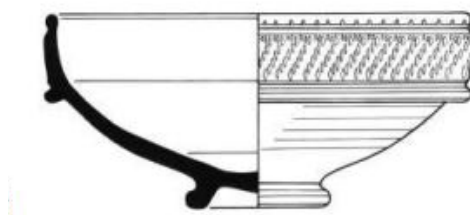


Fig. 1. Bowl with Dragendorff 24/25 shape decorated in *bracarense* pottery.

Source: Delgado; Morais, (2009: Fig. 54).

The way neurons are activated in a Kohonen network also establishes a dialectical process for identifying the object, that is, “it is a bowl,” “it is not a plate,” “it is *bracarense*,” “it is not *terra sigillata*,” etc. The network of meanings in which a pottery piece is embedded is summoned by its observer, who needs to establish the principles of contiguity and the recollections that their memory retains, in order to provide responses in the present, in close association with the other products that are presented to them, whether on a merchant’s stall or on a banquet table.

In this sense, the notion of present, past, and future is not something separate and distinct from each other, but rather something that coexists. The “presentness” of the *bracarense* bowl on a tavern shelf does not conceal its pasts as a raw material or as an imitation of an imported shape, just as

it does not deny its potential future as an object to be used during a dinner service. This aspect of time was well studied by Gilles Deleuze, a philosopher who dedicated himself to Bergson’s work and to whom “the ‘present’ that endures is divided at every ‘instant’ into two directions, one oriented and amplified towards the past, and the other contracted, decreasing towards the future.” (Deleuze 1999: 39; our translation).

The difference between historical and memorial perspectives in the study of pottery lies in the fact that the relationship between past, present, and future does not occur via the succession of historical times, but via the essence of the temporal notion that allows their coexistence. The limits of historical analysis become even more evident when conducting a deeper investigation of the stratigraphic evolution of this material (Lucas 1995; Olivier 1994: 81-86).

The pottery of *Bracara Augusta* in the 1st century: memory, tradition, and innovation

The first pottery productions identified in *Bracara Augusta* in the early decades after the city's foundation include imported pieces of Italic *terra sigillata* and Gallic and Italic thin-walled items, alongside locally made pieces of indigenous tradition. These latter productions were created by the city's early inhabitants, whose demographic composition indicates a high presence of indigenous communities coming from nearby settlements (Martins & Carvalho 2017; Rocha 2017), foreigners from various areas of Hispania, such as *Clunia*, *Pax Iulia*, and *Arcobriga*, alongside Roman officials (Martins *et al.* 2012, 2020).

These two groups of productions, both the local and exogenous, differ in terms of the production origin and the technical and morphological repertoire of the pieces. The so-called pottery of indigenous tradition exhibits a clear resemblance to Iron Age manufactures in the Cávado River region (Martins 1990), and are represented by pieces with varied shapes that include utensils for kitchen and pantry use, such as pans, pots of various sizes, frying pans, jars, in addition to tableware, including cups, bowls, goblets, and plates (Delgado & Morais, 2009: 13). On the other hand, the imports of *terra sigillatae* and thin-walled pottery from Italic and Gallic potteries supplied the city with a set of pieces exclusively intended for the table, such as cups, goblets, bowls, and, more rarely, *kantharoi* and *skyphoi* (Delgado & Morais 2009; Morais 2005).

The pottery assets from the Augustan period were oriented into two directions. The first points to a continuation of the local and regional pottery traditions, producing utensils intended for both kitchen use and storage, as well as for the table. The second direction points to innovation embodied in imports, which were primarily used in dining activities. The presence of individual dining pieces, such

as cups and plates, which are characteristic of both groups, suggests a likely shift in dining habits among the early *coloni* of indigenous origin who settled in the city and came from nearby settlements. On the other hand, the absence of kitchen items in the imports, such as pots, suggests that non-indigenous inhabitants who immigrated to *Bracara Augusta*, whether of Roman, Italic, or Hispanic origin, would have used locally produced pieces for their food preparation practices.

After approximately three decades of *Augustus's* rule, during the period of *Tiberius* and *Caligula*, the type of pottery producers present in the city's markets underwent significant changes. Alongside the expansion of commercial relationships with pottery centers of other provinces, especially of *Galliae* and *Hispaniae*, local producers began to invest in different types of manufacture. Consequently, new imports of Gallic *sigillata* replaced similar Italic pieces during *Tiberius's* rule, assuming the same functions in table service as their predecessors, and including artifacts as bowls, plates, and cups, some of them with high-footed examples. However, the flow of imported pieces also increased with the introduction of thin-walled pottery coming from *Hispania*, initially from *Baetica* and later from *Lusitania*. Among these, the wares from *Augusta Emerita* are noteworthy and primarily represented by bowls and cups, as well as some *unguentaria* (Morais 2005).

Local producers also demonstrated innovation in their manufacturing over the Julio-Claudian period, driven by a new generation of potters who began producing pieces in workshops that used regional clays from the Prado area. This central circumstance is crucial for assessing the innovative capacity of the *Bracara Augusta* workshops. As demonstrated by Olivier Gosselain (2000) in his ethnoarchaeographic study of African pottery production, the willingness of potters to embrace changes in terms of both techniques and manufacturing procedures is essential and particularly noticeable in the final stages. Changes in

finishes and decorations became more frequent, as they aimed to adapt the pieces to consumers' preferences. Meanwhile, when it comes to techniques employed in crafting vessels, such as the use of the wheel or moulds, the resistances were significantly greater, as mastering a production technique comes from a lifetime dedicated to training and refining the craft. It involves a skill associated with the development of powerful and enduring motor habits (Gosselain 2000: 191-193).

In this sense, the analysis of changes in productions based on generational shifts among potters proves to be a fruitful approach within the memory theory of Bergson. This approach encompasses the perspective of habit, which addresses technical continuities, as well as the recognition that fosters an articulation between shapes, decorations, and finishing touches. The local production of thin-walled pottery emerging during the *Tiberius'* period highlights the innovative capacity of the *Bracara Augusta* workshops, as they started producing new objects emulating those of external origins. However, it is possible that the local production of thin-walled pottery in *Bracara Augusta* resulted from the presence of foreign potters in the region, possibly originating in *Baetica*. This is a plausible hypothesis due to the absence of an intermediate production marking the transition from one style to another. Additionally, the types of pieces initially imitated, mainly *Baetic* cups and bowls, and the change in clay sources further support this idea, as these potters employed kaolinitic clays from the coast rather than those coming from the Prado area (Leite 1997).

This hypothesis is quite reasonable, especially when we analyze the generation of potters that succeeded those who worked during the nearly three decades spanning the reigns of *Tiberius* and *Caligula*. Between *Claudius* and the beginning of the Flavian dynasty, which encompasses the third generation, local production underwent a significant transformation. Under these

circumstances, pottery of indigenous tradition was replaced by common Roman productions, cooked in an oxidising atmosphere, resulting in a light coloration ranging from beige to brown⁴. Additionally, a finer variant of these pieces began to be produced, characterized by purer clays and enhanced finishes, and some even exhibiting surface painting (Delgado & Morais 2009). However, the most significant change regards the creation of new products inspired by imported pieces and the presence of new potters in the region, exemplified by the so-called red-slipped, fine grey polished, and *bracaraense* pottery that emerged in the mid-decades of the 1st century.

Technologically and in terms of paste composition, the red-slipped pottery is very similar to the common productions. They feature a thick layer of red clay on the interior surface and sometimes the exterior, which adheres to the piece without vitrification, ensuring a finish with a color similar to *terrae sigillatae* and increased wall permeability (Delgado 1994). On the other hand, the fine grey polished pottery represents a significant technical investment, showcasing refined pastes and thin walls. These are associated with tableware items such as pitchers, small pots, cups, jugs, and plates (Delgado & Morais 2009). This production is somewhat widespread across the convent territory, being found in various urban centers and in Romanized settlements such as the *Citânia de Briteiros* and *Monte Mozinho*, as well as in the Leonese region of *Las Médulas* (*conuentus Asturicum*) (Soeiro 1981). The so-called *bracaraense* pottery produced from coastal kaolin feature a unique finish characterized by a beige-orange coloration. It displays a diverse morphological range and includes bowls, flasks, pots, jars, jugs, cups, and small

4 Despite lacking deeper research, some modifications can be observed in pottery of indigenous tradition in a moment before their replacement by common Roman productions. We have attributed this to a transitional phase between these two productions, but further studies are necessary to better contextualize this phenomenon.

pots, many of which imitate shapes found in *terra sigillata* and thin-walled Hispanic wares. According to Rui Morais (2005), this production likely due to the presence of potters from *Baetica*, as the importing of *sigillata* from the Andújar region near Córdoba was quite rare in the city, yet abundant among *bracarense* production shapes. Therefore, these were likely *Baetic* potters who settled in the *conuentus bracaraugustanus* and from there produced these imitations of familiar pieces.

Possible migratory flows across various areas of the Empire can add another layer to the analysis of pottery considering the memory theory related to local productive and commercial dynamics, whether in terms of habit or recognition. In this context, if we attribute the production of thin-walled and *bracarense* pottery to the presence of external potters, the impact on local production is highlighted by these potters and imported pieces. Over the course of three generations, local production oscilated between maintaining a regional pottery tradition and innovating in terms of techniques, morphology, and decoration to adapt to new habits, tastes, and trends that the region's inhabitants had already acquired.

Bracara Augusta in the *Claudius'* Era

The Augustan phase of *Bracara Augusta* is poorly understood due to the strong impact of the construction programs during the Flavian and Antonine periods. However, the available material and epigraphic evidence documents a significant social and economic dynamism in the early decades of the city's existence (Martins & Magalhães 2021). Thus, during the reign of *Claudius*, in the mid-1st century, the city already had a substantial supply of pottery products, a testament to its commercial and economic prosperity. The imports of *terra sigillata* and thin-walled pottery, which involved a significant volume of pieces initially coming from Italy, Gaul, and the northwest Iberian

Peninsula, were expanded with the addition of Hispanic productions, particularly those from *Augusta Emerita* and *Baetica*. It seems as if we are witnessing the signs of what would later become the flourishing Atlantic trade following the conquest of *Britannia*, which enabled the establishment of new exchange routes. The opportunities brought by the opening of new Atlantic markets were seized by Hispanic producers and vendors to distribute their olive oil and wine productions, as evidenced by the studies on amphora distribution (Carreras & Morais 2012).

The local pottery workshops, benefiting from the exploitation of both coastal kaolinic clay pits and the mica-rich clays of Prado, began producing pieces that catered to various functions and tastes. The production of fine tableware inspired by foreign pieces (*bracarense*), as well as the local production of distinctive products from other regions (thin-walled pottery), indicate the social diversity of the population of *Bracara Augusta*. Their choices in consuming pottery objects were embedded in networks of meanings that were already quite complex, intertwined with other local products available in the city markets, *tabernae*, and other commercial spaces. Therefore, during *Claudius'* time, the attraction of *Bracara Augusta* was significant, undoubtedly linked to a global economic development of the *conuentus bracaraugustanus*, the characteristics of which are still unknown but were likely based on the intensification of mining, in addition to agricultural and pastoral resources (Martins 1992; Martins 2014; Martins & Carvalho 2017).

An important document showcasing the city dynamism in the mid-1st century is the inscription that, despite being poorly preserved, allowed Geza Alföldy to identify a tribute to C. *Caetronius Miccio*, a Roman magistrate whose *cursus* took place between *Tiberius* and *Claudius* (*tribunus plebis*, *praetor*, *legatus Augusti Hispaniae*, *legatus legionis II Augustae*, *proconsul prouvinciae Baeticae*, *praefectus aerarii militaris*, and *praefectus*

reliquorum exigendorum populi Romani). The dedication on the tombstone bears the signatures of Roman citizens who conducted business in *Bracara Augusta* (*ciues Romani qui negotiantur Bracaraugusta*), a group that, although its nature remains unknown, would have comprised traders with Roman citizenship and originating from Italy or another province, but who identified Miccio as their patron possibly due to his actions in *Hispaniae* either as a *legatus* in Citerior or as a proconsul in *Baetica* (Alföldy 1966).

Understanding an object within the context of the networks of meanings in which it was embedded involves articulating between pragmatic and symbolic dimensions. Here, memory is a determining factor, whether by *habit* or *recognition*. While the technological choices of pottery producers for the crafting of pottery pieces are determined by the existing material fabrication possibilities, as well as their mastery of technique, the social aspects of manufacturing are equally central to a product's presence in the market. Thus, far from fitting into a single timeline, the formal and decorative evolution of pottery is intrinsically associated to the tastes of its consumers, highlighting the importance of understanding the distinct habits of the studied population.

Within the context of our analysis, by the mid-1st century, the population of *Bracara Augusta* was already culturally diverse, so their choices would inevitably be shaped by the negotiation between maintaining the known pottery traditions, which was possibly associated with visual and tactile recognition and perhaps even auditory (or olfactory?), and the acceptance of innovation, highlighted by novel products that encompassed a different cultural and social substrate (Appadurai 1986).

Final remarks

The Roman imperial experience gave rise to a more culturally pluralistic society

than any other that came before, in which processes of negotiation between tradition and innovation became frequent and permanently impacted all aspects of daily life. This negotiation between Roman cultural standards and the diversity of local expressions likely occurred in a multifaceted and gradual manner, thus originating social contexts in which the hybridization of meanings, mechanisms, techniques, and patterns would result in dynamic and diversified urban environments existing within a thriving economy (Mendes, Bustamante & Davidson 2005). This was the case in cities founded at the beginning of the Empire, especially in its western part, where a regional indigenous population coexisted with immigrants coming from various parts of the Roman world, each with different statuses and levels of Romanization. This led to multicultural environments that fostered multiple expressions of cultural hybridization. In this context, pottery emerges as artifacts that best reflect processes of cultural and identity negotiation. Under these circumstances, pottery studies are fundamental for understanding the ancient world, both because they can serve as a chronological, technological, and cultural guide for dating archaeological contexts, and also because of the wealth of information that can be inferred from these pieces, which provides important means of understanding past societies via their products. Thus, research on pottery materials must, be accompanied by constant epistemological and methodological re-evaluation, allowing for the expansion of interpretative horizons via greater dialogue with other areas of knowledge to produce results that approach the semantic complexity of the objects and the social and cultural contexts they represent.

The analysis of pottery from a temporal perspective, which is associated with the cultural memory, offers an innovative methodology with broad interpretative potential for characterizing the dynamics of production

and consumption of pieces, thus facilitating a closer connection between material and human experience. Therefore, we hope that our study can contribute to the debate about the

relevance of this type of approach, as well as to broadening knowledge on pottery production in *Bracara Augusta* during the early stages of the Roman occupation in the city.

MACHADO, D; MARTINS, M. The consumption of pottery in Bracara Augusta in the 1st century: memory, tradition and innovation. R. Museu Arq. Etn. 43: 17-30, 2024.

Resumo: As cerâmicas de *Bracara Augusta* são usualmente estudadas numa perspetiva histórica e cronológica, na qual o objetivo é compreender a sucessão de produções ou suas contemporaneidades. Essa perspetiva permite o enquadramento dos produtos e fabricos em categorias formais e tecnológicas, ordenadas numa linha temporal. Essa abordagem, embora dominante na investigação arqueológica, é limitada para tratar do ponto de vista interpretativo. Neste trabalho, propomos uma análise desse material a partir de uma percepção do tempo enquanto memória, a partir de Bergson (1999) e Deleuze (1999), no qual o presente e o futuro são dimensões do passado, que é virtual e atualizado constantemente no presente, perspetiva que pode contribuir para uma leitura diferente da diversidade de recipientes que eram consumidos na cidade.

Palavras-chave: Cultura material; cerâmica; *Bracara Augusta*; consumo; memória.

References

- Aitken, M. 1990. *Science-based dating in archaeology*. Routledge, New York.
- Alföldy, G. 1996. Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, 76: 363-372. Disponível em: < <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/rgmr/item/57606#c=0&m=0&s=0&cv=0> >. Acesso em: 13/01/2025.
- Appadurai, A. (Ed.). 1986. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Benjamin, W. 2012. *O anjo da História..* Belo Horizonte: Autêntica.
- Bergson, H. 1999. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. Martins Fontes, São Paulo.
- Bicho, N. 2006. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Edições 70, Lisboa.
- Carreras, C.; Morais, R. 2012. The Atlantic Roman trade during the Principate: new evidence from the western façade. *Oxford Journal of Archaeology*, 31: 419-441. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0092.2012.00396.x>
- Ettlinger, E. et al. 1990. *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. GmbH, Frankfurt am Main.
- Deleuze, G. 1999. *Bergsonismo*. Editora 34, São Paulo.
- Delgado, M. 1994. Notícia sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável encontradas em Braga. *Cadernos de Arqueologia*. série II, 10/11: 113-149. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1822/10429>>. Acesso em: 13/01/2025.

- Delgado, M. 1985. Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. II. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, série II, 2: 9-40. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1822/10718>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Delgado, M.; Morais, R. 2009. *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. CITCEM, Braga.
- Delgado, M.; Santos, L. 1984. Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga. I. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 1: 49-79. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1822/10723>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Douglas, M.; Isherwood, B. 1979. *The World of Goods: Towards an Anthropology of Consumption*. London: Routledge.
- Dragendorff, H. 1894. *De Vasculis Romanorum Rubris capita selecta*. Bonnae; Typis C. Georgi [S.l.].
- Gomes, A.M.M. 2000. *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Gosselain, O. 2000. Materializing Identities: An African Perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 7: 187-217.
- Grueber, H.A. 1910. *Coins of the Roman Republic in the British Museum*. Cornell University Library's print, Londres.
- Harris, E. 1997. *Principles of archaeological stratigraphy*. Academic Press Limited, Londres.
- Jiménez, A. 2017. Standard time: Typologies in Roman antiquity. In: Van Oyen, A.; Pitts, M. (Eds.). *Materialising Roman Histories*. Oxbow, Oxford; Philadelphia, 75-84.
- Leite, F. 1997. *Contribuição para o estudo da cerâmica fina de Braga: a cerâmica 'dita Bracarense'*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- Lucas, G. 1995. The Changing Face of Time: English Domestic Clocks from the Seventeenth to Nineteenth Century. *Journal of Design History* 8: 1-9. Doi: <https://doi.org/10.1093/jdh/8.1.1>
- Lucas, G.; Olivier, L. 2022. *Conversations about time*. Routledge, New York.
- Machado, D. et al. 2022. Integração económica dos conventus do NO ocidental da Península Ibérica: a produção cerâmica alto imperial. In Mateos, P. et al. (Eds.). *Small towns: Una realidad urbana en la Hispania Romana*. Instituto de Arqueología de Mérida, Mérida, 657-665.
- Malafouris, L. 2021. Making hands and tools: steps to a process archaeology of mind. *World Archaeology*. 53: 38-55. DOI: <https://doi.org/10.1080/00438243.2021.1993992>
- Martins, C. 2014. O enquadramento da investigação com as paisagens mineiras em Portugal. In: Anais do Simpósio Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural, 2014, Boticas, 15-26. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30577>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 1987. A Cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização. *Cadernos de Arqueologia*., série II, 4: 35-77. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1822/10351>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 1990. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. 1992. "As vilas do norte de Portugal" de Alberto Sampaio. *Revista de Guimarães*, 102: 387-409. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13353>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M. 2000. *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Martins, M. 2005. *As termas romanas do Alto da Cividade: um exemplo de arquitectura pública de Bracara*

- Augusta*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Núcleo de Arqueologia, Braga.
- Martins, M. *et al.* 2012. Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In: Ribeiro, M.C.; Melo, A.S. (Coords.). *Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade*. CITCEM, Braga, 29-68.
- Martins, M. *et al.* 2013. A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In. Melo, A.S.; Ribeiro, M.C. (Coords.). *História da Construção: arquiteturas e técnicas construtivas*. CITCEM, Braga, 41-74.
- Martins, M. *et al.* 2020. Constructing identities within the periphery of the Roman Empire: north-west Hispania, In Curcă, R-X. *et al.* (Eds.). *Rome and Barbaricum. Contributions to the archaeology and history of interaction in European protohistory*. Archaeopress, Gloucester, 135-154.
- Martins, M.; Carvalho, H. 2017. A fundação de Bracara Augusta no contexto da política de Augusto: Urbanismo e povoamento rural. *Gérion*, 35: 723-743. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65736>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Martins, M.; Magalhães, F.B.A. 2021. Bracara Augusta. In: Nogales Basarrate, T. (Ed.); *Ciudades Romanas de Hispania*. L'Erma di Bretschneider, Roma, 413-425.
- Mendes, N.M.; Bustamante, R.M.C.; Davidson, J. 2005. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, 9: 17-41. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000100002>
- Merleau-Ponty, M. 1999. *Fenomenologia da Percepção*. Martins Fontes, São Paulo.
- Mommsen, Theodor *et al.* (1853 – presente) *Corpus inscriptionum latinarum* (atualizado pela Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften). Disponível em: <https://cil.bbaw.de/>
- Morais, R.M.L.S. 2005. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuições para o estudo económico da cidade*. Parte I-II. Tese de doutorado. Universidade do Minho, Braga.
- Olivier, L. 1994. *The shapes of Time: An archaeology of the Early Iron Age funerary assemblages in the West Hallstatt Province*. Tese de doutorado. University of Cambridge, Cambridge.
- Pottier, Edmond *et al.* (1922 – presente) *Corpus Vasorum Antiquorum* (atualizado pela Union Académique Internationale). Disponível em: <https://www.carc.ox.ac.uk/cva/home>
- Rocha, D. 2017. *O Castro Máximo: contributo para o estudo do povoamento proto-histórico da região de Braga*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Santo Agostinho. 2017. *Confissões*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Soeiro, T. 1981. Monte Mozinho: Cerâmica Cinzenta Fina. *Portvgalia*, 2: 97-108. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/9248>>. Acesso em: 13/01/2025.
- Spitzer, M. 1999. *The Mind Within the Net: Models of Learning. Thinking and Acting*. Massachusetts Institute of Technology Press, Cambridge.
- Stout, D. 2002. Skill and Cognition in Stone Tool Production: An Ethnographic Case Study from Irian Jaya. *Current Anthropology*, 43: 693-722. DOI: <https://doi.org/10.1086/342638>
- Wallace-Hadrill, A. 2008. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Woolf, G. 1988. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Zanker, P. 1988. *The Power of Images in the Age of Augustus*. University of Michigan Press, Ann Arbor.

Memoria y olvido: una arqueología de la tensión

María Cecilia Colombani*

COLOMBANI, M. C. Memoria y olvido: una arqueología de la tensión. R. Museu Arq. Etn. 43: 31-43, 2024.

Resumen: El propósito de este trabajo consiste en abordar la tensión memoria-olvido en el pensamiento arcaico como una de las diadas que configuran el mapa simbólico de lo real. La tensión complementaria entre ambos conceptos nos lleva a pensar el contrapunto de contrarios como fondo último de lo real. Proponemos pensar la tensión en un doble horizonte o en un doble territorio que marca la configuración del mito como sistema complejo de pensamiento. Comenzaremos entonces con el plano mítico en el cual la diada en cuestión aparece constituyendo nitidamente uno de los pilares de la arquitectura mítica, a partir de la diada *Mnemosýne-Léthe* como potencias religiosas. En segundo lugar, abordaremos el plano humano para pensar la tensión como una coordenada antropológica y ver en qué medida la acción de los varones mortales es merecedora de la memoria o del olvido.

Palabras clave: Mito, Memoria, Olvido, Hesíodo, Homero

Introducción

El propósito de este trabajo consiste en abordar la tensión memoria-olvido en el pensamiento arcaico como una de las diadas que configuran el mapa simbólico de lo real. La tensión complementaria entre ambos conceptos nos lleva a pensar el contrapunto de contrarios como fondo último de lo real.

Proponemos considerar dicha tensión en un doble horizonte o en un doble territorio que marca la configuración del mito como sistema complejo de pensamiento. Comenzaremos entonces con el plano mítico, uno de estos pilares es la diada *Mnemosýne-Léthe* como potencias religiosas¹.

*Dra. en Filosofía. Universidad de Morón. Universidad Nacional de Mar del Plata. AAFA. AFRA. AADEC. CECH, Universidad de Coimbra <ceciliacolombani@hotmail.com>

1 A lo largo del texto utilizaremos los términos con mayúsculas y en otras con minúsculas, de acuerdo al

En segundo lugar, abordaremos el plano humano para pensar la tensión como una coordenada antropológica y ver en qué medida la acción de los varones mortales es merecedora de la memoria o del olvido.

I Plano mítico

Mito y Memoria

Debemos iniciar nuestra propuesta con ciertas reflexiones en torno al mito como forma de pensamiento. El mito, como sistema de pensamiento, resulta una forma de testimoniar el asombro del hombre frente a aquello que lo conmueve y lo convoca a un intento explicativo, que lo inscribe en una dimensión

contexto en que son utilizados, atendiendo a la dimensión religiosa o a su representación común.

antropológica; es la herramienta que expresa la interpelación que solo el hombre como “animal simbólico” (Cassirer 1974: 47) puede asumir. Es la capacidad simbólica que lo distingue del animal y le permite dar una respuesta humana frente al estímulo; una capacidad productora de símbolo que lo distingue y diferencia del resto de los seres vivos. El hombre, a partir de su capacidad poética, interrumpe el círculo funcional interponiendo su posibilidad simbólica como modo de retardar, diferir y demorar la respuesta transformándola en respuesta humana.

El mito, como producción humana, se inscribe en esa lógica y, en ese sentido, constituye un modelo de pensamiento que obedece a reglas de formación discursiva precisas y abre el territorio de la palabra mágico-religiosa como medio de expresión. Compone un intento explicativo de aquello que resulta desconocido para el ser humano y es así que se solidariza con la idea de asombro y admiración, al tiempo que opera como medio de proveer respuestas a situaciones límites (Jaspers 1981).

En esta línea de consideración del mito, que lo aleja de una percepción peyorativa, Aristóteles sostiene: “la maravilla ha sido siempre, antes como ahora, la causa por la cual los hombres comenzaron a filosofar [...] Quien percibe una dificultad y se admira, reconoce su propia ignorancia. Y por ello, desde cierto punto de vista, también el amante del mito es filósofo, ya que el mito se compone de maravillas” (Aristóteles 2000: 982b). Desde una estructura discursiva, el mito hilvana una doble preocupación: los problemas humanos y los problemas cósmicos, con lo cual podemos percibir el modo en que el mito da cuenta de los distintos *tópoi* que constituyen el mapa de lo real y la cartografía de la trama cultural. Asimismo, opera como suelo de instalación, como red de contención, urdimbre y tejido simbólico que protege antropológicamente al hombre de su precariedad existencial, fundamentalmente de la conciencia de finitud. El mito no solo protege al hombre de su intemperie antropológica, sino también a la historia como espacio de instalación colectiva; desde esta perspectiva, el *logos* mítico construye

una memoria comunitaria, que se suma a la noción de cobijo, ya que la memoria es un *tópos* de contención humana, una forma de abrigo antropológico que territorializa al hombre en un espacio de pertenencia simbólica e histórica. Así, el mito conserva la memoria como patrimonio antropológico. Es el mismo Aristóteles quien nos acerca la intuición: “Los antiguos, más aún, antiquísimos, (teólogos), han transmitido por tradición a nosotros sus descendientes, en la forma del mito, que los astros son dioses y que lo divino abraza toda la naturaleza [...] estas opiniones se han salvado hasta ahora, casi como reliquias (de la más antigua sabiduría). Y en esta medida, se han manifestado las opiniones de los padres y de los primeros progenitores” (Aristóteles 2000: 1074b).

Aristóteles toma esa primera sabiduría como un *logos* sapiencial, y lo que nosotros rescatamos es la transmisión del mito como relato fundacional a las generaciones venideras. Es precisamente esa transmisión de generación en generación el modo de preservar una memoria que conjura los riesgos del olvido.

En el marco del *tópos* cultural, el mito, como historia sagrada y significativa (Eliade 1991)², acerca a la divinidad, ya que cuenta la historia de seres sobrenaturales, al tiempo que abre la dualidad de planos en la cual se inscriben los dioses y los hombres, los inmortales y los mortales, lo sagrado y lo profano. El mito delinea así el mapa de lo real y lo diferencia de mundos o razas que constituyen la espesura mítica (Gernet 1981). Como historia sagrada explica de qué forma algo ha llegado a ser lo que es, ha devenido, ya sea el *kósmos* en su totalidad, o una parte de él, un comportamiento, una determinada institución. La divinidad es siempre el elemento que legitima y posibilita la emergencia de aquello que acontece. En este sentido, el mito se vuelve una historia significativa porque dona el sentido y la memoria colectiva en torno a la cual

2 Las notas que caracterizan al mito como historia sagrada, significativa, verdadera, ejemplar y mimética son las características que el autor le otorga en el capítulo “La estructura de los mitos”.

se inscribe la instalación de un determinado pueblo, su ser en el mundo. Sentido, mundo y memoria son nociones solidarias que se implican y solo desde ese *tópos* el hombre toma posesión del mundo, lo hace suyo, le imprime su marca, lo humaniza.

Asimismo, el mito es una historia verdadera, *alethés*. Adjetivo peculiar. El tema es ver en qué sentido usamos el término “verdadero”. Para ello, nada mejor que recurrir a Marcel Detienne y tomar su distinción entre una lógica de la ambigüedad, propia de la estructura de pensamiento mítico, y la lógica de la no contradicción, en la cual la verdad supone necesariamente la coincidencia con los principios lógicos (Detienne 1986).

El mito es el lugar donde habita la verdad y la memoria; por eso, su relato implica una triple excepcionalidad: la del sujeto que narra el mito en la línea del verbo *mythéo*, la del objeto-*lógos* al que se refiere como relato fundacional, y, finalmente, la excepcionalidad de la circunstancia en la que se recita. De una lógica de la ambigüedad, propia del pensamiento mítico, a una lógica de la no contradicción, la espesura de la sabiduría es el enclave de la misma transición (Detienne 1986)³.

El tema es ver cómo juega la verdad en un sentido y en otro. El segundo sentido alude a la noción de *alétheia*, en términos de conformidad con los principios lógicos, al suponer las posibilidades de demostración, objetividad y verificabilidad, propias de la estructura de la ciencia. Se trata de una verdad que tensiona la diada verdadero-falso en el marco de la mutua exclusión de los términos a partir de su contradicción lógica. El primer registro de la verdad impacta directamente en el campo del mito y en el campo semántico del concepto: *alétheia* como lo develado, desocultado, descubierto, aquello a lo que se le ha corrido

un velo para desocultarlo. De este modo, la verdad es una operación de descubrimiento, de develamiento, de desocultamiento; es el acontecimiento al que se accede luego de recorrer un velo que encubre-vela-oscorece-silencia alguna realidad. El mito es verdadero porque es un operador de verdad; es el relato que corre el velo, y, al hacerlo, descubre el sentido y conjura el olvido de aquello que descubre. La tensión ya no es entre lo verdadero y lo falso, sino entre lo oculto y lo desoculto, lo velado y lo develado, lo que se aloja en la memoria o se esconde en el olvido.

Alétheia y *léthe* configuran la diada dominante de una lógica que desde la ambigüedad domina la totalidad del campo mítico. Son las figuras privilegiadas de un sistema de pensamiento que se juega en la tensión entre lo oculto y lo desoculto, entre la Memoria y el Olvido, la presencia y la ausencia, el Ser y el No Ser, el Día y la Noche, la claridad y la oscuridad, figuras anticipatorias de otro sistema de pensamiento que conocerá su carta de nacimiento con el advenimiento de la *pólis*.

La tensión memoria y olvido atraviesa todo el arco de pensamiento que conduce de un sistema a otro. El ocultamiento de la verdad es una forma del olvido. En una configuración presidida por *Mnemosýne*, la Memoria sagrada que sabe lo que fue, lo que es y lo que será, el olvido se inscribe en el registro de la falta, de la ausencia, de la noche y de la oscuridad.

En este contexto, *Mnemosýne* aparece como la prestigiosa fuente de un saber primigenio y podría ser calificado como tópicamente femenino, “dado que su carácter sólo se manifiesta a través de su condición de hija, de esposa y, sobre todo, de madre” (Iriarte Goñi, 2002: 34).

Es esta misma tensión la que recoge la narrativa filosófica duplicando la intelección de lo real. Lo verdadero descubre lo aparente y viceversa; el pensamiento recuerda lo olvidado; y *alethés* y *pseudés* son los polos entre los que el sujeto queda atrapado, entre la posibilidad de “ver” y recordar la verdad o engañarse en las figuras de las cosas falsas, *pseudéa*.

La más remota sabiduría griega se despliega en el interior de esa lógica, que exige

3 En el capítulo “Verdad y Sociedad” se analiza el desplazamiento de una lógica de la ambigüedad a una lógica de la no contradicción como modo de acompañar el canónico pasaje del *mlthos* al *lógos*. Mientras la primera lógica no se rige por el principio de no contradicción, de matriz excluyente, la segunda sí lo hace; en ese contexto, los opuestos se excluyen. En cambio, en la lógica de la ambigüedad, los opuestos se integran en una realidad compleja.

la presencia de ciertos seres excepcionales, antecedentes del futuro filósofo (Cornford 1987: 85), para descifrar una palabra que siempre debe ser interpretada, develada y descubierta.

En la configuración mítica, la noción de ambigüedad tensiona la diada *alétheia-léthe*, sin que el par implique un juego contradictorio que se autoexcluya. Lo develado y lo velado conviven en un pensamiento no cercenado aún por la tiranía de una lógica de lo verdadero-falso.

II Plano intermedio

Poesía y Memoria

El campo mítico se articula en un plano intermedio, la provincia de lo mágico-religioso, y reconoce distintas territorialidades en las cuales opera vigorosamente un pensamiento sostenido por esta lógica: el campo poético, el campo mántico o adivinatorio y el campo de la soberanía dan cuenta de un *lógos* que aún no conoce los rigores de la contradicción lógica porque fluye y se inscribe en otra lógica.⁴

Sin duda, la palabra poética como palabra cargada de poder, *lógos theokrántos*, es una palabra “dada” por los dioses. Eso es lo que le otorga poder y la diferencia de la *épe ákrata*, de las palabras vanas, que carecen de poder realizador. La verdad, *alétheia*, emerge de un fondo religioso y exige la presencia de ciertos seres extraordinarios para pronunciarla: decirla, cantarla, recitarla, en un contexto simbólico-ritual.

Es allí donde dos potencias se solidarizan en el *tópos* de la *alétheia* y de la memoria. Nos referimos a *pístis* y *peithó*. La *pístis* es la confianza entre el hombre y el dios o la palabra de un dios. Se trata de la fe en el oráculo, en la eficacia de la palabra mágico-religiosa. Así, se vincula con *peithó*, en tanto poder de la palabra

que se ejerce sobre otro, en clara alusión al poder de seducción de la palabra. Son estas dos cualidades las que posee un maestro de verdad encargado de preservar la memoria como fuente de sabiduría ancestral.

Alétheia llama a estas dos potencias para su realización. El ejemplo ilustrativo es el de Casandra, hija del rey troyano Príamo y de su esposa Hécuba, y hermana de Héctor y París. Casandra es una *alethómantis*, una profetisa “verídica”. Mas, por haber quebrado un juramento y haberse burlado de la *pístis*, Casandra fue privada por Apolo, el gran dios oracular, del poder de persuadir. Su transgresión le valió la pérdida de la *peithó*. Aunque su palabra sea eficaz, Casandra está condenada a decir palabras *akráanta* o, incluso, no fiables. Por ende, junto con la *peithó* ha perdido la *pístis*.

La otra tensión que el interior de la lógica mítica nos exhibe merece nuestra atención. El mismo término *alétheia* evoca la idea de *léthe*, y el ocultamiento de la verdad es una forma del olvido.

Esta tensión se vuelve dominante en el campo poético que proponemos relevar en la figura del poeta inspirado. Esta presencia supone reconocer en las *Moûsai* a las únicas que pueden decir la verdad como también ocultarla. Son ellas, en su carácter de divinidades, las que poseen ese poder insondable de otorgar la verdad a quien es digno de ellas. Tal es la iniciación poética que Hesíodo refiere, a quien las *Moûsai* le dijeron la verdad y lo dotaron de una memoria eterna, que trasciende el simple recuerdo de un mortal.

Esta palabra mágico-religiosa, más allá de los contactos con los conceptos precedentes (*pístis*, *peithó*, *alétheia*, *léthe*), se desarrolla dentro de otra diada: las palabras realizadoras y las palabras vanas, y está presidida por la relación entre las *Moûsai* y *Mnemosýne*. La acción realizadora de los dioses, quienes tienen el privilegio de decidir y llevar a cabo, plasma el estatuto del *lógos theókrantos*, de la palabra cargada de poder, en tanto acabada y cabalmente cumplida, inscrita en el campo léxico del verbo *kraino*. No es esta una palabra que busque el acuerdo de un auditorio, que se

4 Sobre este tema, véase Detienne (1986). La totalidad de la obra da cuenta de cómo se opera la declinación de esta provincia de lo mágico-religiosa para que posibilite la apertura de un *tópos* que albergue la experiencia del *lógos* como lógica triunfante, como el nuevo modo de mirar y nombrar el mundo.

someta a la aprobación o desaprobación. Su pronunciación abre y despliega un territorio de poder absoluto. En realidad, está más allá de los hombres, de la precaria temporalidad que los distingue, es una palabra que trasciende la esfera de la conciencia y la voluntad personal. Es esta palabra mágico-religiosa, pronunciada por un maestro de verdad, la que solo es posible a partir del soporte de la Memoria. Es, en última instancia, un privilegio, el don de una función social en la que *Mnemosýne*, como Memoria sacralizada, cumple un papel capital. Así, los poetas inspirados son poseedores de una palabra-don que no los reconoce como agentes, pero sin ellos tampoco el *lógos* poético se concreta. Encrucijada antropológica en la que la distancia frente a la divinidad retorna en el acercamiento que permite la palabra, abriendo un *tópos* simbólico de múltiples matices.

Como hemos venido esbozando, un rastreo de la configuración de la palabra mágico-religiosa como *lógos theokrantos* nos sitúa en la Grecia Arcaica en el horizonte de los maestros de verdad.

La relación de ciertos sujetos con la verdad y la memoria implica abordar una problemática antropológica en la medida en que la *alétheia* propicia un paisaje singular en la constitución antropológica; de allí su estatuto intermedio, su condición de “*médiums*”. Poetas, adivinos, reyes de justicia y purificadores resultan ser habitantes de ese paisaje, que, por otra parte, resulta ser el *tópos* de una determinada plasmación de la *arkhé*, del poder. Palabra mágico-religiosa de singulares características que más tarde cederá paso al *lógos* filosófico, en las instituciones de la *pólis* y celebrará el nacimiento de la filosofía como nuevo horizonte mental. Este acontecimiento decisivo, en términos de Jean Pierre Vernant (1976), reconoce el antecedente de la palabra diálogo, palabra aristocrática, que tiene en la figura de los *hippeís* una nueva configuración simbólica y una inédita constitución de la *arkhé*.

La nota dominante de esta provincia intermedia es la apertura de dos planos que se presentan como heterogéneos e impermeables entre sí a punto de constituir dos razas o dos mundos. Estos dos *tópoi* se diferencian por

la calidad de ser de cada uno, por el registro ontológico que los define: no es el mismo ser el del hombre que el de la divinidad, ya que los hombres son finitos, mortales, mientras que los dioses son inmortales, los Sempiternos Inmortales que Hesiodo nombra en su *Teogonía* (Colombani 2016). Al mismo tiempo, parece darse en el hombre una aspiración: achicar esta distancia y tomar contacto con la divinidad, rozar el *tópos* de lo divino, en un movimiento de aproximación y asimilación (Gernet 1981).

Esta aspiración humana supone jerarquizar la dimensión de la palabra sacralizada, ya que constituye un elemento capital en el acortamiento de la distancia que separa al hombre de la divinidad; en efecto, es la palabra la bisagra que permeabiliza territorialidades heterogéneas. Sabemos que se trata de dos planos ontológicamente álgidos, y tal alteridad está dada por la muerte. Somos seres para la muerte, una clave que delimita territorialidades, al tiempo que delimita temporalidades álgidas.

La experiencia poética, la experiencia adivinatoria, el campo de justicia y el de la purificación son los enclaves de permeabilización de tales *tópoi* y sostienen que es el *lógos theokrantos* presidido por *Mnemosýne* y su universo simbólico lo que permite achicar la distancia ontológica que supone la configuración mítica. Estas dos regiones del ser están definidas por distintas coordenadas: lo divino y lo humano, el poder y el saber.

El situarse en el campo poético como uno de los enclaves de la provincia de lo mágico-religioso es ubicarse en la figura del poeta inspirado, ese sujeto excepcional capaz de correr el velo (*léthe*) y develar la verdad-realidad (*alétheia*) a partir de su posibilidad de retornar por un don de videncia a los acontecimientos que evoca; acontecimientos que pertenecen a ese tiempo prestigioso de los orígenes. Se trata de un círculo de poetas inspirados cuya presencia evoca dos conceptos complementarios: el de Musa y el de Memoria. Tal como afirma Montserrat Jufresa: “La función del poeta es dar sentido al tiempo presente de los hombres y de sugerir un futuro mediante la ordenación del pasado” (2010: 167).

Abordemos a continuación algunos aspectos genealógicos referidos por la *Teogonía* hesiódica. Las *Moûsai* son hijas de *Mnemosýne* y aparecen como el elemento divino que inspira y “realiza” la función poética. Como en el caso de la función mántica, la escenografía ritual-simbólica se repite: un telón de fondo mágico-religioso, un maestro de verdad que pronuncia la *alétheia* y el hombre que anticipa su futuro o se hunde en un pasado remoto. La palabra del poeta busca descubrir lo primordial, la realidad originaria, esa instancia del más allá donde habían acontecido los hechos significativos, las acciones ejemplares y los núcleos arquetípicos que fundaron la realidad; su intención es inscribirlos en la memoria y conjurar su olvido.

En este contexto, las *Moûsai* ocupan un papel protagonista. Son ellas las que posibilitan que el poeta “se acuerde”. Se trata de una Memoria que re-actualiza el acontecimiento evocado; es un poner en acto, un traer a la presencia como forma de conjurar la ausencia, el olvido. Se trata siempre de una visión del más allá. El poeta, por puro favor de las *Moûsai*, es contemporáneo de los acontecimientos evocados.

Pensemos en la diáda *Moûsai-Mnemosýne* para exhibir la importancia de su presencia. El valor de las *Moûsai* en la tradición hesiódica está asociado a su magisterio femenino (Hesíodo 2005: 22-26). Los versos remiten a la iniciación poética. El poeta recibe a las *Moûsai* como un don, como un privilegio, como un legado divino que retorna en la palabra cantada, ritmada. Es este el segundo valor que Marcel Detienne le otorga a la palabra “musa”, la palabra tal como fluye de la boca de un poeta inspirado. Lo mismo ocurre con la Memoria, un primer nivel de potencia religiosa y un segundo nivel de facultad psicológica. En las *Moûsai*, observamos el mismo esquema. Un primer nivel de registro sacralizado, las hijas bienhabladas de Zeus, y un segundo registro donde la musa alude a la palabra “mágico-religiosa”. Son ellas quienes lo inician en el arte poético, y su presencia en un lugar sacralizado, el divino Helicón, responde a la configuración mental de un campesino de Beocia, para quien la presencia de lo

sobrenatural constituye un elemento familiar de la vida cotidiana.

En efecto, la inspiración está en el orden de la posesión: en cierto sentido, las *Moûsai* poseen al poeta, lo capturan con su bellísima voz y le otorgan ese don de videncia. Es él quien siente en su interior su presencia, en el instante mismo en que las *Moûsai* lo sobrepasan, sobrevienen a él, exactamente en la línea semántica del verbo *katochéo*.

Son ellas las que saben decir muchas mentiras con apariencia de verdades (*pseudéa*), pero cuando quieren, saben decir la verdad. La verdad siempre es patrimonio de los dioses, quienes deciden a quién le otorgan el poder de “verla”, cantarla y confiarla a la memoria.

Este espacio se ve ratificado por ciertos objetos simbólicos que acompañan la ritualización y la excepcionalidad de la circunstancia, ya que las *Moûsai* le “dieron un cetro después de cortar una admirable rama de florido laurel” (Hesíodo 2005: 31-32). En efecto, la palabra mágico-religiosa es inseparable de conductas y valores simbólicos; por ello, se trata de una palabra litúrgica, sacralizada y eficaz. El gesto de las *Moûsai* es constitutivo del escenario ritual. Los objetos pierden su calidad y se constituyen en objetos eficaces, complementarios de la propia iniciación poética. Es por acción de las *Moûsai* que el poeta celebra el futuro y el pasado, ya que además le encargaron celebrar con himnos a la estirpe de los Inmortales. La función social y religiosa del poeta es celebrar a los Inmortales, que significa traerlos a la Memoria, hacerlos presentes, ponerlos en acto. Dice Hesíodo: “Infundiéronme voz divina” (Hesíodo 2005: 32). En efecto, la palabra es puro regalo de las diosas, quienes donan la palabra cantada, y, en virtud de esa gratitud, el poeta las invoca siempre al comienzo y al final del canto.

Son ellas en realidad las que alegran el corazón de su padre “narrando al unisono el presente, el pasado y el futuro” (Hesíodo 2005: 38-39); función festiva que aligera las preocupaciones y mantiene viva la Memoria de Zeus. Poseen una visión única y absoluta del tiempo. Las Musas, con su infatigable voz, “lanzando al viento su voz inmortal, alaban con

su canto primero, desde el origen, la augusta estirpe de los dioses, a los que engendró Gea y el vasto Urano y los que de aquellos nacieron, los dioses dadores de bienes” (Hesíodo 2005: 44-48). Es por esto que la palabra mágico-religiosa es una palabra de alabanza: Alabar es celebrar, honrar, en el sentido de traer siempre a la memoria lo que merece ser recordado eternamente.

El segundo elemento de la díada *Moûsai*-Memoria nos lleva al territorio de *Mnemosýne*. En principio, se trata de una Memoria divinizada, sacralizada. No es la memoria ordinaria de los mortales, sino una memoria sobrehumana, inscrita en la lógica del privilegio que solo algunos poseen.

La palabra poética hunde sus raíces en *Mnemosýne*, esa omnisciencia de carácter adivinatorio, la única que sabe lo que fue, lo que es y lo que será. Memoria que todo lo conoce, al modo de la omnisciencia de los dioses; potencia femenina que dista de ser una mera función psicológica para cobrar estatuto sacralizado.

Así quedan presentadas las dos nociones complementarias, *Moûsa* y *Mnemosýne*, que sostienen el campo poético y hacen del poeta un ser privilegiado: “De las Musas y del flechador Apolo descienden los aedos y citaristas que hay sobre la tierra; y de Zeus, los reyes. ¡Dichoso aquél de quien se prendan las Musas! Dulce le brota la voz de la boca. Pues si alguien, víctima de una desgracia, con el alma recién desgarrada se consume afligido en su corazón, luego que un aedo servidor de las Musas canta la gesta de los antiguos y ensalce a los felices dioses que habitan el Olimpo, al punto se olvida aquél de sus penas” (Hesíodo 2005: 95-103). Los versos devuelven los dos campos en que se juega la relación complementaria. En primer lugar, la posibilidad de acceder a ese relato de los orígenes que sólo *Mnemosýne* otorga como don-legado; en segundo, la característica de las *Moûsai* cuya palabra cantada apacigua las preocupaciones, deleita el corazón del Padre y permite olvidar las penas.

Por un lado, la *Moûsa* aparece como fuente de inspiración; por otro, la cuestión del contenido: solo por su recuerdo, *Mnemosýne*,

la palabra poética toma forma, cuerpo, se materializa en canto celebratorio que conjura la oscuridad del olvido y del silencio. El poeta, que siempre pide ayuda a las *Moûsai*, pregunta a ellas qué ha de decir, nunca cómo. El don de la *Moûsa* es la palabra verdadera; y el poeta, su intérprete, un decidor de esa verdad.

La *Moûsa* es aquella divinidad que inspira plena confianza, *pístis*, porque *Mnemosýne* es su par complementario, y sus linajes están directamente emparentados.

Dos imágenes tributarias del campo mítico: la idea de una conducción adecuada hacia las fuentes de *alétheia* y la idea de una tarea de develamiento. Hesíodo vuelve a ser ilustrativo al respecto. El poeta invoca a las *Moûsai* para que le otorguen la gracia de esa visión superior: “¡Salud, hijas de Zeus! Otorgádmelo el hechizo de vuestro canto. Celebrad la estirpe sagrada de los sempiternos Inmortales, los que nacieron de Gea y del estrellado Urano, los que nacieron de la tenebrosa Nýx y los que crió el salobre Ponto. Decid también cómo nacieron al comienzo los dioses, la tierra, los ríos, el ilimitado Ponto de agitadas olas y, allí arriba, los relucientes astros y el anchuroso cielo. [...] Inspirádmelo esto, Musas, que desde el un principio habitáis las mansiones olímpicas, y decidme lo que de ello fue primero” (Hesíodo 2005: 103-116).

El poeta, inspirado por las *Moûsai*, accede a la ciencia de *Mnemosýne*, es decir, al saber de los orígenes, de los comienzos, a una fuente primordial de sabiduría, a un tipo de saber originario y primordial, reservado a unos pocos elegidos, *epoptés*.

Se trata del relato de la génesis de los dioses, la aparición del mundo y del hombre; no es pues el antecedente del presente en el orden temporal, es la fuente misma, el fondo del ser que explica el devenir en su conjunto. Por ello, el poeta canta una teogonía y una cosmogonía. Dice Detienne: “Mediante su memoria, el poeta accede directamente, a través de una visión personal, a los acontecimientos que evoca; tiene el privilegio de ponerse en contacto con otro mundo. Su memoria le permite descifrar lo invisible” (1986: 28).

El poeta se convierte así en un contemporáneo de los dioses, en un

con-ciudadano de los *Athánatoi*. Hay pues un traer a la presencia, hacer presente en lo que concierne a la eficacia de la realización. La palabra es poder y se distingue claramente de la palabra vana.

III. Otras figuras de la Memoria

Soberanía, sabiduría y Memoria

En el marco de la función de soberanía, Nereo, el anciano del mar, es una figura que el mito devuelve y que constituye en vicario. Proponemos abordar su figura en relación con una Memoria sacralizada.

Algunos adjetivos representan la constelación de predicciones que un maestro de *alétheia* debe poseer y que Nereo encarna como arquetipo de la función de soberanía. Pensemos en los tres adjetivos con los que Hesíodo enumera a los descendientes de Ponto y ubica a Nereo en primer lugar. A partir de una presentación genealógica, *Teogonía* da cuenta de ciertos epítetos que configuran el perfil identitario de la divinidad oracular: “El Ponto engendró al sincero [*Apseudés*] y veraz [*alethés*] Nereo, el mayor de sus hijos. Además, le llaman Viejo, porque, infalible [*Nemertés*] y benévolo [*épios*], no se le ocultan las leyes divinas, sino que conoce justos y sabios designios” (Hesíodo 2005: 233-236).

He allí los tres adjetivos que configuran el campo de la eficacia adivinatoria. *Nemertés* significa infalible, certero, veraz, sincero, más allá de ser una de las hijas de Nereo, quien encabeza un largo linaje de divinidades oraculares.

Nereo es *Nemertés* porque en él el olvido está ausente. *Nemerteia* es el término para calificar al oráculo o al adivino infalible. Por su parte, *Apseudés* alude a lo verídico. Se refiere a la ausencia de falta a partir de la comprensión de que el engaño es una forma de falta u olvido. La tensión se juega, nuevamente, en el campo de la memoria y del olvido. La memoria que desvela, desoculta, descubre, y el olvido como una falta, una ausencia y silenciamiento. Como contrapartida, *pseudés* no corresponde

exactamente a un mentiroso, sino más bien al que engaña y, en tal sentido, comete una falta porque olvida. La dialéctica que se opera no obedece a los parámetros del pensamiento lógico racional, en el cual la diada de oposición se da entre lo verdadero y lo falso. La tensión hay que pensarla entre lo que se oculta y se desoculta, lo que engaña y lo que no. El engaño es una forma del ocultamiento y, en tal sentido, del olvido.

El rey suele ser también poeta e invoca la presencia de las *Moúsai*, las Bienhabladas hijas de Zeus y *Mnemosýne*, para que su auxilio le otorgue esa visión privilegiada, traducida en sabiduría. La metáfora evoca la imagen de una “visión”, de una mirada que penetra en un *tópos* otro, de un ojo penetrante, como el de Apolo, como la sabiduría del Apolo Hiperbóreo, el dios de los “chamanes” griegos.

En efecto, según Dodds (1997), la influencia chamánica en Grecia proviene de ese mismo norte del cual se creía que volvía Apolo una vez al año. El Apolo Hiperbóreo también es el Apolo *Foibós*, el Brillante. La metáfora de la luz implica la verdad y la memoria frente a la oscuridad del olvido. La *alétheia* es siempre del orden de lo lumínico, y Apolo es su referente mítico por excelencia.

La experiencia chamánica y sus puntos de contacto con otras figuras de la iniciación religiosa dan cuenta de esta relación entre sabiduría, memoria y *arkhé*, en la cual el punto de contacto se inscribe en una metáfora de la luz. *Alétheia* es, en efecto, una suerte de doblete de *Mnemosýne* (Dodds 1997: 55). La sabiduría de la que está dotado un chamán es esa posibilidad única de “ver”, de estar instalado en el seno de la Memoria, en su fuente o manantial de donde brota la presencia de lo que se evoca.

Esta es la instalación de un personaje como Epiménides de Creta, otro de los llamados maestros de verdad en su calidad de purificador. En efecto, la *alétheia* que Epiménides de Creta tiene el privilegio de ver es la “llanura de *alétheia*” que el alma del iniciado aspira a contemplar (Doods 1997: 18). Incluso, en el marco de esta configuración religiosa, *alétheia* es complementaria y doblete de *Mnemosýne*, pero también de *Dike*, ya que no hay distancia entre

lo verdadero y lo justo, y el propio Epiménides “va a pleno día a la gruta de Zeus Diktaios, y permanece allí soñando durante numerosos años, conversa con los dioses y habla con *Alétheia* y *Dike*” (Dodds 1997: 43). La imagen evoca la familiaridad del maestro religioso con los dioses.

El discurso poético es un *tópos* altamente defendido y ritualizado, en la línea de lo que Michel Foucault denomina ritualización discursiva y que se refiere a la excepcionalidad del sujeto que pronuncia la palabra, el tipo de la palabra que circula y la circunstancia en que el dispositivo discursivo se despliega (1983: 34). No se trata de palabras vanas, comunes y ordinarias, sino de un tipo de palabra realizadora, que genera desde su poder la realidad misma. Semejante *lógos* implica un vínculo ritualizado con el telón de fondo mágico religioso que sostiene esta lógica. La estructura de pensamiento mítico supone la vigorosa presencia de un *tópos* divino que permite la realización de ciertas funciones socio-religiosas como la poesía, la justicia o la purificación.

Detienne da cuenta de un largo linaje en el cual se plasma un juego de opuestos emparentado con la tensión memoria-olvido: “En efecto, lo que en este pasado griego se impone es la Musa, o mejor, las Musas; es decir potencias religiosas, solidarias de otras potencias, tales como *Cárites*, *Mómos*, *Hipnos* (sic)” (1986: 59). Pensemos en estos parentescos. Sin duda, es *Teogonía* la que da cuenta del largo linaje divino y nos lleva a ubicar no solo a las *Moúsai*, sino también a estas figuras complementarias. *Mómos* e *Hýpnos* son hijos de la *Nýx*, hija de *Kháos* y de *Érebo*. Como es habitual en la lógica del linaje hesiódico, existe una descendencia diversa, mezcla de bien y mal, de luminosidad y tenebrosidad, de claridad y oscuridad. Tal como relata Hesíodo: “Parió la noche al maldito Moros, a la negra Ker y a Tánato; parió también a Hipnos y engendró la tribu de los Sueños. Luego además la diosa, la oscura Noche, dio a luz sin acostarse con nadie a la Burla, al doloroso Lamento y a las Hespérides que, al otro lado del ilustre Océano, cuidan las bellas manzanas de oro y los árboles que producen el fruto” (Hesíodo 2005: 212-217).

No hay palabra de alabanza sin comprenderla en la tensión con *Mómos*, con la palabra de desaprobación, la que conoce el rostro de *Mómos*. Precisamente él, el hijo de *Nýx*, hermano de *Léthe*, el olvido, es quien polariza una tensión en que las *Moúsai* conceden el don de la Aprobación o la Desaprobación, como aspecto negativo de la Alabanza. La Desaprobación está emparentada con *Léthe*, como potencia oscura que inscribe en un *tópos* otro, contrario a la luminosidad que otorga *Mnemosýne*.

Estamos instalados, complementariamente, en el campo que domina el verbo *lantháno*: ocultarse, pasar inadvertido, escaparse, estar oculto. Parece desplegarse una metáfora lumínica en que la polaridad noche-día, oscuridad-claridad, memoria-olvido domina la escena. Las *Moúsai* y la Memoria hacen que el poeta se acuerde.

IV Plano humano

Memoria y honor

¿Cómo opera la tensión memoria-olvido en el plano humano? ¿Qué relación hay entre el par que venimos tematizando y la conducta humana? Las preguntas formuladas nos llevan nuevamente a Hesíodo y a Homero.

Trabajos y Días es un poema de marcado valor sociopolítico. El *kósmos* ha sido definitivamente organizado a partir de la figura de un Zeus garante que ha vencido a los Titanes y a Tifón, fuerzas a-cósmicas.

El discurso de Hesíodo pone al trabajo en un espacio sobrecargado de valoraciones, al tiempo que constituye la bisagra territorializante y desterritorializante, que marca las fronteras entre lo Mismo y lo Otro, el *tópos* luminoso, asociado a la memoria y al honor, y el *tópos* oscuro, relacionado al olvido y al deshonor.

Algunos hombres quedan territorializados en el *tópos* del trabajo y, por ende, de la *areté* y la memoria social, constituyendo antropológicamente el campo de la Mismidad, de lo semejante y homogéneo, mientras otros, en cambio, quedan sujetos al *tópos*

de la holgazanería, integrando el campo negativizado de la Otrredad, de lo heterogéneo y de lo diferente, de aquello que no merece ser recordado. Una de sus caracterizaciones aparece en los siguientes términos: “El holgazán, aferrado a una vana esperanza y falto de sustento, se lanza continuos reproches en su corazón. No es buena la esperanza que acompaña al pobre que sentado en la tertulia no tiene bastante alimento” (Hesíodo: 497-501). El otro hombre, en cambio, conoce las dulzuras de la buena reputación. La buena reputación, el buen nombre, la fama está emparentada, precisamente, con la memoria porque representa aquello que merece ser recordado por su valor social.

La conclusión del poema es elocuente al respecto: “Obra de este modo y evita la terrible reputación de los mortales; pues la mala reputación es ligera y muy fácil de levantar, pero dura de soportar, y es casi imposible quitársela de encima. Ninguna reputación desaparece totalmente si mucha gente la corre de boca en boca. Sin duda que también ella es un dios” (Hesíodo: 760-765). Nuevamente sobrevuela el texto la idea del buen nombre, de la memoria que las buenas obras regalan a los hombres de bien. Nombre y memoria. Reputación y presencia. Anonimato y olvido.

Versos reveladores del mundo antiguo que intersectan otros campos pertenecientes al mismo horizonte mental. Nos referimos al mundo homérico y a la institución guerrera, que Marcel Detienne (1986) asocia a la palabra-diálogo.

En este escenario mental, antecedente histórico de los acalorados debates de la *pólis* clásica, la institución guerrera se erige como un nuevo ejemplo de la tensión memoria-olvido, a partir de las peculiaridades de la función social de los *hyppeis*, en el marco del proceso de secularización de la palabra.

En efecto, dos potencias son temibles en este escenario de pensamiento: la Alabanza y la Desaprobación. En realidad, se trata de dos pivotes de la lógica guerrera, pero también de todo hombre que se halle bajo la mirada de los dioses, porque tales potencias determinan procesos de territorialización

y desterritorialización, de visibilidad e invisibilidad, de aparición y desaparición, de recuerdo y olvido, de presencia y ausencia. Incluso, las dos nociones dominantes se juegan en una metáfora lumínica que recae sobre la figura tanto del guerrero como del hombre común y marca su reconocimiento y aprobación social, o bien su desaprobación, articulada en muerte. El fondo de las consideraciones se da en el par antitético que hemos venido rastreando. La memoria se asocia a la Aprobación como potencia de vida y el olvido a la Desaprobación como potencia de muerte social.

Se trata de una lógica del reconocimiento, que tensiona esos polos complementarios y que puede resumirse en la diada *alétheia-léthe*. La aprobación se desempeña en el horizonte de la verdad, en tanto desoculto, develado y, por ende, se inscribe en la Memoria eterna de quienes deben ser recordados más allá de la fugacidad del tiempo humano. El honor quita el velo del oprobio, devela y descubre el ser del hombre. El honor es el pasaporte a la Memoria.

Por el contrario, el deshonor cubre y vela el buen nombre y la fama. Así, el hombre queda oscurecido, cubierto detrás del velo del anonimato, sumido en el olvido y en un cono de sombra. Nuevamente, linaje luminoso y linaje oscuro como figuras representativas de la Memoria y del Olvido. Si intersectamos el campo que hemos venido analizando con el *tópos* guerrero, descubriremos que “fortalecidos con la autoridad que les confería una sociedad organizada según el principio de clases por edad, los ancianos, que pasaban gran parte de la jornada en la ‘sala de conversaciones’, consagraban lo mejor de su tiempo al elogio de las buenas acciones y a la crítica de las malas” (Detienne 1986: 30). Los poemas recitados en Esparta habitualmente se referían a las personas que habían dado su vida por Esparta, exaltaban la dicha de esa muerte, articulada en Memoria, y descalificaban a quienes se habían mostrado cobardes, inscritos en el plano del olvido. La cobardía se mide en descalificación social porque la gloria, a su vez, se mide en Memoria Eterna.

En este esquema mental, emparentado con el universo hesiódico a partir del concepto de

areté, debemos referirnos a un doble concepto de gloria que la virtud aristocrática define en su marco mental: *kléos* y *kúdos*. “*Kudos* es la gloria que ilumina al vencedor; especie de gracia divina, instantánea. Los dioses la conceden a unos y la niegan a otros. Por el contrario, *kléos* es la gloria tal y como se desarrolla de boca en boca, de generación en generación. Si *kúdos* descende de los dioses, *kléos* asciende hasta ellos” (Detienne 1986: 31). Es ese doble juego lo que determina el buen nombre, la fama, la reputación, el honor y, por ende, la Memoria como recompensa. Es en ese contexto en que se despliega la luminosidad que acompaña al guerrero, o al hombre común en el poema hesiódico, descubriéndolo, mostrándolo socialmente, para que no soporte el peor de los oprobios: morir *áphantos* y *nónymnos*. Ambos términos obedecen al marco de significación del olvido como representación social.

La huella semántica de los términos colabora en la interpretación de un fenómeno nodular en el seno de la lógica aristocrática. *Áphantos* significa invisible, escondido, desaparecido, mientras el verbo *aphanízo* significa hacer invisible, hacer desaparecer, suprimir, borrar, desfigurar, obscurecer, callar. El campo simbólico aparece en la oscuridad del olvido, forma del silencio. Por su parte, el adjetivo *nónymnos* significa no solo anónimo y sin nombre, sino también sin gloria, solidarizando definitivamente nombre, memoria y gloria como elementos que se implican mutuamente.

Las metáforas retornan desde múltiples vertientes. La oscuridad opaca el brillo del hombre, y las tinieblas se yerguen sobre su figura. Ontológicamente, aparece un registro de no ser, de muerte, de ausencia, que contrasta con la presencia de la fama, la reputación, el buen nombre, devenido en gloria y memoria. Presencia y ausencia, luz y tinieblas, vida y muerte, palabra y silencio, memoria y olvido, honor y deshonor son los pares de una lógica que tensiona la pertenencia o no al *tópos* de los hombres virtuosos, tanto en una lógica que hace del guerrero su figura central o de una lógica que hace del trabajador el motor del progreso social.

En el caso del guerrero, será el poeta quien le otorgue o niegue la Memoria, esa omnisciencia que conjura el peligro de *léthe*. Silencio y Oscuridad constituyen un par temible porque implica que la vida no merece ser recordada. El elogio es siempre medido y nunca se prodiga a quien no lo merezca. En una lógica en que la obsesión es ser reconocido, el elogio, épinos, constituye la porción de fama y alabanza que territorializa a los hombres en el *tópos* anhelado de la Memoria.

El honor se incardina en dos variables de peculiares resonancias: el ser y el tiempo. El honor, articulado en fama, dona el ser, la presencia, proporciona la realidad misma y aleja la amenaza de la ausencia como forma del no ser, del olvido.

El hombre homérico adquiere conciencia de su valor por el reconocimiento de la sociedad a la que pertenece. Es un producto de su clase y mide su propia excelencia por la opinión de sus semejantes (Jaeger 1995: 25). Es en ese contexto en que se despliega la luminosidad que acompaña al guerrero, descubriéndolo, mostrándolo socialmente. Tal como declama Héctor: “¡Que al menos no perezca sin esfuerzo y sin gloria, sino tras una proeza cuya fama llegue a los hombres futuros!” (Homero 2000: XXII 304-305).

Sobre este fondo simbólico, cargado de matices y aristas de análisis, se yergue el tema del reconocimiento de los mortales, alejados o vinculados a la *areté*, esto es, al trabajo y a las virtudes religiosas como la piedad.

Conclusiones

El propósito de este trabajo fue relevar la complementariedad entre memoria-olvido. Nos movimos dentro del pensamiento arcaico para descubrir que dicho juego representa el fondo del mapa simbólico de lo real, que distingue dos planos impermeables entre sí: lo divino y lo humano.

La tensión complementaria y la propia cartografía de lo real que diagrama el mito nos llevó a reconocer una Memoria con mayúsculas, en tanto potencia religiosa, y una memoria con

minúsculas para remitirnos al nombre vulgar, propio del plano de los mortales.

Propusimos abordar la tensión desde un doble escenario de significación, respetando ambos *tópoi*, el divino y el humano, pero abrimos el análisis a un plano intermedio para ver cómo se plasma la tensión en el campo de los maestros de verdad, en que la tensión entre ambos polos ocupa un papel dominante en el pensamiento mítico como sistema complejo de percepción de lo real.

Iniciamos nuestro recorrido por el plano mítico en el cual la diada en cuestión constituye uno de los pilares de su arquitectura, a partir

de la complementariedad *Mnemosýne-Léthe* y *Mnemosýne-Mousai*, como potencias religiosas.

Más tarde, acompañamos la tensión en la provincia de lo mágico-religioso como plano intermedio y descubrimos su importancia en ciertas figuras en las cuales la Memoria y el Olvido forman parte de su campo simbólico.

Por último, hicimos pie en el plano humano para pensar la diada como una bisagra socio-antropológica, ya que la acción de los varones mortales, ya sea en su dimensión guerrera, ya en la configuración del trabajo y la virtud, es merecedora de la memoria o del olvido.

Bibliografía

Fuentes

Hesíodo. 2000. *Obras y fragmentos*. Trad. Aurélio Pérez Jiménez. Gredos, Madrid.

Hesíodo. 2005. *Teogonía, Trabajos y Días*. Trad. Lucía Liñares. Losada, Buenos Aires.

Hesíodo. 2006. *Theogony. Works and Days. Testimonia*. Trad. Glenn W. Most.. Loeb Classical Library; Harvard University Press, London.

Homero. 2000. *Iliada*. Trad. Emilio Crespo Güemes. Gredos, Madrid.

Liddell, H.G.; Scott, R. 1996. *A Greek-English Lexicon*. Clarendin Press, Oxford.

Bibliografía citada

Aristóteles. 2000 *Metafísica*. Traducción del griego al español, introducción y notas de Hernán Zucchi,. Sudamericana, Buenos Aires.

Cassirer, E. (1974) *Antropología filosófica: Introducción a una filosofía de la cultura*. FCE, Ciudad de México.

Colombani, M.C. 2016. *Hesíodo: Discurso y linaje. Una aproximación arqueológica*, Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Cornford, F.M. 1987. *Principium Sapientiae: los Orígenes del Pensamiento Filosófico Griego*. La Balsa de la Medusa;Visor, Madrid.

Detienne, M. 1986. *Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica*. Taurus, Madrid.

Dodds, E.R. 1997. *Los griegos y lo irracional*. Alianza, Madrid.

Eliade, M. 1991. *Mito y realidad*. Labor, Colombia.

Foucault, M. 1983. *El orden del discurso*. Tusquets, Barcelona.

Gernet, L. 1981. *Antropología de la Grecia Antigua*. Taurus, Madrid.

Iriarte Goñi, A. 2002. *De amazonas a ciudadanos: Pretexto gineocrático y patriarcado en la Grecia Antigua*. Akal, Madrid.

Jaeger, W. 1995. *Paideia*, FCE, México.

Jaspers, K. 1981. *La filosofía desde el punto de vista de la existencia*. FCE, Madrid.

Los antiguos griegos desde el laboratorio de París. Mediterránea, Málaga, 157-172.

Jufresa, M. (2010) *Sophía y sophós en la época arcaica griega* In: Iriarte Goñi, A. & Sancho Rocher, L.

Vernant, J-P. (1976) *Los orígenes del pensamiento griego*. EUDEBA, Buenos Aires.

Memória e Esquecimento na Narrativa Órfica

Rafael Pitt*

PITT, R. Memória e Esquecimento na Narrativa Órfica. R. Museu Arq. Etn. 43: 44-54, 2024.

Resumo: O presente artigo estuda o problema da representação de Memória e Esquecimento dentro da narrativa órfica. Assumindo o orfismo como uma expressão religiosa, tal como os mistérios eleusinos e o dionisismo, o artigo investiga a definição e a função que Memória e Esquecimento desempenham em sua escatologia. O objetivo do artigo é demonstrar que Memória e Esquecimento ocupam um lugar importante dentro da narrativa religiosa órfica, especialmente no que se refere ao destino do iniciado após sua morte e, também, apresentar as semelhanças com as quais Memória e Esquecimento aparecem em alguns filósofos e poetas gregos. O principal método utilizado foi a análise literária de fragmentos órficos, fragmentos pré-socráticos, diálogos platônicos e poesia grega. Os resultados alcançados mostram que Memória e Esquecimento desempenham papéis diferentes, mas igualmente importantes, dentro da narrativa órfica. Ambas sinalizam os dois destinos possíveis da alma do iniciado no Hades, a saber, ou a reencarnação ou a permanência no mundo dos mortos. Outro resultado alcançado apresenta a possibilidade de que Memória e Esquecimento tenham sido apropriados por filósofos e poetas gregos que, para seus próprios fins, as transpuseram do ambiente religioso e misterioso para a poesia e a filosofia nascente.

Palavras-Chave: Orfismo; Memória; Esquecimento; Escatologia; Filosofia.

Lâminas douradas

Lâminas douradas é a nomenclatura genérica dada a um variado conjunto de material túmbico encontrado junto ao corpo de pessoas sepultadas aproximadamente entre os séculos IV AEC e III EC. De tamanho minúsculo e composição predominante áurea, dispostas geralmente sobre o peito, entre as mãos ou na boca do cadáver, cuidadosamente dobradas para se manterem

sob controle e acesso exclusivo do portador, as lâminas douradas trazem escritas mensagens, códigos, alusões e senhas que contam uma narrativa órfica.

Ao longo do tempo e em sepultamentos de diferentes locais, foram aparecendo diversas lâminas de ouro de tamanhos variados e com breves textos gravados, quase todos em hexâmetros, tratando sobre a maneira que o defunto deve agir e as palavras que deve dizer no Além para alcançar uma beatitude eterna e um destino melhor que o das demais almas. Os portadores das lâminas era indubitavelmente iniciados, cremos que órficos, embora sobre este ponto

* Doutor em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCLAr-UNESP). Professor Adjunto de Filosofia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Colaborador da Cátedra UNESCO Archai: As origens plurais do pensamento ocidental. Contato: rafaelpitt@gmail.com

tenham suscitado muitas discussões (Bernabé & Jiménez, 2008: 495).

As lâminas douradas compõem um importante acervo literário sobre o qual pode-se reconstruir parte do imaginário dos antigos gregos que assumiram, total ou parcialmente, o orfismo para suas representações *post-mortem*. Nota-se que os locais de achado deste material, assim como seu conteúdo, não deixam dúvidas sobre o propósito maior a que se prestam, a saber, fornecer algum tipo de orientação ou ajuda para o iniciado em sua passagem da vida para a morte. Deste modo, entende-se que existem aqui dois lados da mesma moeda formando uma visão unitária, a saber, a existência de um saber esotérico em posse de algumas pessoas afeitas a tal tipo de conhecimento e, em contrapartida, como seu corolário, a convicção ou esperança de que tal saber, se seguido corretamente, poderia render um benefício importante e usufruível após a morte.

O que se propõe neste artigo é analisar o conteúdo de algumas lâminas douradas dando destaque aos papéis desempenhados por Memória e Esquecimento. O que se busca, a todo momento, é salientar o lugar e o sentido que Memória e Esquecimento desempenham dentro da narrativa religiosa do orfismo. Ao longo do processo são destacados aspectos fundamentais dessa tarefa como, por exemplo, a descrição do caminho que o iniciado percorre ao entrar no Hades, assim como se aventa a possibilidade de que a escatologia órfica, em sua forma mais teórica e poética, tenha sido ecoada por alguns filósofos gregos. Todas as traduções são minhas, exceto quando indicado o contrário.

Os caminhos dos mortos

A descrição que as lâminas de ouro fazem do Hades dialoga com o que é dito sobre ele desde Homero. As lâminas de Hipônio, Entella, Petélia, Fársalo e Creta (OF 474-487) apresentam a topografia do local subterrâneo, distante da luz do sol, marcado fortemente

pelo contraste com o mundo da superfície. Predominantemente tenebroso (ὄρφνήμεντος – OF 474.9), o Hades das lâminas douradas também é regido por Perséfone, a rainha subterrânea (ὕποχθονίων βασιλεία Περσεφόνη – OF 474.13) e seu parceiro, homônimo do local. No Hades, embora existam rios, pradarias, rochas, fontes, árvores e habitantes, predomina a sensação de desorientação a todo aquele que chega ali. Portanto, dispor de uma forma de orientação pelos caminhos subterrâneos é uma necessidade premente para o iniciado que não deseja se perder entre as sombras do além.

Ao chegar no mundo dos mortos, o iniciado experimenta a sensação de desorientação típica do lugar e se vê numa espécie de bifurcação dos caminhos. Há um caminho para a direita e outro para a esquerda e, ao longo de cada um deles, uma fonte de água. Os termos mais comuns encontrados são duas “fontes” (κρήνη – OF 474.2) ou “lagoas” (λίμνη – OF 474.4). A primeira é identificada por um cipreste branco, enquanto a segunda, que fica mais adiante ou à direita, é caracterizada por sua água fria. Aquela é a Fonte do Esquecimento (Λήθη); esta, a da Memória (Μνημόσυνη). Trata-se de um dos elementos mais recorrentes das lâminas douradas. Nas lâminas de Hipônio, Entella e Fársalo (OF 474.2, 475.4, 477.1) a fonte da direita é a fonte a ser evitada, enquanto a fonte da memória está “mais adiante”. Na lâmina de Petélia (OF 476.1 e 4) encontra-se a orientação para evitar a fonte situada à esquerda da mansão de Hades, enquanto deixa a entender que a fonte localizada ao outro lado deve ser visitada.

Vê-se que as descrições variam, embora se mantenha a orientação de evitar uma das fontes e seguir pelo lado da outra, cuja localização se encontra, como regra geral, à direita. Cito a seguir um verso reconstruído a partir das lâminas de Hipônio (vv. 2-7), Petélia (vv. 1-5), Fársalo (vv. 1-5) e Entella (vv. 4-9):

ἔστ' ἐπὶ δεξιὰ κρήνα,
 παρ' αὐτὰν ἑστακυ<τ>α λευκά
 κυπάρισσος·
 ἔνθα κατερχόμεναι ψυ<χ>αὶ νεκῶν
 ψύχονται.

ταύτας τὰς κρίνας μηδὲ σχεδὸν
ἐνγύθεν ἔλθεις.
πρόσθεν δὲ εὐρήσεις τὰς Μναμοσύνας
ἀπὸ λίμνας
ψυχρὸν ὕδωρ προρέον.

...há uma fonte à direita
e perto dela, ereto, um cipreste branco.
Ali, ao descer, as almas dos mortos
ganham vida.
Não chegue nem perto dessa fonte!
Mais à frente você encontrará a
água doce fluindo
do Lago Mnemósyne.

Interessante observar que a Fonte do Esquecimento, marcada pela presença da árvore branca, traz a alma do morto de volta à vida. Essa aparente contradição explicita um tópico importante da narrativa órfica: a verdadeira vida não é esta que se experimenta encarnado, mas aquela celestial, da qual a alma se origina. Por sua vez, a “água doce” do Lago da Memória concede ao iniciado a recordação de seu rito e de sua origem celeste, de modo a lhe permitir permanecer no Hades e escapar de uma nova encarnação.

Destaco o jogo fônico que existe no terceiro verso. “Ali, ao descer, as almas (ψυχαί) dos mortos se refrescam (ψύχονται)”. A lógica órfica que está por trás desse jogo pressupõe a associação comumente feita entre calor e vida natural, assim como leva em conta a sensação de sede que as almas experimentam dentro do Hades. Para explicar o jogo cito Bernabé (2008: 871-2):

Tortorelli propõe neste contexto o verbo ψύχονται significando “recebem vida”, em vez de “se refrescam”, e relaciona a raiz ψυχ- com ψυχή, “alma”, também “vida”, e não com ψυχρός, “frio”. Acredito que se pode estender uma ponte entre essa interpretação e a tradicional se pensarmos que o autor do texto joga com um duplo sentido “etimológico”. O verbo significa “se refrescam”, o que é coerente com o fato de que as almas sedentas se aproximam da

fonte inominada para beber porque estão com sede e calor. Todavia, como a fonte é da água do Esquecimento, as almas se esquecem do que sabem ao beber.

Isso implica, segundo a crença órfica, que a alma do iniciado esqueceria o aprendizado da iniciação e já não saberia o que deve fazer para ser aceita no Hades, de modo que teria que enfrentar de novo o ciclo das gerações, sendo devolvida à vida em um corpo: se condenaria a reviver no mundo. O poeta anônimo aproveitou a semelhança entre ψυχρός, “frio”, e ψυχή, “alma”, para que a palavra ψύχονται, “se refrescam”, conote, ao mesmo tempo, a ideia de “receber vida”. Desse modo, as almas, quando “se refrescam”, também “recebem vida” (para os órficos, falsa vida, vida mortal).

Nota-se que há uma intenção simbólica por trás de cada um desses elementos, fator típico dos contextos religiosos. Assim como a temperatura da água pode ser lida como um signo de uma mensagem oculta, a cor branca do cipreste pode ser associada à cor da túnica dos iniciados, ou ao fato de que no Hades as coisas são, em geral, “contrárias” às suas formas naturais. Os dois versos finais da lâmina dourada de Hipônio mencionam o “caminho sagrado” (ιερά ὁδός) pelo qual os mortos vão após beberem da água da Memória. Esse caminho dos mortos também pode ser entendido simbolicamente, isto é, tanto como uma trilha ou estrada pela qual as almas dos mortos transitam junto aos bacos, semelhante à descrição de Aristófanes em *Rãs* (2014, v. 158: 53), quanto uma maneira dos órficos se referirem à procissão de Pompe, dos ritos eleusinos, entre Atenas e Elêusis - essa também, uma caminhada de iniciados representando ciclos de vida e morte ou como uma associação da narrativa órfica com a famosa procissão dos ritos eleusinos.

Na lâmina de Hipônio (OF 474, vv. 7-9), após passar pelas duas fontes em sua trajetória pelo Hades Sombrio (Αἴδος ὀρφνῆεντος), o iniciado se depara com guardiães (φύλακες). É a ocasião na qual o iniciado deve se lembrar

da senha que o autoriza a seguir caminho. Há variações nas lâminas, mas o essencial da resposta correta aos guardiães é: “sou filho da Terra e do Céu estrelado” (Γῆς παῖς εἰμι καὶ Οὐρανοῦ ἀστερόεντος – OF 476). Este famoso adágio religioso traz a afirmação do iniciado a respeito de sua origem celeste, ou seja, a convicção de que, apesar de já ter passado por uma vida terrena, sua origem primeira é junto aos deuses. Por isso agora, enquanto caminha pelo Hades, a alma do morto reivindica o retorno a sua pátria de origem.

Memória e Esquecimento

Segundo a narrativa órfica, o mito do Dioniso dilacerado é a estória de fundo subjacente a seu sistema de crenças. Embora a reconstrução desse mito seja obra dos estudiosos modernos, cujas divergências ainda marcam o cenário acadêmico (Pitt 2023: 20-65), as fontes antigas permitem a reunião dos relatos, mitemas e versões que contam o seguinte: Perséfone teve um filho com Zeus chamado Dioniso-Baco, ou, em algumas versões, Dioniso Zagreu (OF 276-283). Zagreu era ainda um menino quando, enganado por Titãs invejosos de sua condição de herdeiro, o atraíram com brincadeiras e, agarrando-o, o mataram. O pai dos deuses, em retaliação, fulminou os Titãs com seu raio. Da mistura das cinzas destes com o sangue do menino surgiu a humanidade.

Segundo este relato, a humanidade carrega ou representa a culpa pela perda sofrida por Perséfone. A mãe, alijada do convívio de sua prole original, se vê agora mãe de uma humanidade que, embora continue a vida de seu filho Zagreu, carrega também a raiz daqueles que derramaram o sangue dele. É daí que vem a necessidade de purificação defendida no orfismo, isto é, pela expiação dessa culpa ancestral, desse “pecado antecedente”, como nomeou Bianchi (1974: 191), representada no ato violento dos Titãs contra Dioniso Zagreu. Vendo a si mesmo como o herdeiro de uma culpa ancestral, o iniciado deve buscar a reparação da parte ofendida, isto é, agir para

que Perséfone o perdoe. Na lâmina de Túrios (OF 490.4), tem-se a “expiação que corresponde a ações ímpias” (ποινὰν ... ἔργω<ν> ἔνεκ< ο<ῦ>τι δικα<ί>ων); e no *P.Gurob* (OF 578), fala-se da “expiação (das impiedades) dos pais” (ποινάς πατέρων). O ressarcimento do crime cometido pelos ancestrais equivale ao perdão materno e o consequente retorno ao seio original. Parece correto afirmar que, dentro da narrativa órfica, a escatologia está diretamente atrelada a uma forma de acolhimento maternal da terrível deusa ctônica para com seus filhos impuros.

De acordo com as lâminas, Perséfone é esposa de Hades e filha de Zeus e Deméter. Ela é chamada por vários nomes em OF 492.1, 5, 8 e 9; respectivamente: “Kore, Filha de Cibele” (κυβελεία κόρραι – Cibele, que, dentro da adesão órfica aos sincretismos divinos, é Rea - Deméter), “Nestis” (Νῆστι), “Menina” (Κόρη) e “Menina Subterrânea” (Κόρη Χθονία). É também chamada de rainha subterrânea (ὑποχθονίων βασιλεία Περσεφόνη – OF 474.13). Perséfone é mãe de Dioniso Zagreu e, por extensão do mito, também dos mortais. Em OF 492.6-7, o iniciado a invoca assim: “Mãe, escuta minha súplica” (ματερ, ἑμας ἐπ- ἀκουσον ΕΟ εὐχάς).

As lâminas mostram a deusa como uma divindade protetora dos iniciados (OF 493), e como tal, para ela são feitas as declarações de purificação da alma no Hades. Em OF 488-490.1, lê-se: “Venho pura de entre os puros, rainha dos seres subterrâneos” (Ἐρχομαι ἐκ κοθαρό<ν> κοθαρά, χθονί<ων> βασιλεία). Nesse sentido, Perséfone é a divindade que detém a autoridade para interferir e decidir a favor ou contra o destino da alma, isto é, salvando-a ou exilando-a para a encarnação seguinte. A decisão de Perséfone, seja qual for, leva em consideração o que o ocorreu com seu filho Dioniso Zagreu.

As folhas de Pelinna são outro conjunto de lâminas douradas que colaboram para a composição da narrativa órfica. Elas foram encontradas em um cemitério de Pelinna localizado a dez quilômetros de Trikkala, atual Trikala (Tessália, Grécia). Pelas moedas encontradas na tumba, a datação das folhas são do séc. IV AEC. Assim como a lâmina

de Hipônio, a de Pelinna também estava posicionada no peito de um cadáver feminino dentro de um sarcófago de mármore. Seu formato é peculiar: um coração estilizado. A estatueta de uma bacante encontrada no lado de fora da tumba indica o caráter dionisiaco do complexo. Tal conjunto traz informações interessantes como o papel do vinho no orfismo; todavia, me limitarei à presença da palavra *mystes* em seus versos.

O *mystes* (OF 496 – μύστης) é o iniciado órfico capaz de cumprir com as exigências do mundo subterrâneo. Sua preparação prévia, isto é, sua iniciação, começou quando ainda respirava, seja pela prática do vegetarianismo seja por outros rituais purificatórios. Sua iniciação lhe informou do crime ancestral cuja pena ele próprio paga em vida; lhe deu as senhas e contrassenhas corretas a responder aos guardiães da fonte, quando interpelado; lhe indicou a localização da fonte da memória e do risco da fonte do esquecimento; e lhe capacitou a rogar a deusa ctônica pela reparação da natureza titânica. Dentro da narrativa órfica, o *mystes* dispõe das condições necessárias para ir além da simples humanidade e, como tal, vir a ser um “herói que recorda” (OF 475.2 = μ] εμνημέ<v>ος ἥρωες).

O herói que recorda. Recordação, lembrança, memória – esta é a chave para o sucesso do iniciado. De acordo com as lâminas de ouro, *Mnemosyne* é a Musa diretamente envolvida na escatologia órfica, assim como *Léthe* é a sombra, ou contraparte sombria que apagará qualquer chance de salvação. Duas fontes, dois caminhos, duas possibilidades completamente antagônicas. Embora o iniciado possa ter conduzido sua vida encarnada seguindo estritamente todas as regras e preceitos purificatórios, nenhuma ação prévia à sua entrada no Hades o guiará até Perséfone caso ele não forneça a contrassenha correta, ou beba da água do esquecimento. Se o resgate malsucedido de Euridice ensina alguma lição é que ninguém, nem mesmo Orfeu, pode desrespeitar as regras do Mundo dos Mortos. A Memória de que falam as lâminas ultrapassa a função psicológica de lembrança e alcança o patamar de Musa protetora do iniciado

através dos caminhos subterrâneos rumo à imortalidade. Esse belo escopo mítico é ilustrado da seguinte maneira por Vernant:

Antes de penetrar na boca do inferno, o consultante, já submetido aos ritos purificatórios, era conduzido para perto das duas fontes chamadas *Léthe* e *Mnemosyne*. Ao beber na primeira, ele esquecia tudo da sua vida humana e, semelhante a um morto, entrava no domínio da Noite. Pela água da segunda, ele devia guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no outro mundo. À sua volta, ele não se limitava mais ao conhecimento do momento presente; o contato com o além lhe havia trazido a revelação do passado e do futuro (1990: 144).

A breve passagem acima ilustra o quão significativo é *Mnemosyne* para o órfico. Do ponto de vista da escatologia, ela é a condição *sine qua non* para o iniciado dentro do Hades. Sem ela, resta apenas a fonte do Esquecimento como opção para a alma que, então, sucumbirá ao ciclo das reencarnações novamente como se fosse a primeira vez. Eis o pior dos castigos possíveis na narrativa órfica. Reencarnar sem memória é o equivalente à certeza de um novo ciclo de dor e sofrimento sem perspectiva de fim.

Ecoss nos filósofos

O Hades está presente na literatura grega desde Homero e, é claro, não foi exclusividade dos órficos. Porém, percebe-se diferenças notáveis quando o Hades é retratado na poesia homérica, como foi a heróica descida no Livro XIV da *Odisséia*, de quando o Hades é retratado pelos órficos ou pelos filósofos. Enquanto os órficos reforçam os aspectos concernentes ao percurso do iniciado, destacando os perigos e os cuidados necessários para alcançar a imortalidade, os filósofos tendem a se apropriar mais do Hades como um ambiente privilegiado para o pensamento.

Pitágoras foi um dos primeiros filósofos e um dos quais temos poucas fontes. Uma dessas fontes é Diógenes Laércio que, sabe-se, colecionou indiscriminadamente relatos biográficos com anedotas e nos legou uma obra que sempre deve ser lida com reservas. Ainda assim diz ele:

Heracleides do Pontos assinala que Pitágoras dizia de si mesmo que em outra encarnação fora Aitalides, e que se considerava filho de Hermes, e que Hermes lhe concedera a graça de escolher o que quisesse, à exceção da imortalidade. Ele pediu para poder, seja enquanto vivo, seja depois de morto, guardar a recordação de tudo o que acontecesse. Por isso conseguia recordar-se de tudo enquanto vivo, e depois de morto conservou a mesma memória. Subsequentemente voltou ao mundo no corpo de Êuforbos, e foi ferido por Menêlaos. Êuforbos, por seu turno, dizia que em outra encarnação tinha sido Aitalides, e que havia recebido de Hermes aquela concessão, e contava as peregrinações de sua alma, para quantas plantas e animais sua alma passara e todos os sofrimentos que suportara no Hades, e quais os padecimentos das outras almas (2008: 229-230).

Lida apressadamente a passagem não desperta grande confiança, pois misturam-se indiscriminadamente ficção e realidade. Todavia, ainda que o relato seja fantástico, nota-se a importância da memória para a sustentação da figura maravilhosa de Pitágoras. Impedido por Hermes de escolher a imortalidade, Pitágoras opta pela qualidade que lhe dará uma tripla capacidade: (1) reconstruir suas encarnações anteriores; (2) recordar (manter) seu saber encarnado ou no Hades; (3) lembrar (saber) tudo o que ocorreu/ocorrerá a si e aos demais no Hades.

A maravilha do relato, apesar de pouco crível, não deixa dúvidas sobre o que chamariamos de um poder transmigratório. Definitivamente é este poder que Pitágoras afirma ter recebido de Hermes. Sua memória

pessoal, uma vez blindada, não soçobra em esquecimento após a morte e se torna uma constante entre vidas passadas e futuras, como um nó firme entre várias linhas. Embora não haja menção ao orfismo ou ao caráter de deusa ou musa, é inegável que a memória pitagórica estava acima da mera humanidade.

Empédocles parece ter conhecido Pitágoras e fez referência a este poder transmigratório dele.

E vivia entre aqueles um homem de extremo saber, que o maior tesouro adquiriu de entranhados pensamentos, em toda espécie de obras sábia altamente capaz; pois sempre que se retesava em todas as entranhas, fácil ele de todos os seres se punha a ver cada um, não apenas em dez, mas em vinte tempos de vida humana (Souza *et al.* 1996: 246).

Além de reconhecer o poder extraordinário da memória de Pitágoras, Empédocles dizia de si próprio uma afirmação parecida com a de seu predecessor:

Já com efeito eu outrora fui menino, menina, arbusto, passarinho e, do mar saltando, mudo peixe. (Souza *et al.* 1996: 242)

Novamente, a afirmação em primeira pessoa evoca uma capacidade de recordação estável, duradoura entre vários indivíduos, inclusive transmigrando entre espécies diferentes. Memória, mais uma vez, surge como uma faculdade que não respeita os limites da vida encarnada e demonstra características que pertencem, na cultura grega antiga, ao Reino do Submundo. Em outros dois versos, Empédocles faz outra referência a essa capacidade de memorização extramundana:

Demônios (*daimones*) que tiveram de partilha uma longa vida, dez mil estações eles longe dos abençoados erram (Souza *et al.* 1996: 241).

Nestes versos Empédocles menciona a longevidade (μακραίωνος βίοιο) dos *daimones* que perderam o direito de convívio com outros seres celestiais, ali chamados de abençoados. É mencionada também a duração desse afastamento (τρίς μυρίας ὥρας). Há aqui algumas semelhanças com a escatologia órfica que merecem ser indicadas. No plano narrativo órfico, assim como a humanidade perdeu o contato com os deuses desde sua origem, pois surgiu como resultado de uma mistura impura, o *daimon* indicado por Empédocles foi exilado para longe do convívio dos abençoados. Cabe especificar um pouco os termos principais.

Para designar a longevidade dos *daimones*, Empédocles usa o termo (τρίς μυρίας), geralmente traduzido como “trinta mil” ou “três vezes dez mil”, podendo também significar “três vezes incontáveis”. Quem chama a atenção para esse fato é Guthrie (1993 : 261), que, além disso, não descarta outras leituras, como aquela em que haveria um efeito planejado pelo poeta de aumentar em três vezes o já longo período de dez mil anos que aparece, por exemplo, em Platão (2003 *Phdr.* 249a = OF 459). Igualmente, sugere Guthrie, a expressão empedocliana pode ser uma variação da definição de “grande ano”, tal como se encontra em Platão (2011 *Ti.* 39d). Essa variação teria como pressuposto comum o pitagorismo que marca o referido diálogo.

Heródoto (1920 2.123 = OF 423) fala de um período de três mil anos, e uma lâmina de Pelinna (L 7AB) chama o iniciado de “três vezes feliz” após ser liberado por Dioniso de se reencarnar novamente. No caso da lâmina de Pelinna, a expressão escolhida pelo autor (τρισόλβιε) é aparentemente tão relevante para a tradição órfica de fundo que justifica a quebra da métrica no verso. Para conhecer meandros dessa discussão, verifique Bernabé & Jiménez (2008b: 62).

Nota-se que o cerne da questão recai sobre a base numérica três contida na expressão do pré-socrático. Tal base numérica possui várias associações literárias e órficas, mas existe um especial apelo para a lâmina óssea de Olbia (OF 465). O argumento a favor dessa associação foi ilustrado por Vinogradov (1991: 80).

Segundo ele, quando se lê na primeira linha da plaqueta de osso, as palavras que evocam a ideia do corpo soam como prisão da alma: Διόν(υσος) / [ψεῦδος] ἀλήθεια / σῶμα ψυχή = *Dion(iso) / mentira verdade / corpo alma*. Tal maneira de ler pode ser emendada com a linha de baixo, onde está a palavra verdade (ἀλήθεια), formando, então, o raciocínio simbólico sobre a base três: *vida + morte + vida = verdade* (βίος + θάνατος + βίος = ἀλήθεια).

A base numérica seria então uma forma comum de expressar a ideia de transmigração e estaria presente em outros autores. Assim, um verso de Píndaro é usualmente citado como exemplo de variação dessa mesma base. Cito Píndaro (1984: II, fr. 133 Maehl. = OF 443):

E dos que Perséfone recebem expiação,
por antigo delito,
devolverá outra vez suas almas no
nono ano
ao sol de acima; delas nascem os
reis ilustres,
homens rápidos em força, e na arte
e o saber
os maiores; e no tempo futuro
são chamados
‘heróis sagrados’ pelos demais.

É visível a forma como o poeta, aparentemente fazendo menção a Empédocles, na verdade, retorna direto para a narrativa órfica. Perséfone aparece exatamente como nas lâminas douradas, isto é, como a deusa legítima para perdoar a alma que, diante dela (no Hades), vem pedir perdão por um antigo delito. A base três se repete, agora sob o auspício de três vezes três, sendo a alma devolvida a sua encarnação no nono ano sob formas elevadas de vida. Dessas almas abençoadas por Perséfone nascem os reis, os atletas, os artistas e os filósofos. A eles os demais seres humanos chamarão “heróis sagrados”. Embora Memória não esteja aqui mencionada explicitamente, sabemos que a benção de Perséfone possui pré-requisitos, sendo um deles beber da Fonte da Memória.

Esses ecos dos filósofos e poetas gregos são como uma colcha de retalhos cujas peças

estão espalhadas pela literatura conhecida. No caso em específico, temos a sorte do verso de Píndaro ter sido citado por Platão. Vejamos a passagem de Platão (2011 Men. 81a-c):

SOC. – Posso sim. Pois ouvi homens e também mulheres sábios em coisas divinas.

MEN. – Homens e mulheres que dizem que palavras?

SOC. – Palavras verdadeiras – a mim pelo menos parece – e belas.

MEN. – Que palavras são essas? E quem são os que falam?

SOC. – Os que me falam são todos aqueles entre os sacerdotes e sacerdotisas a quem foi importante poder dar conta das coisas a que se consagram. E também fala Píndaro e muitos outros, todos os que são divinos entre os poetas. E as coisas de que falam são estas aqui. Examina se te parece que falam a verdade. Dizem eles pois que a alma do homem é imortal, e que ora chega ao fim e eis aí o que se chama morrer, e ora nasce de novo, mas que ela não é jamais aniquilada. É preciso pois, por causa disso, viver da maneira mais pia possível. Pois *aqueles de quem*

*Perséfone a expiação por uma antiga falta
tiver recebido, ao sol lá em cima,
no nono ano, as almas desses ela de
novo envia,
e dessas almas, reis ilustres
e homens impetuosos pela força ou imensos
pela sabedoria se elevam. E pelo resto dos
tempos, como
heróis impolutos
são invocados pelos homens.*

Sendo então a alma imortal e tendo nascido muitas vezes, e tendo visto tanto as coisas que estão aqui quanto as que estão no Hades, enfim todas as coisas, não há o que não tenha aprendido.

O trecho de Platão, por sua vez, faz referência direta a Píndaro e indireta a

“muitos outros poetas de inspiração divina”, os quais Casadio (1991: 130) acredita serem praticantes do orfismo. Existe a hipótese de que Empédocles possa ser um desses “muitos poetas”. Nesse caso, a contraprova se dá com dois fragmentos do agrigentino que, quando postos juntos, destacam a semelhança de Empédocles com Píndaro e Platão.

E por fim adivinhos, versados em canto,
médicos e príncipes entre os

homens sobre a terra se volvem, donde
renascem como deuses em honra supremos.

Dos outros imortais no mesmo lar,
na mesma mesa sendo, de humanas dores
isentos, indestrutíveis (Souza *et al.* 1996: 245)

Iluminados por Platão, os versos de Píndaro e de Empédocles refletem uma teoria filosófica da transmigração da alma que pressupõe, evidentemente, o poder de Memória por várias vidas. No fragmento de Píndaro está mencionada explicitamente a função de Perséfone perdoar a alma pelo crime cometido no passado. Por sua vez, nos versos de Empédocles, existe a imagem da mesa dos bem-aventurados a desfrutarem da alegria da vida eterna junto aos deuses, imagem que também aparece em Platão na *República* (1987 363c) e no *Fédon* (2000 69c-d). Cada um desses elementos órficos encontra-se espalhado por várias lâminas áureas (OF 470-679).

Conclusão

Vimos que o aspecto de Mnemosyne como guia protetora está representado nas lâminas órficas na forma do lago, ou fonte, cuja água, quando bebida pelo iniciado, preserva o conhecimento iniciático dele. Eis a singularidade da Mnemosyne órfica diante das Musas da poesia épica. Enquanto a imortalidade dos heróis épicos era garantida pela retenção de seus nomes na memória dos sobreviventes, a figura órfica não preserva a lembrança de outrem, mas dele mesmo,

do iniciado. A Memória órfica é a Musa que garante a salvação do “eu” e, por isso, sua atuação está mais atrelada à escatologia do que à cosmologia.

Outro aspecto de *Mnemosyne* diz respeito à característica oriunda do pitagorismo que a leva para a teoria filosófica da transmigração. Os filósofos e poetas falam da Memória como a capacidade de reconstruir o fio espiritual através do qual uma alma específica, seja dele ou de outrem, passou encarnado várias vezes, morreu em cada uma dessas vidas e, sem perder a lembrança, chegou até o presente. A reconstrução desse fio anímico pela *anamnese* é uma das lições antigas mais prováveis de ser atribuída ao Pitágoras histórico, segundo Porfírio (VP, 19: 46).

Embora não pareça sensato afirmar categoricamente que tal ou qual filósofo ou poeta tenha sido órfico, igualmente parece descabido ignorar as semelhanças entre eles e o orfismo, por mais que, no detalhe, o pensamento de cada um tende a ir para um lado diferente. É o que se nota, por exemplo, no Mito de Er de Platão na *República* (1987 10. 614b: 485). Embora ali a personagem esteja numa posição privilegiada de “observador neutro”, num estado anímico de falsa morte, os caminhos dos mortos que Er vislumbra são claramente semelhantes, em aspecto e lógica de triagem entre as almas, aos que encontramos nas lâminas.

No que se refere exclusivamente ao orfismo, a importância de *Mnemosyne*, assim como de sua sombra negativa, *Léthe*, é bem clara.

No reino do mito, as coincidências de *Mnemosyne* com Orfeu são claras. *Mnemosyne* é parente de Orfeu, ela é sua avó, já que sua filha, a Musa Caliope, é mãe de Orfeu. Assim como ele, *Mnemosyne* vem de Pieria e está relacionada à poesia e à música, pois é mãe das Musas. Ora, para além dessa relação mítica, afinal superficial, há uma relação mais profunda no nível da religião que diz respeito a um sistema de crenças. O texto das folhas é “o trabalho de *Mnemosyne*”, uma deusa que é a personificação da Memória e que garante que o iniciado se lembre das instruções que lhe foram reveladas em vida, tornando-se assim a protetora das almas e a guia de sua jornada (Bernabé & Jiménez 2008b:15).

A narrativa na qual Memória age como uma “parenta zelosa” está espalhada pelas lâminas de ouro órficas. A Musa cuida para que o iniciado, que segue pela via de *imitatio Orphei*, caminhe com segurança por sua jornada iniciática. Sabemos que tal jornada depende muito da conservação do saber pessoal do iniciado. Daí que soe tão simples, quase ingênuo, o significado de *aletheia* (ἀλήθεια – verdade) como “não esquecimento”.

PITT, R. Memory and Forgetfulness in the Orphic Narrative. R. Museu Arq. Etn. 43: 44-54, 2024.

Abstract: This article studies the problem of the representation of Memory and Forgetfulness within the Orphic narrative. Taking Orphism as a religious expression, like the Eleusinian mysteries and Dionysism, the article investigates the definition and function that Memory and Forgetfulness play in its eschatology. The aim of the article is to demonstrate that Memory and Forgetfulness occupy an important place within the Orphic religious narrative, especially with regard to the fate of the initiate after his death. The article also aims to present the similarities with which Memory and Forgetfulness appear in some Greek philosophers and poets. The main method used was literary analysis of Orphic fragments, pre-Socratic fragments, Platonic dialogues and Greek poetry. The results show that Memory and Forgetfulness play different but equally important roles within the Orphic narrative. Both signal the two possible

fates of the initiate's soul in Hades, namely either reincarnation or remaining in the world of the dead. Another result is that Memory and Forgetfulness may have been appropriated by Greek philosophers and poets who, for their own purposes, transposed them from the religious and mystical environment to poetry and nascent philosophy.

Keywords: Orphism; Memory; Forgetfulness; Eschatology; Philosophy.

Referências Bibliográficas

- Aristófanes 2014. *Rãs*. Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, Coimbra.
- Bernabé, A. 2004-2005. *Poetae Epici Graeci: Testimonia et Fragmenta: Pars II, Fasc. 1: Orphicorum et Orphicis similium testimonia et fragmenta*. De Gruyter, Berlim.
- Bernabé, A. 2005. *Poetae Epici Graeci: Testimonia et Fragmenta: Pars II, Fasc. 2: Orphicorum et Orphicis similium testimonia et fragmenta*. De Gruyter, Berlim.
- Bernabé, A. 2007. *Poetae Epici Graeci: Testimonia et Fragmenta: Pars II, Fasc. 3*. De Gruyter, Berlin.
- Bernabé, A. 2008. Etimologías, juegos fónicos y gráficos en los textos órficos. In: Bernabé, A.; Casadesús, F. (Orgs.). *Orfeo y la Tradición Órfica: un reencuentro*. Akal, Madrid, 1, 867-898.
- Bernabé, A.; Jiménez San Cristóbal, A.I. 2008. Las Laminillas Órficas de Oro. In: Bernabé, A.; Casadesús, F. (Orgs.). *Orfeo y la Tradición Órfica: un reencuentro*. Akal, Madrid, 1, 495-536.
- Bernabé, A.; Jiménez San Cristóbal, A.I. 2008b. *Instructions for the Netherworld: the orphic gold tablets*. Brill, Leiden; Boston.
- Bianchi, U. 1974. L'Orphisme a existé. In: *Mélanges d'histoire des religions offerts à H.-C. Puech*, Paris, 129-137.
- Casadio, G. 1991. La metempsychosi tra Orfeo e Pitagora. In: *Orphisme et Orphée, en l'honneur de Jean Rudhardt*. Librairie Droz, Genève, 119-155.
- Guthrie, W.K.C. 1993. *Historia de la Filosofía Griega: la tradición presocrática desde Parménides a Demócrito*. 2, Gredos, Madrid.
- Herodotus 1920. *The Persian Wars: Books 1-2*. Harvard University Press, Cambridge.
- Laércio, D. 2008. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Souza, J.C. et al (Orgs.) 1973. *Os Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. Editor Victor Civita, São Paulo.
- Píndaro 1984. *Odas y Fragmentos*. Editorial Gredos, Madrid.
- Pitt, R.C. 2023. *No caminho dos mistérios: Elementos órficos na poesia de Empédocles*. Annablume, São Paulo, capítulo 1, 20-65.
- Platão 1987. *A República*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Platão 2000. *Fédon*. Editora Universidade de Brasília, Brasília; Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.
- Platão 2001. *Mênon*. Ed. PUC-Rio; Loyola, Rio de Janeiro.
- Platão 2011. *Timeu – Crítias*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Porfírio. 2021. *Vida de Pitágoras*. Nova Acrópole, Belo Horizonte.
- Scully, S. 2003 *Plato's Phaedrus*. Hackett Publishing Company, Newburyport.

Memória e Esquecimento na Narrativa Órfica
R. Museu Arq. Etn., 43: 44-54, 2024.

Vernant, J.-P. 1990. *Mito e Pensamento entre os Gregos: estudos de psicologia histórica*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Vinogradov, J.G. (1991). Zur sachlichen und geschichtlichen Deutung der Orphiker-Plättchen von Olbia. *Recherches et Rencontres* 3:77-86.

Desmembrando o Comitium para preservar a res publica: uma leitura gramsciana das transformações no norte do Fórum Romano no final do século I a.C.

Giovanni Pando Bueno*

BUENO, G. P. Desmembrando o Comitium para preservar a res publica: uma leitura gramsciana das transformações no norte do Fórum Romano no final do século I a.C. R. Museu Arq. Etn. 43: 55-76, 2024.

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no Comício do Fórum Romano durante o período consagrado como o último século da República a partir de uma perspectiva gramsciana da política e da memória em relação ao espaço. Para tanto, mobilizamos o conceito de organismo, formulado por Gramsci, para compreender o desenvolvimento da espacialidade do Fórum – e especialmente do Comício, local mais nuclear das relações políticas durante a República – em interação com as dinâmicas de classe ali cultivadas. Esse processo histórico concebeu um espaço convencionado a acolher o conflito e solucioná-lo, dentro de uma estrutura hierárquica que ditava visualmente o papel que cabia a cada classe nessa ação, e indexou na materialidade vivências passadas desses conflitos/resoluções que forjaram uma memória coletiva muito particular daquele local. Contudo, o acúmulo de contradições resultantes do descompasso entre as novas condições materiais do império nascente e a velha estrutura da *res publica* colocou o Comício em um impasse de natureza dialética, no qual o espaço foi instrumentalizado a favor da escalada da violência política que ameaçava a *res publica*, ao mesmo tempo em que não podia ser abandonado, sob o risco de minar as bases orgânicas republicanas ali gestadas. Recorrendo às reconstituições propostas pelo Atlas of Ancient Rome (2017), organizado por Carandini e Carafa, buscamos demonstrar que o esvaziamento do Comício foi acompanhado da reconstrução de suas estruturas em outros locais do Fórum, tanto para preservar a *res publica* enquanto processo memorial materialmente coproduzido quanto para desvincular a interação direta das classes, enxertando entre elas a figura mediadora daqueles que futuramente seriam vistos como imperadores.

Palavras-chave: Comício; República Tardia; Hegemonia; Fórum Romano; Memória.

* Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). Foi bolsista FAPESP (nº processo 2020/03091-0) durante a Pós-Graduação. Atualmente, atua como professor e coordenador pedagógico no colégio Nossa Senhora de Sion (Higienópolis, São Paulo). Contato: giovanni.pando.bueno@gmail.com

Introdução: o Fórum enquanto organismo

Foi entre os séculos VIII e VII a.C. que o vale situado entre os montes Capitólio e Palatino, ao nordeste da depressão que, próxima ao Tibre, compunha o Velabro,

começaria a sentir os incipientes sinais da urbanização (Filippi 2017: 150; Coarelli 2007: 44). Este vale pantanoso, até então à margem da ocupação humana na região, se tornará, a partir da Monarquia e principalmente durante a República, o coração pulsante de Roma: o *Forum Romanum Magnum*. O espaço palpitaria ao longo dos séculos da República com seus barulhentos mercados, cambistas, prostitutas, oradores, festividades, jogos, lutas de gladiadores, exibições de animais exóticos, procissões, triunfos, funerais, julgamentos, assembleias eleitorais e legislativas, *contiones*, ocupações militares, proscricções, incêndios, etc. Toda a vida que ali circulava demandou ao espaço estruturas que acolhessem essas variadas atividades, de modo que, paulatinamente, com sucessivas construções, demolições e restauros, nascia uma espécie de praça mais ou menos retangular. A geometria perfeita bem como a harmonia arquitetônica e estilística não diziam respeito ao Fórum, que se fez assim, aos poucos, rasgando-se e remendando-se conforme Roma se transformava. A tecitura da *res publica* traduz-se espacialmente na construção do Fórum.

Proporemos logo de partida a compreensão do Fórum Romano como um *organismo*, no sentido gramsciano da palavra. No léxico do filósofo italiano, o termo *organismo* é conjurado para descrever órgãos modernos, que, obviamente, não possuíam correlatos históricos na antiga Roma: o Estado, a Nação, um partido político, a Igreja Católica, o exército, uma dada classe social (Frosini 2017: 589). No entanto, é a forma específica que caracteriza as atividades de todas essas instituições entendidas como organismos, embasada na noção primeira de organicidade própria de um “complexo unitário e vital” (Prestipino 2017: 588), que elucida o funcionamento do Fórum no mundo romano: “um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada” (Gramsci 2017: 336).

Como estrutura política, a *res publica* conformava um discurso hegemônico em que se previa a competição interna entre os membros da *nobilitas*, portanto no seio da

própria hegemonia. Da mesma forma, tal competição intra-hegemônica tinha por árbitro aqueles, excluídos do corpo político, que formavam o *populus romanus*: todos os debates eram conduzidos exclusivamente por *nobiles*, mas sempre ocorriam perante o povo, que por seu turno era enaltecido e elogiado vide a dependência dos aristocratas por seus votos em assembleias. Assim, o *populus* aprendeu, por um lado, a respeitar a *auctoritas* da elite e sua tradição de poder e, por outro, a reconhecer sua própria soberania, reforçada pelos discursos dos notáveis e pelo seu poder de mediação nas disputas (Yakobson 2010: 286, 300). Dessa via de mão dupla advinha o relativo consenso das classes cidadãos não-dominantes ao pacto hegemônico republicano.

O espaço do Fórum foi moldado para que ali se realizasse justamente essa conformação hegemônica, em que aristocratas concorriam entre si pelos postos institucionais diante do *populus*, que, por seu turno, era conclamado a exercer seu papel ao votar em assembleias e comparecer em *contiones* – dispondo uma participação conjunta e hierarquizada das diferentes camadas sociais, que seguiam a mesma direção política com engajamentos distintos. O arranjo arquitetônico desenvolvido reproduzia a hierarquia social ao diferenciar espaços internos destinados a determinadas classes, ao mesmo tempo em que as colocava em interação para que participassem ativamente, dentro do papel que lhes cabia, da superestrutura política chamada República.

Como um organismo, o Fórum era então experienciado a partir de uma vontade unitária, selada pelo consenso coletivo que a *res publica* costurava com sua direção. Partindo de Morstein-Marx (2004: 15-16), que mobiliza o conceito althusseriano de *interpelação* para descrever o processo de atribuição do papel de *populus romanus* à audiência cívica diante de um orador, Amy Russell (2021: 19-25) estende tal categoria para compreender a arquitetura do Fórum, que interpelava seus visitantes como sujeitos políticos. Com uma tribuna (*Rostra*) elevada de modo a dar destaque aos que tomavam a palavra – sempre membros da aristocracia – a alguns metros da Cúria, local

por excelência das reuniões senatoriais, abria-se entre elas o amplo espaço (chamado de Comício) que abrigava os ouvintes, o *populus*, rebaixado e sem cadeiras para se sentar, mas cuja presença era imprescindível à posição dos aristocratas, que dependiam da aprovação popular. Cada um desses espaços interpelava aqueles que o frequentavam a agir politicamente de acordo com as atribuições cabíveis de sua classe (proferir um discurso, dividir opiniões entre iguais, ouvir e votar, etc.).

Praticamente a maior parte dos procedimentos políticos formais durante a República se desenvolvia ali, dentro dos enquadramentos espaciais que ditavam as possibilidades de ação de cada grupo. Ocorre que, a partir do desequilíbrio interno do grupo hegemônico, fruto da concentração desigual dos recursos econômicos e militares, cujas escalas foram amplamente alargadas com a expansão territorial de Roma nos séculos II e I a.C. (Winterling 2009), somado à necessária ampliação dos poderes concedida pelo Senado a determinados generais para que pudessem lidar com os problemas colocados pela nova dimensão imperial (Meier 1993: 59), o Fórum passaria a ser instrumentalizado pelo conflito. Veja que essa lógica de utilização do espaço não desfez as relações orgânicas que o tinham originalmente modelado – aliás, é o oposto, pois foi justamente tal organicidade que convidou o conflito a se realizar (e a se amplificar) dentro dos limites do Fórum, caso contrário, o sangue procuraria outros lugares em que a hegemonia fosse reproduzida para ser derramado. Ou seja, o organismo do Fórum permaneceria vivo, mas a potencialização da competição interna dos *nobiles* transformada em disputa e a interiorização desta pelo *populus*, que respondia com respeito à hierarquia (e, logo, aos chamados de luta capitaneados pela aristocracia), desenharão uma conjuntura contraditória do espaço.

Contraditória, pois, por um lado, sua estrutura hierarquizante não foi pervertida ou colocada em questão: os instrumentos viso-espaciais de diferenciação social permaneceram mobilizados e, com isso, a forma hegemônica. Por outro, porém, essa foi a mesma estrutura

utilizada nas disputas de nova proporção, tornando-se instrumento de perseguições políticas, intensificação da pressão popular e até execuções, o que ceifava a participação ativa das camadas sociais e a conformidade compartilhada na *res publica*, abalando enfim a vontade unitária que dava liga àquele organismo. A arquitetura hegemônica do Fórum forneceu as armas de sua própria corrosão, já que seus mecanismos de interpelação agora convocavam os sujeitos não apenas a fazer política, mas também a lutar. Dito de outra forma, com o conflito desenrolando-se por meio dos dispositivos arquitetônicos do próprio Fórum, produzidos a princípio para acomodar a hierarquia conhecida, a hegemonia acabava sendo reafirmada ao mesmo tempo em que se desgastava, em um processo dialético complexo.

Exemplifiquemos. James Scott (1985: 322-326) aponta a diferença, dentro de um quadro hegemônico, entre inevitabilidade e justiça: o que é tomado como inevitável, como uma estrutura de dominação, dá as condições realistas do que é possível e pode ser colocado em prática para interferir a favor do que é considerado legítimo, legitimidade essa muitas vezes definida também pela própria ideologia hegemônica. Assim, ao ver um magistrado eleito sendo morto e exibido no Fórum, ou então uma magistratura inteira esvaziada, o *populus* sente-se na legitimidade, já que foi educado como livre e soberano pela própria classe dirigente, de se apropriar dos meios políticos cabíveis para defender sua posição, meios estes que se encontravam em sua maioria no Fórum, ocupando-o então em revolta.

Isso é expressão da “crise sem alternativas”, nomeada por Meier (1993: 55), que assolou o coração espacial da *res publica*, seu organismo principal, o Fórum, como um processo corrosivo de dentro para fora. Com a crescente centralização política do século I a.C., a problemática do Fórum se colocará aos grandes líderes que, a fim de se afirmarem como tais, tiveram de intervir no centro político da *Urbs*. Não por acaso, embora tenha sofrido alterações no decorrer de toda a sua história, foi no século I a.C. e principalmente nos períodos de César e Augusto que o Fórum assistiu às reformas mais

intensas em seu recinto. Tais reformas, contudo, não poderiam arruinar as bases orgânicas daquele espaço, pois, se o fizessem, a *res publica* também estaria em risco, já que o Fórum era sua manifestação concreta.

Dando sequência à nota, Gramsci pontua que um organismo deixa de sê-lo quando se torna um fetiche, ou seja, quando seus componentes fundantes não mais se identificam com ele, olham-no com estranhamento como se estivessem diante de um “fantasma do intelecto” (Gramsci 2017: 336-337). O organismo funcional deve ser regido pelo “consenso ativo e direto” de seus integrantes, que participam dele “ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e tumulto” e constituem uma multiplicidade unificada “através do atrito dos indivíduos” (Gramsci 2017: 338). O Fórum era conduzido nesses termos de envolvimento coletivo, consensual e ao mesmo tempo litigioso, mas no fim da República a hipertrofia do litígio ameaçava o consenso. De que forma, então, foi possível abafar a dimensão do atrito naquele espaço sem esvaziar por completo a participação ativa dos indivíduos? Caso contrário, se a participação fosse defenestrada junto com o atrito, o Fórum seria exaurido, perderia sua razão de ser, suas raízes orgânicas, e se transformaria enfim em um fetiche.

Nessa empreitada, César e Augusto consideraram um elemento fulcral ao realizarem suas reformas: a memória. Tendo mais de 500 anos de história, o Fórum era um acúmulo de temporalidades diversas, e em cada basílica, templo, altar e rocha ali erguidos evocava-se a memória do construtor, de sua *gens* e de sua contribuição ao *mos maiorum* de Roma. Como era cotidianamente frequentado, os romanos encontraram ali um terreno fértil à memória coletiva (Price 2019: 189). Favro (1988: 18) comenta que circular pelo Fórum equivalia a uma “aula de história republicana”. E da mesma forma como a materialidade de suas construções indexavam temporalidades distintas, passaram a indexar também as marcas dos conflitos ali desenrolados conforme estes aumentavam durante o último século republicano. Foram as lembranças dos massacres, das ocupações, dos atentados aos

edifícios do Fórum, enfim, da discórdia que estavam sob a mira dos reformadores.

O Comitium: locus de memórias e atritos

Se o centro político da *Urbs* era o Fórum, o Comício (em latim, *Comitium*) constituía seu ponto mais nuclear. Tratava-se de um espaço situado no vértice noroeste do Fórum (Fig. 2, n. 341), delimitado ao sul pelos *Rostra* (Fig. 2, n. 252) e a área do Vulcanal (Fig. 2, n. 487), a leste pelo tribunal dos pretores urbanos (Fig. 2, n. 261), ao norte pela Cúria Hostília (Fig. 2, n. 5) e a oeste pela *Graecostasis* (Fig. 2, n. 69). Theodor Mommsen foi o primeiro a localizar esse espaço na zona setentrional do Fórum, já que até 1845 pensava-se que estava posicionado na parte sudeste; e na virada do século XIX para o XX uma série de escavações foi realizada na região, entre as quais se destacam aquelas de Giacomo Boni (Coarelli 1986: 119). De Boni até os anos 1980, os trabalhos arqueológicos permitiram o estabelecimento de oito níveis estratigráficos correspondentes a épocas distintas, sintetizados por Coarelli (1986: 120-128), o qual propôs a forma circular do Comício com arquibancadas nas laterais, amplamente aceita a partir de então¹ (Fig. 1). Descobertas recentes, contudo, refutam a hipótese do formato circular em qualquer nível estratigráfico (Morstein-Marx 2004: 47-48; Polo 2005: 149-150) e concluem que foi mais provavelmente um espaço aberto de formato quase trapezoidal.

No Comício, o *Senatus Populusque Romanus* (SPQR) se fazia. Até fins do século II a.C. (Morstein-Marx 2004: 42-45), a plebe se reunia em assembleia dentro daquele espaço e, de costas para a Cúria, ouvia os magistrados e oradores que discursavam nos *Rostra*. A Cúria na retaguarda abrigava o Senado, tendo à sua porta os

1 Segundo Coarelli (1986: 148-157), enquanto no terceiro nível (correspondente ao final do século VI a.C. até metade do V) e no quarto (marcado por uma ampliação da área por volta de 338 a.C.) o Comício apresentava um formato quadrangular, no quinto (que vai do fim das Guerras Samnitas em 290 a.C. até as reformas silanas do ano 80 a.C.) ele assume a estrutura circular, quase como um fosso de orquestra, escalonado com arquibancadas nas bordas em que a plebe se sentava para ouvir os oradores.

assentos dos tribunos da plebe, (*subsellia*) que ouviam de fora as reuniões até 287 a.C., quando a *lex Hortensia* permitiu que as acompanhassem de dentro mesmo não sendo senadores (Thommen 1995: 360). O poder de veto que eventualmente se contrapunha às deliberações senatoriais demandava essa proximidade, da mesma forma que os escritórios dos tribunos (Fig. 2, n. 877) deveriam estar próximos ao que Kondratieff (2009: 327-328) chama de “topografia do castigo”, ou seja, no caminho até a prisão Mamertina (atrás da Cúria, no flanco oriental do Capitólio), para que os

condenados pudessem recorrer aos tribunais solicitando *auxilium*. Ademais, processos jurídicos desenrolavam-se ali no tribunal do pretor urbano, que também estava sujeito a intervenções dos tribunais (Kondratieff 2009: 329); próximos à coluna Mênica (Fig. 2, n. 745), situavam-se os magistrados responsáveis pelas execuções e prisões, os *triumviri capitales* (Thommen 1995: 361); e emissários estrangeiros eram recebidos na *Graecostasis* (David 2000: 70). Enfim, conclui Coarelli (2007: 54), o Comício refletia a natureza tripartite da constituição romana, com assembleias populares, senadores e magistrados.

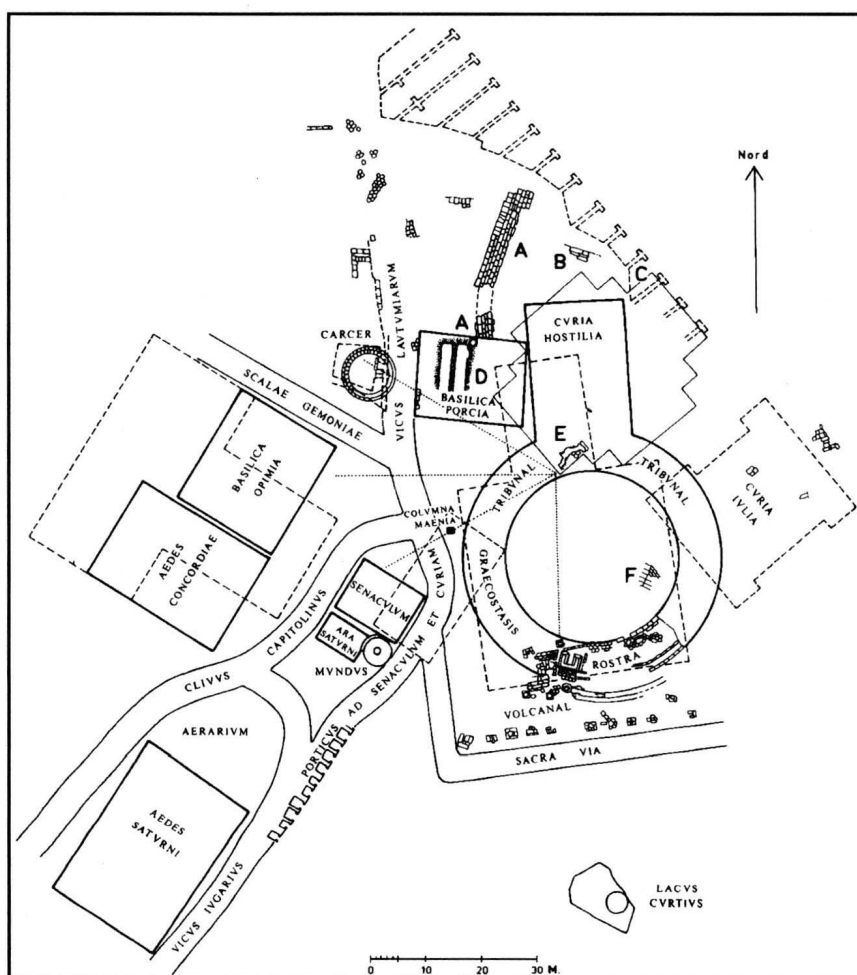


Fig. 1 Reconstituição da planta *Comitium* segundo Coarelli

Fonte: Coarelli (1986: 139).



Fig. 2. Reconstituição da planta do Comitium.
 Recortado da planta do Forum Romanum (213-117 a.C.).

Fonte: Carandini, (2017: Tab. 19).

Nessa rede de instituições cruzadas, o Comício também foi um espaço de manifestação das memórias coletivas. A começar pela memória da classe hegemônica, que usufruía daquela estrutura como um lugar comum para recordar seus ancestrais. Pina Polo (2005: 152-153) exemplifica tal fenômeno com os *Rostra*, tribuna sobre a qual se encerrava a *pomba funebris* com a colocação do corpo do falecido e a partir da qual se declamava um discurso honorífico, a *laudatio funebris*, como se o centro público dos cidadãos romanos se tornasse, por ora, o átrio da casa do defunto, o que demonstra a íntima relação entre a esfera privada das

gentes e a *res publica*. Da mesma forma que os mortos, as conquistas dos maiores também eram ali cantadas. A tribuna, por exemplo, ganhou seu nome após 338 a.C. quando o então cônsul Caio Mênio Públio fez com que fossem engastados os esporões² dos navios dos volscos de Âncio, cuja armada fora derrotada

2 A palavra utilizada é *rostrum* (no plural, *rostra*), que tem como sentido primeiro “bico [de ave]”, “focinho” ou “ponta”, mas que em sentido figurado é utilizada também para se referir aos esporões de metal que os navios portavam em sua proa e eram utilizados como ariete em batalhas, fincando-os nos cascos dos navios inimigos para perfurá-los (Faria 2021: 877).

pelo dito cônsul no rio Astura (Polo 2005: 151). Além do Capitólio e do Campo de Marte, o Comício também acolheu muitos monumentos e espólios militares, como a coluna rostral de Caio Duílio (Fig. 2, n. 746) erguida após a vitória naval contra Cartago em 260 a.C. Também pinturas, como aquela descrita por Plínio, o Velho (HN. 35.7.22; 1988), localizada no interior da Cúria e encomendada por Valério Messala, que retratava seu triunfo na batalha de 263 a.C. durante a Primeira Guerra Púnica contra os cartagineses aliados de Hierão, tirano de Siracusa (Hölkeskamp 2016: 27-30). A lista de exemplos é vasta. O uso memorial do Comício pela *nobilitas* caracteriza um quadro descentralizado da memória coletiva (Gildenhard et al. 2019: 13-15), no qual a estrutura cívica era compartilhada pelas *gentes* para reivindicarem publicamente, sobre amplas condições de visibilidade, seus respectivos ancestrais e memórias, fazendo do passado romano uma totalidade compósita. É fato que há uma lógica competitiva que dinamiza tal comportamento, mas os meios cerimoniais e monumentais disponíveis para expressão da memória privada estavam distribuídos aos *nobiles* com relativo equilíbrio, garantindo certa equidade ao grupo hegemônico e abortando qualquer potencial reclamação da totalidade do passado. Aliás, era a própria competição que alimentava a *res publica* e engrandecia o passado comum. Disputar a visualidade do Comício vivificava a memória triunfalista de Roma, tornando funcional o passado plural das vitórias e das virtudes dos grandes homens, detentores de *auctoritas*.

Mas as memórias das *gentes* não se relacionavam apenas entre si, no nível competitivo intra-hegemônico, uma vez que estabeleciam relações verticalizadas com outros grupos de baixo. Assim, o Comício também abrigou monumentos que estavam associados à plebe. É verdade que a *nobilitas* detinha possibilidades de usufruto do espaço muito maiores. Porém, enquanto segmento central do organismo do Fórum, era necessário não apenas que o Comício dialogasse com grupos de baixo, mas concedesse aberturas à manifestação da memória dessas camadas a fim de que elas

se reconhecessem como parte daquele todo. Para citar um primeiro exemplo, é significativa a estátua do sátiro Mársias (Fig. 2, n. 905) representada com as algemas quebradas, disposta na *area Concordiae* (Fig. 2, n. 717) e que fora erguida no contexto do Conflito das Ordens, evocando a *libertas* da plebe que, naquele contexto, fora isenta da escravidão por dívida. Outro caso importante é o templo da Concórdia (Fig. 2, n. 31), que fazia fronteira com o Comício a oeste. Também construído na época do Conflito das Ordens, por Camilo em 367 a.C. (Lugli 1966: 17), foi um local caro à memória da plebe urbana.

Mesmo que não tenha sido ela a responsável por erguer Mársias ou a *aedes Concordiae*, a plebe viu em suas construções o resultado de sua própria soberania, que em lutas passadas conquistou direitos reconhecidos pela aristocracia. Prova dessa sensibilidade foi quando a plebe reagiu à restauração do templo da Concórdia por Opímio, algo de Caio Graco, gravando a inscrição “a obra da discórdia produziu este templo à Concórdia” em sua parede, como conta Plutarco (Vit. C. Gracch. 17.8-9; 1959). Se não houvesse nenhuma identificação, não haveria nenhum tipo de intervenção.

É possível notar que as interações político-sociais transcorridas no Comício geravam atrito, seja entre os *patres*, seja entre *patres* e *plebs*, atrito esse que se desdobrava no campo memorial materialmente ali gestado. Sendo a tensão orgânica do Comício, uma memória coletiva de caráter abrangente – que englobava a *ciuitas* como um todo –, foi aos poucos desenvolvida e, recorrendo ao passado primevo, associou aquele espaço à resolução de conflitos. Trata-se da passagem do firmamento de paz entre Rômulo e Tito Tácio ao fim da guerra provocada pelo rapto das sabinas, que se desenrolou na área pantanosa do futuro Fórum. Tito Lívio relata (1.13; 2006) que, em meio aos coléricos golpes, as esposas raptadas pelos romanos intervieram na batalha, colocando-se entre os dois exércitos beligerantes de sogros e genros e exigindo, caso uma trégua não fosse estabelecida,

que redirecionassem a violência contra elas, a causa primeira do enfrentamento. Apiedados pela inesperada reação, ambos os reis decidiram pela paz e união dos dois povos em um único estado de realeza compartilhada e alargaram a cidadania de Roma para incluir os sabinos. Embora esses eventos tenham se desenrolado no Fórum, Lívio não nomeia uma topografia específica para eles, diferente de Plutarco (*Vit. Rom.* 19.7; 1967) que, além de descrever uma narrativa muito semelhante, afirma que tais acordos entre Rômulo e Tácio foram firmados no *Comitium*, cuja etimologia, de acordo com ele, derivaria de *conire* ou *coire*³.

Segundo essa tradição, o Comício nascera para acolher os povos que desciam das colinas no entorno a fim de se fazerem romanos no vale. O papel daquele espaço é, então, duplo: conter em si os conflitos e também resolvê-los por meio do incentivo à comunhão entre as partes. Por outro lado, havia outras tradições antigas que vinculavam o Comício à discórdia insolúvel, como aquela que sinalizava a existência de um lugar funesto abaixo da Pedra Negra (*Lapis Niger*) (**Fig. 3**, n. 500), no lado oeste dos *Rostra* (Price 2019: 209). Não há consenso nas fontes sobre quem jazia sob aquela área: Dionísio de Halicarnasso diz em uma passagem (*Ant. Rom.* 1.87.2; 1939) que ali o pastor Fáustulo, pai adotivo de Remo e Rômulo, acabou morto colateralmente por se intrometer na briga entre os dois irmãos, sendo enterrado pelo gêmeo vencedor no mesmo local, sob o leão de pedra que havia ao lado dos *Rostra*; já em outra (*Ant. Rom.* 3.1.2; 1960), diz que na verdade tratava-se da tumba de Hóstio Hostílio, guerreiro romano morto durante a batalha contra os sabinos; finalmente, considerando as narrativas que descrevem o fim não-apoteótico do primeiro rei⁴, assassinado pelos senadores, o local era também associado à morte de Rômulo, como é sugestionado no

epodo de Horácio (*Epod.* 16.13-14; 2008) ou em um excerto de Vêrrio Flaco compilado por Pompeu Festo (Ruy 2012: 405), segundo o qual a Pedra Negra indicaria o local da morte do rei, mas não sua tumba, embora Fáustulo e Quintílio teriam sido ali sepultados. Nesse sentido, existia também uma forte associação do Comício ao comportamento tirânico de Rômulo, especialmente ao fratricídio de Remo, entendido como germe do conflito civil em Roma (Price 2019: 210-211).

A coexistência dessas duas tradições, uma que aponta para a concórdia e que expõe a violência original do rei fundador, dá bem o tom do Comício enquanto parte do organismo do Fórum. Era uma área de tensão pré-delimitada e, ao mesmo tempo, de conciliação, que atava em um mesmo corpo cidadão e por meio do atrito o múltiplo tecido social. Agravada a crise no século I a.C., porém, o Comício seria impactado de diversas formas, não sendo mais capaz de conter os conflitos políticos em seus limites. Sem que fosse desfeito, interferências visuais seriam promovidas ali de forma a estreitar as possibilidades da conciliação e, concomitantemente, recrudescer a violência, o que colocava toda aquela área de suma importância à *res publica* em um impasse de caráter dialético: ao mesmo tempo em que não poderia ser desmontada, fecundava a hostilidade que a destruíra.

Intensificação da violência: de Sila aos triúviro

Findada a campanha no Levante contra Mitrídates IV do Ponto, Lúcio Cornélio Sila retorna à Península Itálica pondo fim ao domínio dos marianos remanescentes e marchando sobre Roma uma segunda vez em 82 a.C., ano em que é investido com a ditadura. Nesse momento, iniciam-se mudanças legais na *res publica* e reformas no Fórum, entre as quais se destaca o ampliamiento do prédio da Cúria Hostília (**Fig. 3**, n. 5). A hipótese levantada por Coarelli (1986: 157-158) de que a nova Cúria hipertrofiada avançara em direção ao

3 O verbo *coeo* e seu arcaísmo *coneo* têm por sentido primeiro “ir juntamente ou em companhia”, “ajuntar-se”, “reunir-se”, além de “cerrar [uma ferida]”, “unir-se”, “fazer uma aliança, sociedade” (Saraiva 2019: 240, 275).

4 Ver Tito Lívio (1.16; 2006: 25-27), Plutarco (*Vit. Rom.* 27.5-6; 1967: 175) e Apiano (*B Civ.* 2.114; 1996: 129-130).

Comício, ocupando a parcela setentrional da praça, é contestada em pesquisas recentes que questionam a real extensão do edifício silano⁵. No entanto, sabe-se que a Cúria Cornélia⁶ foi construída com um porte maior para acolher um Senado alargado, já que Sila dobrara seus membros de trezentos para seiscentos. Com isso, uma questão a atentar-se corresponde às condições de visibilidade do novo prédio. Desde o século III a.C., as *contiones* aconteciam com o público situado no Fórum, ao sul dos *Rostra*, enquanto as assembleias eleitorais e legislativas permaneciam com os votantes no interior do Comício (Thommen 1995: 362-363; Taylor 1990: 21-23, 108). Em ambos os casos, o olhar da audiência se dirigia à tribuna. Contudo, na segunda metade do século II a.C. ocorreu uma mudança digna de nota aos autores antigos: tribunos da plebe começaram a conduzir as assembleias também fora do Comício, voltando-se ao Fórum.

É mais provável que o precursor dessa prática tenha sido Caio Licínio Crasso, tribuno em 145 a.C. que, segundo Varrão (*Rust.* 1.2.9; 2012: 25), foi o primeiro a fazer o povo ouvir as leis a partir do Fórum. Cícero (*Amic.* 96; 2019: 75) diz que a lei proposta por Crasso consistia na transferência das nomeações sacerdotais ao povo, via eleição, lei cujo apelo popular fez o tribuno direcionar-se ao Fórum para submetê-la à votação. Plutarco (*Vit. C. Gracch.* 5.3; 1959: 155), por seu turno, afirma que, para aprovar leis de caráter popular que desagradavam o Senado⁷, Caio Graco teria sido o primeiro a dar as costas à Cúria e discursar

para o Fórum, pois “os oradores deveriam se dirigir ao povo, e não ao Senado”. Tendo isso em vista, é possível inferir que, para além da necessidade prática de mais espaço que o Fórum proporcionava, havia também uma significação política por trás do direcionamento dos tribunos que, dando suas costas ao Senado, assumiam uma postura provocativa declaradamente popular (Thommen 1995: 363). Como resposta, o engrandecimento da Cúria por Sila anos mais tarde adviria como uma reação à prática dos tribunos populares. Acrescida, ela dominava o horizonte atrás da tribuna, impondo-se inescapável à visão daqueles que assistiam o orador e minando a atitude hostil de negligência que tribunos mais ousados tentavam promover. A nova Cúria Cornélia marcava a visão silana de República, com a autoridade senatorial tonificada e alocada no coração da vida política (Davies 2017: 206). Tal contenda topográfica encontra ecos no discurso de Cícero sobre Valério Flaco (*Flac.* 57): “a Cúria vigia e assedia os *Rostra* como punidora da temeridade e reguladora do dever”⁸. O impacto sensorial do prédio vigilante soma-se a outra mudança visual ocorrida nos *Rostra* durante a ditadura silana. Houve ali o acréscimo de uma estátua equestre do ditador feita em ouro (**Fig. 3**, n. 725)⁹. Mas o abalo maior veio com o silêncio ao qual a tribuna ficou sujeita após a *lex Cornelia de tribunicia potestate*, que esvaziou o tribunato da plebe. Destituído do poder de veto, da possibilidade de reeleição, sendo obrigado a apresentar previamente as propostas de lei ao Senado e, principalmente, excluído do *cursus honorum* – já que agora, uma vez eleitos, os tribunos não poderiam mais se candidatar a nenhuma outra magistratura, tornando o tribunato um posto terminal na carreira política –, o tribunato passou a ser evitado por aristocratas e as *contiones* tribunícias deixaram

5 Um exemplo é Paolo Carafa (1998: 151-155 *apud* Kondratieff, 2009: 323). Ele afirma que a nova Cúria, mesmo sendo maior, estava situada no mesmo local da antiga e seguia suas linhas de orientação. Conferir Carafa, P. 1998. *Il Comizio di Roma dalle origini all'età di Augusto*. L'Erma di Bretschneider, Roma.

6 A bibliografia costuma utilizar o epíteto *Cornelia* para se referir à Cúria após as reformas silanas, dado o nome gentílico de Sila, da *gens Cornelia*. No entanto, é incerto se ela passou a ser chamada assim. De qualquer forma, até a construção da Cúria Júlia, a antiga Cúria ainda era referida como *Hostilia* em homenagem ao rei que a construiu, Túlio Hostílio (Westall 1996: 112).

7 Como a distribuição de terras públicas aos cidadãos sem propriedade, o custeamento público dos recursos necessários aos soldados, a extensão do sufrágio aos aliados

italicos, a diminuição do preço dos grãos e a nomeação de juizes entre equestres (*Vit. C. Gracch.* 5.1; 1959: 153).

8 No original: “cum speculatur atque obsidet rostra vindex temeritatis et moderatrix officii curia” (Cícero 1931: 24, linhas 10-12, tradução nossa).

9 Segundo Cícero (*Phil.* 9.13; 2021: 381) e Apiano (*B Civ.* 1.451; 1996:).

de ser regularmente convocadas. Como afirma Morstein-Marx (2004: 54), os *Rostra* estavam simbolicamente muito atrelados aos tribunos *populares*, especialmente no fim da República, e estabeleciam uma relação “metonímica” com a soberania do *populus*. O silêncio anormal que recaiu naquele

lugar por alguns anos (por volta de sete), somado à estátua equestre que ironicamente comemorava o triunfo dos *optimates* sobre a outra facção política, criava um forte paralelo com a intervenção de Opímio no templo da Concórdia em anos anteriores (Morstein-Marx 2004: 56-57).

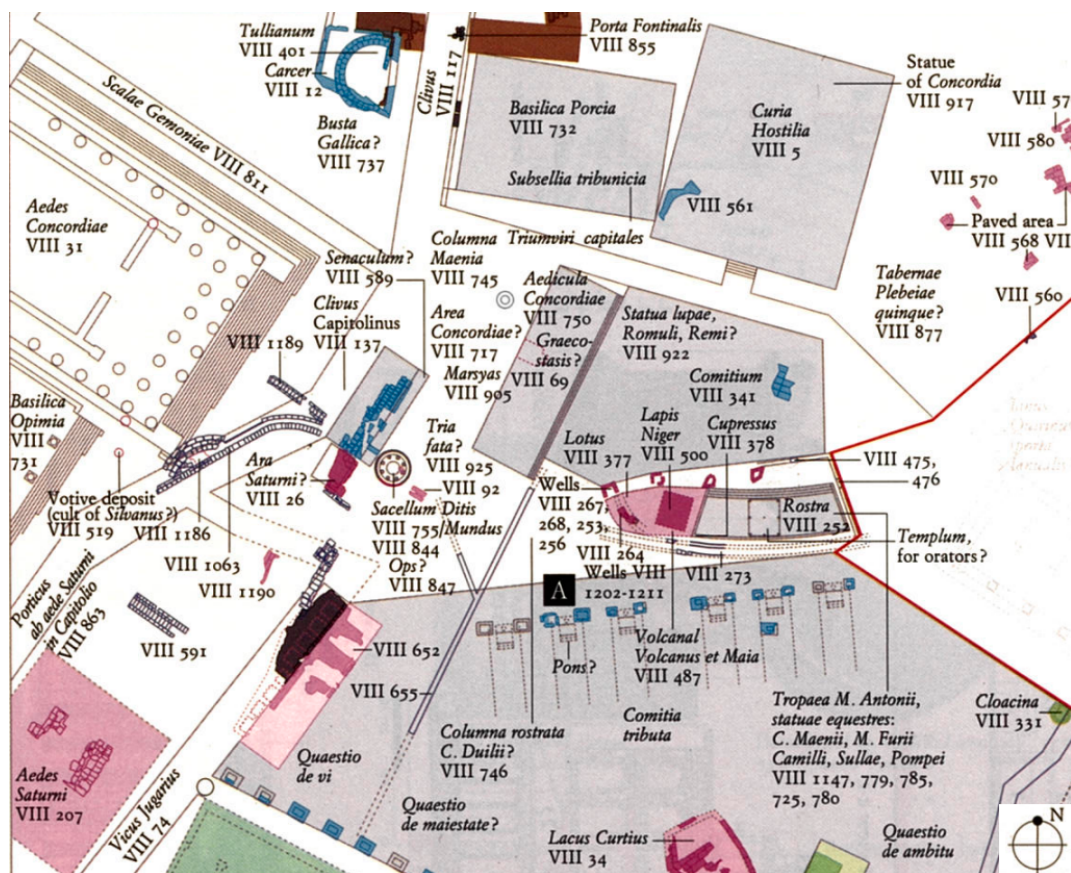


Fig. 3 Reconstituição da planta do Comitium.
 Recortado da planta do Forum Romanum (117-52 a.C.).

Fonte: Carandini, (2017:Tab.21).

Mas talvez a ação de Sila que tenha atingido com mais força a memória coletiva foi a proscrição. François Hinard (1985) realiza um extenso estudo sobre as duas proscrições, a silana de 82 e a triunviral de 43 a.C., destacando o formato legal que revestiu tais massacres. Diferente de perseguições

anteriores, a de Sila contra os simpatizantes do governo mariano fez uso de recursos legais já conhecidos, a começar pela formulação de um *edictum* oficial que expunha os motivos e as modalidades da ação persecutória, anunciado formalmente em uma *contio* e, finalmente, inscrito em placas de madeira esbranquiçada

(*tabulae*) fixadas em toda a *Urbs*, que continham também as listas dos proscritos (Hinard 1985: 30-35). O *edictum*, a *contio* e as *tabulae* eram meios formais de divulgação de leis e decisões políticas aplicados na *res publica*. Até mesmo o termo *proscriptio* já era utilizado na língua latina para se referir a comunicados pregados em locais públicos (Hinard 1985: 17-21). A publicação de determinados avisos já tinha por si só um sentido humilhante, como a divulgação próxima à coluna Mênias da venda de bens confiscados de devedores que não puderam saudar suas dívidas, e em uma sociedade censitária como a romana a exposição do falido aos olhos da multidão exercia uma pressão degradante (Hinard 1985: 22-23), mas Sila elevou a infâmia a novos patamares.

Eram prometidos 12 mil denários como recompensa a quem conduzisse um proscrito a seu destino. O condenado era decapitado próximo ao Lago Servílio (*lacus Servilius*), no Fórum, sem o direito de recorrer em *auxilium*, executado como se não fosse cidadão romano, privado de sepultamento, com seu corpo arremessado nas águas do Tibre, seus bens confiscados e, à família, negado o luto (Hinard 1985: 38-52). As cabeças, em sua maioria, eram dependuradas nos *Rostra*: além da amissão do mundo dos mortos, que na crença comum era causada pela mutilação do corpo, os proscritos eram exibidos tais como inimigos de Roma, espólios ao lado da triunfante estátua equestre de Sila (Hinard 1985: 41-42), e dividiam espaço com os esporões dos volscos. Dessa forma, com ajuda de ferramentas legais e da utilização das estruturas republicanas do Comício, a ditadura silana realizou um massacre interno que alienou cidadãos de sua romanidade e espetacularizou a violência, conclui Hinard (1985: 140-143), em uma verdadeira política de terror, já que agora os próprios meios da *res publica* tornavam-se o flagelo de Roma.

Dessa maneira, a taciturnidade dos *Rostra* não se deveu unicamente ao enfraquecimento das *contiones* tribunícias, mas também ao silêncio funesto das cabeças decepadas. Quase quarenta anos depois, mais um ditador chegaria ao poder após vencer outra guerra civil. O medo da proscrição que vivia entre as gerações mais

velhas retorna, mas Júlio César adotaria a política de clemência para o alívio dos ânimos mais temerosos. A indulgência, no entanto, morreu com o ditador, pois, logo que seus herdeiros se reconheceram no acordo triunviral, uma nova proscrição seria arquitetada. Inspirada fundamentalmente na de Sila, a proscrição de 43 a.C. adotou medidas ainda mais rígidas, como dispositivos que facilitavam a denúncia e intimidavam qualquer ato de cumplicidade: as recompensas eram maiores e pagas tanto a executores quanto a delatores; houve casos, como o do pretor Lúcio Vílio Annalis (BC 4.18; 1996: 218), em que seu filho recebeu os bens confiscados do pai por delatá-lo, o que incentivou denúncias dentro das famílias; os delatores contavam ainda com a garantia do anonimato; e, se com Sila os cúmplices eram apenas executados, com os triúmviros eram incluídos nas listas, sujeitos a todas as punições dos proscritos originais (Hinard 1985: 233-239).

As cabeças também foram colocadas na tribuna, desta vez nos *Rostra Caesaris* (Fig. 4, n. 142), construídos no último ano da ditadura de César. Hinard (1985: 305-318) depreende então que, para além dos interesses financeiros sobre o confisco de bens dos proscritos, a segunda proscrição foi uma política de terror, como a primeira, mas de forma ainda mais sistemática, que resgatou o pavor do período silano potencializando-o, inoculou dentro das *gentes* o medo da delação por um parente, manteve as listas abertas para inibir ajuda aos proscritos e, por fim, acabou se tornando a declaração de uma nova guerra civil. Oficialmente, ela terminaria somente em 39 a.C. com o Tratado de Miseno, acordado entre os triúmviros e Sexto Pompeu, mas no campo memorial não haveria paz que cicatrizasse as feridas abertas por Sila e aprofundadas por Otávio, Marco Antônio e Lépido.

Reações e apropriações do espaço

A atrocidade trazida ao Comício foi tamanha que tornou vívida a memória primeva

cultivada sobre aquele espaço, que em sua origem foi da violência à reconciliação, em um inusitado evento transcorrido ali em 42 a.C. no auge da perseguição: uma mulher tomou a palavra¹⁰ apelando aos triúmviros. Trata-se de Hortênsia, filha do velho orador Quinto Hortênsio Hórtalo, já falecido à época. Apiano descreve (*B Civ.* 4.32; 1996: 225) que o Triúvirato formulara uma lista de mil e quatrocentas mulheres ricas cujas fortunas seriam taxadas para financiar a guerra que se avizinhava contra os republicanos. Insatisfeitas e vendo frustrada a tentativa de recorrer às mulheres ligadas aos triúmviros (no caso, Fúlvia, esposa de Antônio), essas matronas se dirigem ao Fórum tendo Hortênsia como porta-voz. Ela discursa em público, papel reservado aos homens da aristocracia, queixando-se da taxaço, denunciando a injustiça armada contra elas que já perderam pais, filhos, maridos e irmãos na proscriço e ainda exigindo, caso os triúmviros as considerassem prejudiciais ao seu governo, que as proscrevessem igualmente. O paralelo com as sabinas é gritante na narrativa de Apiano, pois espelha a guerra civil iminente na guerra civil germinal (Price 2019: 207). Diante do tensionamento crescente das relações presentes, recorrer ao passado torna-se um recurso capital para respaldar reações extraordinárias. Assim, dificilmente veríamos em outro contexto a possibilidade de uma mulher assumir o papel de oradora e voltar-se a políticos em exercício. Mas Hortênsia encontra uma brecha para tanto no plano memorial, já que foi no Comício que em tempos remotos matronas sabinas intercederam nas disputas dos homens a elas ligados por laços de parentesco. Nessa perspectiva, sua ação é legítima.

10 Embora raro, esta não foi a primeira vez em que isso ocorrera na República Tardia. Valério Máximo (3.8.6), por exemplo, reconhece que as mulheres não tinham relação alguma com as reuniões públicas segundo os costumes ancestrais de Roma, mas afirma que em épocas tempestuosas a tradição podia ser deixada de lado, pois a violência demandava a reformulação das prioridades. Ele cita positivamente o caso de Sempônia, irmã de Tibério e Caio Graco, que testemunhara em um tribunal em defesa da memória de seu primeiro irmão assassinado e da honra da família (Morstein-Marx 2004: 40).

Legítimas também foram as respostas da plebe às reformas silanas no Comício. As investidas de Sila oprimiram essencialmente uma parcela da *nobilitas*, os *populares*, enfraquecendo a magistratura que eles mais mobilizavam para catalisar seus interesses políticos e perseguindo seus representantes. Nenhum indivíduo da plebe urbana foi proscrito – a proscriço atacou membros da classe hegemônica. Contudo, instruída a respeitar a *auctoritas* dos aristocratas, especialmente daqueles cujos atos colocavam-nos no papel de seus defensores, e vendo-se privada das *contiones*, expressão de sua identidade grupal dentro do debate político (Courrier 2014: 569-571), a plebe sentiu em si os ataques silanos. Nesse caso, houve uma identificação com o sofrimento infligido aos *populares* por parte da plebe urbana, que rememorar a luta histórica contra o patriciado (a qual ecoava no Comício em monumentos datados do Conflito das Ordens) para se opor agora aos *optimates*.

Assim, há sete anos sem *contiones* e penando com a escassez de alimentos, em 75 a.C. a plebe realizou um motim no qual perseguiu os cônsules pela Via Sacra (Kondratieff 2009: 335). Um deles, Aurélio Cota, além de contar com a ajuda do edil Hortênsio para fornecer cereais a preços baixos aos plebeus, teve de fazer uma importante concessão aos amotinados: apresentar a *lex Aurelia*, lei que retirou o impedimento silano aos tribunos de se candidatarem a magistraturas superiores, reintegrando o tribunato ao *cursus honorum* e consequentemente retomando o hábito regular da *contio*. A reação popular contra a memória silana também se manifestou em janeiro de 52 a.C. logo após a morte de Públio Clódio Pulcro, que, quando tribuno, instigara gangues a fazerem pressão pela aprovação de leis populares. Uma multidão daqueles que apoiavam Clódio conduziu seu corpo à Cúria Cornélia, montou uma pira com as cadeiras, mesas e papéis encontrados no edifício, ateou fogo e improvisou uma cerimônia fúnebre enquanto a casa senatorial fumegava, como contam Dio Cássio (40.49.2-3; 1945: 479, 481) e Ascônio (Mil. 28-9; 2006). O incêndio destruiu também a Basílica Pórcia ao lado, que nunca mais foi reconstruída,

diferente da Cúria, que ainda naquele ano seria restaurada por Fausto Cornélio Sila, filho do antigo ditador, para reforçar a memória da *gens Cornelia* no prédio senatorial (Filippi 2017: 167). Finalmente, vale recordar que em 48 a.C., ao chegarem as notícias na *Urbs* da vitória de César em Farsalos, a estátua equestre de Sila (bem como outra de Pompeu) que se encontrava nos *Rostra* foi derrubada pela multidão, segundo Dio Cássio (42.18.2; 1945) e Suetônio (*Iul.* 75; 2007).

A conformação hegemônica garantiu à plebe esses espaços, nada mais justo em seu ponto de vista que defendê-los. Ao fazê-lo, a plebe não negava a posição histórica que lhe fora designada na hierarquia social romana, nem Hortênsia depravou o papel de matrona ao agir como oradora, pois o Comício e o passado a ele associado autorizavam todas essas intervenções. Por pressupor o enfrentamento político das partes e cultivar a memória do conflito, seja fundacional (Rômulo contra Remo, romanos contra sabinos), seja das ordens, o Comício ensejou a reforma silana, acolheu as proscritões adequadas ao *modus* republicano, bem como viabilizou reações insurgentes. Em outras palavras, a estrutura hegemônica historicamente concretizada junto ao Comício liberou caminho à escalada da violência, tornando dialeticamente o próprio Comício um problema à *res publica*.

Intervenções cesarianas e augustanas no Comício

Nota-se o fato de que, ao mesmo tempo em que tais disputas se inflamavam, o Comício entrou em processo gradativo de esvaziamento. Coarelli (1985: 163-164) situa entre 160 e 150 a.C. o início de assembleias reunidas no lado oriental do Fórum, diante da tribuna que existia no templo de Castor e Pólux, no interior do qual os senadores também começaram a organizar reuniões já no final do século II a.C. (Coarelli 1985: 199). Soma-se a isso a transferência das atividades

jurídicas entre 75 e 74 a.C. para o *Gradus Aurelii*, arquibancada próxima à Régia e ao templo dos Dióscuros, além da própria utilização do espaço do Fórum para receber cidadãos votantes em assembleias (a partir do já mencionado tribuno Crasso). Enfim, concomitante à tormenta, estava em curso a transferência das funções eleitorais e jurídicas do Comício para o Fórum entre o final do século II e início do I a.C.

É inegável que parte das motivações para tanto se explica pela crescente demanda por espaço, já que a área comicial tinha se tornado pequena aos habitantes de Roma. Mas essa necessidade prática não anula o problema simbólico ao qual o Comício estava sujeito: pensado historicamente como local de conflito e conciliação, no fim da República, esta última estava cada vez mais obstruída. O nível inédito da violência interna impedia o acordo entre as partes e, uma vez insuficiente no cumprimento de sua segunda agenda, a concórdia, o Comício começava a ser abandonado pelas instituições principais que lá se agrupavam. Isso o levará a seu fim, iniciado por César e concluído por Augusto. Na ditadura cesariana, aquele espaço sofreu uma radical transformação (Coarelli 1985: 233-257), a começar pela destruição da Cúria (**Fig.4**). Entre os anos de 47 e 46 a.C., a sede principal do Senado foi demolida para dar lugar ao templo dedicado à *Felicitas* (**Fig. 4**, n. 566) (Filippi 2017: 111). Dio Cássio sugere (44.5.2; 1945) que a real intenção era apagar o nome dos *Cornelii* daquela região, duplamente presente por meio do pai construtor e do filho restaurador, substituindo-o pelo de César com uma nova Cúria, a *Curia Iulia*, embora haja fortes indícios de que esta só começaria a ser construída após os Idos de Março de 44 a.C. (Filippi 2017: 111). Além disso, como aponta Westall (1996: 114), o próprio templo de Felicidade já era em si uma provocação a Sila, que recebera o agnome de *Felix* pela sua boa fortuna em vida. Mas *Felicitas* nunca viu a conclusão de seu templo no Comício, pois a morte de César interrompeu as obras em curso.



Fig. 4 Reconstituição da planta do *Comitium*.
Recortado da planta do *Forum Romanum* (117-52 a.C.).

Fonte: Carandini (2017:Tab.26).

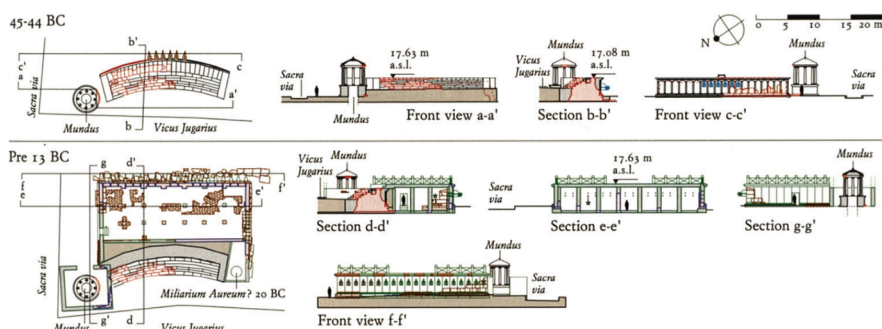


Fig. 5 a) Reconstituição dos *Rostra Caesaris* (45-44 a.C.); b) Reconstituição dos *Rostra Augusti* (13 a.C.).

Fonte: Carandini (2017:Tab.27a).

Outrossim, os *Rostra* e a *Graecostasis* também foram derrubados, liberando espaço nas bordas oeste e sul. Enquanto a tribuna dos emissários estrangeiros não seria mais reconstruída, a dos magistrados o foi fora

daquela área. Centralizados na lateral curta noroeste do Fórum, diante do encontro dos templos da Concórdia e de Saturno, os novos *Rostra Caesaris* (Fig. 4, n. 142; Fig. 5a) começaram a ser construídos provavelmente

por volta de 45 a.C. e foram inaugurados em janeiro de 44, recebendo a inscrição do segundo cônsul, que à época os dedicou, Marco Antônio (Coarelli 1985: 238-239). Infelizmente, os vestígios arqueológicos da tribuna republicana são escassos para podermos compará-la com a nova de César, que grosso modo perduraria (com ampliações e restauros) por todo o Império, mas acredita-se que desde as reformas de Mênio e Camilo em 338 o pódio assumiu um formato de hemiciclo (Morstein-Marx 2004: 42-48), com o lado côncavo voltado para o Comício. Tal formato foi respeitado por César na nova tribuna, cujo comprimento abarcava aproximadamente vinte e três metros e que trouxe, inclusive, os mesmos esporões dos navios volscos que se encontravam na antiga (Coarelli 1985: 242), de modo que, salvo as proporções, as duas tribunas eram

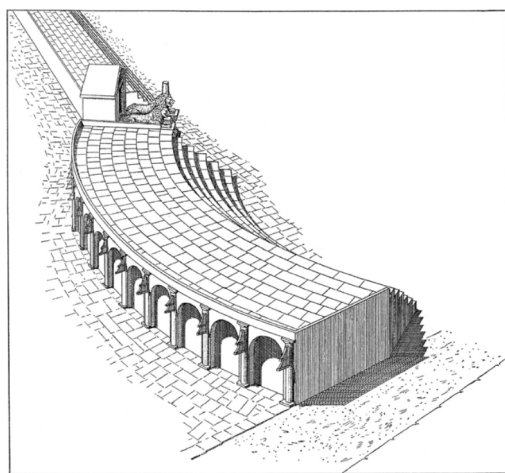


Figura 6. Reconstituição dos *Rostra* tardo-republicanos de Einar Gjerstad.

Fonte: Morstein-Marx (2004:49).

Os novos *Rostra*, afastados do sopé da Cúria, estavam enfim livres da supervisão senatorial (Davies 2017: 268). Em 45 a.C., quando as obras dos novos *Rostra* tiveram início, o *triumvir monetalis* Lólio Palicano emitiu uma série de denários de prata (Fig. 8) em que associa a nova tribuna, estampada no reverso com um *subsellium* (assento baixo, utilizado

relativamente semelhantes. A ilustração de Einar Gjerstad (Fig. 6) dos antigos *Rostra* pode nos ajudar a ter um vislumbre do que foram os novos, que agora não estavam adjacentes à Pedra Negra e sim ao *Mundus*¹¹ (Fig. 4, n. 25) na lateral norte.

11 O *Mundus* era um local sagrado dedicado a *Dis Pater* e aos deuses inferos. Plutarco (*Vit. Rom.* 11; 1997: 119, 121) conta que ele teria sido escavado em torno do Comício durante o reinado de Rômulo, recebia como sacrifício os frutos das primeiras colheitas do ano e nele foram lançados punhados de terra provenientes da terra natal dos primeiros habitantes de Roma, em uma espécie de ritual de fundação. Também era tido como o ponto mais central da cidade, que serviu de referência, inclusive, para a delimitação dos primeiros limites do pomério. Uma espécie de tampa de poço o cobria e esta era aberta apenas em três dias do ano, considerados nefastos, para condução de rituais – os negócios públicos eram suspensos nesses dias (Richardson 1992: 259-260, 404).



Figura 7. Foto atual da Cúria.

Fonte: Morstein-Marx (2004:49).

pelos tribunos da plebe) e o exergo de seu nome (Fig. 8b), à liberdade, personificada em sua forma divina (de perfil, portando diadema, brinco e colar) com a inscrição de seu nome no anverso (Fig. 8a)¹². Palicano,

12 O denário é numerado segundo o *Roman Republican Coinage*, tipologia organizada por Michael Crawford em

cuja família possuía antecedentes na luta pelo fim da legislação silana imposta ao tribunato

1974, em RRC 473/1. O exemplar em questão foi batido em Roma, possui por eixo vertical de rotação 0° e 3,87 gramas por peso. Informações disponíveis em <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3528>>. Acesso 19 jul. 2023.

da plebe nos anos 70 a.C. (Sella 2021: 93), referencia a nova tribuna de forma a disputá-la como uma conquista popular obtida com as bênçãos de *Libertas*, que descativou o tribunato (representado pelo *subsellium*) do jugo silano imposto à estrutura do Comício desde fins dos anos 80 a.C. (Cadario 2006: 52).



© ANS 1944.100.3528

Fig. 8 a) Anverso do denário de Palicano; **b)** Reverso do denário de Palicano.

Fonte:. <https://numismatics.org/collection/1944.100.3528>. Acesso 14 jan. 2025

Em paralelo, o Senado mandou erigir nos *Rostra* em 44 a.C. duas estátuas coroadas de César, uma com a *corona ciuica* (honra concedida àqueles que salvaram a vida de um cidadão romano em batalha) e outra com a *obsidionalis* (mérito dos que libertaram uma cidade de um cerco) (Cadario 2006: 54). Sobre a cabeça dele, as coroas tinham seu sentido alargado para remeter à salvação de toda a *res publica* (e não de um único cidadão) e à libertação de Roma do assédio dos *optimates*, imprimindo em César o papel de libertador. Os Idos, contudo, interromperam as reformas de César. Como afirma Liverani (2008: 43), a ação do ditador no tecido urbano foi incisiva, por um lado, pois propôs soluções monumentais a estruturas há muito já

consolidadas, e fugidia, por outro, já que teve pouco tempo para concretizá-las, com muitas campanhas militares em andamento e sua morte em 44 a.C. Por isso, coube a Otávio tocar as obras iniciadas e consolidar o fim do Comício. Logo em 43 a.C., em decorrência de uma praga que assolava Roma, mas provavelmente visando também retomar sua antiga sede, os senadores exigiram que a antiga Cúria Hostília fosse reconstruída (Dio Cássio 45.17.8; 1945). A demanda não seguiu colocada por muito tempo devido, afirma Filippi (2019: 111), às rápidas mudanças do cenário político daqueles anos (turbulentos, com as proscrições e Filpos que certamente embaraçaram as decisões senatoriais), e a nova Cúria pôde ter suas obras retomadas em 42.

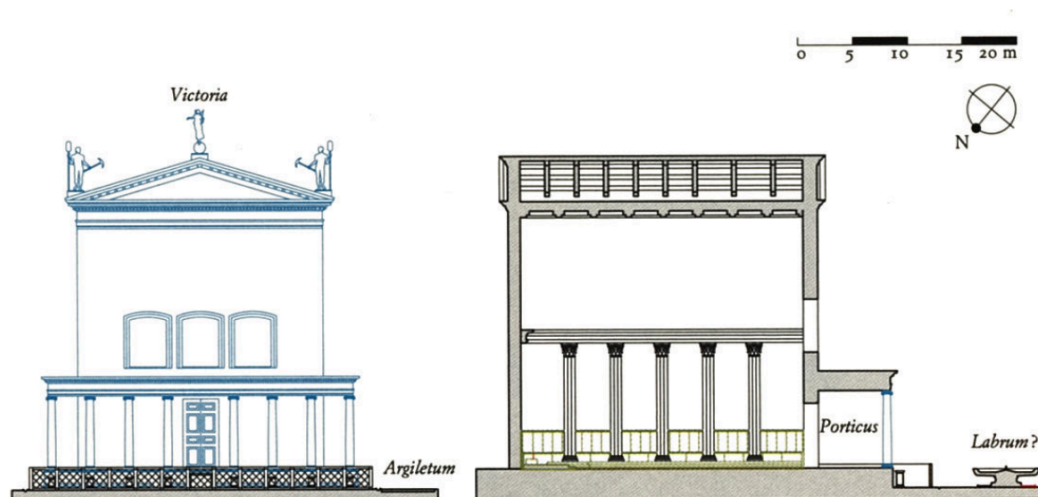


Fig. 9 Reconstituição da Cúria Júlia (44-29 a.C.).

Fonte: Carandini (2017: Tab.32).

Em 29 a.C. a Cúria Júlia (Fig. 7; Fig. 9) seria então concluída, posicionada mais a nordeste em relação à Cornélia, que não mais existia¹³

¹³ Tal hipótese foi sugerida por Coarelli (1985: 233-237): enquanto a Cúria Hostília/Cornélia tinha uma orientação norte-sul, localizada no que hoje corresponderia à Igreja de São Lucas e Santa Martina, a Cúria Júlia, cujo prédio coincide com a Cúria Diocleciana (Fig.7), segue um eixo sul-leste

(Fig. 10, n. 5). Apesar de ostentar um pequeno

e é orientada de acordo com o pórtico do Fórum Júlio. Contudo, deve-se mencionar que há autores que discordam dessa localização. Paolo Liverani (2008: 44-46), por exemplo, embora reconheça a impossibilidade de precisar com exatidão a antiga Cúria republicana, inclina-se mais à interpretação de que a Cúria Júlia foi erguida ocupando a mesma posição da Hostília/Cornélia.

pórtico voltado para a antiga área comicial, a nova Cúria estava orientada de acordo com o *Forum Iulium* ao norte, acoplada no canto sul de seu pórtico retangular em uma disposição que a interligava muito mais ao Fórum de César que ao Comício – tal acomodação, Westall diz (1996: 114), instigou a leitura do “cativeiro babilônico” ao qual o Senado ficou submetido durante o Principado, sujeito ao governo dinástico e sem a autonomia de outrora. A influência de Otávio nela também se fez presente pela decoração interna e externa,

que remetia à vitória em *Áccio*: nos acrotérios laterais projetavam-se divindades com remos e âncoras, signos navais da batalha marítima, enquanto no principal dominava uma Vitória alada sobre um globo com uma coroa de louros nas mãos (Fig. 9); no interior, havia um altar à Vitória e outra estátua da deusa, junto a itens obtidos no butim egípcio (Filippi 2017: 112). Assim, os senadores eram constantemente lembrados da vitória de Augusto no que seria a última das guerras civis.

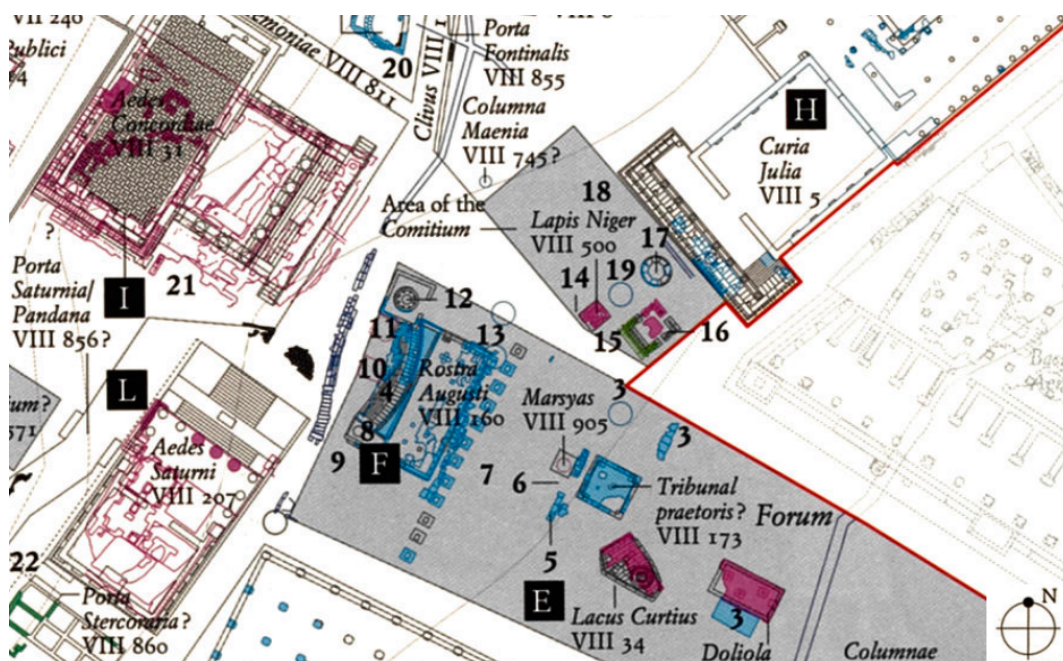


Fig. 10 Reconstituição da planta do Comitium. Recortado da planta do *Forum Romanum* (30 a.C.-14 d.C.).

Fonte: Carandini (2017: Tab.31).

Outra interferência importante ocorreu em 13 a.C. nos *Rostra Caesaris*: uma grande plataforma retangular foi adicionada à frente da tribuna, prolongando cerca de 13 metros sua profundidade e desfazendo o formato em hemicírculo que possuía na parte frontal (Fig. 5b) (Filippi 2017: 115). Os novos *Rostra Augusti* eliminaram definitivamente a memória de Antônio, cujo nome permanecia

inscrito ali desde a inauguração da tribuna em 44 a.C., substituindo-o pelo de Augusto, e, principalmente, ocultaram à visão da audiência a face que entre 43 e 39 expôs as cabeças dos proscritos (Filippi 2017: 115). Aliás, nessa altura, todos os traços físicos da violência interna que marcaram o Comício foram apagados, porque este estava definitivamente desfeito (Fig. 10). Do espaço que noutro tempo amalgamava

o SPQR restaram apenas algumas colunas (como a de Mênio) e pequenos locais sacros, como as árvores sagradas, isto é, um cipreste (Fig. 10, n. 15), uma árvore de lótus (Fig. 10, n. 14) e a figueira Návia/Ruminal (Fig. 10, n. 18), o Vulcanal (Fig. 10, n. 16) e a Pedra Negra (Fig. 10, n. 15) (Filippi 2019: 169). Até mesmo a estátua do sátiro Mársias foi transferida para a área do Fórum, posta no lado noroeste de uma estrutura quadrangular próxima ao Lago Cúrcio (Fig. 10, n. 34).

Conclusão: desmembramento como solução

As grandes estruturas de reunião política estavam enfim desvinculadas do Comício, porém elas ainda existiam. A Cúria comicial foi demolida, mas reergueu-se outra de proporções semelhantes não muito longe dali, filiada a outro lugar (o Fórum cesariano); o mesmo se deu com os *Rostra*, reproduzidos inclusive com os mesmos esporões dos volscos do século IV a.C., mas agora voltados ao Fórum. A destruição dos espaços tradicionais do Comício não implicava, em contrapartida, o fim das instituições republicanas que eles hospedavam, afinal havia diversos lugares da *Urbs* nos quais os senadores podiam se reunir (e já o faziam desde o século II a.C., sem depender exclusivamente da Cúria), assim como magistrados podiam discursar e presidir eleições em outros locais, como na tribuna do templo dos Dióscuros.

Logo, indaga-se: se o desmantelamento do Comício não pressupunha o desmantelamento da *res publica*, pois a *Urbs* era capaz de absorver o funcionamento de seus quadros, qual a necessidade de refazer em novos lugares, e de maneira muito similar, as estruturas físicas que antes se aglutinavam ali? Tal fenômeno esclarece-se considerando a imprescindibilidade da segurança ontológica que estas estruturas asseveravam. Não bastava que as instituições republicanas continuassem funcionando e se reunindo alhures, pois a *res publica* nunca foi uma entidade metafísica, desprendida da concretude cotidiana e deslocada da ordem

temporal. Pelo contrário, ela se forjou na fisicidade do espaço urbano, desenvolveu-se por meio das alterações na cidade e foi produto do mesmo processo que gerou o Comício, cujos monumentos congregavam diferentes temporalidades. Portanto, a mera existência dessa área atestava sensorialmente a construção da *res publica* no tempo, enquanto processo histórico.

As pedras que ali se erguiam indexavam o passado dos cidadãos romanos que atuaram ao longo dos séculos na construção da *res publica*, certificando aos que as vissem a participação das *gentes* e das ordens na fazedura da conformação política conhecida. O Comício devolvia aos romanos sua própria face, pois reconheciam nele seu papel dentro da ordem maior e o trabalho de seus ancestrais em criá-la, permitindo-lhes que se localizassem no fio temporal. Em outras palavras, o Comício ancorava de modo tangível Roma e sua *res publica* no fluxo do tempo. Eliminá-lo pura e simplesmente, destarte, representava um risco à identidade coletiva, já que isso desbotaria a historicidade desenvolvida no acúmulo, descarte e convivência da materialidade plural, além de comprometer a estrutura orgânica que reproduzia a hegemonia política de Roma, sob o risco de cair no fetichismo do organismo esvaziado apontado por Gramsci. Por outro lado, como vimos, ali o conflito se catalisava cada vez mais sem encontrar vias pelas quais pudesse ser sanado.

Não podendo ser extinto nem continuar existindo da forma como estava dado, o Comício teve então de ser desmembrado e seus componentes dispersos, empresa que coube aos grandes líderes do século I a.C. cuja centralidade no cenário político fazia-os esbarrar com aquele problemático canto noroeste do Fórum. A presença tentacular de César e especialmente de Augusto nas questões políticas imputava-lhes o dever da preservação da *res publica* (e, por consequência, do trabalho de todos os romanos que a fizeram durante gerações incontáveis), cumprido, no caso aqui discutido, através da reacomodação dos edifícios comiciais. Reacomodação esta

que os isolava, evitando a interação direta do SPQR de outrora, e enxertava entre eles a figura mediadora dos novos *principes*.

Assim, não se rompe com o passado indexado pelo Comício, mas o remodela à nova conjuntura hegemônica de centralização política.

BUENO, G. P. Dismembering the Comitium to preserve the res publica: a Gramscian reading of the transformations in the north of the Roman Forum in the late 1st century B.C..
*R. Museu Arq. Etn.*43: 55-76, 2024.

Abstract: This article aims to analyze the transformations that took place in the Comitium of the Roman Forum during the period consecrated as the last century of the Republic from a Gramscian perspective of politics and of memory in relation to space. To this end, we mobilized the concept of *organism*, formulated by Gramsci, to comprehend the development of the Forum's spatiality – and especially of the Comitium, the most nuclear site of political relations during the Republic – in interaction with the class dynamics cultivated there. This historical process conceived a space designed to welcome conflict and resolve it, within a hierarchical structure that visually dictated the role of each class in this action, and indexed in the materiality past experiences of these conflicts/resolutions that forged a very particular collective memory of that place. However, the accumulation of contradictions resulting from the mismatch between the new material conditions of the nascent empire and the old structure of the *res publica* placed the Comitium in an impasse of dialectical nature, in which the space came to be instrumentalized in favor of the escalation of the political violence that threatened the res publica, at the same time as it could not be abandoned under the risk of undermining the organic republican bases gestated there. Resorting to the reconstitutions proposed by the *Atlas of Ancient Rome* (2017), organized by Carandini and Carafa, we seek to demonstrate that the emptying of the Comitium was accompanied by the reconstruction of its structures elsewhere in the Forum, both to preserve the *res publica* as a materially coproduced memorial process and to disconnect the direct interaction of the classes, placing between them the mediating figure of those who would later be seen as emperors.

Keywords: Comitium; Late Republic; Hegemony; Roman Forum; Memory.

Referências bibliográficas

Apiano. 1996. *The Civil Wars*. Penguin Group, Londres.

Ascônio. 2006. *Commentaries on Speeches of Cicero*. Oxford University Press, Oxford.

Cadario, M. 2006. Le statue di Cesare a Roma tra il 46 e il 44 a.C.: la celebrazione della vittoria e il confronto con Alessandro e Romolo. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano* 59.3:25-70.

- Carandini, A.; Carafa, P. (Eds.). 2017. *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City*. Princeton University Press, Princeton.
- Carandini, A. (Ed.). 2019. *La Roma di Augusto in 100 monumenti*. UTET, Novara.
- Cícero. 1931. *Pro Flacco M. Tulli Ciceronis pro Flacco Oratio*. Oxford University Press, Oxford.
- Cícero. 2019. *Da amizade*. Martins Fontes, São Paulo.
- Cícero. 2021. *Discursos contra Marco Antônio ou Filípicas*. Editora UnB, Brasília.
- Davies, P.J.E. 2017. *Architecture and politics in Republican Rome*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Dio Cássio 1945. *Dio's Roman History III (Books XXXVI-XL)*. William Heinemann, Londres.
- Dio Cássio. 1945. *Dio's Roman History IV (Books XLI-XLV)*. William Heinemann, Londres.
- Dionísio de Halicarnasso. 1939. *Roman Antiquities I (Books I-II)*. William Heinemann, Londres.
- Dionísio de Halicarnasso. 1960. *Roman Antiquities II (Books III-IV)*. William Heinemann, Londres.
- Faria, E. 2021. *Dicionário latino-português*. Garnier, Belo Horizonte.
- Favro, D. 1988. The Roman Forum and Roman History. *Places* 5.1:17-24.
- Filippi, D. 2017. Region VIII: Forum Romanum Magnum. In: Carandini, A.; Carafa, P. (Eds.). *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the City*. Princeton University Press, Princeton.
- Frosini, F. 2017. Organismo. In: Liguori, G.; Voza, P. (Eds.). *Dicionário Gramsciano*. Boitempo, São Paulo, 589-590.
- Gildenhard, I. et al. (Eds.). 2019. *Augustus and the Destruction of History. The Politics of the Past in Early Imperial Rome*. Cambridge Philological Society, Cambridge.
- Gramsci, A. 2017. *Cadernos do Cárcere: Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Hinard, F. 1985. *Les proscriptions de la Rome républicaine*. École française de Rome, Roma.
- Hölkeskamp, K.J. 2016. Prestige en construction dans la République Romaine : la classe dirigeante et ses stratégies de représentation publique. In: Baudry, R.; Hurlet, F.; Rivoal, I. *Le Prestige à Rome à la fin de la République et au début du Principat*. Éditions de Boccard, Paris, 21-37.
- Horácio. 2008. *The Complete Odes and Epodes*. Oxford University Press, Oxford.
- Kondratieff, E.J. 2009. Reading Rome's Evolving Civic Landscape in Context: Tribunes of the Plebs and the Praetor's Tribunal. *PHOENIX – Journal of the Classical Association of Canada*, 63.3-4: 322-360.
- Liverani, P. 2008. Cesare urbanista. In: Gentile, G. (Ed.). *Giulio Cesare: l'uomo, le imprese, il mito*. Silvana Editoriale, Milão, 42-51.
- Lugli, G. 1966. *Il Foro Romano e il Palatino*. Bardi Editore, Roma.
- Meier, C. 1993. C. Caesar Divi filius and the formation of the alternative in Rome. In: Raaflaub, K. A.; Toher, M. (Eds.). *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. University of California Press, Berkeley, 54-70.
- Morstein-Marx, R. 2004. *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Plínio, O Velho. 1988. *Storia Naturale: mineralogia e storia dell'arte (libri 33-37)*, vol. V. Einaudi, Turim.
- Plutarco. 1967. *Lives: Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola*. William Heinemann, Londres.

- Plutarco. 1959. *Lives: Agis and Cleomenes, Tiberius and Caius Gracchus, Philopoemen and Flamininus*. William Heinemann, Londres.
- Polo, F.P. 2005. I Rostra come espressione di potere della aristocrazia romana. In: Urso, G. (Ed.). *Popolo e Potere nel Mondo Antico*. Edizioni ETS, Pisa, 141-155.
- Prestipino, G. 2017. Orgânico. In: Liguori, G.; Voza, P. (Eds.). *Dicionário Gramsciano*. Boitempo, São Paulo, 588-589.
- Price, H. 2019. Flooding the Roman Forum. In: Gildenhard, I.; et al. (Eds.). *Augustus and the Destruction of History: The Politics of the Past in Early Imperial Rome*. Cambridge Philological Society, Cambridge, 189-222.
- Richardson Jr., L. 1992. *A new topographical dictionary of ancient Rome*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Russell, A. 2021. Political space and the experience of citizenship in the city of Rome: architecture and interpellation. In: Flohr, M. (Ed.). *Urban Space and Urban History in the Roman World*. Routledge, Londres, 19-38.
- Ruy, M.L. *De verborum significatu: análise e tradução*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saraiva, F.R. S. 2019. *Dicionário latino-português*. Garnier, Belo Horizonte.
- Scott, J.C. 1985. Hegemony and Consciousness: Everyday Forms of Ideological Struggle. In: Scott, J. C. (Ed.). *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press, Cumberland, 304-350.
- Sella, J. 2021. *L'imperator au secours de la res publica : un élément central du discours de légitimation du pouvoir impérial et ses origines républicaines*. *Dialogues d'histoire ancienne* 24: 77-115.
- Suetônio. 2007. O divino Júlio. In: Plutarco; Suetônio. *Vidas de César*. Estação Liberdade, São Paulo.
- Taylor, L.R. 1990. *Roman Voting Assemblies: From the Hannibalic War to the Dictatorship of Caesar*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Thommen, L. 1995. Les lieux de la plebe et de ses tribuns dans la Rome republicaine. *Klio* 77: 358-370.
- Tito Lívio. 2006. *The History of Rome (books 1-5)*. Hackett Publishing Company, Indianápolis.
- Varrão. 2012. *Das coisas do campo*. Editora da Unicamp, Campinas.
- Westall, R. 1996. The *Forum Iulium* as representation of *Imperator Caesar*. *Mitteilungen des deutschen archaologischen Instituts Roemische Abteilung* 103: 83-118.
- Winterling, A. 2009. *Politics and Society in Imperial Rome*. Wiley-Blackwell, Hoboken.
- Yakobson, A. 2010. Traditional political culture and the people's role in the roman Republic. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 59.3: 282-302.

Memória e Esquecimento no Mundo Antigo: Entrevista com o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Maria Aparecida de Oliveira Silva*
Fábio Vergara Cerqueira**

SILVA, M. A. O.; CERQUEIRA, F. V. Memória e Esquecimento no Mundo Antigo: Entrevista com o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. R. Museu Arq. Etn. 43: 77-85, 2024.

Resumo: A entrevista com o professor Fábio Vergara Cerqueira aborda temas que têm se destacado nos debates das humanidades, são eles memória, esquecimento, patrimônio e tradição. Esta entrevista explora o conceito de “era do *mnemotopismo*”, no qual a memória ganha centralidade nas questões sociais. O professor discute as disputas em torno da memória e do esquecimento, destacando dois tipos deste último: o esquecimento “natural”, resultante do desgaste de materiais ou da renovação urbana, e o esquecimento “político”, como a *damnatio memoriae*, em que ocorre o apagamento deliberado e a invisibilidade intencional. Destacam-se, ainda, as questões de identidade e sentimento de pertencimento, que se entrelaçam com as questões relativas à memória e ao esquecimento.

Palavras-chave: Memória; esquecimento; patrimônio cultural; Antiguidade; estudos clássicos.

* Graduada, Mestre e Doutora em História pela USP, com estágios na EFR/Itália (PDEE/CAPES) e na UNL/Portugal (FAPESP). Pesquisadora de pós-doutorado em Estudos Literários na Unesp/Araraquara e em Línguas Clássicas na USP. Pesquisadora do Grupo Heródoto/Unifesp. Pesquisadora do Taphos/MAE/USP. Líder e professora colaboradora do Grupo LABHAM/UFPI. Pesquisadora do Grupo Linceu/Unesp-Araraquara e do Grupo de Retórica Antiga da Universidade de Cádiz. Autora de *Plutarco, o Historiador: Análise das Biografias Espartanas* (2006); *Plutarco e Roma: O Mundo Grego no Império* (2014). *Plutarco: “Sobre a Maldade de Heródoto”*, estudo, tradução e notas (2013), todos publicados pela Edusp. Tradutora de Plutarco e Heródoto..

** Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ1D) na área de Arqueologia e membro do Comitê de Assessoramento em Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia (COSAE/CNPq) no período de 2021 a 2024. Atualmente, é pesquisador visitante na Universidade de Heidelberg, no Instituto de Arqueologia Clássica, e detém o título de pesquisador da Fundação Humboldt (Alemanha) na modalidade “Pesquisador Experiente” em Arqueologia Clássica desde 2014. Foi também “chercheur résident” (pesquisador residente) na École Française de Rome em 2022. É idealizador e coordenador de diversos projetos acadêmicos e museológicos, incluindo o Laboratório de Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, o Museu da Colônia Francesa, o Laboratório de Estudos da Cerâmica Antiga (LECA) e o Circuito de Museus Étnicos, todos com períodos de atividade que se estendem de 2001 até os dias atuais. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) no período de 2001 a 2003 e vice-presidente entre 2004 e 2005, além de ter presidido o V Congresso da SBEC realizado em 2003. Sua pesquisa também abrange as áreas de Memória Social, Patrimônio Cultural e gestão museológica

Profa. Maria Aparecida: Bom dia, professor Fábio Vergara. É uma alegria e uma grande honra tê-lo conosco nesta entrevista, a qual compõe o dossiê organizado por mim e pelos professores doutores Juliana Figueira da Hora, Maria Cristina Kormikiari e Vagner Cavalheiro Porto, do MAE-USP (Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo). O título do nosso dossiê é *Memória e Esquecimento no Mundo Antigo*.

Para aqueles que ainda não conhecem o professor Fábio Vergara Cerqueira, ele é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), bolsista de produtividade CNPq PQ1D em Arqueologia e pesquisador visitante da Universidade de Heidelberg e da Fundação Humboldt, ambas na Alemanha. Além disso, o professor Vergara tem uma vasta experiência, com participações em eventos nacionais e internacionais, além de uma produção acadêmica expressiva, com inúmeras publicações no Brasil e no exterior. Ele é, sem dúvida, motivo de orgulho e uma referência de grande importância para aqueles de nós que nos dedicamos aos estudos clássicos.

Como mencionado anteriormente, nosso dossiê aborda a questão da memória e do esquecimento. Nesse contexto, gostaria de iniciar nossa conversa perguntando: professor Fábio Vergara, como se dá a concepção de memória no campo da História e da Arqueologia, especialmente no que diz respeito à Antiguidade, no seu ponto de vista?

Prof. Fábio Vergara: Bem, inicialmente, eu gostaria de saudar a professora Maria Aparecida, bem como os demais colegas que organizam conjuntamente este dossiê, os professores Vagner Porto, Cristina Kormikiari e Juliana Hora, e parabenizar pela escolha do tema. Memória, esquecimento, patrimônio e tradição são temas que têm ganhado centralidade nos debates das humanidades. Alguns autores afirmam que vivemos, desde o final do século XX, uma era do *mnemotropismo*, um conceito que descreve a situação em que a memória assume protagonismo nas questões sociais. As disputas sobre a memória e os embates políticos em torno dela são

acompanhados de perto por um debate sobre o esquecimento, com olhares muitas vezes antagônicos sobre essas duas questões. Existe, por um lado, o esquecimento gerado por um processo, vamos usar o termo “natural”, de apagamento devido ao desgaste dos suportes materiais. Por exemplo, coisas que são [feitas] de materiais orgânicos tendem a desaparecer com o passar dos séculos. Outro exemplo seria o próprio processo de uma cidade se refazendo sobre si mesma, o que também gera esquecimento. Por outro lado, há o esquecimento produzido, o esquecimento político, que constrói o fenômeno da chamada *damnatio memoriae* quando se gera o apagamento deliberado, quando se gera a invisibilidade.

De fato, esse é um tema extremamente pertinente aos debates contemporâneos. E a questão que se coloca é: qual a relevância desse tema perante os estudos da Antiguidade? Ele possui pertinência, aderência, centralidade? A minha resposta é afirmativa. Um exemplo claro disso é o debate que Tucídides propõe ao comentar a história dos tiranocidas, Harmódio e Aristógito, que, na visão da população ateniense em geral, eram os heróis responsáveis pela queda da tirania. No entanto, Tucídides apresenta uma análise crítica dos fatos, argumentando que não é bem assim, que não foi isso que aconteceu. Embora Harmódio e Aristógito tenham desempenhado um papel importante, não foram eles os responsáveis pela queda da tirania. Esse é um claro exemplo de debate sobre a memória.

Além disso, é possível observar como a memória é mais forte do que a história, pois a memória, em sua dimensão popular, envolve questões de identidade e sentimento de pertença. Um exemplo disso são as moedas batidas em Atenas a partir do século IV a.C., que trazem a representação desse “casal homoerótico”, vou usar essa expressão. Nelas, Harmódio e Aristógito são representados como símbolos da democracia, ilustrando o caráter heroico de sua imagem na memória popular, apesar da narrativa histórica proposta por Tucídides.

Portanto, entendo que esse exemplo evidencia a pertinência do tema. Então sim,

é pertinente para o estudo da Antiguidade se pensar a memória e o esquecimento. Não há evidência maior disso do que o fato de que, na mitologia grega, os correspondentes de memória e esquecimento são duas divindades: Lete e Mnemosine. Essas divindades, bem ancestrais, não são apenas personificações criadas mais tardiamente para dar conta de conceitos mais abstratos.

E mais do que divindades, Lete, esquecimento, derivando do verbo esquecer, e Mnemosine, memória, estão inseridas no imaginário da morte, como podemos observar muito bem na topografia do reino de Hades, conforme descrito no mito de Er, narrado por Platão em *A República*, livro X. Memória e Esquecimento (Mnemosine e Lete) estão associadas a dois rios existentes no mundo de Hades.

E esses rios têm implicações bem diferentes sobre a concepção de morte. O primeiro, o rio que leva o nome de Lete ou *Lesmosine*, também é chamado de *Amelēs Potemos*. Lembrando que Lete é filha de Eris, assim como Ponos, o sofrimento diante das coisas terríveis; assim como Limos, a fome; e como Algea, as dores. Todos são filhos de Eris, a deusa da discórdia, como nos conta Hesíodo. O rio Lete, essa deusa do esquecimento, tem águas das quais beberão, se me permite o uso do termo para facilitar aqui, as almas dos mortos. Esse ato gerará o esquecimento que caracterizará a concepção de morte para os gregos: a perda da individualidade. Por isso, Lete também é chamada como *Ameles Potemos*, ou “rio da falta de consciência”.

De outro lado, Mnemosine é um rio cujas águas, quando bebidas pela alma do morto, proporcionam o privilégio de não se perder as lembranças, permitindo o usufruto de uma morte especial. Por exemplo, pessoas dedicadas às musas – como músicos e poetas – eram agraciadas com um “passe livre”. Ao chegar ao mundo dos mortos, mostravam esse passe a Hades, permitindo-lhes beber da água de Mnemosine.

Então, essa é uma outra concepção de morte, que é aquela que nós conhecemos por meio dos textos órficos, que fazem parte da

religião órfica e da esperança pós-morte que ela propõe. Essa possibilidade de beber das águas de Mnemosine oferece à alma um destino diferente: ao invés de seguir pelo caminho à direita, em direção ao cipreste branco, ela segue à esquerda, para um outro caminho, que não é marcado pelo esquecimento.

Essa distinção entre os dois rios e suas implicações na concepção de morte revela uma visão rica e complexa da memória e do esquecimento na cultura grega. É impossível não reconhecer a relevância de refletir sobre esses conceitos para o estudo da Antiguidade.

Profa. Maria Aparecida: Muito obrigada, professor, pelos seus valiosos esclarecimentos. Em um segundo momento, como os conceitos de memória e esquecimento se manifestam na Antiguidade grega?

Prof. Fábio Vergara: Eu posso pedir licença, Maria Aparecida, para recuar um pouco e observar que, já na Antiguidade egípcia e nas Antiguidades mesopotâmicas, a problemática da memória e do esquecimento também se apresentam como temas pertinentes?

Profa. Maria Aparecida: Certamente.

Prof. Fábio Vergara: Um exemplo disso pode ser encontrado nas listas dinásticas do Egito, que representam um processo de geração de uma memória oficial dos detentores de poder. Essas listas não apenas funcionam como um mecanismo de memória, mas também como uma estratégia de legitimação do poder faraônico, com o auxílio de uma certa inteligência composta por escribas e sacerdotes, que possuíam um conhecimento especializado e acesso aos arquivos de memórias. Nesse contexto, surge também a questão do esquecimento. Sabemos que, desde o início do Egito Antigo, desde a primeira dinastia, a instituição da “rainha mãe” era fundamental, pois ela efetivamente passa a governar quando fica viúva e o herdeiro é muito pequenininho ainda, muito criança. Porém esse papel só aparece nas listas dinásticas a partir da Quarta Dinastia, e somente desta, o que revela como esse fato foi invisibilizado durante um longo período.

Então vejam como há diferentes procedimentos que, além de gerar invisibilidade, também podem ter um efeito

de esquecimento. Se analisarmos alguns exemplos, como a Pedra de Palermo, o Papiro de Turim e a lista de Manethon, bem como as listas reais sumérias, que foram produzidas por volta de 2800 e 2100 a.C., podemos perceber nuances interessantes. Um caso notável é o da rainha Kubaba, cuja memória não foi suprimida, ao contrário do que poderia ser esperado em contextos semelhantes. Muito pelo contrário da maioria dos reis, os escribas dedicam a Kubaba um espaço considerável, evidenciando a importância dessa rainha. Esse tratamento destaca sua relevância histórica e o reconhecimento de seu papel no contexto do Reino de Kish. Na contramão disso, a gente tem o esquecimento da grande rainha egípcia Hatshepsut, que foi uma mulher Faraó durante aproximadamente 20 anos. A partir de diferentes estratégias conseguiu consolidar seu poder. Ela foi, no entanto, apagada da memória oficial por seu sucessor, Tutemés III, seu sobrinho. A estratégia de Tutemés foi eficaz, e Hatshepsut desapareceu das representações históricas até ressurgir no século XIX. Trata-se, portanto, de um esquecimento gerado.

Um outro exemplo pertinente, homenageando inclusive a minha colega aqui de Santa Maria, seria o da rainha Semíramis, também conhecida como a rainha assíria Samuramat. É interessante observar como, mesmo não havendo uma tradição tão forte, assim como no Egito, no contexto mesopotâmico de figuras como as rainhas mães, a força de atuação dessa rainha-mãe se destaca. Mesmo depois do seu filho, Adadenirari III, ter assumido o trono, ela se revela na própria geração de uma memória mitificada a *posteriori*, alimentada inclusive por gregos e romanos. Essa é a figura fantástica de Semíramis, que reporta de modo mítico uma memória de uma figura histórica, de uma rainha.

Então, sim, também no contexto da Antiguidade Oriental, é muito válido refletirmos sobre a preocupação com a gestão da memória. É o caso que nós percebemos, por exemplo, no reinado de Assurbanipal, particularmente em relação à constituição de sua biblioteca, considerada uma das primeiras grandes bibliotecas reais da Antiguidade.

Nesse contexto, destaca-se a atuação de uma sacerdotisa que, com funções semelhantes à de uma espécie de museóloga, era responsável por administrar e controlar uma coleção de documentos antigos – tablets com inscrições que datavam de mais de mil, ou até mil e quinhentos anos. Essas cópias eram produzidas e circulavam pelo reino, funcionando como uma espécie de exposição itinerante, com uma preocupação de preservar o documento original. A princípio, pode-se imaginar que essas práticas são modernas, mas, na verdade, já estavam presentes na antiga Assíria.

Profa. Maria Aparecida: Muito bom, professor, muito boa digressão, que nos leva a refletir sobre outros povos. Professor Fábio Vergara, em seu entendimento, como se materializou a produção dessa memória e desse esquecimento? E de que forma ocorreu sua circulação no contexto social, no plano da escrita e da cultura material?

Prof. Fábio Vergara: Professora Maria Aparecida, efetivamente é importante observarmos que há uma circularidade da memória na Antiguidade, especialmente interativa entre as tradições orais, as imagens, a tradição escrita e a materialidade – tanto das coisas quanto do espaço. Para refletirmos sobre isso, podemos adotar duas abordagens possíveis. Uma delas é como nós vemos os processos de memória entre os gregos. Então, a primeira questão que a gente pode desenvolver em nossa interpretação é como a cultura grega, ao longo do tempo, gestiona sua memória de modo tanto ativo e consciente, quanto espontâneo e inconsciente. A segunda questão diz respeito ao tratamento ativo e consciente dos gregos na produção e conservação dos registros de memória, além de como podemos perceber processos de tradicionalização e aquilo que, modernamente, chamamos de patrimonialização, um fenômeno estritamente associado à pós-Revolução Francesa.

Então, sobre a primeira questão, acho que a gente pode trazer alguns exemplos para ilustrar como nós vemos o processo de memória entre os gregos, especialmente a partir da reinterpretação da literatura antiga, sobretudo os textos homéricos. Um exemplo importante

é a teoria Parry Lord, criada pelo linguista estudioso da literatura grega Milman Parry. Sua obra foi continuada por seu aluno Albert Lord, que deu continuidade aos estudos após a morte abrupta de Parry, até seu falecimento no início dos anos 1990. Então, essa teoria, conhecida como *Oral Tradition Theory* ou *Oral Formulation Composition*, possibilitou a consistente divulgação de um entendimento fundamental sobre a tradição oral. De forma resumida, ela propõe que os poemas homéricos são resultado de uma longa tradição oral de memória, sustentada por técnicas mnemônicas específicas e formas de acúmulo de memória ao longo de gerações. Esses relatos, que se referem a eventos passados e a formas de viver pretéritas, não seguem a lógica narrativa que a gente vai vislumbrar a partir de um Hecateu de Mileto, de um Heródoto, de um Tucídides. Em vez disso, a tradição oral opera segundo uma lógica do mito, sendo o mito, também, uma forma de memória.

Uma segunda questão que vem sendo colocada nos estudos da colonização grega é o papel das viagens míticas – como, por exemplo, os retornos dos heróis de Tróia – sendo a *Odisseia* de Ulisses a mais conhecida. Mas a gente sabe da existência de vários outros heróis, como o fragmentário Diomedes, cujas narrativas sobre seu retorno são fragmentárias. Podemos citar também os argonautas e a circulação pelo Mediterrâneo de Hércules para superar os desafios dos seus trabalhos, indo até Gibraltar, separando os dois continentes. Hoje, podemos interpretar essas histórias como uma memória de explorações pré-coloniais, representando um conhecimento prévio que os gregos foram construindo durante viagens, muitas delas associadas aos fenícios. Esse processo de exploração ajudou a moldar o entendimento grego do Mediterrâneo antes de se lançarem no processo de colonização.

Além disso, a questão da colonização nos propicia uma outra percepção importante sobre esse assunto, que é o moderno conceito de “invenção das tradições”, crivado por Eric Hobsbawm. Nesse sentido, hoje, consideramos que boa parte das narrativas sobre as fundações coloniais – como, por exemplo, a consulta ao

Oráculo de Apolo, que indicava para onde aquele grupo de colonizadores deveria ir ou onde deveria se instalar – são, em boa parte, um processo de construção de tradição, uma invenção de tradição. Nesse sentido, o papel de Apolo como colonizador acaba alimentando progressivamente a memória dessas pólis coloniais e, com o passar do tempo, sedimenta-se como narrativa histórica.

Finalmente, eu acho interessante destacar a questão da disputa que havia, na Antiguidade, pela topografia homérica. Um exemplo disso é o caso das sereias, onde diferentes regiões do sul da Itália disputavam sobre onde teria ocorrido o enfrentamento mítico entre Ulisses e as sereias. Alguns defendiam que esse episódio teria ocorrido no Estreito de Messina, entre a Itália e a Sicília; outros propunham que fosse em Capri; e outros propunham que teria sido em Ísquia. Essa discussão já ocorria na própria Antiguidade. E, por exemplo, o primeiro nome da cidade de Nápoles era *Parthenope*, que faz referência a uma sereia, que se acreditava ser originária daquela região. Isso mostra o quanto esse imaginário mítico estava presente para as pessoas como um elemento de memória, em que o espaço em que elas viviam se filiava a um espaço mitológico delineado por Homero.

Então, eu acho que esses são alguns exemplos que ilustram a questão que aponte, mostrando como, modernamente, com as nossas ferramentas interpretativas, compreendemos como se davam os processos de memória na Antiguidade grega. Uma outra forma de pensar sobre isso é observar como os gregos, conscientemente, faziam uma gestão cultural ou política da sua memória. Eu entendo que um exemplo excelente para refletirmos sobre esse assunto é o caso de Címon, político ateniense e adversário de Péricles no início da carreira deste último, a quem se atribui a narrativa de ter sido responsável por trazer para Atenas as ossadas de Teseu, que haviam sido localizadas. Com base nisso, reformulou-se a Festa das Teseias, uma festa para os jovens, ocorrida num âmbito escolar, e que envolvia diretamente processos de memória e identidade, fortalecendo um passado comum representado por Teseu.

Um dos grandes teóricos modernos da memória, Joël Candau, cuja obra *Memória e Identidade* foi traduzida para o português pela minha colega Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e que tem tido grande impacto sobre os estudos de memória entre nós, defende que a memória tem um papel muito importante sobre a constituição da identidade, na medida em que ela vai cerzir a convicção de pertença a um passado comum. Ele argumenta que pouco importa, na verdade, se esse passado comum é de fato algo historicamente comprovável; o que importa é que se acredite nele. Isso é aquilo que Jan Assmann, teórico alemão da memória e grande egptólogo, também vai chamar de “memória vinculante”, que é essa memória que vincula a identidade a um passado comum.

Seguindo, já que mencionei Teseu, vale a pena discutir a questão do culto heroico, que é um dos aspectos que mostra o trabalho ativo da cidade sobre essa memória, em que as questões política e religiosa se misturam. Então, se a gente observar a localização dos santuários heroicos (*heroa*) e as formas arquitetônicas associadas a eles, a gente vai perceber um componente importante de memória. Primeiro, porque, em boa parte dos casos, os *Heroa* se localizavam em espaços que a arqueologia comprovou serem importantes em um longo passado micênico, muitas vezes espaços de necrópoles. Além disso, um segundo aspecto é que, além da retomada desses lugares micênicos, a forma dos *heroa* muitas vezes recorre a forma circular do *tolos*, que é uma forma arquitetônica caracteristicamente micênica, ligada a um contexto micênico de arquitetura tumular – seja dos túmulos em *tolos*, seja nos círculos encontrados nas escavações de Micenas, dentro do quais estavam as tumbas reais.

Essa forma circular vai ganhando um significado místico não só nos túmulos heroicos, mas também em outros locais. Por exemplo, em Atenas, onde a Héstia, aquele fogo sagrado que nunca poderia ser apagado, concentrava o sentido sagrado da cidade.

A arquitetura circular também é vista em Epidauros, onde havia uma estrutura circular próxima à qual ocorria o “sono místico”, associado aos procedimentos de cirurgia astral,

que, de maneira moderna, associamos ao espiritismo. Esses procedimentos cirúrgicos, realizados por meio de sonhos místicos, estavam ligados a práticas de cura.

Então, vejam como a questão da memória e as escolhas feitas pelos gregos em relação a ela carregam um significado profundo. Para finalizar, eu gostaria de falar da cerâmica, mas não sei se ainda temos tempo para falar um pouquinho sobre isso.

Profa. Maria Aparecida: Sim, por favor, professor, ensine-nos.

Prof. Fábio Vergara: Então, uma coisa muito interessante que acontece na pintura de vasos de figuras vermelhas, inclusive a pintura de vasos de um contexto colonial do sul da Itália, aqui eu estou falando final do século V a.C. e século IV a.C., é a presença de vasos de figuras negras, no momento em que a tradição das figuras negras já estava se tornando bastante anacrônica. Então a gente tem, em torno de 525 a.C., o início, em Atenas, da técnica de figuras vermelhas. Aos poucos a produção de vasos de figuras negras vai perdendo destaque, tornando-se uma indústria subsidiária até cerca de 470 a.C. ou 460 a.C. Então, o que isso significa? A presença desses vasos de figuras negras, representados nas cenas de vasos de figuras vermelhas, indica a conservação desses vasos, que vão aparecendo em contextos funerários, com cenas funerárias ou cenas de culto. Isso sugere a importância atribuída à preservação desses objetos, relacionados a práticas de colecionismo ou preservação de peças antigas dentro de uma família por muito tempo. Um exemplo muito interessante disso é uma cratera fragmentária que foi encontrada nas escavações feitas no Palácio de Larissa, na Tessália. Ela representa, entre outras cenas, uma disputa de *hoplitodromia* – aquela corrida em armas, realizada em competições em Atenas. Esse vaso provavelmente guarda a memória de algum representante de Larissa que teve um bom desempenho nessas competições. O ponto importante que quero destacar é o fato de que se identificou que esse vaso foi restaurado na Antiguidade e mantido em destaque no palácio. Isso demonstra que a prática de restauração de bens culturais, como nós a entendemos hoje, já era conhecida na Antiguidade grega. Ou

seja, ela não é algo desconhecido, trata-se de uma gestão consciente de um bem cultural e de memória por uma casa real, conferindo-lhe um simbolismo importante.

Um último exemplo para discorrer sobre esse tema envolve o processo de tradicionalização, como chamamos modernamente. No contexto da cerâmica ática, de modo geral, a partir de 460 a.C., a produção de figuras negras cessa. No entanto, isso não é a regra geral, pois dois tipos de vasos de uso sagrado – que envolvem misticismo, religião institucionalizada e espetacularização da religião – mantiveram um tratamento arcaizante e continuaram a ser produzidos como figuras negras. São eles: as ânforas panatenaicas, tema de estudo do nosso colega Gilberto Francisco, um dos editores da revista *Heródoto* e, no Brasil, um dos maiores conhecedores desse tipo de vaso, e os *lutroforoi* de figuras negras com cenas de velório, de pranteamento do morto, que foram profundamente estudados pelo arqueólogo e iconografista norte-americano Alan Shapiro.

Nesses dois casos, os vasos continuaram a ser feitos com figuras negras, mesmo quando essa técnica já não era mais a prática comum. Isso demonstra que o conhecimento sobre como produzir essas peças não havia desaparecido. No entanto, como o professor Gilberto demonstrou, em um período tardio já de uma Atenas de período romano, há uma tentativa de retomada das figuras negras em ânforas panatenaicas, feitas naquele momento. Esse movimento é claramente uma tentativa de retraditionalização, mas, já sem o domínio técnico, os artistas produziam uma espécie de “pseudo-figuras negras”. Aqui, claramente, a questão da memória e da tradição se tornam muito significativas.

Para concluir, ainda sobre a cerâmica, gostaria de abordar a pintura de vasos áticos e ápuos, com ênfase nas cenas de inspiração cenográfica, ou seja, quando a pintura de vasos retrata cenas teatrais, como tragédias, comédias ou representações do teatro *phlyax*, no caso do sul da Itália.

Por que isso é importante? Aqui, não estamos lidando com o que Jan Assmann

chama de memória vinculante, mas com o conceito de memória comunicativa. Um exemplo atual seria a cerimônia de entrega do Oscar, que acontece em março. Durante o evento, ouvimos o clássico “The Winner is...”. Essa frase, embora simbólica, não cria um senso de imobilização de uma cultura, pois os filmes vencedores podem ser assistidos antes ou depois da cerimônia, refletindo uma fatia da cultura contemporânea.

De maneira semelhante, os grandes eventos das competições teatrais em Atenas, no século V a.C., foram marcantes não só para a cultura ateniense, mas para a cultura grega como um todo, presente em outras regiões. Esses eventos eram grandes ocasiões culturais, e ali se anunciava o vencedor, com um “The Winner is...”. No entanto, assim como acontece hoje com o Oscar, o público às vezes discordava da decisão dos juizes e acreditava que o vencedor deveria ter sido outro. Algo similar pode ser observado com as peças teatrais: muitas vezes, muito bem divulgadas, representadas nos vasos, mas não foram as vencedoras.

No caso das pinturas de vasos, que representavam cenas efêmeras de eventos, essas obras eram, em sua maioria, únicas e não seriam vistas novamente após a apresentação. No entanto, no século IV a.C., começa a surgir a tradição de representar essas cenas novamente, possivelmente influenciada pelos próprios vasos. Isso ocorre principalmente no sul da Itália, com as representações de tragédias e comédias famosas de períodos anteriores, especialmente do apogeu do Período Clássico, do século V a.C. Isso não acontecia nas primeiras fases da cerâmica grega.

Então, esse vaso, que vai parar em uma cidade da Etrúria, depois em uma cidade do sul da Itália e, eventualmente, até em um depósito funerário, funciona como uma forma de comunicação e memória de um evento efêmero, mas marcante, assim como fazia a pintura mural de um Polignoto – embora eu não vá me aprofundar nisso agora.

Por exemplo, e eu não vou entrar em detalhes, vou me concentrar aqui na cerâmica. Dou dois exemplos: o primeiro é um vaso encontrado numa tumba de Ruvo, um núcleo

urbano ápulo no sul da Itália, que, embora seja nativo, estava bastante helenizado. Nesse caso, temos o famoso “Vaso Pronomos” que, além de uma série de elementos teatrais, mostra o célebre *auletes* (flautista) tebanos, em homenagem ao qual foi nomeado o vaso, embora o flautista estivesse em Atenas na época que foi encenada a peça representada no vaso. Este vaso foi encontrado numa tumba da elite de Ruvo.

Um outro exemplo vem de uma cidade muito próxima dali, também uma cidade nativa: Canosa, localizada na região da Apúlia. Em um dos hipogeus de Canosa, encontramos o famoso “Vaso de Dario”, provavelmente produzido um pouco antes da vitória de Alexandre em Issos sobre o Imperador persa Dario III. Hipogeus eram galerias subterrâneas destinadas aos rituais funerários.

É muito interessante observar que, no início dos anos 330 a.C., talvez Alexandre ainda nem tivesse iniciado sua campanha. Nesse período, há uma grande admiração pelos persas, algo evidente em diversos vasos da época. Em muitos deles, podemos ver a inscrição *Persai*, representando ali o rei Dario, pessoas da corte e tudo mais, em cena altamente complexa que reflete não apenas a figura dos persas, mas também um respeito pela organização do Império Persa. Esses vasos não tratam os persas com desdém ou preconceito, mas com clara admiração. É importante notar que esse tipo de vaso, inicialmente funerários, que fixa uma memória, eram colocados nas ruas da necrópole, como um vaso que demarca um sepultamento, e o fato de serem furados embaixo significa que ficavam expostos à passagem das pessoas.

Talvez tenha ocorrido uma reutilização daquela necrópole canosina, o vaso então sendo transferido, algum tempo depois, para o interior do hipogeu. Ora, na verdade, neste momento já não seria tão adequado falar dos persas, pois o Império Persa já havia caído. Mas, enfim, espero que, com esses exemplos e os caminhos que proponho, consigamos mostrar como é importante, como tema de pesquisa, analisar a questão da memória e do esquecimento entre os gregos e outros povos da Antiguidade, com diferentes possibilidades de abordagem.

Profa. Maria Aparecida: Muito obrigada, Professor Fábio Vergara, pela excelente aula e pelos ricos ensinamentos. Em nome dos organizadores desse dossiê, os professores Juliana da Hora, Cristina Kormikiari e Vagner Porto, e dos editores da RevMae (Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia), os professores doutores Maria Cristina Kormikiari e Vagner Carneiro Porto, ambos do MAE-USP, gostaria de expressar nossa imensa gratidão pela sua entrevista e pelos valiosos ensinamentos nela contidos. Muito obrigada, professor. Gostaria de encerrar com alguma outra colocação?

Prof. Fábio Vergara: Eu gostaria de agradecer esse convite muito especial, que me permite conversar com uma colega pesquisadora que tanto admiro, e [agradecer] também por poder contribuir com essa revista acadêmico-científica RevMae, que tem uma proposta editorial das mais importantes para o desenvolvimento da nossa área aqui em nosso país.

Profa. Maria Aparecida: Muito obrigada, professor. Convido a todos também a lerem os artigos e a entrevista do professor, que será transcrita e vertida para o inglês. Muito obrigada.

Outros artigos de Fábio Vergara Cerqueira publicados pela *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*

CERQUEIRA, F.V. A trombeta e os jogos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 29, p. 75–99, 2017. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2017.148161. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/148161>>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V. Digressões sobre o sentido e a interpretação das narrativas iconográficas dos vasos áticos: o caso das representações de instrumentos musicais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 20, p. 219–233, 2010. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89923. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89923>>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V. Música e Vida Pastoril na Grécia antiga: o contexto ático segundo evidências arqueológicas, iconográficas e literárias. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 18, p. 199–210, 2008. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2008.89836. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89836..> Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V.; ARMESTO, C.M. A música no programa de poder de Nero: a evidência das moedas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 41, p. 122–131, 2023. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2023.211395. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/211395>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V.; CHIOMA, D.L. A Arqueomusicologia: uma nova disciplina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 41, p. 1–16, 2023. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2023.220571. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/220571>. Acesso em: 18/12/2024.

FERREIRA, L.C.; CERQUEIRA, F.V. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, p. 79–86, 2009. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89877. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89877..> Acesso em: 18/12/2024.

Memory and Oblivion in the Ancient World: Interview with Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Maria Aparecida Oliveira Silva *
Fábio Vergara Cerqueira **

SILVA, M. A. V.; CERQUEIRA, F. V. Memory and Oblivion in the Ancient World:
Interview with Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. R. Museu Arq. Etn. 43: 86-94, 2024.

Abstract: This interview with PhD Professor Fábio Vergara Cerqueira addresses themes of memory, forgetting, heritage, and tradition, which have gained prominence in humanities debates. He explores the concept of “age of mnemotropism,” in which memory takes center stage in social issues. Professor Cerqueira discusses the disputes surrounding memory and forgetting, highlighting two types: “natural” forgetting, resulting from the wear of materials or urban renewal, and “political” forgetting, such as *damnatio memoriae*, where deliberate erasure and intentional invisibility occur. Identity and sense of belonging issues also stand out, as they are intertwined with matters related to memory and forgetting.

Keywords: Memory, forgetting, cultural heritage, Antiquity, classical studies.

*Graduated, Master's, and PhD in History from USP, with internships at EFR/Italy (PDEE/CAPES) and UNL/Portugal (FAPESP). Postdoctoral researcher in Literary Studies at Unesp/Araraquara and in Classical Languages at USP. Researcher at the Herodotus Group/Unifesp. Researcher at Taphos/MAE/USP. Leader and collaborative professor at the LABHAM Group/UFPI. Researcher at the Linceu Group/Unesp-Araraquara and the Ancient Rhetoric Group at the University of Cádiz. Author of *Plutarch the Historian: Analysis of the Spartan Biographies* (2006); *Plutarch and Rome: The Greek World in the Empire* (2014). *Plutarch: “On the Malice of Herodotus”, study, translation, and notes* (2013), all published by Edusp. Translator of Plutarch and Herodotus.

** Full Professor at the Department of History, Federal University of Pelotas. CNPq Research Productivity Fellow (PQ1D) in Archaeology and member of the Advisory Committee on Anthropology, Archaeology, Political Science, Law, International Relations and Sociology (COSAE/CNPq), from 2021 to 2024. He is currently a visiting researcher at the Institute of Classical Archaeology, University of Heidelberg, and has held the title of researcher from the Humboldt Foundation (Germany) in the modality “Experienced Researcher” in Classical Archaeology, since 2014. He was also “chercheur résident” (resident researcher) at the École Française de Rome in 2022. He is the creator and coordinator of several academic and museum projects, including the Laboratory of Anthropology and Archaeology (LEPAARQ), the Ethnographic Museum of Colônia Maciel, the Museum of the French Colony, the Laboratory for the Study of Ancient Ceramics (LECA) and the Circuit of Ethnic Museums, all of which have been active since 2001. He was president of the Brazilian Society of Classical Studies (SBEC) from 2001 to 2003 and vice-president from 2004 to 2005, as well as chairing the V SBEC Congress, held in 2003. His research also covers the areas of Social Memory, Cultural Heritage and museum management.

Prof. Maria Aparecida: Good morning, Professor Fábio Vergara. It is a pleasure and a great honor to have you with us in this interview, which is part of the dossier organized by me and PhD Professors Juliana Figueira da Hora, Maria Cristina Kormikiari, and Vagner Carvalheiro Porto from MAE-USP. The title of our dossier is *Memory and Forgetting in the Ancient World*.

For those of you who are not yet familiar with Professor Fábio Vergara Cerqueira, he is a full professor at the Department of History, Federal University of Pelotas (UFPEL), a CNPq PQ1D productivity fellow in Archaeology, and a visiting researcher at the University of Heidelberg and the Humboldt Foundation, both in Germany. Professor Vergara also has extensive experience participating in both national and international events, in addition to a significant academic production, with numerous publications in Brazil and abroad. He is undoubtedly a source of pride and an important reference for those of us dedicated to Classical Studies.

As mentioned earlier, our dossier addresses the issue of memory and forgetting. In this context, I would like to begin our conversation by asking: Professor Fábio Vergara, how is the concept of memory understood in the fields of History and Archaeology, especially regarding Antiquity, from your perspective?

Prof. Fábio Vergara: Well, initially, I would like to greet Professor Maria Aparecida, as well as the other colleagues who are organizing this dossier, Professors Vagner Porto, Cristina Kormikiari, and Juliana Hora, and congratulate you on the choice of topic. Memory, forgetting, heritage, and tradition are themes that have gained centrality within humanities debates. Some authors claim that, since the end of the 20th century, we have been living in an era of *mnemotropism*, a concept that describes a situation in which memory plays a leading role in social issues. The disputes over memory, the political

clashes around it, are closely followed by a debate on forgetting, often presenting antagonistic views on these two issues. On one hand, there is the *natural* forgetting produced by a process of erasure due to the wear and tear of material supports. For example, things made from organic materials tend to disappear over the centuries. Another example would be the process of a city rebuilding itself on top of its past, which also generates forgetting. On the other hand, there is *produced forgetting*, political forgetting, which constructs the phenomenon of *damnatio memoriae* in which there is deliberate erasure and invisibility is created.

Indeed, this is an extremely pertinent topic in contemporary debates. The question that arises is: what is the relevance of this topic in relation to the study of Antiquity? Is it relevant, applicable, and central? My answer is affirmative. A clear example of this is the debate that Thucydides proposes when commenting on the history of the tyrannicides, Harmodius and Aristogeiton, who, in the view of the general Athenian population, were the heroes responsible for the fall of tyranny. However, Thucydides offers a critical analysis of the facts, arguing that this is not exactly what happened, that they were not the ones responsible for the fall of tyranny. This is a clear example of a debate about memory.

Moreover, it is possible to observe how memory can be stronger than history, because memory, in its popular dimension, involves issues of identity and a sense of belonging. An example of this can be seen in the coins minted in Athens from the 4th century BCE, which depict this “homoeoteric couple” (I will use this term). On these coins, Harmodius and Aristogeiton are portrayed as symbols of democracy, illustrating the heroic nature of their image in popular memory, despite the historical narrative proposed by Thucydides.

Thus, I believe this example demonstrates the relevance of the topic. So

yes, it is relevant for the study of Antiquity to consider memory and forgetting. There is no greater evidence of this than the fact that, in Greek mythology, the counterparts of memory and forgetting are two deities: Lethe and Mnemosyne. These ancient deities are not merely later personifications created to account for more abstract concepts.

And more than deities, Lethe (forgetfulness) and Mnemosyne (memory) are embedded in the social imaginary of death, as we can see very clearly in the topography of the realm of Hades, as described in the myth of Er narrated by Plato in *The Republic*, Book X. Memory and forgetting (Mnemosyne and Lethe) are associated with two rivers in the underworld of Hades.

These rivers have very different implications for the concept of death. First, there is the river named Lethe, or *Lesmosine*, also called *Amelēs Potamos*. Lethe, remember, is the daughter of Eris, just like Ponos (suffering), Limos (hunger) and Algea (pain)—all children of Eris, the goddess of discord, as Hesiod tells us. The river Lethe, this goddess of forgetting, has waters that the souls of the dead will drink from. This act will generate the forgetting that characterizes the Greek conception of death: the loss of individuality. That is why Lethe is also called *Amelēs Potamos*, or the “river of unmindfulness.”

On the other hand, Mnemosyne is a river whose waters, when drunk by the soul of the deceased, provide the privilege of not losing memories, allowing for a special kind of death. For example, people dedicated to the Muses—such as musicians and poets—were granted a “free pass.” Upon arriving in the underworld, they would show this pass to Hades, allowing them to drink from the waters of Mnemosyne.

This is another conception of death, one we know through the Orphic texts which are part of the Orphic religion and the post-death hope it proposes. This possibility of drinking from the waters of Mnemosyne offers the soul a different fate:

instead of following the path to the right, toward the white cypress, it turns left into a different destination, one that is not marked by forgetting.

This distinction between the two rivers and their implications for the concept of death reveals a rich and complex view of remembering and forgetting in Greek culture. It is impossible not to recognize the relevance of reflecting on these concepts for the study of Antiquity.

Prof. Maria Aparecida: Thank you very much, Professor, for your valuable clarifications. Now, how do the concepts of memory and forgetting manifest in ancient Greece?

Prof. Fábio Vergara: May I ask for permission, Maria Aparecida, to step back a little and point out that, already in ancient Egypt and in the ancient Mesopotamian cultures, the issue of memory and forgetting also emerges as relevant themes?

Prof. Maria Aparecida: Certainly.

Prof. Fábio Vergara: An example of this can be found in the dynastic lists of Egypt, which represent a process of generating an official memory of those in power. These lists not only function as a memory mechanism but also as a strategy for legitimizing pharaonic power, aided by a certain intelligence composed of scribes and priests who possessed specialized knowledge and access to memory archives. In this context, the issue of forgetfulness also arises. We know that since the beginning of Ancient Egypt, from the First Dynasty, the institution of the “queen mother” was fundamental because she effectively governed when she became widowed and the heir was still a child. However, and only in this dynasty, revealing how this fact was made invisible for a long period.

You can see how there are different procedures that, in addition to generating invisibility, can also have a forgetting effect. If we analyze some examples, such as the Palermo Stone, the Turin Papyrus, and Manetho’s list, as well as the Sumerian royal lists produced around 2800 to 2100

BCE, we can observe interesting nuances. A remarkable case is that of Queen Kubaba whose memory was not suppressed, contrary to what might be expected in similar contexts. Opposite to most kings, the scribes dedicated considerable space to Kubaba, highlighting the importance of this queen. This treatment emphasizes her historical relevance and the recognition of her role in the Kingdom of Kish. On the other hand, we have the erasure of the great Egyptian queen Hatshepsut, who was a female Pharaoh for approximately 20 years. Through different strategies, she succeeded to consolidate her power. She was erased from official memory by her successor, her nephew Thutmose III. Thutmose's strategy was effective, and Hatshepsut disappeared from historical representations until she resurfaced in the 19th century. This is, therefore, a manufactured forgetfulness. Another relevant example, which even honors my colleague here from Santa Maria, would be that of Queen Semiramis, also known as the Assyrian queen Samu-ramat. It is interesting to see how the role of this King's Mother stood out in the context of Mesopotamian history, where the figure of the King's Mothers was not as strong a tradition as in Egypt. Even after her son, Adad-nirari III, assumed the throne, it was generated a mythicized memory of herself, even supported by the Greeks and Romans. This fantastic figure of Semiramis, who mythically conveys the memory of a historical queen, stands out. Even in the context of the Ancient East, it is thus relevant to reflect on the management of memory. We see this, for instance, in the reign of Ashurbanipal, particularly concerning the establishment of his library, considered one of the first great royal libraries of the Ancient World. In this context, the role of a priestess, who had duties similar to a modern museum curator, stands out. She was responsible for managing and controlling a collection of ancient documents, tablets with inscriptions dating back over a thousand, or even 1,500 years. These copies were produced

and circulated throughout the kingdom, functioning as a kind of traveling exhibition with a focus on preserving the original documents. At first, one might think these practices are modern, but they were already present in ancient Assyria.

Prof. Maria Aparecida: Very good, professor, that was a great digression, which leads us to reflect on other peoples. Professor Fábio Vergara, in your view, how was the production of this memory and forgetfulness materialized? And how did it circulate in the social context, in terms of writing and material culture?

Prof. Fábio Vergara: Professor Maria Aparecida, it is indeed important to observe that there is a circularity of memory in Antiquity, especially the interaction between oral traditions, images, written traditions, and materiality—both of objects and of space. To reflect on this, we can adopt two possible approaches. One is how we see memory processes among the Greeks. The first issue we encounter in our interpretation is how Greek culture, over time, actively and consciously manages its memory, both spontaneously and unconsciously. The second issue refers to the active and conscious treatment the Greeks gave to the production and preservation of memory records, as well as how we can perceive processes of traditionalization and what we now call patrimonialization, a phenomenon strictly associated with the post-French Revolution era. Regarding the first question, I think we can bring examples to illustrate how the Greeks' memory processes were executed, especially from the reinterpretation of ancient literature, particularly Homeric texts. One important example is the Parry-Lord theory, created by the linguist Milman Parry, a scholar of Greek literature. His work was continued by his student Albert Lord, who carried on the studies after Parry's untimely death until his own death in the early 1990s. This theory, known as Oral Tradition Theory or Oral Formulation Composition,

enabled a consistent understanding of oral tradition. In summary, it suggests that Homeric poems are the result of a long oral memory tradition, sustained by mnemonic techniques and ways of accumulating memory over generations. These stories, which refer to past events and ways of life, do not follow the narrative logic we would later find in figures like Hecataeus of Miletus, Herodotus, or Thucydides. Instead, oral tradition operates according to the logic of myth, with myth itself being a form of memory.

A second issue raised in studies of Greek colonization is the role of mythical travels—such as the returns of the heroes from Troy—with Homer's *Odyssey* being the most famous. However, we also know of other heroes, such as Diomedes, whose narratives about his return are incomplete. We can also mention the Argonauts and the Mediterranean travels of Hercules, who faced the challenges of his labors, even reaching Gibraltar to separate the two continents. Today, we can interpret these stories as a form of memory of pre-colonial explorations, representing prior knowledge the Greeks built up during their travels, many of them associated with the Phoenicians. This process of exploration helped shape the Greek understanding of the Mediterranean before they embarked on colonization.

Additionally, the issue of colonization provides us with another important perspective on this subject: the modern concept of the “invention of traditions,” as coined by Eric Hobsbawm. In what sense do we now consider that many of the narratives about colonial foundations—such as consulting the Oracle of Apollo, which told colonizers where they should go or where they should settle—are largely a process of tradition construction, or invention of tradition? In this sense, the role of Apollo as a colonizer progressively feeds into the memory of these colonial cities and, over time, becomes sedimented as historical narrative.

Finally, I highlight the dispute in Antiquity over Homeric topography. An example of this is the case of the Sirens, where different regions of Southern Italy contested where the mythical encounter between Odysseus and the Sirens had occurred. Some argued it happened in the Strait of Messina, between Italy and Sicily; others proposed it was in Capri, and others suggested it was in Ischia. This discussion even occurred in Antiquity. For example, the first name of the city of Naples was Parthenope, which refers to a Siren believed to have originated from that region. This shows how present the mythical imagination was for people as an element of memory, linking the space they lived in to a mythological space outlined by Homer.

I think these are some examples that illustrate the issue I raised, showing how, with our modern interpretative tools, we understand how memory processes worked in ancient Greece. Another way to think about this is to observe how the Greeks consciously managed their cultural or political memory. I believe an excellent example to reflect on this subject is the case of Cimon, the Athenian politician and rival of Pericles at the beginning of his career, to whom the narrative attributes the responsibility for bringing the bones of Theseus to Athens after they were located. Based on this, the Theseia festival was restructured, a festival for young people that took place in a school context and directly involved memory and identity processes, strengthening a common past represented by Theseus.

One of the great modern theorists of memory, Joël Candau, whose book *Memory and Identity* was translated into Portuguese by my colleague Maria Leticia Mazzucchi Ferreira and has had a significant impact on memory studies in Brazil, argues that memory plays a crucial role in shaping identity, as it weaves the conviction of belonging to a common past. He argues that it does not really matter whether this common past is historically verifiable;

what matters is that people believe in it. This is what Jan Assmann, German memory theorist and great Egyptologist, also refers to as “binding memory” which is the memory that ties identity to a common past.

Moving on, since I mentioned Theseus, it is worth discussing the issue of heroic cults which is one of the aspects that shows the active role of the city in managing this memory, where political and religious concerns overlap. If we look at the locations of the heroic sanctuaries (Heroa) and also the architectural forms associated with them, we observe an important memory component. First, because in many cases the Heroa were located in spaces that archaeology has proven to be important in the long-lasting Mycenaean past, often necropolis sites. Second, in addition to the revival of these Mycenaean locations, the form of the Heroa often adopts the circular shape of the tholos, a characteristic Mycenaean architectural form linked to Mycenaean tomb architecture—whether of tholos tombs or the circles found in excavations at Mycenae, inside of which were royal tombs.

This circular form acquires mystical significance not only in heroic tombs but also in other locations. For example, in Athens where Hestia, the sacred fire that could never be extinguished, concentrated the city’s sacred meaning.

Circular architecture is also seen in Epidauros, where there was a circular structure near which the “mystical sleep” occurred, associated with astral surgery procedures, which we now associate with spiritualism. These surgical procedures, performed through mystical dreams, were linked to healing practices.

See how the issue of memory and the choices made by the Greeks in relation to it carry deep meaning? To conclude, I would like to talk about pottery, but I’m not sure if we still have time to discuss that a little bit.

Prof. Maria Aparecida: Yes, please, Professor, teach us.

Prof. Fábio Vergara: Something quite interesting that happens in the red-figure vase-painting, including the vases crafted in the colonial context in southern Italy, here I’m referring to late 5th century BCE and 4th century BCE, is the presence of black-figure vases at a time when the black-figure tradition was already becoming quite anachronistic. Around 525 BCE, the red-figure technique began in Athens. Gradually, the production of black-figure vases lost prominence, becoming a subsidiary industry until about 470 BCE or 460 BCE. What does this mean? The presence of these black-figure pots, represented in scenes depicted on red-figure vases, indicates the preservation of these vessels which appeared in funerary contexts, with funeral scenes or cult scenes. This suggests the importance attributed to the preservation of these objects, related to the practices of collecting or preserving ancient pieces within a family for a long time. An interesting example of this is a fragmentary crater found in excavations at the Palace of Larissa in Thessaly. It represents, among other scenes, a *hoplitodromia* race, an armed race held in competitions in Athens. This pot probably preserves the memory of an athlete from Larissa who had a good performance in these competitions. The important point I want to highlight is the fact that this pot was identified as having been restored in Antiquity and kept in prominence at the palace. This shows that the practice of restoring cultural goods, as we understand it today, was already known in ancient Greece. In other words, it is not something unknown; it was a conscious management of a cultural and memory asset by a royal house, giving it significant symbolism.

One last example to discuss this theme involves the process of traditionalization, as we call it today. In the context of Attic pottery, in general, from 460 BCE onwards the production of black-figure pottery ceased. However, this was not the general rule, as two types of sacred vessels—which involve mysticism, institutionalized religion,

and the spectacularizing of religion—continued to be made in the black-figure style. They are the Panathenaic amphoras, a topic studied by our colleague Gilberto Francisco, one of the editors of the *Heródoto* journal and one of Brazil's foremost experts on this type of pot, and the black-figure loutrophoroi with scenes of funerals, mourning the dead, deeply studied by US archaeologist and iconographer Alan Shapiro.

In these two cases, these pots continued to be made in the black-figure style, even when this technique was no longer common practice. This shows that the knowledge of how to produce these pieces had not disappeared. However, as Professor Gilberto demonstrated, later in Roman-period Athens there was an attempt to revive black-figure pots in Panathenaic amphoras made at that time. This movement is clearly an attempt at re-traditionalization but without the technical mastery, the artists produced a sort of “pseudo-black-figure” pots. Here, clearly, the issue of memory and tradition becomes highly significant.

To conclude, still regarding pottery, I would like to address the painting of Attic and Apulian vases, with an emphasis on scenes inspired by scenography, i.e., when vase paintings depict theatrical scenes, such as tragedies, comedies, or representations of the *phlyax* theatre, in the case of southern Italy.

Why is this important? Here we are not dealing with what Jan Assmann calls “binding memory,” but with the concept of “communicative memory.” A current example would be the Academy Awards ceremony, which happens in March. During the event, we hear the classic “The Winner is...” This phrase, while symbolic, does not create a sense of immobilization in a culture, because the winning films can be watched before or after the ceremony, reflecting a slice of contemporary culture.

Similarly, the major theatrical competitions in Athens in 5th century

BCE were significant not only for Athenian culture but for all Greek culture in other regions. These events were major cultural occasions, and the winner was announced with a “The Winner is...” However, just like today with the Oscars, the audience sometimes disagreed with the judges’ decision and believed that the winner should have been someone else. Something similar can be observed with theatrical plays: often, those that were widely promoted and depicted on vases were not the winners.

In the case of vase-painting, which represented ephemeral events, these works were mostly unique and would not be seen again after presentation. However, in 4th century BCE, a tradition began to emerge of depicting these scenes again, possibly influenced by the vases themselves. This occurred mainly in southern Italy, with representations of famous tragedies and comedies from earlier periods, especially from the peak of the Classical Period in 5th century BCE. This did not happen in the early phases of Greek pottery.

This vase, which ends up in an Etruscan city, then in a southern Italian city, and eventually in a funerary deposit, serves as a form of communication and memory of an ephemeral but significant event, much like the wall paintings of Polygnotus—though I won’t delve into that now.

For example, and I won’t go into details, I’ll focus here on pottery. I’ll give two examples: the first is a vase found in a tomb at Ruvo, an Apulian urban center in southern Italy, which, although native, was quite Hellenized. In this case, we have the famous “Pronomos Vase,” which in addition to several theatrical elements, shows the famous *aulos* player whose identity is recorded with his name, even though he was in Athens at the time of the play represented on the vase. This vase was found in a tomb of the Ruvo elite.

Another example comes from a city very close by, also a native city: Canosa, located in the Apulia region. In one of

Canosa's hypogea, we find the famous "Darius Vase," probably produced a little before Alexander's victory over Persian Emperor Darius III at the Battle of Issus. Hypogea were subterranean galleries used for funerary rituals.

It is very interesting to observe that, in the early 330s BC, perhaps Alexander had not even started his campaign yet. During this period, there was great admiration for the Persians, something evident in various vases from the time. On many of them, we can see the inscription *Persai*, representing King Darius, members of the court, and others, in highly complex scenes that reflect not only the Persian figure but also a respect for the organization of the Persian Empire. These vases do not treat the Persians with disdain or prejudice, but with clear admiration. It is important to note that these types of vases, originally funerary, which fix this memory, were placed in the streets of the necropolis as a marker of burial, and the fact that they were pierced at the bottom means that they were exposed to the passage of people.

Perhaps there was a reutilization of that necropolis, with what was placed in the hypogeum being transferred sometime later. In fact, it was no longer so appropriate to speak of the Persians, as the Persian Empire had already fallen. But in any case, I hope that with these examples and the paths I propose, we can show how important, as a research theme, it is to analyze the issue of memory and forgetting among the Greeks and other ancient peoples, with different approaches to be explored.

Prof. Maria Aparecida: Thank you very much, Professor Fábio Vergara, for the excellent lecture and the valuable insights. On behalf of the organizers of this dossier, Professors Juliana da Hora, Cristina Kormikiari, and Vagner Porto, and the editors of *RevMae*, PhD Professors Maria Cristina Kormikiari and Vagner Carvalheiro Porto, both from MAE-USP, I would like to express our immense gratitude for your interview and the

valuable teachings contained within it. Thank you very much, Professor. Would you like to make any final remarks?

Prof. Fábio Vergara: I would like to thank you for this very special invitation, which allows me to converse with a fellow researcher whom I greatly admire, and also for the opportunity to contribute to this academic-scientific journal, *RevMae*, which has one of the most important editorial proposals for the development of our field here in Brazil.

Prof. Maria Aparecida: Thank you very much, Professor. I also invite everyone to read the articles and this interview, which will be transcribed and also translated into English. Thank you very much.

Other papers by Fábio Vergara Cerqueira published in *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*

CERQUEIRA, F.V. A trombeta e os jogos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 29, p. 75–99, 2017. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2017.148161. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/148161>>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V. Digressões sobre o sentido e a interpretação das narrativas iconográficas dos vasos áticos: o caso das representações de instrumentos musicais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 20, p. 219–233, 2010. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89923. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89923>>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V. Música e Vida Pastoril na Grécia antiga: o contexto ático segundo evidências arqueológicas, iconográficas e literárias. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 18, p. 199–210, 2008. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2008.89836. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89836>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V.; ARMESTO, C.M. A música no programa de poder de Nero: a evidência das moedas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 41, p. 122–131, 2023. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2023.211395. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/211395>>. Acesso em: 18/12/2024.

CERQUEIRA, F.V.; CHIOMA, D.L. A Arqueomusicologia: uma nova disciplina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 41, p. 1–16, 2023. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2023.220571. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/220571>>. Acesso em: 18/12/2024.

FERREIRA, L.C.; CERQUEIRA, F.V. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, p. 79–86, 2009. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89877. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89877>.. Acesso em: 18/12/2024.

Crise, Desvalorização e Reforma na Moeda Romana do Terceiro Século: Uma Breve Consideração

Marcos Vanin*

VANIN, M. Crise, Desvalorização e Reforma na Moeda Romana do Terceiro Século:
Uma Breve Consideração. R. Museu Arq. Etn. 43: 95-113, 2024.

Resumo: Este artigo aborda de maneira introdutória a questão econômica da Crise do Século Terceiro no Império Romano analisando a variação na desvalorização da moeda cunhada em prata, procurando recensear uma gradual pendência rumo a um papel mais intenso das cunhagens em bronze na estrutura de monetização romana. O avanço dessa modalidade está intimamente ligado à Reforma Diocleciana, que é questionada em caráter duplo, como uma falha no controle inflacionário, mas também é tida como uma importante mudança na lógica de entendimento da moeda. Em seguida, argumenta-se a coexistência de Modos Monetários diversos da moeda cunhada como elementos fundamentais para a promoção da monetização, caracterizando a Crise do Século Terceiro como um momento de interrupção dessas estruturas. A grande inovação da Reforma Diocleciana seria, então, abarcar elementos antes originários dos Modos Monetários nas novas séries, inclusive em bronze.

Palavras Chave: Numismática romana; Inflação; Desvalorização; Reforma; Crise do Terceiro Século;

Introdução

Os estudos sobre a economia do mundo clássico são constantemente rondados pelo impacto do debate das escolas Primitivista e Modernista (“A Batalha Pela Economia Antiga”, como, de certa forma, satiriza Hindess 2007). Novas tentativas de soluções mais matizadas procuram empregar conceitos derivados dessas duas abordagens ao sugerir um todo no qual a economia antiga tenha uma natureza mista e própria, respondendo de forma diversa a cada estímulo.

Assim, novos olhares são propostos sobre problemas já consagrados, como a dada natureza da moeda dentro Império Romano, questão em geral abordada de uma perspectiva mais direta, procurando no próprio objeto da moeda a capacidade ou impossibilidade da sociedade romana ser uma economia monetizada¹. Gradualmente ganha força um entendimento da moeda romana como um construto social, uma forma materializada dentre outras formas de resolução (“Monetary Modes”, como apresenta Verboven, 2009),

* Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) (2024).
E-mail: marcos.vanin@usp.br

1 Finley (1999), por exemplo, refuta a ideia com um argumento primitivista direto: “A moeda se trata apenas de metal cunhado, e nada mais”.

permitindo assim conceber uma sociedade monetizada prescindindo da moeda como principal e incontornável forma de valor de troca. De fato, o termo monetização pode ser percebido em várias aproximações. Na mais usual, a moeda é centrada como o foco de análise em si, apreciando-se os variados papéis que este suporte físico pode desempenhar em uma sociedade. Podemos, entretanto, abordar a questão com o aspecto social do valor de troca no centro, nessa abordagem a moeda como objeto físico se torna apenas um dos vários suportes carregados de valor. Este estudo tem como foco esta segunda interpretação.

Propomos observar brevemente a crise do III século EC, as tentativas de reforma durante o IV século e os desafios lançados contra a moeda nesta que é talvez a mais famosa e certamente a mais violenta “Grande Desvalorização” do sistema monetário romano, perguntando sobre os efeitos desses processos sobre a natureza da monetização no império. Nesse sentido, argumenta-se que as limitações objetivas ao padrão metálico dos tipos monetários durante a crise se deparam com uma surpreendente resistência social e cultural voltada à preservação do costume da moeda. Não ocorre, como naturalmente se esperaria, um colapso súbito da monetização, mas na medida do possível, são preservados – e em alguns casos, expandem-se – elementos da fiducialidade da moeda como meio de troca, mantendo a sociedade romana em termos interpretáveis como mais próximos a uma economia monetizada do que de uma “economia natural”².

Ao argumentarmos contra a ideia de um colapso súbito da monetização, deparamo-nos com o debate acadêmico sobre a definição de crise, frente as várias considerações e desconstruções de uma visão monolítica da “Crise do Século Terceiro”, seria o termo

proveitosamente aplicável para pensar a história dos modos monetários?

Na vertente mais agressiva desse argumento, defendida pela polêmica de Strobel (1993) e Witschel (1999), o conceito de crise se apresentaria como um resquício reificado, preservando no discurso acadêmico um mecanicismo Gibboniano voltado a evidenciar um declínio logicamente pressuposto deduzido de uma queda irreversível e plenamente constatada: ambos os autores exemplificam esta problemática a partir de suas importantes críticas ao trabalho de Aföldy (1974), assim como adotando de forma quase moralista tanto o tom de “fim da civilização”, presente em Gibbon, quanto o de “final dos tempos” presente na oratória pessimista de fontes como os moralistas cristãos ou Dião Cássio.

Autores como Liebeschuetz (2007) e Nicols (2007) apresentam formulação em um meio-termo mais “conciliatório”. Concordam, como na vertente anterior, que um “declínio romano” implica em uma afirmação ideologicamente carregada que, sobretudo, não respeita as continuidades e diferenças regionais, especialmente percebidas pela arqueologia. Mas se por um lado concordam que, a depender da localidade e do contexto, certos aspectos e regiões até mesmo prosperam dentro do cenário imbricado e complexo do século terceiro, por outro lado, não negam que os eventos preservados nos registros documentais e arqueológicos – se ideologicamente distorcidos ou de apreciação indireta – não deixam de configurar importantes desafios para o ordenamento romano. Quer as causas desses eventos tenham ou não suas origens no século anterior e a despeito de suas eventuais resoluções abalarem ou não as perspectivas de manutenção do Império, preserva-se o fato de que são realmente questões prementes para a administração pública da época.

É nesse sentido que iremos direcionar este trabalho, a crise estudada não será a monolítica “Crise do Século Terceiro” em um sentido nebuloso e todo encompassante, mas uma crise metálica, uma escassez de prata, mensurável pelos trabalhos numismáticos. Suas causas estão ligadas entre si nos processos de longa duração, sua

2 Um termo pleno de controvérsia, mas que tomaremos aqui apenas em sua interpretação mais simples: uma sociedade “desmonetizada”, com a permuta em posição central e com meios de produção conduzidos com a habitação e a família como unidades centrais. Para uma discussão mais pormenorizada, vide Perrings (1985).

manifestação oscila no espaço e, sobretudo, suas consequências não implicam necessariamente no colapso automático da “urbanidade” ou do “Império”. Nossa proposta de “monetização sem moeda” percebe uma resignificação das formas e mecanismos de resolução de obrigação pecuniária dentro das necessidades e lógicas da escassez, compreendemos a “crise” como um momento de mudança de regras, como uma questão em aberto.

Como passo inicial para abordar essa questão, partimos de uma pergunta empírica: quais são os elementos preservados no registro arqueológico que nos permitem supor a “crise metálica”?

A emergência da moeda republicana e imperial

A aparição de uma moeda propriamente romana é tardia, ocorrendo ao redor de 300 AEC (Florenzano; Ribeiro & Lo Monaco 2015) em cunhagens de bronze e prata. Essas primeiras experiências guardam a tradição de um sentido de valor ao bronze derivado da prática de entesouramentos. Após um período de experimentação com pesos e formas, organiza-se um sistema centrado no uso da prata e empregando como modelo as moedas gregas. Essas cunhagens se complexificam até atingirem uma nova forma, menos ‘helenizada’, por meio do chamado Sistema do Quadrígato (datável de 269 AEC).

Ao tempo da Segunda Guerra Púnica (215-214 AEC) o denário de prata se estabelece como medida central para as trocas comerciais romanas.

Com a transição da república para o império, Augusto reforma um sistema já consolidado, voltado não somente para o pagamento militar como para as trocas cotidianas. Seu novo padrão se mostrará especialmente bem adaptado, mantendo-se por dois séculos e estabelecendo as relações de conversão entre moedas subsequentes: suas principais denominações incluem os áureos em ouro, utilizados para realizar as pagas militares e as funções religiosas, e os quinários e denários

em prata, que baseiam a maioria das transações cotidianas. Estes últimos são reforçados por sestércios e dupôndios, moedas em liga de oricalco, e por moedas em bronze, o asse e o quadrans (Harl 1996).

É possível perceber uma longa identificação do bronze como metal com valor intrínseco por todo o mediterrâneo desde as tradições Homéricas, mas vale ressaltar que o papel das cunhagens imperiais nesse metal parece ser marcadamente subordinado a lastreamentos de valor principal na prata³, a própria proporção das estimativas de emissão divididas por classe metálica parecem concordar com esta proposta. Duncan-Jones (1994: 168-172) estima que ao final do século II EC a totalidade da cunhagem romana circulante estivesse ao redor de 21 milhões de sestércios, dos quais 60% estariam na forma de moedas de ouro, 30% em moedas de prata e apenas 10% em bronze⁴ – Verboven (2009) não acredita nesses números, ele aponta uma margem de erro de cerca de 50% nessas estimativas, o que não prejudica o senso de proporção relativa. Durante as crises expostas a seguir, a importância do bronze crescerá de forma marcada.

A “grande desvalorização”

O século terceiro é marcado por repetidas depreciações sobre o sistema monetário imperial: empregaremos como narrativa central o trabalho de Kenneth Harl (1996) para, em seguida, considerar o impacto dessas mudanças na monetização romana.

Os imperadores da dinastia Severa tardia (193-235 EC), ao enfrentarem um cenário

3 Ou seja, que o valor do bronze de fato é perceptível como intrínseco, mas sempre subordinado ao valor principal do sistema monetário, em prata, cuja aceitação seria mais imediata e pervasiva em contextos de baixa confiabilidade.

4 Jongman (2000) calcula um “produto interno bruto” para o império no mesmo período, guardando nos limites do termo, ao redor de 18 milhões de sestércios. Se a estimativa do autor está correta, um certo descompasso entre produção e emissão já estaria presente desde o início do sistema de Augusto.

de crise imperial iniciado desde o final do reinado de Marco Aurélio (circa 180 EC), pagam seus projetos com moedas valoradas ainda nos padrões que Augusto fixara dois séculos antes, as moedas retinham seu valor denominativo mesmo se os preços aos quais eram concedidas em pagamento estivessem subindo marcadamente.

Isso não se verifica no conteúdo metálico das moedas: os áureos e os denários de prata emitidos por Alexandre Severo (reinando de 222 até 235 EC) são, respectivamente, 10% e 40% mais leves que os emitidos por Augusto (Walker 1978). Ainda assim a subdivisão monetária permaneceu igual, de modo que os preços se inflacionaram em resposta (Harl 1996:125, sugere cifras no dobro ou triplo daquilo que se encontrava no segundo século).

Essa desvalorização “equilibrada” e progressiva se acelera marcadamente após o 235 EC: os turbulentos conflitos armados externos e internos que se seguem nos próximos vinte anos tem seus soldos pagos com emissões cada vez mais metalicamente impuras até culminarem em uma crise praticamente total da percepção de valor, resultando em uma espiral viciosa de inflação agravada por intervenções fiscais imprecisas ou sem efeito, erodindo a base administrativa romana não apenas pelo conflito armado como pelo próprio colapso do ideal de prosperidade que sustentava esse discurso (Harl 1996).

Walker (1978) nos apresenta uma materialização física dessa história de desvalorização, tomemos como termo de comparação o final do reinado de Antonino Pio em 161 EC, com o denário de prata pesando 3,21 gramas, das quais 2,68 trata-se concretamente de prata a uma finura de 83%. Com Cômodo percebemos a primeira queda concreta no peso da moeda, agora ao redor dos 3 gramas, seguida de um corte na finura rumo aos 75% e a perda de cerca de 0,35-0,65 gramas de prata comparada ao padrão Antonino.

Tentativas curtas de reestabelecer a moeda ocorrem quando analisamos as emissões de Pertinax e Dídio Juliano (193 EC). No

primeiro, a finura tem um marcado retorno rumo aos 87%, resultando na emissão com o maior conteúdo total de prata dentre todas as analisadas. Esse retorno abrupto é momentâneo, apenas atenuando os efeitos da marcada queda no período de Cômodo, a finura oscila aos 81%, com moedas pesando 2,95 gramas, ou seja, 0,20 gramas a menos de prata do que nosso padrão comparativo.

O processo de desvalorização se torna mais instável com Septímio Severo (reunindo várias emissões de 193 a 211 EC), muito provavelmente de forma correlata às reformas militares e a expansão das campanhas. O conselho final desse imperador (segundo Dião Cássio, livro 77, parte 16) a seus filhos de “enriquecer os soldados e desprezar o resto” parece não apenas refletir a realidade política da necessidade do suporte da legião para a manutenção do imperador, como retratar um acordo econômico concreto (Harl 1996: 126-127). A finura das emissões despenca rapidamente até um mínimo de 56%, e de um peso em princípio razoável, 3,22 gramas, o conteúdo total de prata decai finalmente a 0,80 gramas a menos do que o nosso padrão arbitrário Antonino (Walker 1978).

Essa tendência permanece praticamente inalterada a partir de Caracala, com agora já uma grama inteira de prata a menos nas moedas de denário, sendo apenas levemente e brevemente contrariada em episódios como o de Macriano (217-218 EC) ou os de Gordiano I e II no Ano dos Seis Imperadores (283 EC) divergem momentaneamente, elevando a finura em 62%.

Assim, uma quebra de confiança é perceptível na adoção do *antoninianus* de Caracala (Fig. 1), equivalendo ao dobro do denário mas contendo apenas 80% da prata presente em duas dessas últimas moedas, bem como pesando cerca de meia moeda de denário a menos do que a equiparação direta (Walker 1978). Em resposta, o registro arqueológico para o período apresenta a recorrência de entesouramentos de denários “mais valiosos” retidos como lastro de “moeda boa” para ocasiões em que a “moeda ruim”

fosse inaceitável – a famosa “Lei de Gresham” funcionando plenamente⁵.



Fig. 1 O retrato de Caracala com a coroa radiada, cou-raça e a legenda ANTONINVS PIVS AVG GERM. Anverso de um *antoninianus*, circa 215 EC, integrante da Coleção Numismática do Museu Estatal de Munique, número de catálogo 184113.

Fonte: numismatics.org

É importante notar que a escassez de metal precioso por si só está coligada às razões para desvalorizar intencionalmente a moeda. A grande expansão Sassânida, que ocorre após o reinado de Alexandre Severo, corta o acesso romano à mineração na Mesopotâmia, Síria e Ásia Menor, enquanto as tribos germânicas, saxãs e francas igualmente interrompem a exploração das províncias do norte, isso também reduz as possibilidades do comércio de longa distância. Emissões de baixa finura

5 A Lei de Gresham é muitas vezes invocada de forma pouco precisa quando se pretende direcionar sua aplicação ao mundo antigo – de fato, embora seja comum formular o enunciado desse princípio como “dinheiro ruim afasta dinheiro bom” sua formulação ocorre originalmente de forma inversa: “dinheiro bom toma espaço de dinheiro ruim”. O fenômeno econômico que queremos aludir aqui é aquele expresso pela discussão da Lei de Gresham em seu verbete no Palgraves Dictionary of Political Economy (1926, vol 2: 262): “em casos onde o total combinado [de dinheiro bom e ruim] em circulação não seja suficiente para suportar a demanda por moeda, o meio mais valioso simplesmente circulará em ágio”

se tornam, assim, também uma necessidade prática (Harl 1996).

Qualquer semblante de “inflação progressiva” controlável, mesmo que cada vez mais tenuemente, esvai-se com a perda do padrão do denário durante a Guerra Civil de 238, quando o *antoninianus* toma de fato seu espaço nas novas emissões dos candidatos senatoriais. A partir de Gordiano III⁶ o cenário seria já o da larga e irreversível circulação de moeda quase completamente fiduciária, refletida em sucessivos acréscimos de preço e revisões de peso e divisibilidade, chegando ao ponto de culminar na tentativa de uma moeda notacional⁷ – os *denarii communes* – para a conversão cotidiana do poder de compra dos *antoninianni* (Posner 2015).

O *antoninianus* seguiu se desvalorizando constantemente e, ao período de Trajano Décio (circa 250 EC), aquela que fora nos tempos de Caracalla uma moeda de 5,09 gramas pesa apenas ao redor de 4 gramas, perdendo a finura original de 52% para 41% – cerca de uma grama de prata se perdeu nessa flutuação. A próxima grande perda de conteúdo metálico se dá com Valeriano (253 EC), com moedas oscilando os 3 gramas de peso, mas com uma finura apenas nos 20%, ou seja, em torno de 2 gramas de prata perdida. Ao final do terceiro século, as moedas de Cláudio Gótico, Quintílio e Aureliano pesam raras vezes mais do que 2,5 gramas com uma finura de não mais que 5% (e mais constantemente, apenas 2%) e com quantidades de prata ao redor de 0,10 gramas (Walker 1978).

6 O personagem final da instável sequência do Ano dos Seis Imperadores.

7 Por moeda notacional nos referimos a um índice calculado e por vezes reajustado do valor objetivo de compra de uma moeda por ele “resguardada”. Os *denarii communes* advém do Édito de Preços Máximos de Diocleciano emitido em 301 EC, que mesmo após a total abolição do denário durante as reformas monetárias do imperador da época ainda o utiliza como métrica para ancorar o valor do novo sistema baseado no *argenteus*. Não há evidência de reajustes posteriores e, já por volta de 305 EC a taxa de conversão muito provavelmente se encontrava vastamente obsoleta e sobrecarregada, fazendo o édito ruir sobre o próprio propósito.

O cenário composto da crise de desvalorização é o de grandes emissões sucessivas, cada vez mais hábeis em empregar menores quantidades de metal, enfrentando entesouramentos e, cooptações e evasões, resultando em um padrão monetário incerto e inseguro, com rápida sucessão de tipos efêmeros.

Paralelamente ocorre também uma queda no valor da moeda em bronze mais cotidiana, com um conteúdo crescente de 20-25% de chumbo na manufatura (Walker 1978). Mais grave ainda, as novas emissões tendem a concentrarem-se muito intensamente nos múltiplos mais valiosos, escasseando a circulação das moedas cotidianas de bronze e atrapalhando atividades corriqueiras como coleta de impostos e comércio – uma moeda fracionária “improvisada” se torna necessária, por isso a divisão física de pedaços dos discos metálicos se torna um recurso comum. Ainda assim, as emissões em bronze conseguem reter mais valor fiduciário do que as em prata e ao tempo de Galiano (260-267 EC) já concentram a maior importância como repositórios concretos de riqueza – na maioria dos entesouramentos datáveis em torno de 250 EC, as moedas de bronze superam em muito as de prata como lastro, enquanto que moedas encontradas “em contexto de gasto” (como perdidas ou recolhidas em pequenos estabelecimentos comerciais) tendem a ser de prata – como aponta Harl (1996: 135), “poucos romanos voluntariamente alienariam suas moedas de bronze ao tempo das reformas de Diocleciano”.

Variação regional: O espaço desigual da “crise metálica”

Esses fenômenos de incerteza e depreciação sofrem variações locais importantes, ressaltando o aspecto de variação regional dentro da crise. Os registros arqueológicos preservam evidências desses processos em três suportes materiais principais: estâteres de prata provinciais, as cunhagens cívicas em bronze e as emissões do Egito.

Dentre esses processos, os estâteres são aqueles que parecem mais sensíveis a situação do denário, estando intimamente ligados às taxas de câmbio para essa moeda central – aqui a adoção dos *antoniniani* e sua queda de valor serão rapidamente sentidas, chegando à necessidade de desvalorizar os estâteres, ainda que permanecessem com uma finura superior, para impedir que esses fossem entesourados ou derretidos e recunhados como alternativa aos *antoniniani* (Harl 1996: 136).

Ainda assim, a moeda das províncias orientais segue a tendência de se encontrar mais valiosa do que o denário, ao menos até 213 EC. Com Caracala, medidas drásticas de intervenção sobre o mal desempenho do denário são realizadas via emissão de tetradracmas desvalorizadas como pagamento dos suprimentos militares (Ziegler 1977). A escala dessa emissão é grande o suficiente para afetar as cunhagens asiáticas, que se encontram impedidas de continuar com suas denominações locais e passam a emitir denários desvalorizados ou moedas em conversão direta a esse padrão, como o didrâma de Cesaréia na finura de 40%, diretamente similar ao *antoninianus*, a prata antes concentrada em várias emissões locais mais valiosas e mais restritas passa a ser pulverizada em uma grande emissão centralizada de baixo conteúdo metálico (Ziegler 1977), desgastando a confiança pública.

As moedas de bronze das cunhagens cívicas, por sua vez, têm origem no emprego continuado do bronze de emissões Antoninas e Severas, especialmente os asses produzidos ao redor de 250 EC, acompanhado de forma desigual por emissões locais (Elks 1975). Com a crescente desvalorização do *antoninianus*, essa cunhagem em bronze também tem sua finura reduzida no espaço romano-grego (em cerca de até 65-50%), mas tem sucesso em suprir o espaço vazio da cunhagem de bronze propriamente romana, retendo valor de lastro inesperado, inclusive, subindo em valor de troca apesar da perda de conteúdo metálico – ao tempo de Trajano Décio (circa 250 EC) os asses cunhados em Esmirna, por exemplo, cambiavam-se favoravelmente em valor tríplice.

É particularmente interessante notar que a administração local das cunhagens civicas apresentava tentativas de controlar a crise inflacionária com medidas que ecoaram nos futuros planos de Diocleciano, retarificando o valor das moedas de bronze por meio de contramarcas na cunhagem (a evidência tipológica recuperada dos contextos da Bitúnia apresenta acréscimos iniciais de 33%, que aumentam até remarcações nos 300%), tentativas de fixação de preço e reformas de salários (Howgego 1985: 67-68). Essas iniciativas não parecem terem conseguido sucesso prático.

As cunhagens do Egito, por sua vez, são um caso interessante de resistência inicial a essa onda de crises de desvalorização, encontrando-se mais protegidas e insuladas da variação do denário. Isso se dá pelo sucesso em impor uma estabilização “de fato” sobre as cunhagens da tetradrácula egípcia como padrão das transações cotidianas a despeito da queda de conteúdo metálico, empregando o represamento e retirada de circulação de cunhagens de maior finura, ponto proposto por Burnett & Craddock (1983), que tomam como exemplo desse fenômeno os neronianos de bronze de 191 EC, com o conteúdo metálico de um terço do original, emitidos por meio de recunhagens abrangentes das séries anteriores. A larga aceitação destas moedas, relevando a queda de finura, se dá pela ausência de uma cunhagem competitiva direta e os acréscimos de preço passaram a ocorrer em velocidade consideravelmente menor.

Outros fatores importantes na manutenção da aceitação dessa moeda, mesmo que desvalorizada, estão na exigência de seu emprego na liquidação de obrigações legais e nas emissões em quantidades controladas e relativamente baixas. Este último aspecto parece ser essencial para a manutenção da calma egípcia inicial: em 250 EC (novamente, o período de Trajano Décio) emissões massivas de tetradracmas (Fig. 2) desvalorizadas, somando dezenas de milhares, quebram o equilíbrio de recunhagens e o já familiar entesouramento de “moedas boas” mais antigas atinge a província em força total.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fig. 2. Tetradrácula de Trajano Décio, representado laureado e em couraça, com a legenda A K G M K TRAIANOC DEKIOC, circa 250 EC, parte da coleção do Ashmolean Museum sob número de catálogo do Roman Provincial Coinage Project RPC IX.2248.

Fonte: Ashmolean Museum

As reformas e a expansão das cunhagens em bronze

Respostas coesas e planejadas frente as crises de desvalorização foram vitalmente necessárias. A mais célebre é sem dúvida a iniciativa Diocleciana, mas em 274 EC, Aureliano Augusto, por meio de oficinas de cunhagem, aplica medidas que restituem parte da estabilidade econômica perdida, trabalhando em eliminar “moedas concorrentes” entesouráveis, não apenas pela extinção de exemplares mais valiosos como também pela formalização de padrões mais amplos e seguros nos tipos monetários (Christol 1977).

Os esforços em padronizar as cunhagens rumo a uma moeda única são, no entanto, inconstantes, uma vez que uma rede difusa de oficinas de produção facilmente realiza grandes séries para usurpadores e rebeliões quando capturadas, como, por exemplo, no caso das moedas galo-romanas (Drinkwater 1987).

Com a retomada da coleta estável de impostos sobre o império, novo fôlego se lança sobre os esforços continuados de recunhagem, que atingem um patamar importante com o sucesso em elevar a finura das séries de prata em circulação. A emissão dos *aurelianus*, em 274 EC, retoma um peso de quase 4 gramas e contém cerca de 5% de metal precioso, convertida em uma taxa que reconhece a inflação acumulada, dois *antoninianus* e meio (Harl 1996: 146). Tal série é reforçada por cunhagens cuidadosas de asses de bronze se aproximando tanto quanto possível dos mais antigos represados.

A entrada do *aurelianus* no oriente é também bem aceita, sobretudo no Egito. Gradualmente as moedas contramarcadas restituem seu valor nominal quando confrontadas a taxas de conversão mais estáveis frente à nova cunhagem padronizada. A Reforma Aureliana não parece obter sucesso, entretanto, em controlar a subida dos preços e fontes egípcias (Lendon 1990) falam sobre acréscimos quatro vezes superiores nas trocas, bem como da falha em se difundir pelo espaço ocidental. De fato, nesse contexto, a reforma será praticamente ausente e algumas regiões – Britânia e a região do Reno, especialmente – irão sofrer grande escassez das cunhagens novas, tendo de lançar mão de alternativas locais, como a cunhagem galo-romana “falsificada” em recunhagens evocando os novos tipos (King 1981).

Em 274 EC se inicia a reforma mais articulada de Diocleciano, reforçada em fases sucessivas de mudança monetária. Em seus primeiros anos, a reforma se concentra em manter o padrão do *aurelianus* no mesmo patamar de 274, obtendo sucesso na emissão de uma nova cunhagem em prata, o *argenteus nummus*, em 293, mas apenas como denominação auxiliar, com a base do sistema sendo um novo *denarius communis* de bronze, bem como moedas “recobertas” de prata, como a peça de *nummus* e há também o restabelecimento do *aureus* como um termo comparativo de valor (Bruun 1979).

Agora nomeada *solidus*, essa emissão tem sua subdivisão prevista em 24 unidades teóricas de peso igual, as *siliquae*, origem remota da

moderna divisão em quilates. Tal como as unidades modernas, as *siliquae* eram pesos teóricos e não unidades de contagem concretas, mas carregavam consigo a ideia de padronizar cunhagens futuras. Os *argenteus nummus*, de 293, são fixados como devendo pesar uma *siliqua* do *solidus*, resultando em uma taxa clara de equivalência metálica, ao comparar o peso e finura das duas moedas ao momento da fixação de medidas, 1 g de ouro deveria ter o mesmo poder de compra que 15 g de prata (Harl 1996: 149). Tal indexação se aventura a considerar atrelar o sistema de cunhagem romano a um raciocínio no qual o ouro é o padrão de valor central, abandonando o sistema centrado em prata.

Apesar dos sucessos iniciais da Reforma Diocleciana, seus esforços, mesmo aparentemente concatenados, resultam rapidamente em um fracasso centrado na área mais perigosamente central de todo esforço de reforma: a manutenção de preços. As novas peças de *nummus* nunca conseguiram estabelecer uma relação de fidedignidade mantida no tempo e a queda do poder de compra dessas moedas é tão rápida (Hendy, 1985) e marcada que tentativas de elevar o valor via decreto imperial acontecem em 300 EC.

Em 301, o famoso e já citado, Édito de Preços Máximos tenta resolver esse aspecto por intervenção direta – o édito falha de forma marcada, sendo incapaz de evitar que as mercadorias sejam retidas e direcionadas a outros espaços de venda ou simplesmente trocadas em câmbio negro, contornando sua eficácia por completo (Harl 1996: 152-153). Evidências fragmentárias de um segundo édito, recuperadas em Afrodísias (Erim & Reynolds 1973), sugerem medidas emergenciais de redução salarial, isenção de impostos e um novo tabelamento de preços.

A realidade do poder de compra da reforma, entretanto, não parece estar no mundo ideal das inscrições, mas nos negócios cotidianos do mercado, em que as moedas conseguiam obter apenas aquilo que a confiança geral lhes permitia. Talvez a superprodução das séries monetárias da reforma tenha “diluído” o lastro em ouro do sistema,

com uma superabundância de tipos em bronze e fina cobertura em prata, resultando em uma inflação causada não pela degradação da finura do valor intrínseco das moedas, mas pela sobrecarga de cunhagem fiduciária em volumes muito mais elevados do que a base de seu valor (Harl 1996: 154).

Para a narrativa de Harl (1996), por volta de 305 EC, a Reforma de Diocleciano já seria, para todos os efeitos, um experimento sem sucesso. Autores como Carrié (1994) discordam, segundo o autor, atendo-nos à motivação imediata das reformas, garantir a capacidade de reorganização administrativa-burocrática do Império, seria possível perceber a implementação com sucesso de mecanismos de integração inter-regional, cultural, comercial e política (Silva 2017) e, para além da tentativa de controle inflacionário, as reformas estabelecem elementos como o controle da cobrança de impostos, visando evitar o desvio de poder dos *curatores*, e o sistema de *origo*, atentando sobre a situação de detentores de terras e seus colonos.

Seus sucessores irão, entretanto, insistir em perseguir o ideal de uma moeda fiduciária que obtenha tanto sucesso quanto a tetradrácula egípcia, sem nunca chegar ao entendimento crucial da necessidade de controle meticuloso e constante da escala de emissão e das taxas de câmbio para com o metal lastreador. A crise resultante é vista na historiografia clássica como responsável por desmonetizar o comércio e as trocas dentro do império. O câmbio negro e a permuta tomariam o lugar de uma verdadeira reforma, cortando a retroalimentação monetária necessária para o novo equilíbrio do sistema (Bruun 1979).

As dificuldades pós-reforma: desmonetização ou reconvenção da moeda?

Chegamos, assim, ao ponto central de nosso argumento: a natureza das flutuações que se seguem à tentativa de reforma parece se adequar com a ideia de um desafio aos limites da monetização, mais do que a uma desmonetização factual das relações comerciais romanas.

Esta não é uma proposta nova, De Callataÿ (2017), ao trabalhar com a diferença entre “crise monetária” e “crise da monetização”, ressalta como caracterizações diversas e por vezes nebulosas desses conceitos na aplicação variada de “historiadores-economistas” e “economistas-historiadores”, por vezes, fazem com que um fenômeno ligado à monetização seja tomado como um fenômeno monetário.

Esse autor, retornando as bases da Teoria Quantitativa da Moeda e a, já venerável, Equação de Fisher (em sua formulação original, $MV=PQ$), argumenta, em consonância à Angeliki Laiou (2002), que o avanço diacrônico constante da monetização no espaço econômico romano resulta naturalmente em um aumento do número total de transações (Q) que pode levar ao aumento da média dos preços (P) mesmo quando a velocidade de transações (V) e a quantidade total de moeda dentro desse sistema econômico (M) permanecem estáveis, ou seja, um aumento de preços nascendo do aumento da quantidade de transações monetarizadas e não do escasseamento do suprimento de dinheiro, ou, como Rathbone (1996) titula seu artigo, “Monetization, not price-inflation in third-century AD Egypt”.

Nesse sentido, um certo posicionamento teórico está implícito nos autores: a aplicabilidade da Equação de Fisher como uma ferramenta capaz de informar políticas econômicas públicas é ponto contencioso entre os economistas, com a vertente clássica atrelando inflação ao aumento da quantidade de dinheiro e operando apenas neste sentido. Milton Friedman formula esta opinião de forma axiomática: “Inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário” (1978), enquanto que vertentes como a Escola Keynesiana (mas não somente, visto que esta é uma posição crescente) rejeitam tal unilateralidade, reconhecendo a capacidade da equação de funcionar “em sentido inverso”, ou seja, com a inflação tendo uma origem alheia à flutuação monetária estrita.

O entendimento dos artigos aqui mencionados parece contornar relativamente essa questão, desatrelando cada sentido da equação como um fenômeno separado,

“inflação” ocorrendo no aumento da quantidade de dinheiro, “crise de monetização” ocorrendo no aumento do número de transações”, mas estão implicitamente empregando os contornos gerais dos críticos do uso padrão da Equação de Fisher. Este é o sentido que as conclusões deste artigo pretendem apontar: se a crise metálica não aniquila o uso dos conceitos monetarizados, estamos frente a uma crise de monetização, mas não frente ao colapso imediato do conceito de moeda.

Essas balizas teóricas são, é claro, projeções de contextos modernos, realizadas por De Callatay, sobre o mundo antigo, mas abrem a questão: como caracterizar os processos de monetização na economia romana?

Modos monetários: O espaço da “moeda-não-moeda”

Precisar em que medida o sistema econômico romano era capaz de consolidar a monetização frente às negociações de valor intrínseco é um ponto que gera debates. Já é um argumento consagrado apresentar que, mesmo dentro da estabilidade do sistema de valores e medidas de Augusto, fosse fisicamente impossível liquidar a totalidade de grandes negócios exclusivamente em moeda, a epitome do exemplo está talvez na, muito citada, cifra de 3,5 milhões de sestércios que Cícero pagou por uma vila no Palatino (*Epistulae ad Familiares*, V, 6, 2) que, convertida em prata, deveria somar 3,4 toneladas de moedas de denário (Harris 2008: 175-176).

Mecanismos de pagamento independentes da moeda física deveriam ser necessários nessas ocasiões, sugerindo ou uma monetização incompleta ao império ou a existência de um paradigma de valor interpretável como “funcionalista”, nas palavras de Verboven (2009:94), tentar afirmar que “tudo aquilo que faz as vias de moeda é por si mesmo moeda”. A crítica deste autor está centrada na propensão em interpretar estes mecanismos como “acessórios” ou “alternativos” a um núcleo mais comum e constante de pagamentos “principais”

em moeda, propondo, ao invés disso, que a construção gradual da ideia de moeda como uma realidade social aceitasse diferentes modos de resolução de dívida paralelamente com a mesma “liquidez”, a depender do caso prático. “Dinheiro”, nesse sentido, poderia ser definido como o resultado do processo cultural em que relações sociais se tornam institucionalizados como transações monetárias dentro de contextos reforçados como de troca pecuniária⁸ (Verboven 2009).

Partindo desta crítica, propomos que durante a situação de crise certas formas destes “pagamentos paralelos” se retraem em favor da moeda de bronze e de liga pobre, em efeito dilatando a “fiducialidade” implícita no conceito de moeda, esse resultado seria talvez um dos conteúdos centrais do sucesso da tetradrâma egípcia, por exemplo, “estruturando” ou “aculturando” a população de agentes econômicos a adotar a moeda como meio preferido de solvência, com sucesso variado em intensidade e no tempo.

Esse processo de “aculturação” se apresenta de forma marcada tanto na documentação escrita quanto nos dados arqueológicos. A autorrepresentação romana no texto claramente vê na moeda uma natureza “civilizadora” e na permuta a conduta de “bárbaros” (por exemplo: Tácito, *Germania* 5, 3-5; Estrabão, III, 7). O registro material agrega uma concentração de moedas maior do que a esperada mesmo em sítios rurais (De Ligt 1990), entretanto, aparentemente, sempre se mantêm alternativas viáveis de pagamento que usem a moeda como escala comparativa ao invés de meio físico. O termo pecunia, por exemplo, pode ser entendido não somente como o valor em moeda metálica, como também de objetos, imóveis e direitos aos quais se atribui um valor mesurável⁹ (Verboven 2009).

Nesse sentido outro termo se apresenta como indicio de um sistema mais “aberto” e

8 Já excluindo desta definição por oposição, por exemplo, o dom sagrado.

9 Efetivamente lançando as bases para a conceituação do Direito Civil.

“paralelo” do que normalmente conceituado: *pretium*, significando, a depender do contexto, “moeda”, “valor”, “prêmio”, “gasto”, “recompensa”, “suborno”, “resgate” e “despesa”, em suma, juízos de valor monetário de situações pecuniarizadas (Lo Cascio 1996). Em contrapartida, o termo *merx*, mercadoria, não é empregado com a mesma sinonímia à moeda e ao conceito valor. A mercadoria pode ser expressa comparando-a com um valor, mas não é, linguisticamente, uma unidade de expressão de valor em si.

Tal comparação não significa que a mercadoria não fosse capaz de se apresentar como um método de solvência por si só, apenas que a operação conceitual para tal realização precisasse, dentro do contexto do império, de uma “conversão” socialmente aceita ao plano monetário. Neste patamar podemos situar também os lingotes de metal precioso, existindo em uma posição especial entre o plano da moeda e a natureza de mercadoria, como veremos mais à frente.

Finalmente, os valores de troca podem ser ainda completamente abstratos entre si, como nos episódios de cessão de crédito. Neles, o direito de cobrar uma dívida é transferido para uma outra parte que se torna o novo credor, quase constituindo uma forma de operação “superfiduciária”, na qual a expectativa de pagamento é o único valor cambiado. Dentre os romanos, essa modalidade se apresentará como o núcleo de um futuro conceito de “finanças”, em “embrião” nas *nomina* (“cartas de crédito”, Harris 2019), em um contexto muito bem definido, aceitáveis apenas dentro das relações com cambistas e emprestadores de dinheiro ou dentro da confiança pessoal de cidadãos privados.

Esse padrão de finanças emergentes alivia de forma significativamente as dificuldades materiais da monetização (Andreau 1999; Von Reden 2007). Por meio da intervenção de cambistas, grandes somas poderiam ser trocadas sem deslocamento físico dos valores metálicos, simplesmente cedendo o registro de valores depositados, inclusive, despersonalizando a necessidade da presença imediata do credor e do devedor para a conclusão do negócio.

As comódites como modo monetário

Em sua natureza central, a troca em mercadoria (não seria de todo excessivo empregar o termo moderno “comódites”) é capaz de conjugar dois valores simultâneos: o valor intrínseco do objeto em sua utilidade “própria”, independente de futuras trocas econômicas, e a construção cultural de um valor comparativo, capaz de se mensurar contra o valor de outras comódites visando futuras alienações. Comódites, como ressalta Verboven (2009), não nascem imediatamente como moeda, mas são capazes de adotar aspectos construídos de moeda quando assim percebidas.

Que a alteração do pagamento de uma obrigação seja por moeda cunhada ou mercadoria não implica na existência inescapável de uma monetização fraca em uma sociedade. Ao invés disso, é possível estar diante de um cenário de institucionalização de conceitos de valor “monetizantes”, expressos por vias diferentes, mas correlatas e, ainda mais importante, metricamente equiparáveis.

Dentro de nosso recorte histórico romano, percebemos nos grãos um importante papel de valor de comódite, sendo especialmente comum como forma alternativa de pagamento de impostos (Bagnall 1985a). Von Reden (2007: 70-78), por exemplo, chega a argumentar a respeito da utilidade dos grãos em suplantarem a escassez de moeda metálica no Egito como forma de troca de valores. Sua aceitação fora das obrigações frente ao governo, entretanto, é um ponto controverso. Exemplos casuísticos da aceitação de comódites em trocas comerciais são verificáveis, mas não se conhece ao certo a conceitualização comercial romana para o papel desses valores. A utilização, entretanto, de objetos em metal precioso – de jóias até os lingotes – é bem atestada. Lo Cascio (2000) argumenta que a função central destes objetos seria a oferta de garantia para o crédito e o empréstimo, imbricando de forma ainda mais marcada um caráter monetizado a seu uso. Juridicamente, parte da natureza daquilo que é moeda parece estender-se sobre os lingotes preciosos, por exemplo, pelas medidas contra

falsificação presentes na *lex Cornelia de falsis* de 49 AEC.

Trapezas, cambistas, crédito e empréstimo: O modo monetário “financiarário”

As relações de crédito parecem ser capazes também de “herdar” parte da estrutura de dom recíproco e da ideologia aristocrática das obrigações de honra, “reconstruindo” as noções de valor rumo a um sistema monetizado (Hollander 2005).

A partir do momento em que os títulos de dívidas (por natureza personalíssimos) começam a ser aceitos como transmissíveis (via rito especial), mais um aspecto “financiarário” se estabelece no sistema romano, tornando os valores – quer monetários, quer em comódites – lançados ao redor do crédito mais fluídos e ainda mais comparáveis, mesmo que dependentes de negociações prévias e estipulações jurídicas diretas. Em um certo sentido, os títulos de dívidas romanos transformam as alianças e liames entre famílias e cidadãos privados em um plano de monetização em si, um conjunto de canais em que valores expressos em moeda podem circular sem a necessidade obrigatória dos valores metálicos (Minaud 2005). Cícero (Carta para Ático, XII, 3, 2), por exemplo, apresenta de forma concreta uma dessas negociações, vendendo o direito de cobrar uma dívida pela metade de seu crédito.

Essa prática é tão difundida e tão capaz de exercer uma função similar à moeda, que as fontes romanas apresentam o conceito da “*concurratio nominis*”, balancear a realização de dívidas pessoais com a aquisição de créditos de outrem.

Mesmo em esferas cotidianas, como as compras no mercado, o crédito se faz necessário como um mecanismo de reforço a monetização. Compras volumosas podem ser realizadas por meio de crédito não apenas para angariar o valor dentro do prazo, como pela necessidade objetiva de se esperar o transporte de valores até o credor (Bailey 1970).

Grande ímpeto para esta expansão de “monetização para além da moeda” parece vir da agência da Legião na organização social romana. Requisições de suprimentos, soldos e obras de bonificação são gastos expressos em moeda (Verboven 2007) e seu dispêndio anual pode acumular uma alta soma. Speidel (1996) sugere que a legião no Reno durante o século I EC gasta cerca de 89 milhões de sestércios ao ano, apenas em necessidades básicas e sem contar os donativos. O mesmo autor também calcula que o acréscimo no soldo garantido por Domiciano para a legião na Britânia infla o custo anual de operação de 34 milhões de sestércios para 45 milhões.

Um jogo de “*concurratio nominis*” alargado ao raciocínio público já está embutido na lógica de “anular” partes do pagamento contra os dispêndios de consumo dos legionários (provisões, equipamento etc.). Entretanto, nessas situações não apenas o montante resultante não pode ser sempre liquidado em moeda como a própria entrada de recursos administrativos para solver esses dispêndios – advinda sobretudo de impostos – carrega importante conteúdo não-monetário. Parte da solução está precisamente em conferir aos legionários o direito de guardar uma “conta” com o exército romano, um fundo registrado no qual seu soldo é depositado em crédito e pelo qual esse agente econômico pode realizar futuras aquisições, prática que fomentará mais força para a difusão de trocas monetizadas e do raciocínio de valor em moeda, mesmo quando na ausência do metal precioso (Verboven 2008).

No âmbito administrativo civil, formas similares são conhecidas. Trabalhadores assalariados no Egito (Rathbone, 1991) podem comprar bens lançando-os contra salários futuros via “contas” de forma quase idêntica, apresentando tanto nos campos militares quanto nos de trabalho uma “moeda de conta” interna, suplantando os tipos monetários, mas operando dentro de seu mesmo padrão. Assim, são as formas de trabalho “por soldo” que constituem importantes agentes de difusão da ideia de moeda, apresentando as bases de confiança e conexão social

necessárias para embasar os fundamentos de um sistema fiduciário.

Este ímpeto em formar novas conexões se traduz também na abertura de novas possibilidades de investimento. Embora não possamos igualar a experiência monetária antiga à moderna, é possível argumentar o embasamento dos inícios da ideia de uma reserva fracionária: bancos modernos operam plenamente na expectativa de que seus correntistas mantenham suas reservas dentro do banco a maior parte do tempo, assumindo o risco de empregar o montante resultante de várias contas depositadas para especular em negócios. A evidência da mesma situação para as trapezas romanas são discrepantes. A prática passa a ser evitada por completo no Egito (Lerouxel 2008), por exemplo, enquanto nas *Digestas* claramente se apresentam regras para cálculo de juros (XVI, 3, 28-29), medidas anti-fraude (XVI, 3, 8) e determinação de credores privilegiados (XLII, 5, 24). Tais práticas são justificadas no texto jurídico como parte do interesse público, sugerindo uma compreensão, ao menos implícita, de seu papel em ampliar os limites da monetização efetiva.

As vias de acesso a esses “serviços” de depósito e crédito seriam, entretanto, desiguais. Andreau (1997) argumenta que a aristocracia romana estivesse muito mais próxima dos grupos fornecedores de empréstimo e crédito, enquanto os artesãos estivessem posicionados mais avizinados das “contas” de depósito que abastecem estas reservas fracionais. O efeito resultante seria de que, a despeito das tentativas jurídicas de garantia, os riscos das “contas” em depósito fossem substancialmente maiores do que os dos empréstimos.

As flutuações do período pós-reforma como um espaço monetizado

Esses fenômenos são materialmente visíveis quando consideramos as demandas militares da Guerra Civil de 306-324 EC, que levam Constantino a desvalorizar o *nummus*, e os preços, cada vez maiores para o ouro e a prata, chegam a interromper a manufatura

das séries dependentes desses metais. Mas em 309 as oficinas em Tiveri – alimentadas pelas capturas de metais preciosos de vitórias recentes – voltam a produzir novos *solidus* em finuras razoavelmente próximas às emitidas pelos Augustos da Itália e Oriente, seguindo com o já habitual ciclo de emissões desvalorizadas, seguidas de incrementos fracionários para então rescindir em desvalorizações (Bagnall 1985b). Em nenhum momento, entretanto, a utilidade da moeda como meio de liquidar as custas militares parece se esvaziar completamente rumo a uma solvência alternativa plenamente conduzida por meios paralelos.

As obrigações fiscais também permanecem monetizadas, mesmo se futuramente, ao tempo de Valentiniano I e seu sucessor Valente (366-67 EC), uma legislação especial seja necessária para confrontar pagamentos realizados em moeda falsificada ou fora de peso. Tais preocupações, somadas a medidas como os carimbos de pureza para os lingotes de ouro e prata¹⁰ a serem empregados em cunhagens muito cuidadosamente controladas refletem um esforço considerável em preservar o conceito de moeda romana como meio de troca confiável, resultando em uma maior aceitação para o *solidus* (Hendy 1985).

Esta busca por maior aceitação está ligada também a novos desenvolvimentos no modo de recrutamento militar: os *foederati* bárbaros exigiam pagamento em moedas de peso fixo e finura demonstrável e, um tanto ironicamente, mantém o interesse romano em uma economia monetizada precisamente por sua fixação particular no extremo oposto, a asserção do valor intrínseco metálico. Assim, proliferam-se também figuras como a exigência do pagamento em *solidus* para o *aurus tirocinium*¹¹ e a especialização de oficinas de cunhagem em apenas um metal específico, formas de garantir a constante circulação, boa aceitação e controle mais estrito da qualidade de manufatura da

10 Respectivamente os dizeres *obryziatum* e *pustulatum*

11 O imposto que os cidadãos providos de terras podem optar por pagar ao invés de se alistarem

moeda, sempre reafirmando sua estabilidade (King 1980).

Durante a primeira parte do quarto século as séries em prata se escasseiam fortemente, sendo mantidas em entesouramentos bárbaros que não revertiam ao império ou perdidos nas conquistas pelos rivais orientais, resultando em vazios sentidos em distâncias tão grandes quanto o Egito. Já ao redor de 307, os estoques disponíveis de prata são priorizados exclusivamente para produção de *nummi*, cessando quase por completo a confecção de outras séries nesse material. De forma inconstante novas reservas são obtidas – ou antigas minas reconquistadas – ocasionando oportunidades para novas cunhagens em prata, inclusive em caráter cerimonial. Entretanto, como regra geral, o consumo massivo desse metal para a manutenção das emissões dos *nummi* resulta em um novo cenário de desvalorização, com o diâmetro da moeda decaindo constantemente, dos 32 milímetros de 305 EC até os 17 milímetros ou menos de 498 EC (Harl 1996: 163).

O resultado prático destas flutuações é talvez a pior inflação de preços desde 260 EC, repetindo os já usuais entesouramentos populares de lastro de moeda antiga. Respostas no império fracionado diferem, com Constantino e Licínio (314-318 EC) empregando a redução do fluxo de produção, fechando parte da infraestrutura de oficinas, enquanto no oriente a situação aparenta ter progredido selvagemmente resultando em uma taxa de conversão do ouro para os *denarii communes* defasada ao menos em quatro vezes, a despeito de tabelações oficiais (Harl 1996: 165).

Às vésperas da reunificação do império por Constantino (325 EC), o risco de desmonetização da economia romana é o maior até o momento (Harl 1996)¹², em uma sucessão de explosões inflacionárias, com preços registrados nas fontes papíricas e talmúdicas (Sperber 1974) que alcançam valores de

centenas de milhões de *denarii communes*. No entanto ao invés do abandono da moeda como forma de troca, o próprio registro arqueológico mostra a insistência em tentar salvar essa forma de pagamento por meio de sacos costurados com grandes quantidades de *nummi* dentro e valores em *denarii communes* claramente expressos (os *folles communes*) e rolos de papiro embrulhando pilhas de moeda e inscritos com o valor total, recursos de contagem já existentes, mas antes reservados aos grandes negócios abastados se tornavam parte das trocas mais cotidianas (Callu 1959).

Assim, as tentativas de reforma parecem falhar quase de imediato, tendo sido fundadas ou em emitir moedas múltiplas que facilitem o pagamento – mas que duram efemeramente –, ou em revisar novas taxas de conversão, constantemente obsoletas pela inflação contínua: em 325, um *solidus* deveria equivaler a 240 *nummi*, enquanto em 445, a taxa de conversão sobe para além de 7.000 *nummi*.

Classicamente, os estudos econômicos e numismáticos apontam o reinado de Flávio Cláudio Juliano, em 360 EC, como uma situação de desmonetização rampante, mas é possível argumentar uma natureza mais mista para a situação. A documentação escrita é ambígua e por um lado pode ser lida como a emergência de um mercado paralelo de permuta, a seção 23.1 do tomo IX do Códice Teodosiano (redigida entre 354 e 356), por exemplo, frisa que “o correto é que as coisas sejam apreçadas em moeda corrente e pública, não em mercadoria”. Por outro lado aquilo que o registro arqueológico percebe é uma enorme difusão de moedas em liga muito pobre como o sistema primário de solução de obrigações, ou seja, uma expansão da cunhagem fiduciária promovida precisamente pela falta de alternativa derivada de um cenário de metais escasseados (Hendy 1985). Nesse sentido mesmo a seção do Códice citada acima pode ser lida de forma mais detalhada, a conduta repudiada não é apenas a permuta, mas o uso de moeda que não fosse corrente, que fugisse ao cunho atual. A imagem final é a de um sistema que corre o risco da desmonetização como um final de processo, mas que se encontra em um momento

12 “(...)Tenha pressa em se desfazer de toda cunhagem itálica que tiver e compre com elas para mim todo o tipo de bem, a qualquer preço que encontre”, ordena o administrador egípcio Ápion em uma das cartas do arquivo de Teófanos

da transformação em que ainda se esforça para salvar a moeda com a própria moeda.

É precisamente este intuito de salvar a moeda com a própria moeda que leva Juliano a, em 362, cortar os gastos estatais, reformar os impostos e fechar metade da rede de oficinas de cunhagem, produzindo por meio dessas medidas séries restritas de cunhagem operando quase exclusivamente em sentido fiduciário. Sua proposta é empregar moedas pesadas, mas de finura muito baixa (cerca de 2% de prata, no máximo), emitindo um novo *nummus* que suplanta a deficiência de abastecimento do anterior, mas que não compete com ele. Em suma, aceitando por completo a inflação em um primeiro momento ao invés de tentar elevar de um golpe os padrões monetários apenas para que as novas séries despenquem progressivamente de valor.

Nesse momento, uma experiência interessante se dá também com a proposta de séries em liga de bronze, a *dichoneutum*. Como mencionamos antes, é argumentável que o bronze tenha um atrativo de valor intrínseco superior ao das ligas pobres, mas, como veremos também com Valério, a expansão de fiducialidade que ocorre aqui é a de que o bronze, o metal utilizado para arredondar os cantos do sistema monetário romano, seja cada vez mais visto como com um valor central em si, capaz de sustentar o próprio sistema.

Em princípio, todo o experimento parece falhar. Em 367 Valério cessa a produção dessas moedas, represa as existentes e as recunha, assim como as moedas de finura de prata baixíssima. As recunhagens, entretanto, acontecem então, na maior parte, em composição majoritária de bronze, de certa forma “escamoteando” um novo metal de confiança mais acessível do que a prata como lastro de valor¹³. Essa mudança tem

como objetivo permitir a proposição de novas taxas de câmbio para os múltiplos monetários, em efeito aproximando o plano da realidade do sistema de cunhagem ao da moeda notacional. Consequentemente, os preços finalmente poderiam baixar, ou assim se pretende em lei, como expresso no Códice Justiniano 11.11.2 (Hendy 1985).

Carecemos de evidências concretas sobre o sucesso dessa empreitada, mas é importante ressaltar que uma prática muito semelhante se desenvolverá dentro dos sistemas bancários medievais ingleses e, mais tarde, será difundida pela Europa da renascença, “chorar o dinheiro” (“crying up the coinage”)¹⁴. De forma diversa da experiência romana, a nova modalidade não alterará o metal de lastro, mas trabalhará exclusivamente com a taxa de conversão – ao “chorar” a moeda metálica real lastreia por édito a moeda de notação a um metal mais fraco, por consequência, desvaloriza a unidade de contagem a uma paridade maior frente a crise. Que os romanos se aproximem de forma oblíqua a este desenvolvimento futuro é notável, e demonstra uma percepção crescente da natureza do papel da moeda em uma economia monetizada, rumando em seus inícios mais remotos a uma bancária.

Conclusão

No século III EC a disparidade econômica se faria sentir de forma incisiva. A estabilidade derivada de redes de contatos aristocráticos, fluxos de finanças embasados no trabalho artesanal e a malha de cambistas necessária para movimentar essas somas na forma de

13 As políticas de emissão de Constantino (Banaji, 2007) irão futuramente empregar o ouro para dentro do espaço das cunhagens de bronze como o canal de trocas corriqueiras: para este autor, mencionando a já bastante antiga teoria metálica de David Buchanan, o “escamoteamento” da prata parece não só não ter tido sucesso, como a própria adução de uma padronização de ouro criaria um excesso de circulação desvalorada de prata, caindo em valor e marginalizaria o bronze a ser aceito apenas em seu valor intrínseco.

14 Vale notar que nesse sistema o dinheiro também pode ser “crying down” (“chorado abaixo”), ou seja, se realizar a operação de modo inverso: enfraquecer a própria moeda real e fortalecer a moeda fictícia. Com ambas as operações o sistema renascentista pode começar os fundamentos por exemplo, da manipulação sistêmica dos ganhos de importações e exportações de forma antes basicamente incontrolável - poder jogar com estes valores torna também as trocas de grande distância muito mais viáveis e lucrativas. Para uma apresentação mais pormenorizada desta terminologia, vide Lane e Mueller, “Money and Banking in Medieval and Renaissance Venice: Volume I: Coins and Moneys of Account” (2020).

moeda de crédito, depende de uma situação de pacificação política, social, militar e econômica, mas todos esses fronts se desorganizam em turbulência e crise, resultando em uma recessão marcada do papel da “moeda não metálica” e na necessidade de se reforçar a emissão do dinheiro físico e do uso de comódites para suplantarem o vazio, pois a moeda de crédito teria se tornado arriscada demais, fazendo a preferência pública pender rumo a moedas físicas (Verboven 2008).

O cenário ao tempo da reforma de Diocleciano poderia ser descrito, então, não como o de uma crescente desmonetização da economia romana, mas sim o da retração do modo monetário de crédito. O influxo de moedas de baixa qualidade consegue – apesar de sua espiral inflacionária – resgatar a ideia de monetização em si e manter ativa uma economia plenamente monetizada. Não se verifica o retorno de formas pré-monetárias de transação em volume significativo, como a permuta, o dom e a redistribuição. O espaço

das comódites, em especial dos lingotes de ouro, é preservado e até expandido, sendo talvez a única forma de moeda não cunhada estável, mas apenas por sua equiparação direta da fungibilidade do dinheiro. Essas formas de moeda física resgatam o sistema monetizado de uma crescente insuficiência de câmbio em circulação, mas o fazem por meio de uma disparidade fundamental de valor: o componente fiduciário antes presente nas relações de crédito se transporta para a moeda em si de um modo que ainda não é plenamente suportável pelo sistema romano, resultando em inflacionamento constante. A crise metálica, elemento de questões trazidas pelo século III, não aniquila a monetização, mas sua “resolução” orgânica – no simples sentido de caminho historicamente trilhado – compõe uma espiral mais lenta de crises que ao mesmo momento dilatará o tempo até o final desse sistema e semeará precisamente as bases dos próximos ordenamentos econômicos que sucederão a Roma.

VANIN, M. The Roman Coinage in the Third Century: A Brief Consideration on its Crisis, Debasement and Reform *R. Museu Arq. Etn.* 43: 95-113, 2024.

Resumo: Este artigo aborda de maneira introdutória a questão econômica da Crise do Século Terceiro no Império Romano analisando a variação na desvalorização da moeda cunhada em prata, procurando recensear uma gradual pendência rumo a um papel mais intenso das cunhagens em bronze na estrutura de monetização romana. O avanço dessa modalidade está intimamente ligado à Reforma Diocleciana, que é questionada em caráter duplo, como uma falha no controle inflacionário, mas também é tida como uma importante mudança na lógica de entendimento da moeda. Em seguida, argumenta-se a coexistência de Modos Monetários diversos da moeda cunhada como elementos fundamentais para a promoção da monetização, caracterizando a Crise do Século Terceiro como um momento de interrupção dessas estruturas. A grande inovação da Reforma Diocleciana seria, então, abarcar elementos antes originários dos Modos Monetários nas novas séries, inclusive em bronze.

Keywords: Roman numismatics; Inflation; Debasement; Reform; Third Century Crisis;

Referências Bibliografias

- Alföldy, G. The crisis of the third century as seen by contemporaries. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, v. 15, nº 1, 1974, pp. 89-111.
- Andreau, J., 1997. Modernité économique et statut des manieurs d'argent. In : Andreau, J. *Patrimoines, échanges et prêts d'argent: L'économie romaine*. Roma, L'Erma di Bretschneider, 3-45.
- Andreau, J. 1999. *Banking and Business in the Roman World*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Bagnall, R.S. 1985a. Agricultural Productivity and Taxation in Later Roman Egypt. *Transactions of the American Philological Association*, 115:,289-308. <https://doi.org/10.2307/284204>
- Bagnall, R.S. 1985b. *Currency and inflation in fourth century Egypt*. Scholars Press, Chico.
- Bailey, D.R.S. 1970. *Cicero's Letters to Atticus*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Banaji, J. 2007. *Agrarian Change in Late Antiquity: Gold, Labour, and Aristocratic Dominance*. Oxford University, Oxford.
- Bruun, P. 1979. The Successive Monetary Reforms of Diocletian. *Museum Notes of the American Numismatic Society*, 24:,129-148. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43573581>>. Acesso em: 16/01/2025.
- Burnett, A.; Craddock, P.T. 1983. Rome and Alexandria: the minting of egyptian tetrachms under Severus Alexander. *Museum Notes of the American Numismatic Society*, 28:,109-118. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43573664>>. Acesso em: 16/01/2025.
- Callu, J. 1959. *Follis singularis: A propos d'une inscription de Ghirza Tripolitaine*. *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, 71: 321-337. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/mefr_0223-4874_1959_num_71_1_7453>. Acesso em: 16/01/2025.
- Carrié, J.-M. 1994. Dioclétien et la fiscalité. *Antiquité Tardive*, 2:,33-64. <https://doi.org/10.1484/J.AT.2.301152>
- Christol, M. 1977. Effort de guerre et ateliers monétaires de la périphérie au iii e siècle après J.-C.: Vatelier de Cologne sous Valerien et Gallien. In: Chastagnol, A.; Nicolet, C.; Effenterre, H.V. (Eds). *Armées et fiscalité dans le monde antique: Paris 14-16 octobre 1976*. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 235-278.
- De Callataÿ, F. 2017. Crises monétaires et crises du monnayage dans le monde gréco-romain : Une vue perspective. *Topoi*, 21: 173-192. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/topoi_1161-9473_2017_num_21_1_3129>. Acesso em: 17/01/2025.
- De Ligt, L. 1990. Demand, supply, distribution: The Roman peasantry between town and countryside. Rural monetization and peasant demand. *Münstersche Beiträge zur Antiken Handelgeschichte*, 9: 24-56.
- Drinkwater, J.F. 1987. *The Gallic Empire: Separatism and Continuity in the North-western Provinces of the Roman Empire, A.D. 260-274*. Coronet Books, Londres.
- Duncan-Jones, R. 1994. *Money and Government in the Roman Empire*. Cambridge University Press, Nova York.
- Elks, K.J.J. 1975. The eastern mints of Valerian and Gallienus: the evidence of two hoards from western Turkey. *Numismatic Chronicle*, 15: 91-109. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42666506>>. Acesso em: 17/01/2025.
- Erim, K.T.; Reynolds, J. 1973. The Aphrodisias Copy of Diocletian's Edict on Maximum Prices. *The*

- Journal of Roman Studies*, 63: 99-110. <https://doi.org/10.2307/299169>
- Finley, M.I. 1973. *The Ancient Economy*. University of California Press, Berkeley.
- Florenzano, M.B.B.; Ribeiro A.M.G.; Lo Monaco, V. 2015. *A Coleção de Moedas Romanas da Universidade de São Paulo*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Friedman, Milton, “Money and Inflation”, 1978, *Milton Friedman speaks. Lecture 6, Money and inflation*. Idea Channel. (Gravação de vídeo) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B_nGEj8wIP0>. Acesso em: 17/01/2025.
- Harl, K.W. 1996. *Coinage in the Roman Economy: 300 B.C. To A.D. 700*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Harris, W.V. (Ed.). 2008. *The monetary systems of the Greeks and Romans*, Oxford University Press, Oxford.
- Harris, W.V. 2019. Credit-Money in the Roman Economy. *Klio*, 101: 158-189. <https://doi.org/10.1515/klio-2019-0006>
- Hendy, M.F. 1985. *Studies in the Byzantine Monetary Economy: C. 300-1450*. Cambridge University Press, Cambridge. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511896750>
- Hindess, B. 2007. The Battle of the Ancient Economy. *Economy and Society*, 36/3: 497-509. <https://doi.org/10.1080/03085140701428423>
- Hollander, D.B. 2005. Veterans, agriculture and monetization in the late Roman Republic. In: AUBERT, J., VÁRHELYI Z, S. (Ed.), *A tall order. Writing the social history of the ancient world*. De Gruyter, Leipzig, , 229-239.
- Howgego, C.J. 1985. *Greek Imperial Countermarks: Studies in the Provincial Coinage of the Roman Empire*. Royal Numismatic Society, Londres.
- Jongman, W. 2000. A golden age: Death, money supply and social succession in the Roman Empire. In: Lo Cascio, E. (Ed.). *Credito e moneta nel mondo romano (Incontri capresi di storia della economia antica*. Edipuglia, Capri, 181-196.
- King, C.E. 1980. The sacrae largitiones, revenues, expenditure and the production of coin. In: King, C.E. (Ed.). *Imperial Revenue, Expenditure and Monetary Policy in the fourth century A.D.: The Fifth Oxford Symposium on Coinage and Monetary History*. British Archaeological Reports, Oxford, 141-173.
- King, C.E. 1981. The circulation of coin in the western provinces AD 260-295. In: King, A.; Henig, M.. (Eds). *The Roman West in the Third Century: Contributions from Archaeology and History..* British Archaeological Reports, Oxford, 89-126.
- Laiou, A.E. 2002, « The Byzantine Economy : An Overview », dans A. laiou (éd.), *The Economic History of Byzantium. From the Seventh through the Fifteenth Century*, 3vol., Washington, p. 1145-1164.
- Lendon, J.E. 1990. The Face on the Coins and Inflation in Roman Egypt. *Klio*, 72: 106-134. <https://doi.org/10.1524/klio.1990.72.72.106>
- Lerouxel, F. 2008. La banque privée romaine et le marché du credit dans les tablettes de Murécine et les papyrus d'Égypte romaine. In : Verboven, K.; Vandorpe, K.; Chankowski, V. (Eds.). *Pistoi dia tèn technèn: Bankers, loans and archives in the ancient world*. Peeters, Leuven, 169-197.
- Liebeschuetz, W. 2007. Was there a crisis of the third century? In: Hekster, O.; Kleijn, G. De; Slootjes, D. (Eds.). *Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire (Nijmegen, June 20-24, 2006)*. Brill, Leiden, 11-20.
- Lo Cascio, E. 1996. How did the Romans view their coinage and its function? In: King, C.E.; Wigg, D.G. (Eds.). *Coin finds and coin use in the Roman world: The Thirteenth Oxford Symposium of*

- Coinage and Monetary History*, 25-27 March 1993. Gebr. Mann Verlag, Berlin, 273-287.
- Lo Cascio, E. (Org.). 2000. *Credito e moneta nel mondo romano: Atti degli Incontri capresi di storia dell'economia antica*. Edpuglia, Capri.
- Minaud, G. 2005. *La comptabilité à Rome*. EPFL Press, Lausanne.
- Nicols, J. 2007. Mapping the Crisis of the Third Century. In: Hekster, O.; Kleijn, G. De; Slootjes, D. (Eds.). *Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24, 2006*. Brill, Leiden, 431-437.
- Perrings, C. 1985. The Natural Economy Revisited. *Economic Development and Cultural Change*, 33/4: 829-850. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1153876>>. Acesso em: 22/01/2025.
- Posner, H. 2015. The Value of Money: Coinage and Diocletian's Price Edict, in *Journal of the Numismatic Association of Australia*, 26: 1-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/22375815/Journal_of_the_Numismatic_Association_of_Australia_Vol_26_2015_>. Acesso em: 17/01/2025.
- Rathbone, D. 1991. *Economic rationalism and rural society in 3d century A.D. Egypt*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Rathbone, D. 1996. Monetization, not price-inflation in third-century A.D. Egypt. In: C.E. King et D.G. Wigg (éd.), *Coin finds and coin use in the Roman world: The Thirteenth Oxford Symposium of Coinage and Monetary History*, 25-27 March 1993. Gebr. Mann Verlag, Berlin, p. 321-339.
- Silva, U.G. da. A historiografia do Império Romano tardio: do Estado máximo ao Estado mínimo, e de volta outra vez. *Revista de História*, 176: 1-28, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.126047>
- Speidel, M.A. 1996. Die römischen Schreibtafeln von Vindonissa. In: Speidel, M.A. *Die römischen Schreibtafeln von Vindonissa: Lateinische Texte des militärischen Alltags und ihre geschichtliche Bedeutung*. Brugg Gesellschaft Pro Vindonissa, Brugg.
- Sperber, D. 1978. Roman Palestine 200-400. The Land: Crisis and Change in Agrarian Society as Reflected in Rabbinic Sources. *Journal of Roman Studies*, 70: 235-236. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/5HoVo>>. Acesso em: 20/01/2025.
- Verboven, K. 2007. Good for business. The Roman army and the emergence of a 'business class' in the northwestern provinces of the Roman empire (1st century BCE-3rd century CE). In: De Blois L.; Lo Cascio, e. (Eds.). *The Impact of the Roman Army (200 BC - AD 476): Economic, social, political, religious and cultural aspects*. Brill, Leiden; Boston, 295-313.
- Verboven, K. 2009. Currency, bullion and accounts: Monetary modes in the Roman world. *Revue Belge de Numismatique*, número 155: 91-121. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1854/LU-953421>>. Acesso em: 20/01/2025.
- Von Reden, S. 2007. *Money in Ptolemaic Egypt: From the Macedonian conquest to the end of the third century BC*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Walker, D.R. 1978. *The Metrology of the Roman Silver Coinage vols 1-3*. Oxford University press, Oxford.
- Ziegler, R. 1977. Münzen Kilikiens als Zeugnis kaiserlicher Getreidespend. *Jahrbuch für Numismatik* 27: 29-67. Disponível em: <<https://www.bngev.de/wp-content/uploads/2022/05/1977-Band-XXVII.pdf>>. Acesso em: 20/01/2025.

Past and present pest mitigation: insights from an international survey of practices

Ana Carolina Delgado Vieira*
Pablo Antonio Vásquez Salvador**

DELGADO VIEIRA, A. C.; VÁSQUEZ SALVADOR, P. A. Past and present pest mitigation: insights from an international survey of practices. *R. Museu Arq. Etn.* 43: 114-128, 2024.

Abstract: Through a knowledge exchange network, many countries have established similar timelines for the use of chemical substances, such as pesticides and fungicides, in the preservation of collections in museums, libraries, and archives. To profile the use of toxic and non-toxic treatments across different types of collections, an international survey was developed to gather data on past conservation methods and current pest control practices. This survey was directed at professionals working in libraries, archives, and museums, focusing on the strategies employed to mitigate pest-related issues. The study aims to understand whether traditional chemical treatments, widely documented in the literature and recommended by conservation manuals, have been adopted by institutions of various profiles and how professionals are currently addressing pest mitigation in cultural heritage collections. The findings reveal that, although institutions have increasingly transitioned to non-toxic treatments driven by concerns over sustainability and workplace safety, the legacy of pesticide-treated collections continues to present significant challenges. Furthermore, while non-toxic methods are gaining traction, some regions still need to reassess traditional chemical treatment practices to align with contemporary conservation guidelines. Through a knowledge exchange network, many countries have established similar timelines for using chemical substances to preserve collections in museums, libraries, and archives. A survey was conducted among professionals in cultural heritage preservation to gather data on past treatment methods and current pest control practices. The study aimed to profile the use of toxic and nontoxic treatments across different types of collections, examining whether traditional chemical methods recommended by conservation manuals were widely adopted and how current practices address pest-related issues in cultural heritage. The results reveal that, although institutions have increasingly transitioned to nontoxic treatments driven by sustainability and workplace safety concerns, the legacy of pesticide-treated collections continues to pose significant challenges. Furthermore, while nontoxic methods are gaining traction, some

* Conservator at the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE-USP), PhD candidate in the Nuclear Technology Graduate Program at the Institute for Energy and Nuclear Research - IPEN/USP - ana.carolina.vieira@usp.br

** Ph.D. in Sciences from the University of São Paulo and Washington University in St. Louis. Researcher at the Institute for Energy and Nuclear Research - IPEN/USP and professor/advisor in USP's Nuclear Technology Graduate Program - pavsalsa@usp.br]

regions still need to reassess traditional chemical treatment options to align with contemporary conservation practices.

Keywords: Survey; Pesticides; Toxic treatments; Nontoxic treatments; Conservation.

Introduction

In 1887, Walter Hough, an entomologist and chief curator of the Anthropology department at the Smithsonian National Museum of Natural History, wrote that due to the abundance of materials in large museums, frequent examination of each specimen was impractical, so each one must be poisoned in advance to prevent loss (Hough 1887: 529). This author provides several recipes for destroying moths and xylophagous insects. His experimental recipes included arsenic, carbolic acid, strychnine, naphtha, and benzene, with different application methods suggested depending on the fragility of the item treated (Hough 1887: 553).

The same treatments that became popular for specimens in natural history collections were also applied to ethnological collections made from organic materials such as feathers, fur, and leather.

During the second half of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century, there was a growing interest in preserving these collections. This period saw an intensification of studies in entomology, with the scientific community dedicating significant time and effort to describe and identify new insect families and species, including those that damage collections (Farber 1976: 94-95).

The use of volatile compounds increased in museums during the early twentieth century with the introduction of closed cabinets (Goldberg 1996: 33). To control insects considered “enemies of books,” substances like camphor, benzene, thymol, tobacco smoke, turpentine essence, and aromatic plants were used (Houlbert 1903: 232). Museum pest control manuals mention the efficacy of carbon disulfide (Goldberg 1996: 33), but due to its explosive properties and associated risks,

this compound became less appealing than other volatile fumigation agents. Additionally, hydrocyanic acid gas, used to eradicate pests in the preservation of plants, seeds, and fruits, was also commonly used in museum collections (Goldberg 1996; Pool *et al.* 2005).

In the 1940s, the chemical industry began to synthesize different compounds more quickly, increasing the supply of pesticides available, which led to the development of organochlorine, organophosphate, carbamate, and pyrethroid pesticides as new synthetic organic compounds were discovered. These synthetic compounds, capable of preventing, repelling, or killing insects, were developed by the chemical industry (Tello 2021: 4), which had also been involved in the development of chemical weapons during the First World War. After the war, these companies shifted to producing civilian products (Arndt 2022: 290).

Organic compounds such as hexachlorobenzene (HCB), dichloro-diphenyl-trichloro-ethane (DDT), lindane (γ -HCH), naphthalene, paradichlorobenzene (PDB), permethrin and deltamethrin were widely used in collections to prevent damage or losses caused by pests (Odegaard & Sadongei 2005; Angelova *et al.* 2023). The use of fumigating agents, such as ethylene oxide, formaldehyde, carbon tetrachloride, and other compounds, has also been mentioned in some conservation manuals (Plenderleith & Werner 1971; Kathpalia 1973).

As promising products for controlling urban pests, these compounds were well received in museums as potential preservation agents. Neither the objects nor those applying them were initially considered to be at risk. This apparently viable and safe alternative, combined with strong commercial advertising, led to the incorporation of organic synthetic pesticides

into the pest control routine of the museum (Tello 2021: 5).

Due to the limited number of experts in this field, institutions shared their experiences via exchanges between professionals. During this period, scientific publications became an important means of communicating and institutionalizing professional practices in the context of preserving collections (Almeida 2021: 50). Tello (1921) also notes that participation in congresses and consultation of specialized literature helped strengthen a unique network of knowledge that extended beyond national boundaries.

Museums used both traditional recipes and commercially available chemicals with different formulations for preserving their collections. As a result of routine and successive treatments, objects may have been contaminated with multiple chemical substances (Tello 2021: 8). There are few institutional records of these treatments because they were considered routine care in museums (Goldberg 1996; Hawks & Makos 2000; Omstein 2010). In consequence, there are collections that have been subjected to different chemical processes, and few records to document these processes.

Many entomologists, taxidermists, collectors, curators, and other professionals shared these treatments, contributing to a network of information exchange concerning biological threats and pest control strategies. According to this knowledge exchange network, chemical substances were applied in a similar manner in many countries (Pool *et al.* 2005: 11). Could this network of knowledge also influence regions outside the traditional developed countries?

An international survey was developed to collect information on toxic and nontoxic treatments used in different types of collections. To move beyond the traditional Anglo-Saxon axis, the questions were prepared in English, Spanish, and Portuguese to make them accessible to a wider audience, which is not always actively engaged in international conservation surveys.

This article presents the results of a survey designed to identify traditional treatments used for disinfecting objects and assess the level of

acceptance of more sustainable methods for preserving cultural heritage in different countries.

Methods and analysis

A questionnaire created in Google Forms, consisting of 20 questions, was divided into four main sections. The first section, with four questions, collected general information about the participant's profile, including the type of collections they worked with, their level of experience, employment status, and country of residence. Museum professionals, archivists, and librarians were the target audience for the research, with no specific academic background required. Participants needed only to have professional experience in collection preservation and integrated pest management.

During the development of this questionnaire, we decided to include professionals working in private practice, as many conservators operate independently on projects and are not formally employed in institutions. These professionals often run their own studios, and their insights could contribute to understand pest control methods used in projects and private work.

The second part of the questionnaire addressed preventive conservation, with four questions about current pest control measures, the most common types of pests threatening heritage objects, and the impacts of recent infestations. Private practice professionals were asked to consider the information and procedures adopted in their workplaces.

The third section focused on toxic treatments applied to objects in the past, with seven questions exploring personal experiences with the use of chemical substances in both institutional and private practice settings. Institutional professionals were asked to consider old records, information from previous employees, visual evidence on objects (such as old tags or signs of past treatments), or scientific analyses conducted on collections. Private practice professionals were asked to mention any evidence of contamination in objects treated in their studios or specific projects.

The fourth and final section inquired about alternatives for nontoxic treatments, asking whether they were applied and which methods were used. This section included four questions. At the end of the survey, participants had the option to leave their email addresses for future contact or follow-up research.

The questionnaire featured multiple-choice questions complemented by some open fields to increase response rates. The survey was available from September to November 2022, and results were compiled using Microsoft's Power Bi® software. Responses were grouped by geographic region, with contributions from professionals in Europe, Latin America, the United States, Canada, and Africa. Participants from Asia and Oceania were grouped together due to low participation rates in these regions.

The questionnaire was widely distributed on professional lists and conservation forums, such as the Global Conservation Forum and ConsDistList. It was also shared on social media, where the post

was shared 87 times and reached 1,177 accounts.

The survey aimed to reach as many participants as possible, but the organic dynamic reach of social media and forums made it difficult to measure the precise audience reach. Consequently, it is not possible to calculate the sample percentage, margin of error, and confidence level of this survey. However, the 192 completed questionnaires provide valuable information for this study.

Results and discussion

The first part of the questionnaire aimed to identify the participants' professional profiles. A total of 192 professionals from 30 countries¹ participated in the survey (**Fig. 1**). The majority of participants were from Latin America, followed by Europe, the United States, and Canada, with only a small number from African, Asian, and Oceanian countries.

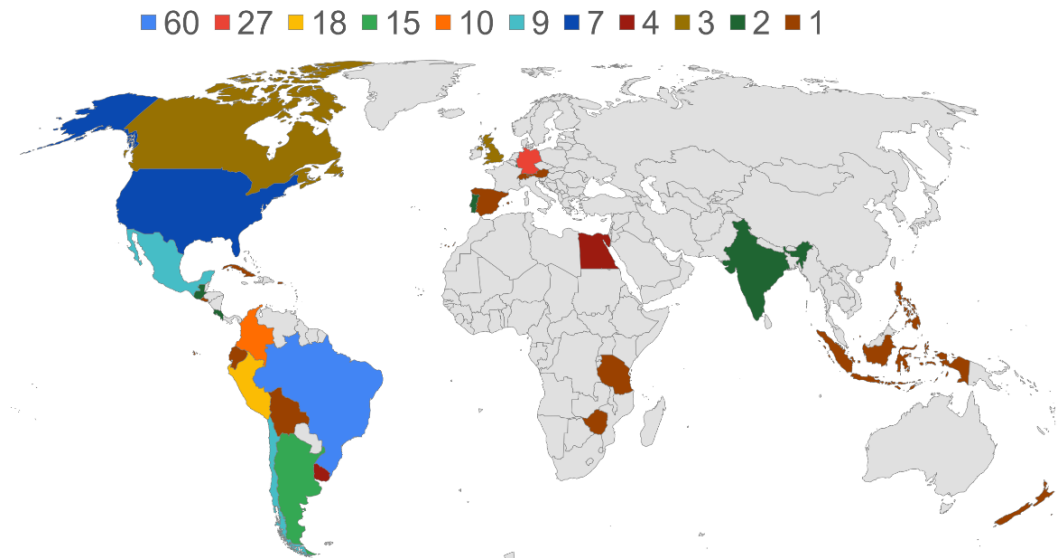


Fig. 1. The geographic distribution of questionnaire participants and the number of respondents.

1 Participants in this survey reside in the following countries: Argentina, Austria, Bolivia, Brazil, Canada, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, Egypt, El Salvador, Germany, Guatemala, India, Indonesia, Luxembourg, Mexico, New Zealand, Peru, Philippines, Portugal, Puerto Rico, Spain, United Kingdom, United States, Switzerland, Tanzania, Uruguay, Zimbabwe. Source: The authors.

A total of 169 participants (88%) indicated that they had at least five years of experience in cultural heritage conservation. Among them, 126 participants (65.6%)

reported working full-time at an institution, while the remainder worked in private practice in their own studios or as freelancers on specific projects (Fig. 2).

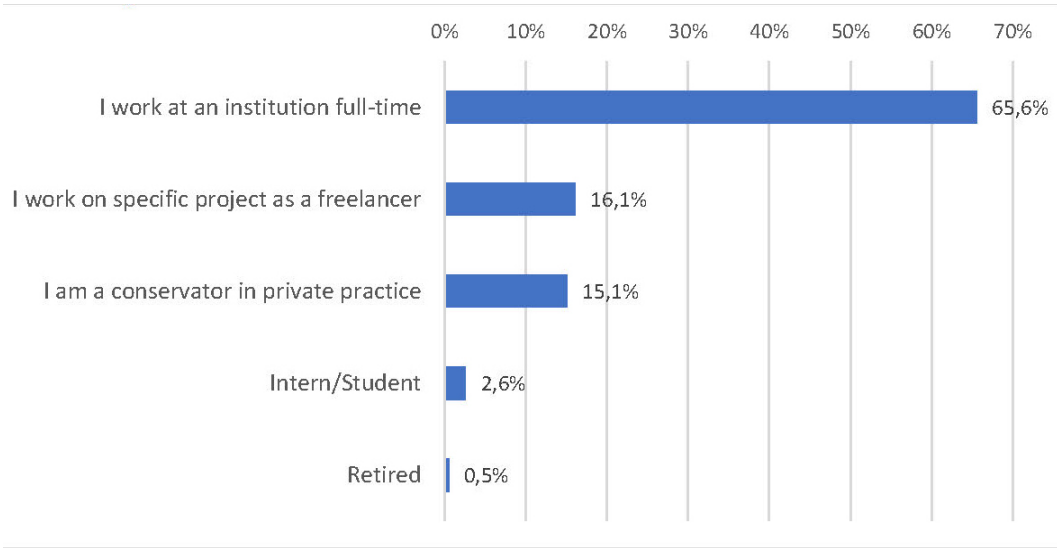


Fig. 2. Participants' current employment status. Source: The authors.

Participants reported working with archival and bibliographic materials (39.6%), historical collections (39.6%), and archaeological and ethnographic objects (37.5%) (Fig. 3). Multiple answers were allowed for this question, indicating that

the research covered a comprehensive set of materials. Historical, archaeological, and ethnographic objects are composed of various organic materials, such as wood, textiles, plant fibers, feathers, and leather, among others.

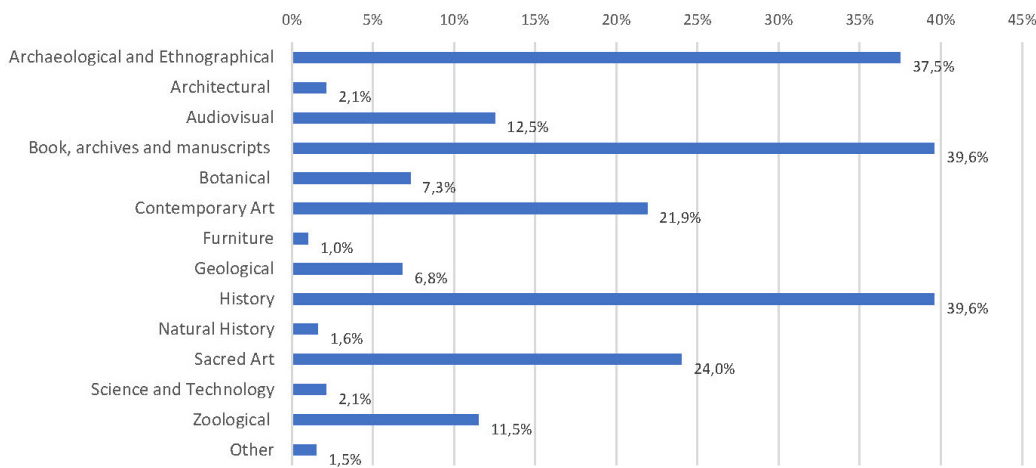


Fig. 3. The categories of collections that participants worked on. Source: The authors.

In the topic of preventive conservation, 99.5% of participants indicated that their institutions currently maintain practices related to the preventive conservation of collections, including climate monitoring, integrated pest management policies, and periodic inspections.

Participants from different countries provided varying answers about the types of biological threats recently recorded in their collections, with multiple answers allowed for this question. Latin American professionals reported frequent problems with mold (37%), moths (32.3%), woodborers (28.6%), and termites (28.1%).

In contrast, participants from the United States and Canada reported woodborers (4.2%), moths (3.6%), mold (2.6%), and silverfish (2.6%) as their primary biological threats. In Europe, woodborers (15.6%), moths and silverfish (13% each), and mold (10.9%) were predominant.

Participants from Africa reported occurrences of silverfish (2.6%) and woodborers (2.1%). In Asia and Oceania, termites and silverfish were mentioned with equal frequency (2.1%), followed by mold (1.6%). The following figure presents a comparative table for all participants by geographic region (**Fig. 4**).

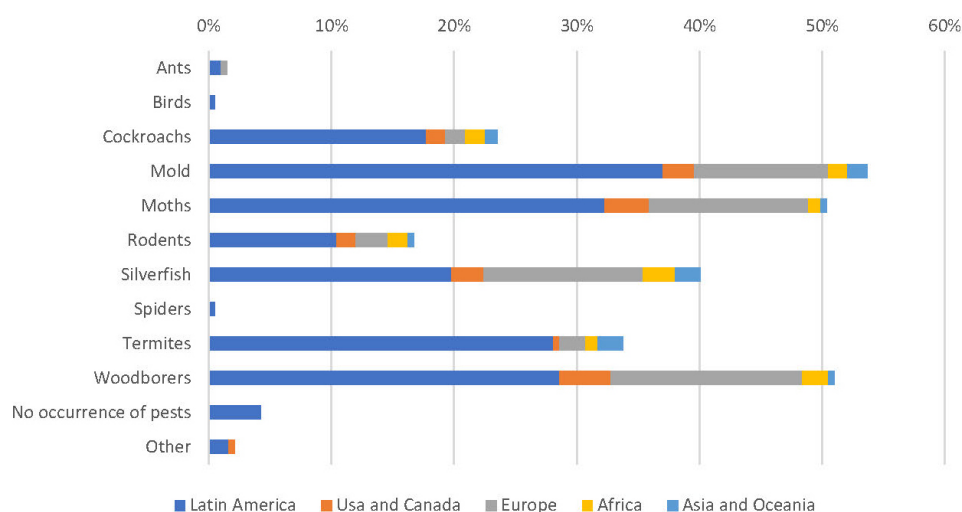


Fig. 4. Geographical comparisons of pest occurrences in recent years. Source: The authors.

In the topic of toxic treatments, 38.5% of participants reported having personally used chemical substances to eliminate pests from objects.

Geographical analysis results (**Fig. 5**) show that naphthalene was most commonly used in Latin America (10.4%), followed by cypermethrin (8.9%) and thymol (7.8%). Participants from the United States and Canada primarily used thymol (0.5%), dichlorvos (0.5%), and heavy metals such as lead, arsenic, and mercury (0.5%). In Europe, participants indicated personal use of permethrin (3.1%),

thymol (1.6%), and naphthalene (1.0%). Asian participants reported the use of paradichlorobenzene (0.5%), while African participants noted the use of other non-listed toxic products (0.5%).

In comparison, Latin American regions show a higher propensity for using these chemical substances. Participants in this region reported personal experiences with synthetic pyrethroids, fumigants, organophosphates, and organochlorines that have already been banned from use and commercialization. A significant incidence of fungicides, such as thymol and

pentachlorophenol, was also noted. This scenario aligns with the prevalence of the most common types of biological threats in the participants' countries of residence, as shown in **Fig. 4**.

Among participants who admitted using toxic products, 20.8% cited reasons such as fast treatment, effectiveness, and familiarity with the

product (**Fig. 6**). For others, these toxic methods persist due to their affordability, low complexity, and traditional treatment status. According to two participants (from Brazil and the USA), the use of chemical substances was suggested by project-specific guidelines. There could be more than one answer to this question.

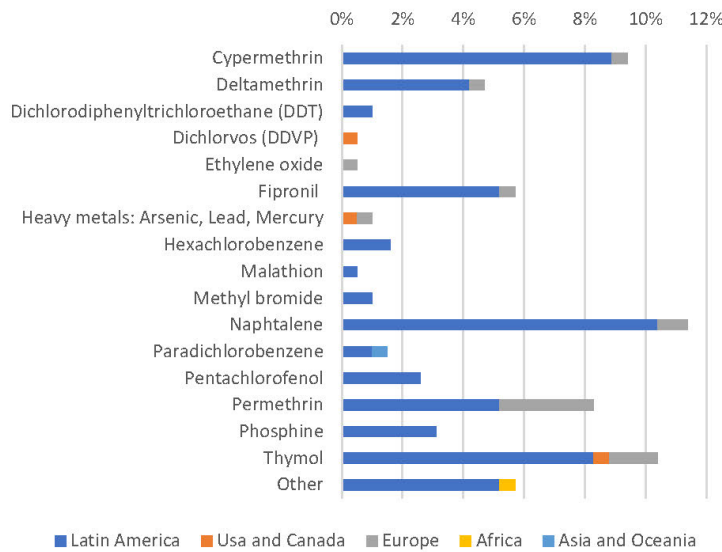


Fig. 5. A comparison of the chemicals personally used by participants based on their geographic location. Source: The authors.

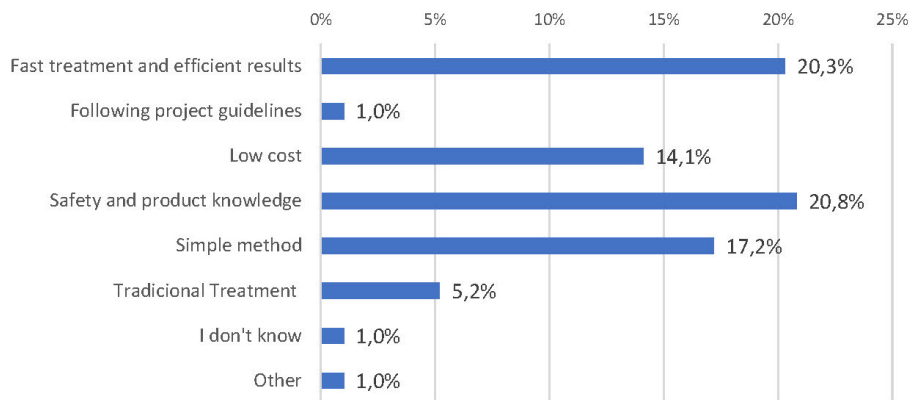


Fig. 6. Justifications for the current use of toxic products. Source: The authors.

Regarding the use of toxic products, participants reported experiencing side effects from chemical exposure, either personally or via colleagues (Fig. 7). The

most frequently mentioned reactions included headaches (25.5%), respiratory tract irritation (16.7%), and eye irritation (16.7%).

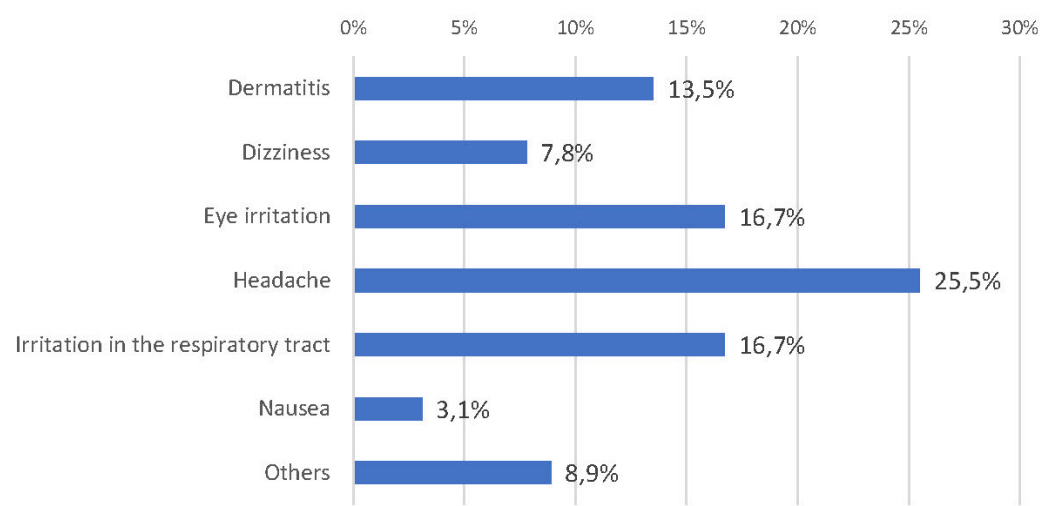


Fig. 7. Experiencing side effects as a result of the use of toxic products. Source: The authors.

The responses regarding historical treatment records were almost evenly divided (Fig. 8). Only 34.9% of responses indicated the presence of historical treatment records, while 32.3% stated that such records were

unavailable. As noted in literature reviews, accurate documentation of past pesticide treatments in cultural collections poses significant challenges (Goldberg 1996; Hawks & Makos 2000; Omstein 2010).

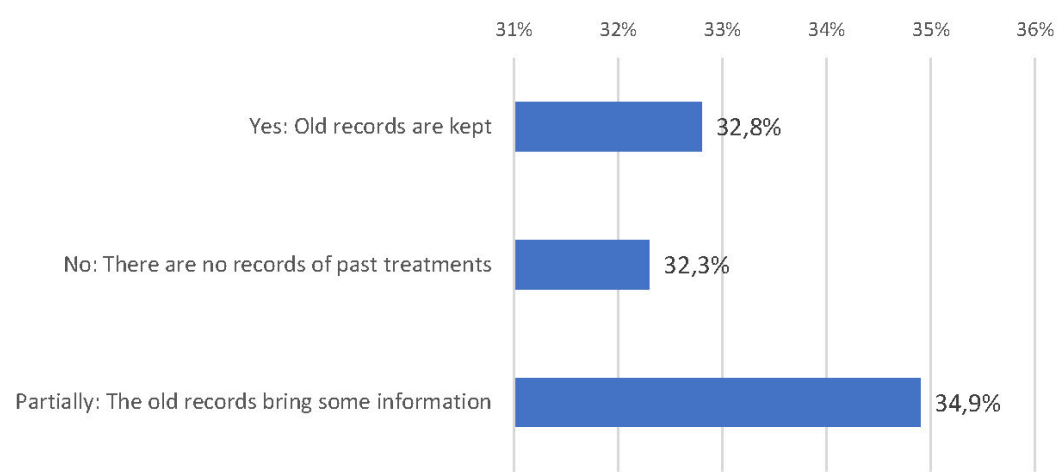


Fig. 8. Documentation of past pest control treatments. Source: The authors.

Geographic grouping provides valuable insights into past chemical treatments (Fig. 9). Naphthalene was predominantly used in Latin American countries (28.1%). Thymol was cited by 14.6% of participants, followed by cypermethrin (12%) and deltamethrin (7.3%). Only 6.3% of respondents mentioned Dichlorodiphenyltrichloroethane (DDT) as a historical treatment. Additionally, 14.6% of participants were unaware of the products used in historical treatments. There appears to be significant continuity in these countries, as the most commonly used historical products (naphthalene, thymol, and synthetic pyrethroids) continue to be frequently applied recently.

In Canada and the United States, heavy metals (3.6%) and pesticides like DDT, dichlorvos, and paradichlorobenzene (2.1% each) were most frequently mentioned as historical treatments. In Europe, chlorinated pesticides were commonly reported, with lindane accounting for 11.5% of all treatments, followed by DDT (10.4%), permethrin (9.4%), and heavy metals (8.9%).

In Asia, DDT was most commonly cited (1.0%), followed by paradichlorobenzene (1.0%) and other substances. African participants reported fewer records of old treatments but indicated the presence of DDT, paradichlorobenzene, heavy metals, and other pesticides (0.5% each).

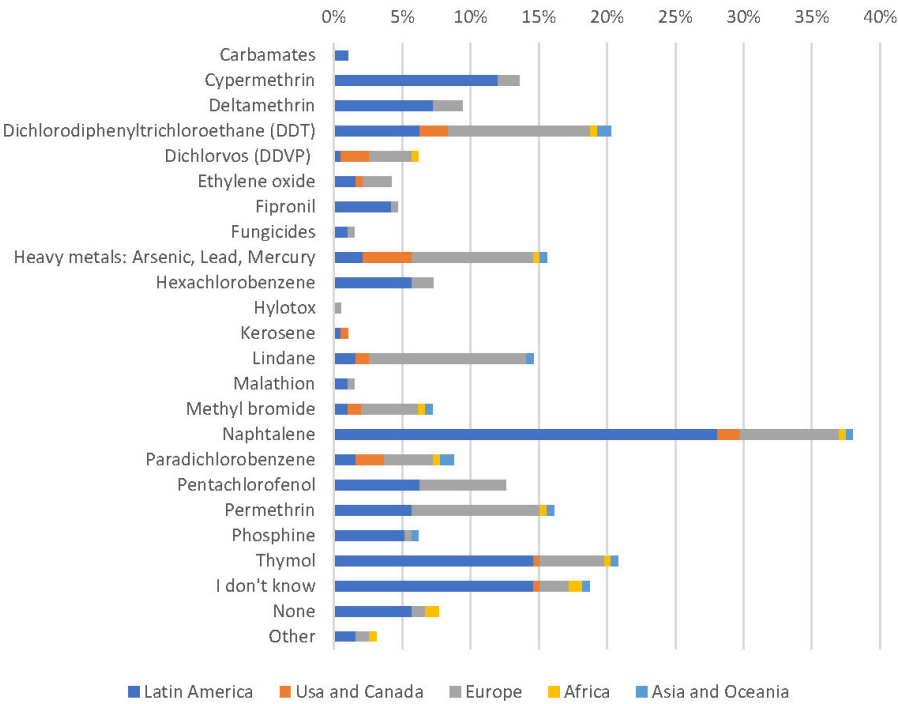


Fig. 9. Geographically based past treatment records. Source: The authors.

The responses align with findings from literature reviews. Naturalists and collectors in the nineteenth century employed recipes containing arsenic, mercury, and lead to

control infestations (Hough 1887: 552-57), as documented in reports and publications from natural history museums. By the latter half of the twentieth century, with the advancements

in the chemical industry, new solutions began to be applied and exchanged (Tello 2021).

Post-war Europe saw the widespread use of organochlorine pesticides, with lindane and DDT preferred in countries like Austria, Germany, Luxembourg, and Switzerland. The use of chlorinated products extended to other countries, possibly influenced by European colonial practices, aimed at preserving documents and materials in tropical climates (Angelova *et al.* 2023).

In 1940, scientists at Imperial College London began research to find a substitute for pyrethrum, as its supply was affected by the war in Japan (Clarke 2012: 135). Research with DDT proved so successful that production licenses were swiftly instituted in the United Kingdom. Subsequently, DDT was employed in British colonies to control disease vectors such as malaria and yellow fever (Gay 2012: 90). This historical moment of colonial productivity enhancement justified the presence of organochlorines in Asia and Africa. It is challenging to trace the extent to which these substances were implemented in these colonial countries before and after their independence (Clarke 2012: 134). These substances were used to combat disease vectors, like malaria and yellow fever, but were not limited to this purpose. Angelova *et al.* (2023), for instance, mention the presence of chlorinated pesticides in English colonial archival records in African countries and instructions for the preservation of these administrative documents.

In the realm of nonchemical treatments for collections, participants in our survey indicated a shift towards sustainable techniques. Of these professionals, 39.1% reported using inert atmospheres for pest control, notably prevalent among participants in the United States, Canada, and Europe. Other methods mentioned include freezing (27.1%), heating (8.9%), gamma ionization (9.9%), and the application of essential oils and local plants (16.1%). Of all participants, 30.2% state that they currently do not use any nontoxic techniques.

Geographical comparisons (Fig. 10) reveal distinct preferences: Latin American

participants prefer to use anoxia (16.7%), freezing (12.5%), and traditional techniques involving spices, local plants, and essential oils (10.9%). Gamma radiation is mentioned by 9.4% of participants for pest control in this region, with special emphasis on Brazilian professionals. However, 29.7% of participants overall indicated that none of the listed nontoxic techniques are used in their institutions, possibly indicating ongoing reliance on toxic chemicals.

Freezing is the predominant technique in the United States and Canada (4.7%), followed by anoxia (3.6%). In Europe, anoxia leads (16.1%), followed by freezing (8.9%). Traditional materials are more commonly employed in Africa (2.1%), Asia, and Oceania (1.6%).

There is a considerable level of trust in nontoxic techniques among 50% of participants, with 47.9% expressing full confidence in these methods, while 2.1% indicate distrust in nontoxic treatments. Latin American participants exhibit the lowest confidence levels in these techniques compared to participants from other geographic regions (Fig. 11).

Regarding the level of trust in nontoxic techniques, there is a notable geographical disparity. Latin American countries exhibit a higher propensity to rely on traditional chemical methods for pest control and show lower confidence in nontoxic alternatives. In contrast, in Europe, the United States, and Canada, negative responses regarding confidence in alternative techniques are minimal, with a noticeable decrease in reasonable confidence compared to positive responses.

Several factors contribute to this scenario. Limited conservation training opportunities in Latin American countries may contribute to a lack of awareness about the adverse effects of chemical treatments on collections. Financial constraints also limit access to nontoxic alternatives, such as anoxia and freezing methods, making commercial chemical products more attractive due to their accessibility and immediate efficacy.

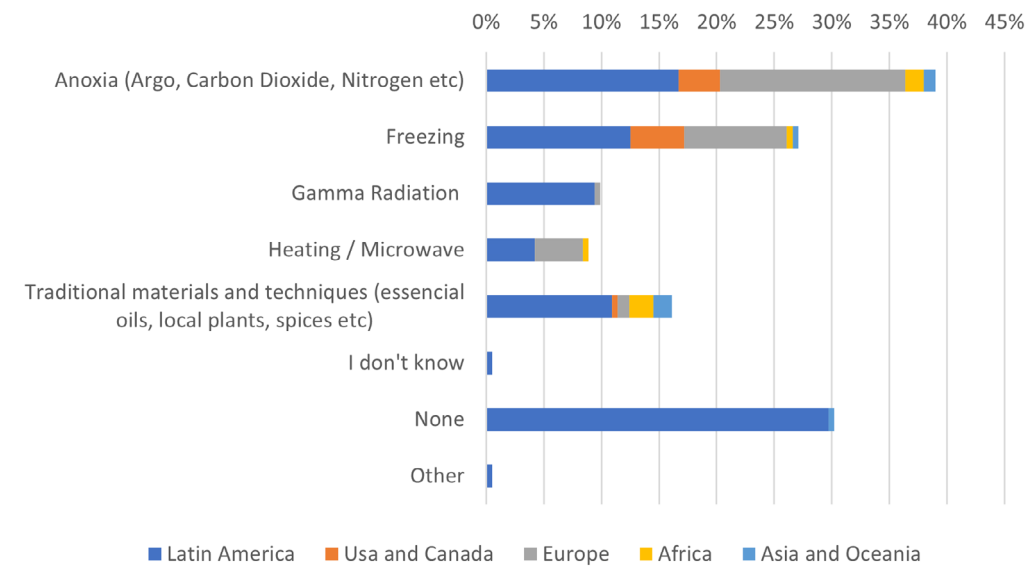


Fig. 10. Comparison of nontoxic techniques currently being used by the participants in different regions. Source: The authors.

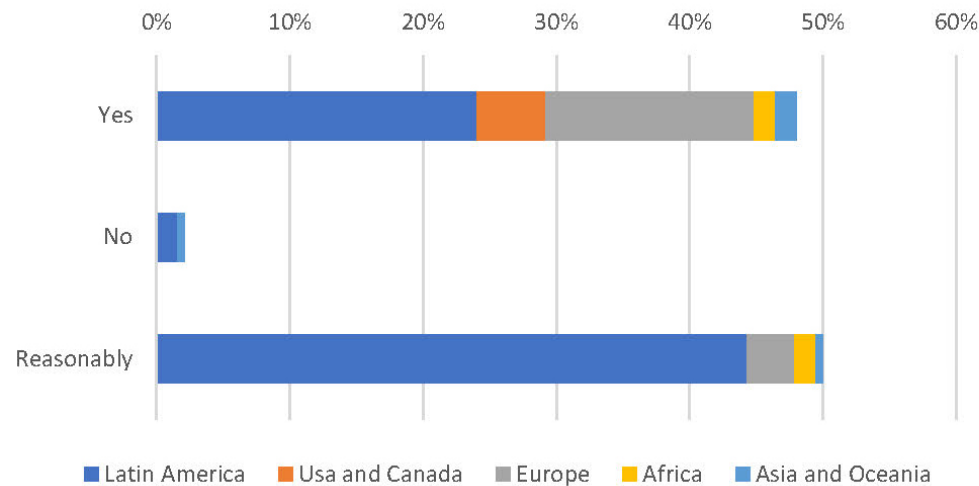


Fig. 11. Comparison of the level of confidence in nontoxic treatments across different geographic regions. Source: The authors.

Additionally, a language barrier could hinder the dissemination of information, as much of the literature on the subject is published in English, potentially excluding Spanish and Portuguese-speaking professionals from accessing critical information.

Despite the limited participation from Asia, Oceania, and Africa in this survey, it is noteworthy that professionals in these regions demonstrate a preference for sustainable pest control methods, including the use of essential oils and native plants. This choice

reflects their awareness of health risks and commitment to preserve cultural heritage by using nontoxic means.

Conclusion

Over the past few decades, the conservation discipline has made substantial progress. As a result of new international regulations and national legislation in countries that have restricted the availability and use of biocidal products, these changes have been implemented. Sustainability topics related to cultural heritage, as well as a heightened awareness of the harmful effects of chemicals on cultural heritage collections, can also result in significant changes in behavior (Arndt 2022: 295).

Beginning in the 1990s, conservators increasingly turned to nontoxic treatment alternatives, driven by a desire to promote workplace safety and sustainability. Methods such as freezing, treatment with inert atmospheres, ionizing radiation, and integrated pest management practices, aimed at early insect detection, gained prominence (Pinniger 2001: 72-78).

Despite contemporary shifts towards nontoxic treatments in institutions today, the legacy of collections treated with pesticides remains significant. Persistent residues of these chemicals have resulted in documented cases of contamination in modern collections (Carrasco 2004; Cunha & Mattos 2015). Exposure to these substances can lead to a range of health issues, including eye and skin irritation, digestive system damage, headaches, dizziness, infertility, loss of consciousness, and even death (Waxman 1998; ATSDR 2023).

The risks of contamination are not limited to professionals who handle these objects, such as conservators, curators, and researchers. Indigenous communities' involvement in museological processes has become a key driver for the renewal of traditional treatments in museums. In this new context, indigenous groups visit

museum storage areas and work directly with the collections housed in these institutions. Often, members of these communities request the use of certain items for ceremonial purposes. In such cases, potential contamination of these objects restricts their use and poses health risks to those who physically interact with them. Additionally, this contamination can threaten the environment, especially when objects are reintegrated into daily life, used in religious ceremonies, or buried in the ground by Indigenous community leaders (Sadongei 2001).

The involvement of stakeholders in activities such as research, exhibitions, and other curatorial actions has helped strengthen the identity of some groups. It has also contributed to transforming traditional institutions into democratic and empowering spaces. Due to this new social dynamic, chemical treatments must be reassessed, especially in countries where professionals still have little confidence in nontoxic methods.

This survey, while representing a limited and specific group of participants, provides insights that align with geographic trends observed in professional practices both historically and presently. The findings corroborate the existing literature on the challenges associated with past chemical treatments and underscore the widespread adoption of pest mitigation strategies informed by conservation manuals and global knowledge-sharing networks. Responses from Latin American, Asian, and African participants provided specific insights. Online surveys in multiple languages could serve as crucial tools for data collection, addressing the underrepresentation of these regions in conventional research.

Future research in this area could benefit from expanding surveys and conducting personal interviews, particularly in regions with low questionnaire participation. The comprehensive survey results are accessible

through provided links² or by scanning the QR code below (Fig. 12), allowing readers to explore diverse responses using specific filters on the interactive website.



Fig. 12. QR-Code for survey results.

Acknowledgments

It is the authors' pleasure to thank all participants for taking the time to complete this survey. This study was supported by the

Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Brazil, process number 88887.883842/2023-00, within the scope of the Capes-PrInt Program - Financing Code 001. The authors thank the financial support for the standard permethrin solution purchase through International Atomic Energy Agency (IAEA)-IAEA Research Contract No. 18942-“Developing Radiation Treatment Methodologies and New Resin Formulations for Consolidation and Preservation of Archived Materials and Cultural Heritage Artefacts” and IAEA RLA2018012 “Using Nuclear and Radiation Technology to Characterize, Conserve and Preserve the Cultural Heritage of Latin America and the Caribbean” (ARCAL CLXVII).

We would like to thank the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE-USP) and the Post-Graduation Program in Nuclear Technology (IPEN) from University of São Paulo (USP) for funding and support.

DELGADO VIEIRA, A. C.; VÁSQUEZ SALVADOR, P. A.. O passado e o presente da mitigação de pragas: resultados de uma pesquisa internacional sobre práticas. *R. Museu Arq. Etn.* 43: 114-128, 2024.

Resumo: Por meio de uma rede de troca de conhecimento, muitos países estabeleceram cronogramas semelhantes para o uso de substâncias químicas, como pesticidas e fungicidas, na preservação de coleções em museus, bibliotecas e arquivos. Com o objetivo de traçar o perfil do uso de tratamentos tóxicos e não tóxicos em diferentes tipos de coleções, foi elaborado um questionário internacional para coletar dados sobre métodos de conservação utilizados no passado e práticas atuais de controle de pragas. Esse questionário foi aplicado a profissionais de bibliotecas, arquivos e museus, com foco nas estratégias adotadas para a mitigação de pragas. A investigação busca compreender se os métodos tradicionais de tratamento químico, amplamente descritos na literatura e recomendados por manuais de conservação, foram adotados por

² English version of the website: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoIYzc2MGY5YWUtZmNjOS00NjI3LTk2YWUtMGJwZWMyMjlyNjFjIiwidCI6IjdlOTNlMjg2LWl5OWEtNDQ1NC1hNDFhLUU4NDE5ZWZWM5ZGVhNSJ9>

Portuguese version of the website:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoIYzc2MGY5YWUtZmNjOS00NjI3LTk2YWUtMGJwZWMyMjlyNjFjIiwidCI6IjdlOTNlMjg2LWl5OWEtNDQ1NC1hNDFhLUU4NDE5ZWZWM5ZGVhNSJ9>

instituições de diferentes perfis e como os profissionais atualmente realizam tratamentos para mitigar pragas em bens culturais. Os resultados indicam que, embora as instituições tenham adotado cada vez mais tratamentos não tóxicos, motivadas por preocupações com sustentabilidade e segurança no ambiente de trabalho, o legado de coleções tratadas com pesticidas continua representando desafios significativos. Além disso, embora os métodos não tóxicos estejam ganhando popularidade, algumas regiões ainda precisam reavaliar as práticas tradicionais de tratamento químico para se alinhar às diretrizes contemporâneas de conservação.

Palavras-chave: Questionário; Pesticidas; Tratamentos tóxicos; Tratamentos não tóxicos; Conservação.

References

- Almeida, T.H. 2021. Bibliotecários e cientistas versus insetos bibliófagos: o combate em acervos culturais. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio Unirio MAST*, 14(2): 48-75. <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2021v14n2p48-75>
- Angelova, L.V. et al. 2023. The use of 'poisonous insecticidal solutions' in bookbinding: coping with historic pesticide treatments in the archive. *Heritage Science*, 11(51): 1-16. <https://doi.org/10.1186/s40494-023-00866-y>
- Arndt, L. 2022). Poisonous Heritage: Chemical conservation, monitored collections, and the threshold of ethnological museums. *Museum and Society*, 20(2): 282-301. <https://doi.org/10.29311/mas.v20i2.4031>
- ATSDR – Agency for Toxic Substances and Disease Registry. 2023. Available at: <https://www.atsdr.cdc.gov/>. Accessed on: 3/11/2023.
- Carrasco, G.L. de A. (2004). Contaminação do acervo do arquivo histórico de Joinville por inseticidas organoclorados. *Caderno Técnico APCR*, 1: 50-53.
- Clarke, S. 2012. Rethinking the Post-War Hegemony of DDT: Insecticides Research and the British Colonial Empire. In: Berridge, V.; Gorsky, m. (eds) *Environment, Health and History*. Palgrave Macmillan, Hampshire, 133-153.
- Cunha, C. da S.; Mattos, L. 2015. Tem um pó branco dentro do livro.... *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 11: 147-162. Available at: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/500/421>. Accessed on: 28/07/2024.
- Farber, P.L. 1976. The Type-Concept in Zoology during the First Half of the Nineteenth Century. *Journal of the History of Biology*, 9(1): 93-119. Available at: <https://www.jstor.org/stable/pdf/4330645.pdf>. Accessed on: 25/06/2023.
- Gay, H. 2012. Before and After Silent Spring: From Chemical Pesticides to Biological Control and Integrated Pest Management — Britain, 1945–1980. *Ambix*, 59(2): 88-108. <https://doi.org/10.1179/174582312X13345259995930>
- Goldberg, L.A. 1996. History of Pest Control Measures in the Anthropology Collections, National Museum of Natural History, Smithsonian Institution. *Journal of the American Institute for Conservation*, 5(1): 23–43. <https://doi.org/10.1179/019713696806124601>
- Hawks, C.; Makos, K. 2000. Inherent Hazards in Museum Collections. *CRM*, 5: 31-37. Available at:

- <http://www.jorgealiaga.com.ar/documentos/gestion-SG2-Depositos/Inherent%20Hazards%20in%20Museum%20Collections.pdf>. Accessed on: 21/7/2023.
- Hough, W. 1887. The preservation of museum specimens from insects and the effects of dampness. In: United States National Museum. *Report of the United States National Museum. pt. 2 of the Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution for the years ending June 30, 1887*. S. l., 549-558. Available at: <https://repository.si.edu/handle/10088/29961>. Accessed on: 21/07/2023.
- Houlbert, C. 1903. *Les insectes ennemis des livres: Leurs mœurs – moyens de les détruire*. Alphonse Picard & fils, Paris.
- Kathpalia, Y.P. 1973. *Conservation et restauration des documents d'archives*. UNESCO, Paris. Available at: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137650>. Accessed on: 21/07/2023.
- Odegaard, N.; Sadongei, A. (Eds.). 2005. *Old poisons, new problems: a museum resource for managing contaminated cultural materials*. Altamira Press, Walnut Creek.
- Omstein, L. 2010. *Poisonous Heritage: Pesticides in Museum Collections*. Master of Arts degree thesis. Seton Hall University, South Orange. Available at: <https://scholarship.shu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1255&context=theses>. Accessed on: 21/07/2023.
- Pinniger, D. 2001. *Pest management in museums, archives and historic houses*. Archetype Publications, London.
- Plenderleith, H.J.; Werner, A.E.A. 1971. *The conservation of antiquities and worksof art: treatment repair and restoration*. Oxford University Press, London.
- Pool, M. et al. 2005. Identifying the pesticides: pesticidenames, classification, and history of use. In: Odegaard, N; Sadongei, A. (Eds). *Old poisons, new problems: a museum resource for managing contaminated cultural materials*. Altamira Press, Walnut Creek, 5-31.
- Sadongei, A. (2001). American Indian Concepts of Object Use. In: *Proceedings of a Symposium Held at the National Conservation Training Center (NCTC), 2011, Shepherdstown, . Collection Forum*, 17(1-2): 113-116. Available at: <https://www.nps.gov/subjects/ncptt/upload/2002-23.pdf>. Accessed on: 21 jul. 2023.
- Tello, H. 2021. Les insecticides, témoins silencieux dans les collections du Musée d'ethnologie de Berlin: Les collections muséales du Musée d'ethnologie de Berlin entre preservation et délabrement. *Trouble dans les collections*, 2 : 1-14. Available at: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-03407895>. Accessed on: 21/07/2023.
- Waxman, M.F. 1998. *Agrochemical and pesticide safety handbook*. CRC Press, Boca Raton.